



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

**A NATUREZA DA GEOGRAFIA EM  
RICHARD HARTSHORNE**

---

Londrina  
2018

**WESLEY DE SOUZA ARCASSA**

**A NATUREZA DA GEOGRAFIA EM  
RICHARD HARTSHORNE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Siqueira de Carvalho.

Londrina  
2018

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

A668r Arcassa, Wesley de Souza.

A Natureza da Geografia em Richard Hartshorne / Wesley de Souza  
Arcassa. – Londrina, 2018.  
174 f. : il.

Orientador: Márcia Siqueira de Carvalho.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Hartshorne, Richard, 1899 – 1992 – Teses. 2. História do pensamento geográfico – Teses. 3. Escola norte-americana de geografia – Teses. 4. Geografia – Metodologia – Teses. I. Carvalho, Márcia Siqueira de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

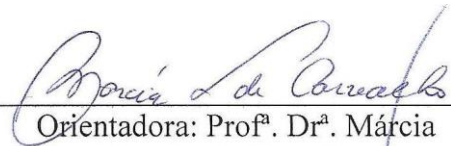
CDU: 910.1

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

**A NATUREZA DA GEOGRAFIA EM RICHARD HARTSHORNE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**



Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia  
Siqueira de Carvalho.  
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Fabiana Ely  
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Noemia Ramos Vieira  
Universidade Estadual Paulista -  
UNESP/Campus de Marília



Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão  
Universidade Estadual Paulista -  
UNESP/Campus de Ourinhos

Londrina, 25 de maio de 2018.

*A meus Pais, às minhas Irmãs e ao meu Sobrinho,  
pelo carinho, apoio e incentivo, dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha família e amigos, bem como pelas oportunidades de crescimento conferidas a cada dia de vida.

Aos meus pais Aparecida e Isaias, a quem devo tudo que sou e os exemplos a seguir. Muito obrigado pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram por mim e pela nossa família, bem como por nunca terem medido esforços para torna-nos melhores e realizar nossos sonhos.

À minhas queridas irmãs Cristiane e Josiane, pelo apoio e dedicação, sempre me amparando nos momentos difíceis, e também pelo incentivo e palavras de carinho. Ao meu sobrinho Guilherme, por tornar os nossos dias mais felizes e alegres. Junto a vocês, agradeço aos meus cunhados Ricardo e Alexandre, por integrarem a nossa família e serem tão prestativos.

Às amigas Arlete e Ivete, pelo apoio, dedicação e carinho, sempre dispostas a auxiliar. Obrigado por fazerem parte de nossa família.

À tia Venice e ao tio Nelson, pelas palavras de incentivo e por sempre estarem prontos a ajudar.

Aos amigos Fábio e Flávia, pela amizade, apoio e incentivo. Sou grato por vocês terem me acolhido de “braços abertos” em Londrina. É muito bom poder contar com amigos como vocês.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Siqueira de Carvalho, orientadora do trabalho. Muito obrigado pela confiança em mim depositada, pela liberdade de pesquisar o tema que desejei e pelo constante incentivo. Vossa disponibilidade em discutir a pesquisa e sanar as dúvidas foi indispensável para a estruturação do trabalho. Sou grato pela senhora ter aceitado orientar-me desde o mestrado, sem mesmo me conhecer.

Aos (às) professores (as) que compuseram a banca de qualificação e defesa da tese (Deise, Nilson, Márcia, Noemia e Paulo), pelas contribuições fundamentais à redação final do presente documento. Gostaria de registrar meu sentimento de respeito e admiração pelos (as) senhores (as), tanto pela postura profissional quanto pela produção/contribuição no âmbito da Geografia.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela contribuição em minha formação acadêmica: Alice, Eloíza, Fábio, Deise, Gilnei, Humberto, Nilson, Márcia, Omar, Rosana e Ruth.

Aos amigos de “longa data”, pelo incentivo, amizade e confiança, mesmo estando distantes: Fabíola, Bárbara, Júlio, Bruno, Kelton e Thiago.

À Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), pelas contribuições na formação acadêmica e pelo suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas (CCE), por serem sempre pacientes e solícitos, atendendo os discentes em suas necessidades acadêmicas da melhor maneira possível.

Às funcionárias do Departamento de Geociências (DGEO), pela atenção e dedicação aos discentes do curso.

Aos funcionários da Biblioteca Central (BC) e da Biblioteca Setorial de Ciências Humanas (BS/CH), pela atenção e solicitude em dirimir as dúvidas sobre o acervo e normalização acadêmica.

A Richard Hartshorne (*in memoriam*) por suas indelévels contribuições à Geografia, sem as quais este trabalho não existiria.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado final desse trabalho.

*A Geografia é o que os geógrafos dela fizeram.*  
Richard Hartshorne (A Natureza da Geografia, 1939).

*Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,  
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.*  
Francisco Cândido Xavier

ARCASSA, Wesley de Souza. **A natureza da Geografia em Richard Hartshorne**. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados por outros geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, há um resgate e uma melhor difusão das ideias de Kant por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, este teve em Alfred Hettner uma das figuras de maior destaque. A partir da segunda metade da década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne (1899-1992), responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos a nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois o autor foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de sistematizar significativa parcela das reflexões produzidas pelos “teóricos clássicos” desse ramo do saber científico. Dessa forma, a presente tese tem como objetivo central demonstrar a importância do pensamento e obra de Hartshorne à comunidade geográfica brasileira, devido a pouca difusão do autor no país. Além disso, procura-se também focar a diversidade da produção hartshorniana, evidenciando os avanços prestados pelo teórico no campo da história do pensamento geográfico, bem como em relação à Teoria e Método em Geografia, Geografia Regional e Geografia Política.

**Palavras-chave:** Richard Hartshorne. História do Pensamento Geográfico. Teoria e Método em Geografia. Escola Norte-Americana de Geografia.

ARCASSA, Wesley de Souza. **The nature of Geography in Richard Hartshorne**. 2018. 174 p. Thesis (Doctorate's Degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

### **ABSTRACT**

The modern conception of Geography is based in studies developed by Immanuel Kant in the eighteenth century, which were subsequently deepened by other geographers. However, in the late nineteenth century and early twentieth century, there is a rescue and a better diffusion of the ideas of Kant through what became known as Neo-Kantianism, this one had in Alfred Hettner one of the most prominent figures. From the second half of the 1920s, emerged in the North American academia the geographer Richard Hartshorne (1899-1992), responsible for dissemination and analysis of Kant's and Hettner's concepts internationally. His work had a great impact on the geography, because the author was able to accomplish what until then had not been produced in this science, studies of epistemological and methodological nature, besides systematizing a significant portion of the reflections produced by the "classical theorists" of this branch of scientific knowledge. Thus, the present thesis has as its central objective demonstrate the importance of Hartshorne's thought and work to the Brazilian geographic community, due to the low diffusion of the author in the country. Furthermore, search to also detach the diversity Hartshorne's production, highlighting the advances provided by the theoretical in the field of the history of geographic thought, as well as in relation to Theory and Method in Geography, Regional Geography and Political Geography.

**Keywords:** Richard Hartshorne. History of Geographic Thought. Theory and Method in Geography. North American School of Geography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – O Geógrafo Richard Hartshorne .....	43
<b>Figura 2</b> – Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas .....	61
<b>Figura 3</b> – Método de Investigação Hartshorniano.....	74
<b>Figura 4</b> – O Sistema Geográfico de Alfred Hettner .....	94

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	– Cultivos Agrícolas nos Estados Unidos e Canadá .....	111
<b>Mapa 2</b>	– Distribuição Espacial das Raças Minoritárias nos Estados Unidos .....	112
<b>Mapa 3</b>	– Localização da Alta Silésia .....	122
<b>Mapa 4</b>	– Fronteira Franco-Alemã em 1871 .....	124

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Subdivisão da Produção Acadêmica de Richard Hartshorne.....	27
<b>Quadro 2</b>	–	As “Palavras-Chave do Espaço” na Geografia Humana.....	99
<b>Quadro 3</b>	–	Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política .....	117

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>CAPÍTULO I</b> <b>A História Da Ciência Como Instrumento Metodológico.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO II</b> <b>Richard Hartshorne: Uma Trajetória Pela Geografia.....</b>	<b>32</b>
2.1            A ESCOLA NORTE-AMERICANA DE GEOGRAFIA.....	32
2.2            PANO DE FUNDO HISTÓRICO-CIENTÍFICO DA PRODUÇÃO HARTSHORNIANA .....	38
2.3            RICHARD HARTSHORNE: ENTRE O CLÁSSICO E O MODERNO .....	43
<b>CAPÍTULO III</b> <b><i>Opus Magnum Hartshorniana</i>.....</b>	<b>50</b>
3.1 <i>THE NATURE OF GEOGRAPHY</i> (1939) .....	54
3.2 <i>PERSPECTIVE ON THE NATURE OF GEOGRAPHY</i> (1959).....	67
<b>CAPÍTULO IV</b> <b>INFLUÊNCIAS TEÓRICAS NO PENSAMENTO DE RICHARD HARTSHORNE .....</b>	<b>79</b>
4.1            IMMANUEL KANT.....	78
4.2            ALFRED HETTNER.....	86
<b>CAPÍTULO V</b> <b>Geografia Regional Sob o Prisma de Richard Hartshorne.....</b>	<b>97</b>
5.1            O QUE É A GEOGRAFIA REGIONAL?.....	97
5.2            A CONCEPÇÃO HARTSHORNIANA DE REGIÃO .....	101
5.3            AS INOVAÇÕES EMPREENDIDAS NO CAMPO DA GEOGRAFIA REGIONAL .....	103
<b>CAPÍTULO VI</b> <b>Abordagens Político-Geográficas em Richard Hartshorne .....</b>	<b>115</b>
6.1            O QUE É A GEOGRAFIA POLÍTICA? .....	115
6.2            A CLASSIFICAÇÃO DE FRONTEIRAS EMPREENDIDA POR HARTSHORNE.....	119
6.3            A PROPOSIÇÃO HARTSHORNIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO.....	125
<b>CAPÍTULO VII</b> <b>Richard Hartshorne vs. Fred Schaefer.....</b>	<b>131</b>
7.1            SCHAEFER E O “EXCEPCIONALISMO” EM GEOGRAFIA .....	131
7.2            NOVAS REFLEXÕES DE HARTSHORNE PÓS CRÍTICA.....	138
7.3            DESDOBRAMENTO DO DEBATE: <i>NEW GEOGRAPHY</i> .....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

Partindo do pensamento estabelecido por Albert Einstein de que, frequentemente, a formulação de um problema é mais essencial que a sua solução, o interesse e as hipóteses para elaboração do presente trabalho surgiram durante a pesquisa de iniciação científica na graduação, cuja temática versou sobre a *Geopolitik* alemã. Em clara oposição a esse ramo da Geopolítica estavam os trabalhos de Richard Hartshorne, que buscava resgatar a cientificidade no campo da Geografia Política. Logo, essas ideias despertaram-me interesse, iniciando assim uma procura por outros trabalhos desse geógrafo norte-americano, a qual culminou na obra *Propósitos e Natureza da Geografia* (1978), a única publicada em língua portuguesa, também editada com o título *Questões sobre a Natureza da Geografia* (1969). Posteriormente, através do uso do Portal de Periódicos da CAPES, foi possível ter contato com a produção original do autor em língua inglesa, que se encontra publicada quase que inteiramente pelo *Annals of the Association of American Geographers*, incluindo o volume original da obra *The Nature of Geography* (1939).

Diante disso, optou-se por produzir um projeto de pesquisa — para ingresso no curso de pós-graduação na área de Geografia — pautado na produção acadêmica de Richard Hartshorne. Isso porque, a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à história da Geografia. Deve-se ressaltar que durante o curso de mestrado, realizado no âmbito desse mesmo programa de pós-graduação, também se desenvolveu um estudo (dissertação) focado na obra deste teórico, porém o mesmo esteve restrito aos escritos de Hartshorne no campo da Geografia Política<sup>1</sup>.

A dissertação produzida seguiu o formato de artigos científicos<sup>2</sup>, opção que emergiu após a publicação do texto “Contribuições Epistemológicas de Richard Hartshorne à Geografia Moderna” na *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* (edição de abril de 2013). Este artigo visou demonstrar a amplitude da produção acadêmica do geógrafo norte-americano, além de elucidar as inovações que empreendeu, sobretudo, no domínio do método em Geografia, Geografia Regional e Geografia Política. Após a produção desse trabalho mais

<sup>1</sup> ARCASSA, Wesley de Souza. **Richard Hartshorne**: da discussão metodológica aos novos horizontes da Geografia Política. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. Contribuições Epistemológicas de Richard Hartshorne à Geografia Moderna. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga: Universidade de Málaga, v. 2, n. 20, p. 01-12, abr. 2013.  
\_\_\_\_\_. Abordagens Político-Geográficas em Richard Hartshorne. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga: Universidade de Málaga, v. 3, n. 21, p. 01-14, ago. 2013.

genérico houve um direcionamento da dissertação para o campo da Geografia Política. Assim, produziu-se um segundo artigo sob o título “Abordagens Político-Geográficas em Richard Hartshorne”, também publicado pela *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* (edição de agosto de 2013), cuja circulação ocorre mensalmente pelo portal *Eumed.net* (Universidade de Málaga – Espanha). Neste artigo, há uma análise detalhada das discussões teórico-metodológicas estabelecidas por Hartshorne em Geografia Política, principalmente no que consiste à temática das fronteiras e dos Estados.

Para evidenciar a escassa produção de trabalhos que analisam o pensamento e obra desse geógrafo norte-americano por parte de pesquisadores brasileiros, é possível destacar que através de levantamento realizado no Banco de Teses da CAPES ([www.catalogodeteses.capes.gov.br/](http://www.catalogodeteses.capes.gov.br/)) — utilizando o nome/termo “Richard Hartshorne” — foram localizadas apenas nove dissertações. Dentre essas, somente quatro trabalham especificamente com o pensamento hartshorniano<sup>3</sup>, ressaltando-se que uma dessas dissertações foi a que produzi. Uma dos trabalhos enfoca as reflexões de Immanuel Kant<sup>4</sup> e, outra, as ideias tecidas por Alfred Hettner<sup>5</sup>. Por fim, três dissertações procuram aplicar o método (corológico/regional) proposto por Harshorne em estudos de caso<sup>6</sup>. Cabe destacar que esses trabalhos foram produzidos recentemente, no período compreendido entre 2009 e 2016, o que tende a demonstrar que no Brasil o despertar para a produção acadêmica hartshornia ocorreu tardiamente.

---

<sup>3</sup> COSCIONI, Fernando José. **O Propósito da Geografia e a Relação entre os Enfoques Sistemático e Regional na Obra de Richard Hartshorne**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

LIMA NETO, Everaldo Macena de. **Sobre a Natureza da Geografia entre Richard Hartshorne e Fred K. Schaefer: um fragmento inacabado**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

SANDES, Marcel di Angelis Souza. **A Natureza da Geografia: nos meandros da história**. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.

<sup>4</sup> SILVA, Leonardo Arantes Ventura da. **Da Geografia da Natureza à Natureza da Geografia: uma breve consideração acerca da contribuição de Kant à geografia e aos conceitos de natureza, história, espaço e tempo**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009.

<sup>5</sup> DIAS, Elizabeth Hofstetter. **A Natureza da Geografia e seus Métodos em Alfred Hettner**. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

<sup>6</sup> ANDRADE, Esdras de Lima. **Áreas de Risco Ambiental aos Acidentes com Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Trecho Alagoano da Rodovia BR-101: uma proposta metodológica**. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2016.

BUENO, Eduardo Silva. **A Área Urbana e as Áreas Naturais da Região Metropolitana de São Paulo: de compartimentos fisiográficos a categorias geográficas**. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

LEAL, Fabiana Machado. **Coordenadas Geográficas: ser-no-mundo**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

A presente tese tem como objetivo central demonstrar a importância do pensamento e obra de Richard Hartshorne (1899-1992) à comunidade geográfica brasileira, devido a pouca difusão do autor no país. Além de também investigar os motivos que corroboraram para a diminuta propagação das concepções hartshonianas perante a Geografia Brasileira.

Também embasam o trabalho as hipóteses levantadas preteritamente, versando sobre o esforço empreendido por Hartshorne para sistematizar uma parcela das ideias até então produzidas pelos “teóricos clássicos” da ciência geográfica; a superação do estudo dicotômico do objeto da Geografia; a valorização do uso do método nas pesquisas geográficas, bem como a identificação de um método de análise próprio a esta ciência; e, a inovação em relação aos campos da Geografia Regional e Geografia Política.

Os resultados obtidos através da leitura e análise do referencial teórico serviram de base para atingir os objetivos propostos inicialmente com a pesquisa. As informações advindas das mais diferentes fontes e suportes bibliográficos permitiram desenvolver um enfoque pormenorizado de uma parcela das concepções estabelecidas por Hartshorne, principalmente no que se refere ao caráter inovador ilustrado por suas publicações.

A importância da temática abordada no estudo evidencia-se pelo fato de que sua área de concentração, História do Pensamento Geográfico, carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Ao considerar Hartshorne e seus dois livros — *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959) — como “clássicos” nos valem das catorze propostas elucidadas por Italo Calvino na obra “Por que Ler os Clássicos” (1993). De acordo com o escritor italiano (p. 09-16), a definição de um clássico se dá por diversos fatores, a saber:

- 1) Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: “Estou relendo...” e nunca “Estou lendo...”;

- 2) Dizem-se clássicos aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-las pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-las;

3) Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual;

4) Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira;

5) Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura;

6) Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer;

7) Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram;

8) Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente as repele para longe;

9) Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos;

10) Chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs;

11) O “seu” clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele;

12) Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia;

13) É clássico aquilo que tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo; e,

14) É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível.

Pode-se dizer que a produção acadêmica hartshorniana apresenta uma dimensão universal, já que conseguiu atravessar gerações, fronteiras e nacionalidades, sem perder as suas características. Seus livros de 1939 e 1959 ajudaram a moldar o caráter da Geografia como a conhecemos, tendo um sentido etéreo.

Essas obras apresentam extrema relevância, pois tratam da complexa questão da natureza da Geografia. Além disso, almejam retirar a ciência geográfica de seu antigo impasse sobre o objeto/método de estudo da disciplina, bem como superar a equivocada dicotomia físico/humano. Com isso, Hartshorne é capaz de captar e traduzir o espírito de seu tempo.

Cabe lembrar que Hartshorne produz sua obra sobre o ombro de gigantes da ciência geográfica — Kant, Humboldt, Ritter, Hettner, Richthofen. Deixa claro que não se produz ciência a partir do zero, pois sempre nos valem os conhecimentos acumulados pelos predecessores, os quais merecem respeito e reverência.

Partilho de semelhante visão, pois acredito que os pensadores clássicos de nossa ciência merecem toda reverência e consideração por parte da comunidade científica. Talvez, a melhor forma de homenageá-los seja através da leitura, difusão, debate e aplicação de seus escritos, fato este que me impeliu a debruçar-se sobre a obra de Hartshorne.

Entretanto, como demonstra Calvino (1993, p. 15), “[...] ler os clássicos parece estar em contradição com nosso ritmo de vida, que não conhece os tempos longos, o respiro do *otium* humanista; e também em contradição com o ecletismo da nossa cultura, que jamais saberia redigir um catálogo do classicismo que nos interessa”.

Quanto à periodização da Geografia adota no transcorrer do trabalho, é necessário salientar que esta segue as explicações tecidas por Andrade (1987), para quem o conhecimento científico está em permanente processo de transformação, com o aporte que se faz a cada geração, de novos conhecimentos, daí o hábito de se periodizar a evolução do conhecimento científico como um todo. Para a Geografia admite-se, de forma esquemática, a existência de um primeiro período em que pontificaram os *institucionalizadores* dessa ciência, ao qual se seguiu outro de consolidação e difusão do conhecimento geográfico, chamado de *período clássico* e, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se o *período moderno*.

O primeiro capítulo da tese demonstra como o arcabouço metodológico advindo da História da Ciência foi empregado no processo de construção da presente pesquisa. Nele também se encontra um breve histórico dessa disciplina científica, além de seus instrumentos de pesquisa e dos problemas/erros cometidos de maneira mais frequente pelos estudiosos da área. Destarte, há uma preocupação em explanar sobre a importância da Ciência e do Método para os trabalhos acadêmicos, o que implica em escolhas durante a produção do conhecimento, evidenciando que nem sempre há neutralidade nesse cenário.

No segundo capítulo desenvolve-se um resgate histórico dos primórdios da Escola Norte-Americana de Geografia, destacando os principais acadêmicos que contribuíram para a sua implantação e evolução. O pano de fundo histórico-científico que marca o início da produção acadêmica hartshorniana, caracterizado pelo período que engloba o antes, o durante e o pós-Segunda Guerra Mundial também é focado. Isso serve de base para a seção do

capítulo onde é retratada de maneira pormenorizada a trajetória acadêmica de Richard Hartshorne, demonstrando os temas pesquisados pelo geógrafo em cada período de sua carreira. Assim, é possível perceber o lugar de destaque ocupado pelo teórico no âmbito dessa escola geográfica.

O terceiro capítulo é dedica à análise das duas principais obras escritas por Hartshorne, suas *opus magnum*. Nele examinam-se as ideias e contribuições fundamentais dos livros *The Nature of Geography*, publicado em 1939, e *Perspective on the Nature of Geography*, editado em 1959, que surgiram em dois momentos distintos da história da Geografia. Através desses dois títulos Hartshorne, sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já sinaliza um processo de transição no “horizonte geográfico”.

Já no quarto capítulo realiza-se uma apreciação das bases teóricas do pensamento hartshorniano, que tem nas figuras de Immanuel Kant (1724-1804) e Alfred Hettner (1859-1941) fonte principal de suas reflexões. Estes dois teóricos desempenharam um papel singular diante das fecundas teorias da Geografia Clássica, pois foram os responsáveis pelo estabelecimento da noção de Geografia como ciência do espaço, o que teve grande impacto sobre a produção geográfica posterior.

No quinto capítulo optou-se por executar uma explanação sobre a produção de Hartshorne no campo da Geografia Regional, principalmente no que consiste ao estabelecimento do conceito de “diferenciação de área” e da difusão do método corológico/regional. Além disso, aborda-se também uma periodização dos estudos regionais ao longo da história da ciência geográfica. Um conceito-chave da Geografia (região) também é analisado, principalmente através das elucidações de Hartshorne. O impacto das ideias preconizadas pelo autor perante os estudos regionais posteriores também representa um dos pontos a serem discutidos, somando-se as suas inovações teórico-metodológicas na área da Geografia Regional.

O sexto capítulo tem como foco de análise os aspectos político-geográficos da produção acadêmica de Hartshorne, principalmente no que concerne à temática das fronteiras e do Estado. Assim, aborda-se também a diferenciação entre os termos fronteira e limite, bem como a importância destes no *hall* de temas de análise do campo da Geografia Política. Na sequência, examinam-se as contribuições do autor à análise do Estado, principalmente através do estabelecimento da abordagem funcionalista. O impacto das ideias estabelecidas por este teórico à produção político-geográfica posterior também representa um dos pontos a serem

considerados, somando-se as inovações teórico-metodológicas empreendidas pelo mesmo em relação à Geografia Política.

Já no sétimo e último capítulo há uma reflexão sobre o embate epistemológico travado entre Richard Hartshorne e Fred Schaefer acerca da natureza da Geografia. Abordam-se também as diferentes concepções de Geografia apregoadas por cada um desses geógrafos. Outrossim, há uma discussão sobre os desdobramentos desse empate, principalmente perante o surgimento da *New Geography* (Nova Geografia), bem como sobre a produção geográfica posterior. Esse panorama ocupa papel de destaque na matriz moderna da ciência geográfica.

Por fim, cabe destacar que a junção de todos os dados e informações colhidos foi de suma importância para a elaboração plena da tese, onde constam os resultados de todas as atividades desenvolvidas no âmbito desta pesquisa. Os produtos finais obtidos podem servir de base para a execução de análises e pesquisas futuras em relação às temáticas: Richard Hartshorne; História do Pensamento Geográfico; Teoria e Método em Geografia; Geografia Regional; Geografia Política; Escola Norte-Americana de Geografia.

Se o presente trabalho despertar o interesse da comunidade geográfica em conhecer, discutir e/ou aplicar o pensamento e a obra de Richard Hartshorne, todo o esforço empreendido terá sido de grande valia.

## CAPÍTULO I

### A História da Ciência como Instrumento Metodológico

A ciência consiste em um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto obtidos através da observação e da experiência. Ao contrário do que muitos professam a ciência não é universalmente neutra, mas efeito de uma realidade particular. É um corpo de conhecimentos sistemáticos, adquiridos com um método próprio, em um determinado meio e momento. Esta definição expressa por Goldenberg (2009) demonstra a necessidade da utilização de métodos científicos para o pleno desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, Goldenberg (2009, p. 105-106) define o Método Científico como a “observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não revelados”. Ainda segundo a autora, a “característica essencial do Método Científico é a investigação organizada, o controle rigoroso de suas observações e a utilização de conhecimentos teóricos”.

Partindo do pressuposto de que a utilização de métodos científicos não é da competência exclusiva da Ciência, mas que não há ciência sem o emprego de métodos científicos, pode-se também resgatar a concepção preconizada por Marconi e Lakatos (2003, p. 83), de que o método consiste no “[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo — conhecimentos válidos e verdadeiros —, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Já Severino *apud* Sposito (2004, p. 26), define o método como “[...] o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existe entre os fenômenos”.

Para análise de partes da obra do objeto de pesquisa (geógrafo Richard Hartshorne) buscando compreender o lugar ocupado por este na matriz histórica da Geografia, bem como os avanços teórico-metodológicos que empreendeu nesse campo do saber científico, fez-se necessário o uso do aporte metodológico oriundo da História da Ciência. O emprego deste mostrou-se viável devido ao fato de se desenvolver uma pesquisa qualitativa, a qual procura realizar um aprofundamento da compreensão da trajetória vivida pelo objeto pesquisado. Assim, segundo Goldenberg (2009, p. 16-17):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

A História da Ciência não é um conjunto de biografias de grandes personagens. Também não é um conjunto de relatos cronologicamente organizados sobre descobertas marcantes. Um historiador da Ciência não costuma escrever trabalhos do tipo “os grandes gênios da humanidade”. Isso porque, seu objetivo não é mostrar determinadas pessoas como “heróis” que tornaram a Ciência o que ela é hoje, em contraposição a “vilões” que atrasaram a evolução dessa Ciência.

Essa atitude implicaria em desprezar múltiplas pequenas contribuições de anônimos ou personagens pouco conhecidos que foram significativas para que alguns poucos nomes, por motivos os mais variados (incluindo motivos políticos, religiosos, econômicos etc.), tornassem-se consagrados. Implicaria, ainda, em valorar negativamente ideias, atualmente, consideradas inadequadas, mas que eram plausíveis e respondiam satisfatoriamente a problemas da época em que foram propostas. (FERREIRA e MARTINS, 2009, p. 04).

A História da Ciência estuda o processo de construção do conhecimento, mas isso não quer dizer que os pesquisadores dessa área analisam o passado e procuram as origens do que deu certo, separando a história do conhecimento genuíno daquilo que foi rejeitado. Considerar a Ciência somente a partir dessa premissa seria incorrer em um anacronismo, ou seja, enfocar o passado pensando apenas no que hoje é aceito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a História da Ciência tem como objeto de estudo não apenas o que hoje é aceito como Ciência, mas sim, o que em alguma época e de algum modo foi proposto ou aceito como Ciência. Dessa forma, é possível estabelecer que a História da Ciência seja uma disciplina profissional e rigorosa, a qual reclama o mesmo nível de exigência e conhecimento que qualquer outra área de estudo.

Na concepção de Kragh (2003, p. 35):

[...] a única forma de alcançar um entendimento verdadeiro da dinâmica atual da ciência moderna é através da análise histórica, uma análise que não será histórica apenas no sentido de considerar a ciência na sua dimensão temporal, mas também no sentido de usar as técnicas e os métodos que caracterizam a investigação histórica.

A profissionalização da História da Ciência ocorreu no século XX, mas é difícil estabelecer com precisão quando ela surgiu. Segundo Martins (2001), diversos “gêneros” de História da Ciência podem ser notados desde trabalhos muito antigos e encontram correspondentes em produções atuais.

Apesar de a história da ciência como disciplina acadêmica autônoma só no século XX ter começado a desenvolver-se, desde há séculos que se verificam atividades que podem ser justificadamente descritas como formas primitivas de história da ciência. O desenvolvimento da ciência foi sempre acompanhado por descrições e análises históricas. Na realidade, mesmo uma consideração superficial da história da ciência em épocas anteriores revela que muitos dos problemas historiográficos fundamentais, debatidos na moderna história da ciência, surgem igualmente em séculos anteriores. (KRAGH, 2003, p. 01).

Pode-se dizer, enfim, que quando se observa o passado, é possível notar várias iniciativas, muitas delas sem preocupações históricas, mas sim utilitárias, de produzir relatos sobre o conhecimento e seu desenvolvimento. Porém, algumas dessas abordagens podem causar profundo desagrado ao historiador da Ciência e não se parecem com a História da Ciência hoje institucionalizada.

Segundo Alfonso-Goldfarb (1994, p. 10), os primeiros estudos que podem ser identificados com o campo da História da Ciência datam do século XVII, juntamente com a Ciência Moderna e no interior dessa própria Ciência. Com o passar do tempo, a Ciência Moderna passou a se firmar no tripé “precisão-previsão-experimentação” a fim de conseguir eficiência, perseguindo o ideal de dominação da natureza.

Para a autora, este surgimento se deu em um cenário um tanto quanto complicado, pois uma ruptura de grandes proporções ocorreu. As figuras que até então desenvolviam estudos científicos se dividiram em dois grupos principais: *antigos* e *modernos*.

De acordo com os *antigos* era necessário retomar os conhecimentos clássicos tais quais esses haviam sido concebidos e, então, a partir desse ponto inicial, continuar o processo de conhecimento da natureza. Já para os chamados *modernos* era preciso deixar de lado os conhecimentos clássicos e inaugurar novos estudos sobre a natureza.

Houve também várias posições intermediárias entre esses dois grupos. Além disso, é difícil dizer que na prática certo estudioso era totalmente *moderno* ou totalmente *antigo*. Isso demonstra que quando se tenta rotular/enquadrar algum estudioso, em termos de História da Ciência, pode-se incorrer em graves erros, bem como em distorções históricas.

Conforme Ferreira e Martins (2009, p. 06), a relação existente entre o debate travado por esses dois grupos e o surgimento da História da Ciência consiste no modo como cada um defendia a sua posição do que seria a Ciência. Assim, de um lado, os *antigos* contavam a fantástica história da construção do conhecimento pelos gregos de modo a justificar sua concepção sobre os rumos que a Ciência Moderna devia tomar. Faziam uma “História da Ciência do passado”. E, do outro lado, os *modernos* contavam a fantástica

história da construção do conhecimento que estava ocorrendo com o surgimento da Ciência Moderna. Faziam uma “História da Ciência do presente”.

Isso acaba por elucidar o fato de que a História da Ciência surgiu ligada à própria Ciência Moderna, e tinha o perfil do debate que então se travava. Funcionava como justificativa da Ciência em formação e era importante para quem desejava aprender e fazer Ciência, fosse essa figura pertencente ao grupo *moderno* ou *antigo*.

Partindo da premissa de que a institucionalização da História da Ciência é um fenômeno do século XX, é possível afirmar segundo Martins (2001, p. 20-21), que ao longo do século XIX a historiografia da Ciência esteve se desenvolvendo fortemente, nessas diversas modalidades, sem atingir, no entanto, um estágio de institucionalização acadêmica. Até o final do século, fora algumas exceções, não havia departamentos universitários, disciplinas regulares, congressos, sociedades ou publicações periódicas sobre o tema.

A historiografia da ciência produzida no século XX mostrou-se muito mais rigorosa do que as dos séculos anteriores, tanto por sua visão crítica e às vezes demolidora do conceito ingênuo sobre a ciência e sobre os cientistas, como também pelo uso de uma documentação volumosa, abrangendo não apenas publicações, mas também manuscritos. Ao mesmo tempo, a pesquisa também foi se especializando, voltando-se para um estudo cada vez mais “microscópico” da ciência, investigando detalhadamente episódios limitados cronologicamente e geograficamente, e abandonando quase totalmente as “grandes sínteses” do século XIX. (MARTINS, 2001, p. 21).

Tendo em vista essas considerações, pode-se dizer que, atualmente, o historiador da Ciência procura entender o cenário da construção dos conhecimentos em determinada época, de modo contextualizado, tendo como princípio a concepção de que cada cultura e período têm formas particulares de ver o mundo, problemas peculiares que desejam resolver e formas de resolvê-los também peculiares. Isso porque, a Ciência Moderna deixou de ser um padrão de comparação e o historiador da Ciência não mais produz grandes compêndios, crônicas de pais e precursores da Ciência.

Entretanto, cabe ressaltar que as alterações históricas e científicas são lentas, graduais, difusas; produto de um trabalho coletivo. Assim, é difícil caracterizar em uma só frase ou palavra o que foi determinada mudança, pois há estreita correlação entre acontecimentos histórico-científicos de diferentes tipos. Isso incorreria em uma inadequada e excessiva simplificação/esquematização da realidade multifacetada e complexa da Ciência.

Na História, assim como na História da Ciência, as transformações são graduais, lentas, desenvolvidas por um enorme número de pessoas, que muitas vezes se contradizem e misturam posições e concepções incompatíveis; que acertam e erram, igualmente. Essas transformações não são bruscas, não podem ser marcadas por datas, não podem ser descritas por um único verbo ou substantivo. Cada episódio histórico é um mundo infinito do qual só se pode ter uma visão parcial — e é essencial saber que é ela é apenas isso. (MARTINS, 1993, p. 75).

Seguindo, ainda, o raciocínio expresso por Martins (1993), é possível perceber que as diferentes abordagens historiográficas da Ciência revelam diversos aspectos parciais de um todo concreto indescritível e inacessível. Nenhuma abordagem é completa, pois nenhuma pode conter a realidade, isso também se reflete na presente pesquisa, a qual não objetiva esgotar a discussão a cerca da vasta produção acadêmica do geógrafo Richard Hartshorne, mas sim, lançar foco sobre uma parcela dessa obra.

Os problemas que rodeiam o objetivo e relevância da História da Ciência ligam-se estreitamente à questão de saber até que ponto os indivíduos aprendem com a história. Segundo Kragh (2003, p. 45), não se pode aprender com a História da Ciência a resolver problemas científicos específicos. Mas pode-se avaliar e compreender melhor a Ciência atual, no seu contexto social, com a ajuda do conhecimento da sua história. A História da Ciência proporciona um fundo comum de experiência, onde se pode, mais ou menos claramente, identificar tendências e relações. A partir destas, é possível aprender como agir no sentido de consolidar ou enfraquecer certas tendências. Mas o fato de se poder aprender com a História da Ciência a planejar melhor o futuro da própria Ciência não implica uma aceitação de uma historiografia pragmática da ciência.

A história da ciência pode, por si só, fazer-nos recordar que as formas em que a ciência é hoje conduzida não são as únicas formas possíveis, mas que resultam de uma escolha socialmente condicionada entre muitas alternativas. A referência a correntes históricas conhecidas pode dar-nos informação sobre quais os aspectos da ciência que são “naturais” ou partes inerentes à ciência *per se*. E, mais importante, pode também dar-nos informação sobre quais os aspectos que, não sendo “naturais”, são determinados culturalmente e, por conseguinte, fazem parte do contexto social da ciência atual. Foi a história da ciência em particular que nos ensinou que a crença positivista numa ciência livre de considerações valorativas e culturalmente independentes é um mito. E, mais que qualquer outra área, incluindo a filosofia, foi a história da ciência a ensinar-nos que o método científico, entendido como uma doutrina absoluta, canonizada, é um artifício. (KRAGH, 2003, p. 45).

Martins (2005, p. 306) tece algumas afirmações a respeito da História da Ciência que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, a História da Ciência se trata de um estudo metacientífico ou de segundo nível, uma vez que se refere a um estudo de primeiro nível que é a Ciência. Há outros estudos metacientíficos que não são História da Ciência, como, por exemplo, a Psicologia da Ciência, a Filosofia da Ciência e a Sociologia da Ciência. A História

da Ciência, em um primeiro nível, é descritiva, porém deve utilizar a terminologia adequada que normalmente ela retira da Filosofia da Ciência. Entretanto, não deve permanecer somente na descrição, mas deve ir além, oferecendo explicações e discutindo cada contribuição dentro de seu contexto científico. Além disso, a autora considera também que a História da Ciência apresenta uma metodologia própria, que não é nem a metodologia da História e nem a metodologia da Ciência, uma vez que é um tipo de estudo de natureza diferente dos dois anteriores. Ademais, deve-se levar em conta que para fazer um trabalho de História da Ciência é preciso um treino que envolve vários estudos: em metodologia de pesquisa em História da Ciência, em epistemologia, um conhecimento dos conceitos da ciência com a qual se está lidando, além de um conhecimento histórico do período que está sendo estudado.

Para a autora em questão, há diversas subáreas e vários tipos de enfoques distintos em História da Ciência, sendo viável se referir a duas possíveis abordagens. Uma abordagem conceitual (interna, internalista), discute os fatores científicos (evidências, fatos de natureza científica) relacionados a determinado assunto ou problema. Já uma abordagem não-conceitual (externa, externalista), lida com os fatores extracientíficos (influências sociais, políticas, econômicas, luta pelo poder, propaganda, fatores psicológicos).

Um estudo completo envolveria os dois tipos de abordagem. Entretanto, embora em termos práticos tudo ocorra ao mesmo tempo, ou seja, os processos de proposta/fundamentação e o de aceitação ou rejeição não sejam independentes um do outro, esta distinção pode proporcionar maior clareza à análise de História da Ciência. Assim é possível, para efeito de estudo, dividir o processo em duas partes e, normalmente, um estudo não-conceitual deve ser precedido de um estudo conceitual bem-feito. (MARTINS, 2005, p. 306).

Após estas reflexões iniciais sobre a evolução da História da Ciência, bem como de seu objeto de estudo, é possível passar para uma análise mais detalhada de seu arcabouço metodológico. Isso porque, este terá uma significativa contribuição no processo de produção da presente pesquisa.

De acordo com Ferreira e Martins (2009, p. 14), embora não haja uma “receita infalível” para um bom trabalho em História da Ciência, alguns pontos podem ser destacados a esse respeito. O historiador da Ciência escolhe temas restritos e os trata de forma aprofundada. Na realidade, essa é uma exigência fundamental na pesquisa acadêmica, não somente em História da Ciência.

Portanto, pode-se inferir que não é possível empreender uma pesquisa sobre História da Geografia de modo geral. É necessário escolher uma questão que será tratada, alguma controvérsia que pode ser estudada, algum aspecto do trabalho de determinado autor etc. Assim, como recorte temático do presente estudo optou-se por desenvolver uma análise sobre a parcela da produção hartshorniana voltada à teoria e método em Geografia.

Normalmente, uma pesquisa investiga uma questão dentro de um assunto. Este assunto de pesquisa precisa ser delimitado. No âmbito da tese foi viável limitar o estudo no sentido de analisar o

impacto da produção de Hartshorne ao campo de estudo da teoria e método em Geografia, elucidando os avanços teórico-metodológicos desenvolvidos pelo teórico.

Em uma pesquisa, não faz sentido repetir coisas que já foram feitas, ou chegar a conclusões já aceitas por todos, sem acrescentar nada de novo. Uma pesquisa deve procurar trazer novos conhecimentos históricos ou criticar e corrigir conhecimentos antigos. Em geral, a questão é guiada por uma hipótese de trabalho ou por uma conjectura inicial – por exemplo, a suposição de que certas descrições históricas anteriores estão erradas ou de que há uma conexão, que nunca foi sugerida antes, entre dois acontecimentos históricos. (MARTINS, 2005, p. 308).

Partindo dessa ideia expressa por Martins (2005), a presente pesquisa justifica-se pelo fato de que a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à Geografia. Outro elemento que demonstra a importância da temática abordada consiste no fato de que sua área de concentração, História do Pensamento Geográfico, carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Considerando o prazo estabelecido para elaboração da pesquisa (tese) optou-se por escolher um assunto restrito, não caindo no exagero. Ao longo da pesquisa foram necessários, em diversos momentos, reflexões e ajustes sobre o problema de estudo, bem como um constante levantamento de fontes. Destarte, também foi preciso selecionar e localizar documentos, obter cópias e analisá-los. E, escrever, elaborar uma argumentação, discutir uma gama de trabalhos historiográficos anteriores sobre o assunto, objetivando fundamentar a pesquisa, bem como suas conclusões. Isso visando atender aos moldes de um estudo em História da Ciência.

Ao se desenvolver uma pesquisa no campo da História da Ciência, após a escolha do tema, o pesquisador passa a estudar basicamente dois tipos de materiais: *fontes primárias* e *fontes secundárias*. Isso porque, segundo Julius Ruska *apud* Kragh (2003, p. 133):

A história das ciências continuará a depender das fontes que estão ao seu dispor em cada momento, mas a avaliação e o uso correto das fontes dependerão, por sua vez, da capacidade do historiador em conduzir a crítica histórica. Tal como a própria ciência, a apresentação da história é um processo que nunca termina.

Normalmente, em uma pesquisa em História da Ciência, são utilizados documentos de vários tipos. De acordo com Martins (2005, p. 310), costuma-se classificá-los em *fontes primárias* (material da época estudada escrito pelos teóricos estudados) e *fontes secundárias* (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados). Na presente pesquisa, é possível distinguir um tipo de outro. Os trabalhos escritos por Richard Hartshorne desde a primeira metade do século XX, bem como as obras científicas do período, são considerados como *fontes primárias*. Já os livros e artigos historiográficos recentes sobre Hartshorne, História do Pensamento Geográfico, Geografia Regional e Geografia Política enquadram-se como *fontes secundárias*.

**Quadro 1** – Subdivisão da Produção Acadêmica de Richard Hartshorne

PERÍODO	ÁREA	TÍTULO
Décadas de 1920 a 1930	<b>Geografia Econômica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>A New Map of the Dairy Areas of the United States (1935).</i></li> <li>- <i>A New Map of the Manufacturing Belt of North America (1936).</i></li> <li>- <i>Location as a Factor in Geography (1927).</i></li> <li>- <i>Location Factors in the Iron and Steel Industry (1928).</i></li> <li>- <i>The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago (1926).</i></li> <li>- <i>The Upper Silesian Industrial District (1928).</i></li> </ul>
Décadas de 1930 a 1960	<b>Geografia Política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia (1933).</i></li> <li>- <i>German Strategy of World Conquest (1942).</i></li> <li>- <i>Political Geography in the Modern World (1960).</i></li> <li>- <i>Recent Developments in Political Geography I and II (1935).</i></li> <li>- <i>Suggestions on the Terminology of Political Boundaries (1936).</i></li> <li>- <i>The Franco-German Boundary of 1871 (1950).</i></li> <li>- <i>The Functional Approach in Political Geography (1950).</i></li> <li>- <i>The Politico-Geographic Pattern of the World (1941).</i></li> </ul>
Décadas de 1930 a 1960	<b>Teoria e Método em Geografia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Comment on “Exceptionalism in Geography” (1954).</i></li> <li>- <i>“Exceptionalism in Geography” Re-Examined (1955).</i></li> <li>- <i>On the Concept of Areal Differentiation (1962).</i></li> <li>- <i>On the Mores of Methodological Discussion in American Geography (1948).</i></li> <li>- <i>Perspective on the Nature of Geography (1959).</i></li> <li>- <i>The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner (1958).</i></li> <li>- <i>The Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past (1939).</i></li> <li>- <i>Why Study Geography? (1969).</i></li> </ul>
Década de 1930	<b>“Outras Geografias”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis (1935).</i></li> <li>- <i>Agricultural Land in Proportion to Agricultural Population in the United States (1939).</i></li> <li>- <i>Racial Maps of the United States (1938).</i></li> <li>- <i>Six Standard Seasons of the Year (1938).</i></li> <li>- <i>The Twin City District: A Unique Form of Urban Landscape (1932).</i></li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2018)

Para que o presente estudo configurasse o mais fiel retrato da obra hartshorniana buscou-se, sempre quando possível, uma aproximação dos “originais” produzidos pelo

geógrafo, com especial atenção às obras *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959). Assim, pode-se dizer que o centro deste trabalho foi desenvolvido a partir de fontes primárias publicadas principalmente nas áreas de Teoria e Método em Geografia — que também engloba os estudos no campo da Geografia Regional — e de Geografia Política (Quadro 01).

Já as fontes secundárias (nacionais e internacionais) utilizadas ao longo da pesquisa foram imprescindíveis para gerar familiaridade com o contexto da época e, em particular, com o contexto da ciência geográfica. E, possibilitaram também a análise do impacto posterior causado pela publicação dos trabalhos de Hartshorne no âmbito da história da Geografia.

Nota-se, então, que uma variada gama de materiais deve servir ao historiador da Ciência. É necessário que o historiador procure saber o que outras pessoas já disseram sobre o tema de seu interesse, e é imprescindível que tenha contato direto com o material da época. Não se pode fazer um bom trabalho de História da Ciência com base apenas em informações de terceiros. Para realizar essas pesquisas, há uma metodologia específica e são necessárias habilidades particulares, o que requer uma formação especializada para atuar na área. (FERREIRA e MARTINS, 2009, p. 14).

A pergunta feita inicialmente ao desenvolvimento da pesquisa que acabou por determinar as fontes que deveriam ser consultadas. Dessa forma, no decorrer do trabalho foi necessária consulta tanto às *fontes primárias* como às *fontes secundárias*. Como ponto de partida, realizou-se um levantamento bibliográfico o mais completo possível, abrangendo tanto produções acadêmicas em formato físico quanto disponíveis em ambiente digital. Para tanto, foram utilizadas fontes terciárias — instrumentos bibliográficos para busca de fontes primárias e secundárias — dentre as quais se destacaram: bases de dados para pesquisa (Portal da Pesquisa, Portal de Periódicos da CAPES, *Scielo* etc.); e, fontes de dados disponíveis no portal das bibliotecas da UEL, UEM, UNESP, UNICAMP e USP.

A análise do conjunto de literatura presente nos acervos de universidades públicas brasileiras possibilitou atingir os objetivos traçados inicialmente para a pesquisa, pois as obras existentes em língua portuguesa, inglesa e espanhola foram capazes de fornecer o subsídio necessário à execução do presente estudo. Cabe, ainda, lembrar que o uso de bases de dados para pesquisas acadêmicas, dentre estas o “Portal da Pesquisa” (<http://www.portaldapesquisa.com.br/>) e o “Portal de Periódicos da CAPES” (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) foram fundamentais para a obtenção dos textos originais publicados por Richard Hartshorne em periódicos científicos norte-americanos, como *Annals of the Association of American Geographers*, *Economic Geography*, *Geographical Review*, *Professional Geographer*, *The American Political Science Review*, *The*

*Geographical Journal*, *World Politics*, dentre outros. Por meio dessas bases de dados foi possível localizar *fontes primárias* (livros impressos, teses, artigos e mapas) e *fontes secundárias* (bibliografias e estudos).

Sem os valiosos recursos materiais e digitais mencionados não seria possível ter acesso às fontes primárias e secundárias que permitiram o pleno desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, houve um artigo de grande importância onde se encontra listada toda a produção bibliográfica empreendida por Hartshorne, o qual consiste no trabalho intitulado *In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992* de autoria do geógrafo Geoffrey J. Martin, publicado em 1994 nos *Annals of the Association of American Geographers* (v. 84, n. 3, p. 480-492).

Conforme as reflexões tecidas por Martins (2005) há uma série de problemas que são comuns de serem encontrados em trabalhos de História da Ciência, já que esta é produzida por seres humanos e se constitui em uma reconstrução de fatos e contribuições científicas que ocorreram, muitas vezes, em épocas distantes. Tendo ciência desse cenário procurou-se no transcorrer da presente pesquisa evitar incorrer nesses problemas.

O primeiro deles consiste em uma História da Ciência puramente descritiva, repleta de datas e informações que não têm qualquer relevância para aquilo que está sendo estudado. Este tipo de História da Ciência apresenta, muitas vezes, alguns indivíduos como gênios que tiraram suas ideias e contribuições do nada e outros como verdadeiros imbecis que faziam tudo errado. Passa ao leitor uma visão completamente distorcida do processo de construção do pensamento científico. (MARTINS, 2005, p. 314).

Um segundo tipo de vício historiográfico descrito por Martins (2005, p. 314) seria o que Herbert Butterfield (1900-1979) chamou de interpretação *whig* da História, que é sinônimo de História da Ciência anacrônica e que consiste em “estudar o passado com os olhos do presente”. Neste caso, o historiador da ciência vai procurar no passado somente o que se aceita atualmente, ignorando completamente o contexto da época. É o caso da busca de precursores, ou de procurar em pesquisadores mais antigos conceitos que foram desenvolvidos muito depois. Ou então, valorizar no passado somente o que aceitamos hoje.

Para a autora, o ideal seria que o historiador da ciência procurasse se familiarizar com a atmosfera da época que está estudando sem perder de vista o que veio depois (História da Ciência diacrônica). Isso porque, em cada época e em cada autor o estilo de pensamento é diferente, e é preciso conhecer bem essas diferenças em vez de procurar encontrar a identidade entre autores e épocas distintos. Não se pode também criticar autores antigos utilizando argumentos e fatos muito posteriores. Entretanto, conforme sua atitude, o historiador poderá adotar uma interpretação *prig* se radicalizar sua posição contrária à

historiografia *whig* e considerar apenas o contexto e a contribuição do passado que estuda, ignorando completamente a História da Ciência moderna.

Outro vício explanado por Martins (2005) é o chamado “apudismo”. Este termo é aplicado aos trabalhos historiográficos cujos autores utilizam frequentemente/exaustivamente o termo *apud*, porque se basearam em informações indiretas. Eles elaboram um trabalho de História da Ciência baseando-se apenas em informações obtidas em fontes secundárias, sem consultar as fontes primárias.

Toda narração histórica é uma seleção ou “recorte” da história. Ao fazer este recorte, o historiador pode selecionar e descrever apenas os fatos que corroborem seu ponto de vista e ocultar os fatos que entrem em conflito. Neste caso, ele não estará apresentando as ideias daquele estudioso de forma fiel, pois estará omitindo aspectos importantes e sua narrativa será tendenciosa. Ele também pode estar fazendo uma narração falsa se as descrições entrarem em conflito com os fatos. (MARTINS, 2005, p. 315).

Por outro lado, segundo Martins (2005, p. 316), os pesquisadores são criaturas do presente e produtos de seu contexto que estão procurando estudar contribuições feitas em um passado mais próximo ou mais distante. “Não podem jogar seus olhos fora”. Porém, é desejável e deve ser considerada uma meta a atingir (ou, pelo menos da qual se procura aproximar ao máximo), para que a reconstrução empreendida seja feita da forma mais imparcial possível e que permita familiarizar-se com o contexto histórico, científico, social etc. que se está estudando, além de sempre buscar deixar os preconceitos de lado.

Nesse sentido, partindo da premissa de que a História da Ciência procura estudar a construção do conhecimento de uma época dentro do seu próprio contexto, cabe destacar as explanações de Claval (2011), o qual considera que o período entre as duas guerras mundiais é muito mais marcado pelo alargamento do campo de estudo da Geografia que pelo seu aprofundamento.

O período que vai de 1890 a 1950 vê a Geografia assumir a sua forma clássica: ciência natural das paisagens e das sociedades ocupa um lugar importante no estudo dos fenômenos físicos e mostra-se mais à vontade no tratamento das sociedades tradicionais do que no do mundo urbano e industrializado cuja difusão se acelera. Apesar de a expansão imperialista chegar rapidamente ao seu fim e da febre nacionalista se acalmar após a Primeira Guerra mundial, o lugar da disciplina na formação dos futuros cidadãos não está ameaçado — numa época em que o interesse pela economia se acentua, permite compreender as especificidades, as complementaridades e as dependências que caracterizam o panorama mundial. (CLAVAL, 2006, p. 79).

Os geógrafos passaram a explorar o mundo rural, analisar as realidades urbanas, voltando-se às atividades econômicas e se apaixonando pelos conflitos políticos. Na medida em que são mais numerosos em um mundo onde a mobilidade aumentou, a parte dedicada às

realidades exóticas expande-se. Esse é o contexto em que Hartshorne inicia sua produção científica, marcado também por uma transição entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna.

Esse caminhar se fez num mundo historicamente envolto pela ascensão do fascismo e do nazismo, pela deflagração das duas guerras mundiais, pela luta pela descolonização e, pelo nascimento e desenvolvimento do primeiro Estado socialista. Período de grandes mudanças, no qual o desenvolvimento do fordismo foi embalado pelo som de um novo ritmo, o *jazz*, pela difusão do rádio, pela agonia do cinema mudo e pelo desenvolvimento da pintura abstrata. (LENCIONI, 2003, p. 115).

Considerado por Andrade (1987, p. 79) como “o maior teorizador da escola clássica nos Estados Unidos”, Hartshorne alvitra por meio de sua obra acadêmica analisar questões sobre a natureza da ciência geográfica e seus problemas metodológicos, tendo como fonte fundamental para seus argumentos a Geografia Alemã do início do século. Dessa maneira, o teórico norte-americano busca exaustivamente “estabelecer uma metodologia capaz de fazer da Geografia Moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2003).

A sistematicidade e objetividade do trabalho geográfico empreendido por Hartshorne permite uma superação do nível da descrição, atingindo por consequência a análise científica tão almejada. Isso contribui para a emergência do autor como um dos mais importantes pensadores na história da Geografia, ocupando um papel de destaque perante a produção científica vindoura.

Por fim, deve-se considerar Hartshorne como símbolo de um trabalho coletivo, sendo que sua produção acadêmica só pode ser compreendida levando em consideração o contexto cultural, técnico e científico vigente a partir do período entre guerras. O autor debruça-se sobre o conhecimento geográfico acumulado, representado principalmente pelos trabalhos de Kant e Hettner, para propor novos enfoques teórico-metodológicos no âmbito da Geografia.

## CAPÍTULO II

### Richard Hartshorne: uma Trajetória pela Geografia

#### 2.1 A ESCOLA NORTE-AMERICANA DE GEOGRAFIA

Antes de iniciar a explanação acerca do processo de implantação da Escola Norte-Americana de Geografia, propriamente dito, cabe tecer algumas reflexões em torno da concepção de “escolas de geografia” no transcorrer da evolução dessa ciência. Isso porque, a partir do momento em que a Geografia se institucionaliza, é frequente recorrer à ideia de *escola* para pensar o seu desenvolvimento: no início, existe uma impulsão dada pelo gênio fundador; o movimento toma em seguida uma forma linear e contínua.

De acordo com Claval (2013, p. 08), este modelo é, sobretudo, utilizado para o fim do século XIX e início do XX, um momento onde a Geografia torna-se uma disciplina acadêmica em um mundo universitário que é então fortemente hierarquizado; ele apresenta menos interesse para o período contemporâneo. Porém, o “modelo de escola” não é desinteressante. Fala-se, na primeira metade do século XX da escola francesa, escola alemã e de duas escolas americanas, uma do Meio-Oeste e outra de Berkeley.

Ainda, conforme as noções expressas por Claval (2013, p. 08), a ideia de uma única coerência ligada à autoridade de um mestre ou à importância das instituições nacionais não é convincente. As escolas não nascem, portanto, automaticamente da autoridade intelectual e institucional de um mestre. Que elas sejam dominadas por uma personalidade forte, isso é certo, mas não é sempre o caso. Se a Escola de Berkeley estrutura-se ao redor de Carl Sauer, a Escola do Meio-Oeste não se constrói ao redor de um nome, isso será analisado ao longo dessa seção.

Então, trata-se do seguinte problema: o que faz com que em alguns momentos os geógrafos reclamem uma concepção particular da geografia, de seu desenvolvimento, de seus métodos, no lugar de destacar o caráter universal das abordagens utilizadas? A resposta: trata-se do impasse epistemológico ao qual a geografia humana se encontra desde Ratzel: concebida como uma ecologia do homem, como um estudo das relações entre os grupos humanos e o meio, ela postula a princípio que é o meio que modela as sociedades humanas: mas esta posição parece imediatamente indefensável. Quando é necessário dar mais lugar à iniciativa humana, e enquanto o problema permanece proposto em termos das relações homem/meio, ele não comporta uma solução geral. Na França, onde a perspectiva possibilista tem maior espaço, coloca-se ênfase na formação da densidade e na organização regional [para conferir maior espaço ao homem]. Na Alemanha, escolheu-se um enfoque através da paisagem, pois ela engloba de uma só vez o quadro ambiental e a presença humana; ela dá lugar igualmente à ideia de região (devido à dupla significação da palavra *Landschaft* em alemão). (CLAVAL, 2013, p. 09).

Com relação ao cenário instalado nos Estados Unidos, cabe destacar que os geógrafos do Meio-Oeste tentam tirar a Geografia desse impasse reforçando seu rigor metodológico, isso fica nítido em toda a produção acadêmica de Richard Hartshorne. Carl Sauer é próximo dos alemães pela ênfase que confere à paisagem, mas ele a interpreta de maneira original, uma vez que, para ele, o ambiente vegetal e animal das sociedades humanas é uma criação em parte voluntária do homem e em parte involuntária.

Foi o professor Carl O. Sauer, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que em 1925 trouxe aos geógrafos americanos as ideias geográficas mais novas da Alemanha. Deixou claro o que os sábios alemães e franceses vinham dizendo e escrevendo desde a década de 1890, que a terra física não determina, com efeito, a reação humana. Pouco a pouco foi surgindo o conceito central da Geografia moderna: a significação para o homem dos aspectos físico e biótico de seu *habitat* é uma função das atitudes, dos objetivos e habilidades técnicas do próprio homem. Isto afirma que o fator determinante nos sistemas homem-terra é a cultura, ou os modos tradicionais de vida, de seus habitantes. Os recursos naturais são, por certo, produzidos por processos físicos ou bióticos, mas se tornam recursos, ou criam recursos em consequência de mudanças de atitudes e da tecnologia do homem. Uma visão histórica da importância cambiante da base de recurso em qualquer região demonstra a impropriedade dos conceitos de determinismo ambiental. Por outras palavras, a cada mudança de atitudes, objetivos ou habilidades técnicas de um povo, o sentido da base de recurso deve ser reavaliado. (JAMES, 1970, p. 10).

Assim, pode-se dizer, segundo Claval (2013), que houve uma época das *Escolas de Geografia*: é essa que surge com o nascimento da Geografia até o aprofundamento da reflexão sobre seus fundamentos, depois da Segunda Guerra; a partir de então, evidencia-se o momento em que a Geografia mostra-se incapaz de propor uma interpretação geral e coerente da realidade que ela analisa.

Na época primitiva das colônias nos Estados Unidos, quando todos os estudantes universitários seguiam os mesmos cursos de estudo, a Geografia representava um desses cursos. Era ministrada no primeiro ano em Harvard, no fim do século XVII e começo do século XVIII. O texto base era a *Geografia Geral* de Bernhard Varenius, revista e atualizada por Isaac Newton. Os graduandos aprendiam acerca do movimento das estrelas, dos planetas e da Lua. Aprendiam como determinar a posição exata de um lugar pela latitude e longitude. Conheciam como os estudiosos dividiam a superfície da terra em regiões distintas, com base nas associações e interconexões de área de plantas, animais e da natureza inanimada. Adquiriam técnicas para confeccionar e ler mapas.

O primeiro texto geográfico publicado na América, conforme informações de James (1970, p. 07), foi de autoria de Jedidiah Morse, em 1784. Esse consistia em uma geografia universal, baseada em obras semelhantes publicadas na Inglaterra, todas representando variações sobre o tema da *Geografia Geral* de Varenius. O texto de Morse,

frequentemente revisto para acompanhar a rápida marcha da descoberta geográfica, dominou o ensino da geografia nas universidades até o fim do primeiro quartel do século XIX. Por essa época deixou de ser útil a geografia universal, mesmo tendo-se expandido a ponto de compreender vários volumes. A Geografia, muitas vezes descrita como “a mãe das ciências”, foi substituída pelo estudo dos campos substanciais separados.

Renasceu o interesse pelo que se estende além do horizonte quando se abriram as cortinas do Oeste. Lewis e Clark acenderam as imaginações com as explorações que fizeram dos sistemas fluviais do Missouri e do Columbia. Depois da Guerra Civil foram organizadas quatro investigações separadas do Oeste. Ferdinand V. Hayden começou pelo Território de Nebraska e depois expandiu o seu trabalho no rumo do Oeste ao Colorado e ao que é hoje conhecido como o Yellowstone Park. Clarence King organizou uma investigação ao longo do Paralelo 40, de Sierra Nevada rumo ao leste até as Grandes Planícies. Ambas as investigações foram financiadas pelo Governo e destinadas ao levantamento de mapas e preparo de relatórios sobre a natureza da terra e seus recursos. John Wesley Powell, que atraiu a atenção nacional por sua exploração do Rio Colorado, foi mais tarde apoiado também pelo Governo Federal em suas investigações do Oeste. Sua obra *Geographical and Geological Survey of the Rocky Mountain Region* (1877) teve forte objetivo utilitário, inclusive o mapeamento de terras de irrigação em potencial. Mas as pessoas que estavam interessadas em atrair novos colonizadores não tinham o menor interesse por mapas objetivos que mostrassem as verdadeiras áreas onde seria possível a irrigação com êxito. Powell recebeu do Congresso instruções no sentido de prosseguir no trabalho geológico. Seu êxito com a inclusão de pesquisas de outros elementos da região, inclusive o povo, é um triunfo de sua capacidade administrativa sobre a política de Washington. Entrementes, a quarta investigação, sob a chefia de George M. Wheeler, destinava-se a preparar mapas topográficos, não somente como base para estudos geológicos, mas também mostrando minas, granjas, aldeias, rodovias, ferrovias e represas úteis ao planejamento do desenvolvimento econômico. Em 1879, todas essas investigações foram reunidas na *Investigação Geológica dos Estados Unidos*. (JAMES, 1970, p. 07-08).

Nesse ponto, cabe fazer um adendo com base nas ideias de Unwin (1995, p. 126), segundo o qual a criação de sociedades geográficas nas principais cidades do mundo também chamou a atenção dos comerciantes, editores e filantropos nova-iorquinos que, em 1851, fundaram a Sociedade Americana de Geografia e Estatística de Nova Iorque. Em seus primeiros anos, a sociedade centrou-se principalmente na exploração e integração econômica dos Estados Unidos. Os quatro focos de interesse da sociedade resumiam-se na abertura dos Estados ocidentais, a exploração e desenvolvimento dos laços econômicos com a América do Sul, a exploração da África inspirada em grande medida nos informes das atividades missionárias de Livingstone, e a exploração do Ártico. Em 1859, ano do falecimento de Humboldt e Ritter, e da primeira publicação da obra *A Origem das Espécies* de Darwin, publicou-se o primeiro número do “Jornal” da sociedade.

Uma característica particularmente interessante desta sociedade nessa época era o interesse por compilar e publicar estatísticas das mais diferentes temáticas, desde as características do solo e da agricultura até os serviços postais. Outros aspectos de destaque da

sociedade eram sua preocupação pela pertinência prática e a influência da geografia acadêmica alemã.

Cabe destacar que desde que Varenius oficializou a Geografia como disciplina intelectual no século XVII, três foram os temas centrais que ocuparam os geógrafos: o equilíbrio entre a Geografia como disciplina regional (corográfica) e sistemática; sua posição como ciência; e, a conceptualização das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Não obstante, segundo Unwin (1995, p. 150), devido à ausência de uma direção e um foco de atenção claros na disciplina, a Geografia teve dificuldades, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, para estabelecer-se como uma “ciência de verdade” sobre as grandes críticas dos geólogos, biólogos e sociólogos. Como consequência, os departamentos de Geografia tardaram em ser criados nas universidades e, a princípio, eram simples anexos dos departamentos de Geologia.

O papel central da Geografia na expansão imperial das potências europeias, como fornecedora de conhecimentos acerca das diferentes partes do mundo, foi muito importante para o êxito do expansionismo europeu. Este último refletiu na criação de numerosas sociedades geográficas no século XIX. Não obstante, a imagem de disciplina das notícias sobre as explorações e descrições dos relatos dos viajantes não fomentava sua reputação científica na época de expansão das universidades, que se produziu ao final do século XIX e princípio do XX. (UNWIN, 1995, p. 150, tradução nossa).

Nesse sentido, a Escola Geográfica Norte-Americana — aquela constituída no âmbito da academia — desenvolveu-se somente a partir da segunda metade do século XIX, tem sido muito estimulada pela migração de geógrafos oriundos de nações europeias.

A história da geografia americana é há muito tempo composta de episódios brilhantes e períodos de apagamento: por não ter raízes no ensino primário e secundário, a institucionalização da disciplina permaneceu mais frágil do que noutros lugares. Os departamentos de Geografia criados nas universidades tiveram de se esforçar para atrair estudantes e subsistir — nem sempre o conseguindo: não faltam contratemplos nem departamentos fechados em universidades prestigiadas. (CLAVAL, 2006, p. 95).

A geografia universitária americana deve muito à ação de duas figuras: Louis Agassiz (1807-1873) e Arnold Guyot (1807-1884), geógrafos suíços que migraram para os Estados Unidos, passando a executar estudos de Geografia Regional e Geomorfologia, tendo como base os modelos alemães. De acordo com Andrade (1987, p. 77), em consequência do aporte desses dois mestres, teve a Geografia Americana maior desenvolvimento em seus aspectos físicos, destacando-se John Wesley Powell (1834-1902), na Geomorfologia, estudando o Oeste, e William Morris Davis (1850-1934), considerado o grande teorizador da Geomorfologia em seu tempo. Davis foi o autor da Teoria do Ciclo Geográfico de Erosão,

baseada em observações feitas nos Estados Unidos, em áreas de clima temperado úmido. Suas análises tiveram grande aceitação tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

A Geografia, nas universidades americanas de fins do século XIX, era na maioria das vezes ensinada por geólogos com pouco ou nenhum preparo em Geografia. Os aspectos físicos e bióticos da terra eram tratados com proficiência, mas os processos econômicos, sociais e políticos eram descritos como reações ao chamado meio geográfico. O líder reconhecido da profissão geográfica na América de antes da Primeira Guerra Mundial foi William Morris Davis, da Universidade de Harvard. Davis, cujo modelo teórico geneticamente concebido da sequência de acontecimentos no desenvolvimento de formas de terra foi amplamente adotado tanto nos Estados Unidos como na Europa, reconheceu a necessidade de um tratamento equilibrado dos aspectos naturais e culturais. Mas sua solução foi tratar os aspectos culturais como reações. Essa foi a época do determinismo ambiental nos Estados Unidos. Esses conceitos dominaram o pensamento geográfico americano numa época em que já haviam sido rejeitados na Europa. A Geografia era então um assunto de exteriores, exigindo observações de campo. Os estudantes eram incentivados a formular hipóteses e a comprová-las com novas observações. Os escritos de William Morris Davis contêm numerosos ensaios sobre como os estudos geográficos devem ser organizados e sobre como podem ser apresentadas e consideradas com maior eficiência as descobertas geográficas. (JAMES, 1970, p. 09-10).

Quanto à Geografia, os historiados da ciência geográfica admitem a existência de duas escolas nos Estados Unidos: a de Chicago (*Middle West*) e Berkeley (Califórnia). Na Escola de Chicago, conforme as explanações de Andrade (1987, p. 78), dominaram geógrafos inspirados em Ratzel, como Ellen Churchill Semple (1863-1923) e Ellsworth Huntington (1876-1947). Esta escola levou ao extremo as teorias deterministas, o que serviu para legitimar a expansão americana para o Oeste, que resultou na dizimação de tribos indígenas, e para o Sul conquistando mais da metade do território mexicano.

Especialmente no Middle West, o botânico F. E. Clements soube tirar partido da cartografia detalhada das formações vegetais para o essencial da sua visão sobre a forma como se estabelece o clímax. Os seus métodos são amplamente imitados por outras disciplinas — a escola de sociologia urbana de Chicago, desenvolvida em torno de Robert Park (1864-1944) deve-lhe o essencial dos seus instrumentos de análise. Os geógrafos não ficam de fora. Desenvolve-se o que se chamou, no seu seguimento, uma escola do Middle West, muito preocupada pelo rigor nos procedimentos de coleta de dados, e desejosa, a partir daí, de encontrar explicações funcionais para as distribuições observadas. Nela, os trabalhos de geografia econômica e de geografia política encontram condições favoráveis. (CLAVAL, 2006, p. 95-96).

A Escola de Berkeley teve a sua figura principal em Carl Sauer (1889-1975), que também se deixou influenciar profundamente por geógrafos alemães, como Alfred Hettner (1859-1941), e pela chamada escola histórico-cultural. Segundo Andrade (1987, p. 78), trabalhando no Oeste, em clima seco, desértico, Sauer observou e analisou as civilizações indígenas, admitindo um condicionamento da atividade humana pelo meio físico, com a adaptação das civilizações ao meio natural. Dando grande importância às culturas, ele

aproximou a Geografia da Antropologia, como acontecera na França com os discípulos de Jean Brunhes (1869-1930).

Carl Sauer pertence, pela sua formação, à escola do Middle West. Deve-lhe o seu gosto pelos resumos minuciosos e a acumulação paciente de dados de campo. Mas a sua orientação é outra.

[...]

É seduzido pelas teses alemãs da geografia como ciência da paisagem, e cita abundantemente os autores que ilustram esta corrente no início da década de 20, Siegfried Passarge (1866-1958), por exemplo. Porém, para ele, o termo *Landscape* não cobre tudo o que evoca o termo alemão *Landschaft*; a dimensão regional fica excluída.

Nomeado em 1923 para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde trabalha até a sua reforma e até morrer, Sauer descobre os estudos de antropologia cultural. A partir daí, consagra o essencial do seu tempo aos Ameríndios do Sudoeste dos Estados Unidos e às sociedades hispano-americanas. (CLAVAL, 2006, p. 96).

Moraes (2003) sintetiza claramente como se deu o despontar da ciência geográfica nos Estados Unidos, registrando que

Foi somente a partir dos anos trinta que a Geografia americana se desenvolveu, chegando esse país, nos anos mais recentes, a ser um dos centros mundiais da produção geográfica. Após 1930, desenvolveram-se aí duas grandes escolas de Geografia. Uma, na Califórnia, aproximou-se bastante da Antropologia, elaborando a Geografia Cultural. Seu mais destacado formulador foi Carl Sauer, que propôs o estudo das “paisagens culturais”, isto é, a análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização de seu meio. A outra, batizada de escola do Meio-Oeste [Chicago], aproximou-se da Sociologia Funcionalista e da Economia, propondo estudos como o da organização interna das cidades, o da formação da rede de transportes etc. Esta escola, ainda hoje bastante ativa, foi pioneira no uso dos modelos e da quantificação. (MORAES, 2003, p. 86-87).

Entretanto, a figura mais célebre, que encontrou maior repercussão de sua produção, foi sem dúvida Richard Hartshorne, considerado como o teorizador da Geografia clássica norte-americana. Nitidamente influenciado pela obra de Kant e Hettner, o autor procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, *A Natureza da Geografia*, publicado em 1939, e *Propósitos e Natureza da Geografia*, publicado em 1959, Hartshorne desenvolve as teses do mestre alemão (Hettner) a quem seguia e especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

## 2.2 PANO DE FUNDO HISTÓRICO-CIENTÍFICO DA PRODUÇÃO HARTSHORNIANA

As disciplinas científicas (e/ou discursos) não podem ser concebidas como comunidades, pequenas sociedades ou microcosmos cujos membros encontram-se desvinculados do mundo. Elas precisam da sustentação da sociedade mais ampla para existir, pois é a sociedade que emprega os acadêmicos. Embora em parte possam impor suas próprias prioridades sobre que tipo de trabalho deve ser feito, eles são fortemente influenciados por fatores externos.

Determinantes de caráter sociocultural, técnico-científico e econômico afetam rotineiramente o ritmo e a direção do crescimento científico. É verdade que muitas das mudanças científicas ocorrem apesar, mais que por causa, da direção externa ou do controle financeiro. Até mesmo o progresso no estudo desinteressado de certas áreas ocorre, provavelmente, um pouco mais rapidamente em função de sua relevância para outros interesses.

Deste modo, o estudo de uma disciplina precisa ser posto em seu contexto social. Entretanto, não se supõe, necessariamente, que os membros das comunidades científicas aceitam inteiramente o contexto social e as diretrizes e impulsos que ele emite. Eles podem se opor a ele e usar sua base acadêmica como um foco para seu descontentamento. Mas os limites (potenciais) para esse descontentamento são substanciais. A maioria das comunidades acadêmicas está localizada nas universidades, muitas das quais, para existir, dependem de fundos públicos desembolsados pelos governos. Estes são corpos centrais nas sociedades modernas, que podem usar seu poder financeiro para influenciar, se não para dirigir, o que é ensinado e pesquisado nas universidades. E algumas universidades dependem de fontes financeiras privadas e, deste modo, precisam convencer seus patrocinadores de que seu trabalho é relevante em termos das preocupações sociais correntes. (JOHNSTON, 1986, p. 44-45).

Ao refletir sobre o contexto histórico-científico no qual Richard Hartshorne iniciou sua impactante produção acadêmica, pode-se, convenientemente, adotar a Segunda Guerra Mundial como marco balizador. Esse conflito tende a ser considerado como um dos maiores “divisores de águas” no desenvolvimento da sociedade norte-americana. Entretanto, ele não pode ser considerado isoladamente. Igualmente importante para essa discussão são a depressão econômica mundial (Crise de 1929) que a precedeu e a Guerra Fria que a seguiu.

Pela primeira vez um conflito internacional maior não foi determinado somente pelos sacrifícios de homens em batalhas na terra e no mar, embora tenha havido muitos desses sacrifícios durante a Segunda Guerra. E, as dimensões extras desta guerra não envolveram apenas o desenvolvimento do espaço aéreo como uma arena adicional para o conflito. A guerra se desenvolveu não somente entre forças militares armadas, mas também, entre cientistas, e a vitória foi apressada, senão assegurada, pela superioridade científica das potências aliadas, mais obviamente em Hiroshima e Nagasaki. Ela marcou a “maioridade” da ciência e da tecnologia. Durante muito tempo, a ciência e a tecnologia têm sido elementos maiores no desenvolvimento da industrialização do mundo ocidental e, embora seu domínio se tenha estabelecido durante os anos do conflito, não haveria mais recuo em relação aos numerosos avanços tecnológicos produzidos pelos pesquisadores que colaboraram no esforço militar. Assim, a guerra prenuncia a era da ciência e da tecnologia, do domínio da máquina. (JOHNSTON, 1986, p. 45).

Associado com esse crescimento em atividade e também em prestígio — com os governos e com a sociedade em geral—, houve um desenvolvimento paralelo do que veio a ser conhecido como engenharia social. A grande depressão econômica da década de 1930, desencadeada pelo desastre financeiro de *Wall Street* em 1929, teve um impacto maciço sobre a natureza da atividade governamental e levou ao início de muitas providências objetivando aliviar as situações de pobreza e de privação e aplacar a consciência liberal.

A profunda depressão econômica pós-Primeira Guerra foi seguida, nos Estados Unidos, de uma fase de prosperidade na década de 20. A sociedade americana foi a primeira sociedade de consumo de massa, com todas as suas virtudes e defeitos, trinta anos antes que os outros países atingisse esse nível. É interessante notar que durante longo período de tempo os EUA já vinham desfrutando de alimentos com baixo custo, relativa escassez de mão-de-obra, tornando constante a oferta de empregos, e amplo mercado o consumidor; ou seja, a importância do consumidor não necessariamente foi maior na economia daquela época do que havia sido antes. A diferença básica a partir da década de 20 é que os principais produtos de consumo eram diferentes de anteriormente, já sendo, mais ou menos, os mesmos produtos consumidos pelo mundo na década de 70. Com a implantação do sistema fordista de produção e montagem, certos produtos como rádios, eletrodomésticos, além dos automóveis, começaram a serem produzidos em grande escala e baixos preços. A demanda produtiva de produtos como os automóveis fomentou a demanda de produtos complementares como pneumáticos, metalurgia etc. Os níveis de venda se mantiveram pela ampliação da propaganda e publicidade em rádios. De acordo com Adams (1979, p. 257) naquela época nenhum outro país, nem remotamente, conseguiria alcançar esta situação econômica; os Europeus observavam a expansão americana com uma mistura de incredulidade, admiração e inveja. (DUTRA-GOMES, 2010, p. 105-106).

Nos Estados Unidos essa tendência foi representada pela legislação do *New Deal*, desenvolvida entre os anos de 1933 e 1937, durante os governos do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de diminuir a crise, encorajar a indústria e, através da Lei de Previdência Social, fornecer ajuda pública para aqueles que, sem terem culpa, eram “indigentes”.

Nos Estados Unidos, a deterioração de alguns ambientes, sob o efeito de uma exploração não controlada, motiva as intervenções do poder federal: F. D. Roosevelt lança em 1933 o programa do *Tennessee Valley Authority* (TVA) para reabilitar uma região arruinada pela desarborização e erosão dos solos. As grandes barragens, destinadas a regularizar os caudais, fornecerão a energia destinada à promoção da indústria. (CLAVAL, 2006, p. 104-105).

Medidas similares foram introduzidas pelo governo nacional na Grã-Bretanha. Muito mais havia sido renunciado pelos planos dos anos de guerra, tais como aqueles promovidos pelo *Relatório Beveridge* para a previdência social. A vitória do Partido Trabalhista em 1945 anunciou a introdução de políticas socialdemocratas, com o objetivo de dar ao governo um papel maior, em tempos de paz, na organização da economia e da sociedade, do que havia sido anteriormente imaginado.

Este desenvolvimento da engenharia social estava associado com um crescente prestígio das ciências sociais e uma grande expansão em suas atividades. As ciências econômicas foram as primeiras a alcançar o novo status, através das contribuições de Keynes e de outros para a solução dos problemas da depressão, da organização das economias em tempo de guerra e para a participação no planejamento de uma nova ordem econômica mundial após a guerra. As outras ciências sociais seguiram essa tendência. A pesquisa em Psicologia Social foi largamente usada na avaliação de pessoal pelas Forças Armadas e, após a guerra, as pesquisas de opinião provaram ser valiosas para os políticos e grupos afins, ao mesmo tempo em que a pesquisa de mercado era crescentemente usada pela indústria (ao lado da Psicologia, em seus esforços publicitários). Todos esses campos adotaram os “métodos científicos” de ciências mais sólidas e de maior prestígio, e seus sucessos foram rivalizados por outras disciplinas, tais como a Sociologia, a Administração e, mais tarde, a Geografia. Ser científico significava ser respeitável e útil. (JOHNSTON, 1986, p. 46).

Ao refletir especificamente sobre a situação enfrentada pela Geografia, Claval (2006) demonstra que até o final da Segunda Guerra Mundial, a Geografia desenvolveu-se, sobretudo, na Europa continental. Em regra, a Alemanha e a França encabeçavam o movimento. A Geografia Britânica tinha uma importância apreciável, mas não se destacava pelo seu modernismo. A situação da investigação universitária era mais brilhante nos Estados Unidos, mas não possuindo uma base institucional suficiente, o seu impacto permanecia limitado. A partir do pós-guerra, a renovação da Geografia provém cada vez mais dos programas desenvolvidos nas universidades dos Estados Unidos, da Inglaterra e, em menor medida, do Norte da Europa. Isso se deve ao papel crescente do mundo anglo-saxão em todos os domínios da vida internacional, incluindo as ciências. O que testemunha também as condições que prevalecem nos *campi* universitários ingleses ou americanos: as ideias novas encontram aí eco imediato entre grupos de jovens investigadores que preparam suas teses. A evolução da disciplina dá, assim, lugar a discussões apaixonadas; as modas influenciam-na. Quão longe se está das transformações silenciosas às quais os universitários continentais estavam habituados.

Os anos da guerra viram o fim das privações econômicas ocasionadas pela depressão, na medida em que a produção industrial foi utilizada no abastecimento da máquina de guerra. Durante o período de Guerra Fria que se seguiu, a produção militar permaneceu considerável e manteve muita gente empregada. Além disso, havia muitos anos perdidos a serem compensados e, com o pleno emprego, a direção e o crescente envolvimento governamentais nos negócios da economia e, finalmente, a necessidade de reequipamento das indústrias; as duas décadas que se seguiram à guerra foram caracterizadas por um *boom* econômico no mundo ocidental. Afora o crescente envolvimento governamental, esta era de desenvolvimento industrial foi marcada por outra nova e importante característica, o desenvolvimento de firmas gigantes, inclusive das multinacionais. A concentração e a centralização do capital desenvolveram-se rapidamente, provavelmente de forma mais rápida que em qualquer período precedente; o tamanho médio das firmas e das fábricas cresceu e a economia mundial veio a ser dominada por um número relativamente pequeno de empresas, que eram usualmente encorajadas em suas atividades pelos governos. (JOHNSTON, 1986, p. 46-47).

A reconstrução das devastadas arenas de guerra na Europa trouxe novas exigências para as sociedades e a profissão do planejador emergiu da obscuridade inicial, para assumir um papel maior na preparação do projeto de uma nova ordem social. A necessidade de tal ação foi percebida durante os anos de guerra, nos Estados Unidos, com a preparação de uma série de relatórios voltados para os padrões futuros de uso da terra e com a distribuição espacial da atividade econômica, nas escalas local e regional. As cidades tinham que ser reconstruídas; “novas cidades” tinham que ser construídas; uma distribuição inter-regional mais equilibrada da indústria e do emprego devia ser assegurada; a terra agrícola precisava ser protegida; e, os ambientes residenciais necessitavam ser melhorados: tudo isso provocou um aumento da demanda tanto de cientistas sociais, quanto de engenheiros.

Neste período, enquanto na Ciência a Teoria da Relatividade de Einstein, Nobel em 1921, expandia as repercussões de um espaço relativo e diferenciando pelos corpos, pela Geografia Americana tornou-se essencial o conhecimento das diferenciações espaciais para a recuperação e expansão da economia. Este foi um período de intensos trabalhos de inventários de recursos, classificação de áreas e formas de uso do terreno. Vários métodos de classificação, bem como planos de gestão foram propostos. Envolvendo o engajamento de órgãos públicos como Comitê Nacional de Planejamento de Recursos, Departamentos Regionais de Estudos de Planejamento, Comitê de Recursos Hídricos etc., os métodos e práticas de campo, ganharam aliados técnicos como as fotografias aéreas na década de 30, possibilitando, por exemplo, no plano de mapeamento, a experimentação de diferentes escalas para a representação, de acordo com a complexidade do quadro natural e humano, e dos interesses de utilização econômicas, por exemplo. Convergente com a expansão internacionalista, esses inventários não eram somente do território nacional, mas de regiões do mundo. (DUTRA-GOMES, 2013, p. 82).

O maior comprometimento em relação à propriedade da terra nos Estados Unidos dificultou um pouco a aceitação do planejamento espacial nesse país, mas acabou deslançando devido ao rápido crescimento dos problemas envolvendo o grande desenvolvimento da posse e do uso do automóvel: o planejamento e a engenharia de transporte tornaram-se, logo, indústrias em crescimento, aliadas às indústrias automobilísticas e às companhias que construíram as maiores rodovias. Novamente isto se tornou uma esfera maior da atividade governamental.

Outra aplicação característica [dos estudos geográficos] foi a busca pela solução de problemas práticos relacionados às formas de uso e gestão da superfície e recursos. Havia-se percebido que além do reconhecimento das informações sobre os recursos disponíveis era necessário elaborar planos de gestão e guia com vista evitar a degradação predatória e insustentável, já notável em certas regiões na época. Uma das questões era fornecer elementos para que os interesses privados não viessem a degradar os recursos. Os esforços de classificação das áreas e usos potenciais já eram feitos no período da independência dos Estados Unidos quando ocorrera a necessidade de se expandir as informações dos recursos para o Oeste. Agora a necessidade é de aperfeiçoar o uso econômico com respeito à quantidade de área e de produtos produzidos, sem que para isso os recursos naturais sejam exauridos. (DUTRA-GOMES, 2010, p. 107).

Para todas essas tarefas — crescimento econômico e planejamento; planejamento espacial; administração; mudança tecnológica; gerenciamento etc. — havia a necessidade de pessoal treinado, e as universidades receberam uma procura sem precedentes de estudantes para atender às novas necessidades da sociedade. Segundo Johnston (1986), a educação expandiu-se rapidamente. As universidades e faculdades existentes cresceram e muitas outras foram criadas. Departamentos de Ciência e de Ciência Social se expandiram para atender à demanda de novos graduandos. Um corpo extra de professores se envolveu na pesquisa, o que fez com que aumentasse o movimento de desenvolvimento e questionamento dos paradigmas e, por outro lado, os produtos da pesquisa eram procurados pelos governos e empresas para facilitar a realização de seus planos. Em vez de lugares em que uma pequena elite era educada e alguns indivíduos privilegiados desenvolviam as pesquisas de seu interesse, as universidades tornaram-se centros de desenvolvimento da sociedade. Os projetos de pesquisa tornaram-se maiores, sustentados por grandes doações de organismos externos e conduzidos por graduados especialmente empregados, bem como o ritmo e o volume de publicações cresceu exponencialmente.

Portanto, os anos de 1945 até 1965, aproximadamente, podem ser caracterizados como um período de dominância científica e tecnológica. Alegou-se que os problemas de produção tinham sido resolvidos, na medida em que bens e serviços suficientes poderiam ser fornecidos para satisfazer a todos. Os problemas de distribuição estavam ainda sendo resolvidos, pois ainda havia desigualdade de abastecimento nas diversas escalas espaciais. Argumentou-se, todavia, que isso poderia ser superado, e a perspectiva de uma vida próspera e saudável para todos foi difundida. As disciplinas acadêmicas estavam contribuindo substancialmente para a solução dos problemas, através de seu próprio progresso científico. Avanços nas ciências naturais e nas tecnologias estavam resolvendo os problemas de produção de alimentos, moradia e bens de consumo — bem como os de saúde. E, avanços nas ciências sociais estavam ajudando na administração do desenvolvimento. O investimento em educação era, então, investimento no progresso social (assim como um investimento no destino dos indivíduos envolvidos). (JOHNSTON, 1986, p. 48).

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, o contexto modifica profundamente a maneira de conceber os problemas sociais. A sociedade já não pedia aos geógrafos ensinamentos iguais aos do início do século. A febre nacionalista havia se acalmado nos países industriais. Os domínios com maior necessidade de conhecimentos e técnicas passaram a ser a economia e a organização social.

Aqueles que participaram na Segunda Guerra Mundial sonhavam construir uma sociedade mais justa e mais próspera do que a do início do século. Toda a humanidade devia beneficiar-se do progresso. Estes homens de ação pediam ferramentas eficazes de planificação econômica e espacial: tinham necessidade de uma ciência que não se contenta em interpretar evoluções complexas depois de terem acontecido, mas mostrar em que sentido evoluía os sistemas geográficos. Devia também prever todas as incidências das medidas destinadas a fazer frente ou a acelerar, segundo o caso, as transformações. (CLAVAL, 2006, p. 105).

Desde o início do século XIX, que se apostava em uma geografia explicativa, mas dando ênfase às relações homem/meio, a Geografia ficou impedida de chegar a leis gerais, que eram as que permitiriam a previsão. Essa foi a causa do mal-estar que inquietou a disciplina e do eco que nela encontrou rapidamente a economia espacial.

### 2.3 RICHARD HARTSHORNE: ENTRE O CLÁSSICO E O MODERNO

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 — *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano (Figura 01), realizou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920, tendo como campo de estudo a Matemática. Fascinado pela obra de Ellsworth Huntington, Hartshorne segue os conselhos do autor — se correspondiam por meio de cartas — e foi obter uma formação mais ampla em Geologia, Antropologia, Biologia, Economia, dentre outras áreas. Assim, em 1921, entra para o curso de doutoramento junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Chicago, um dos mais famosos dos Estados Unidos.

**Figura 1** – O Geógrafo Richard Hartshorne.



**Fonte:** MARTIN, 1994, p. 480.

Durante os anos em Chicago, Hartshorne passa a se interessar por áreas específicas da Geografia, destacando-se História da Geografia, Geografia Econômica, Geografia Política e Geografia Regional, as quais dominarão sua produção acadêmica

posterior. Nesse período, também teve contato com outros geógrafos, com os quais passaria a publicar, dentre estes estavam Derwent Whittlesey e Charles Colby.

Conclui seus estudos em 1924, destacando-se como aluno de elevado desempenho na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos. Hartshorne obteve o título de doutor com grande louvor (*magna cum laude*) devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Após a conclusão do doutorado, o orientador de Hartshorne, Harlan Barrows, lhe conseguiu uma vaga no recém-criado Departamento de Geografia da Universidade de Minnesota, onde lecionou entre os anos de 1924-1940. Entretanto, Hartshorne sentiu-se isolado ali, pois o autor ansiava por diálogos mais significativos e estimulantes no campo científico.

De acordo com Martin (1994, p. 482), buscando formas de estar além do departamento, Hartshorne começou a frequentar as reuniões anuais da Associação Americana de Geógrafos (AAG), onde W. D. Jones apresentou-o a William Morris Davis, Nevin M. Fenneman, Mark Jefferson, Ellsworth Huntington, Vernor Finch, entre outros geógrafos. Hartshorne ficou encantado por, finalmente, ter encontrado um grupo de colegas envolvidos em um promissor intercâmbio de ideias, pontos de vista e conceitos através de conversas animadas e desafiadoras. Era no âmbito das reuniões da AAG que se dava o embate entre as quatro correntes até então praticadas na Geografia Norte-Americana: fisiografia davisiana; determinismo ambiental; geografia cultural emergente; e, ecologia humana.

Em Minnesota, Hartshorne ocupou os cargos de Instrutor (1924-1927), Professor Assistente (1927-1937) e, finalmente, Professor Associado (1937-1940). Primeiro, ministrou cursos introdutórios de Geografia Econômica; mais tarde, desenvolveu um largo interesse pela Geografia Política.

Ele apresentou a Associação trabalhos concernentes: “The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago” (1924), “Factors in the Localization of the Iron and Steel Industry” (1925), “Location as a Factor in Geography” (1926), e “The Manufactural Geography of the Central Northeast of the United States” (1928). Estes trabalhos foram desenvolvidos e publicados. “The Economic Geography of Plant Location” (1926), “Location as a Factor in Geography” (1927), e “Location Factors in the Iron and Steel Industry” (1928), representaram um gênero pouco conhecido na geografia americana da época. (MARTIN, 1994, p. 483, tradução nossa).

Os estudos de Hartshorne sobre Geografia Econômica na década de 1920, bem como seus trabalhos com Whittlesey e Fairgrieve em Chicago promoveram-lhe um grande

interesse em Geografia Política. Ele leu *The New World* de Isaiah Bowman e *Geography and World Power* de James Fairgrieve, voltando-se em seguida para a literatura alemã da área.

Hartshorne durante o final da década de 20 e, principalmente 30, desenvolveu estudos que lhe deram ampla visão do campo geográfico, incluindo estudos de regiões agrícolas, transporte e desenvolvimento urbano, climatologia, fatores pertinentes à localização de indústrias de manufatura, distribuição racial nos Estados Unidos e reflexões conceituais em Geografia Política. Contextualiza-se que os estudos de Hartshorne inserem-se no período de promulgação do primeiro (1933-1935) e segundo (1935-1941) *New Deal*, em resposta a grande depressão econômica de 1930. No primeiro caso, uma das medidas envolvidas no pacote era fornecer meios de desenvolvimento da agricultura, e reorganização da indústria privada, além da realização de obras públicas urbanas e construção de estradas; no segundo o pacote de medidas deu maior ênfase ao fortalecimento da seguridade social, criando novos organismos de planificação regional, cujos trabalhos que envolviam geógrafos detinham certa demanda. (DUTRA-GOMES, 2010, p. 110).

Em 1931-1932, durante os anos de recessão, foi premiado com uma viagem de navio pelo Conselho de Pesquisa em Ciência Social, que lhe permitiu viajar para a Europa para estudar fronteiras políticas, com especial atenção ao antigo Império Alemão. Seu conhecimento da língua alemã era excelente, já que o autor descendia de família alemã, o qual aprimorou ao longo dos meses em que trabalhou nesse meio. Logo vieram mais trabalhos apresentados à Associação: “Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia” (1933) e “The Upper Silesian Industrial District” (1934). Além disso, seus trabalhos de campo contribuíram para a composição de “Coal and Iron Mining Districts of the United States and Western Europe” (1935), “Suggestions on the Terminology of Political Boundaries” (1936), “The Polish Corridor” (1937), e “A Survey of the Boundary Problems of Europe” (1938).

O interesse de Hartshorne em Geografia Política, por sua vez, conduziu ao “The History, Nature and Scope of Political Geography”, um trabalho antes enviado à Associação (1934), e um artigo em duas partes “Recent Developments in Political Geography” (1935) publicado na Revista Americana de Ciência Política, que constituiu um exame detalhado da literatura até então disponível. As contribuições de estudiosos alemães foram cuidadosamente traçadas. Ele teve o prazer de receber uma carta de Alfred Hettner afirmando que “Em todos os principais pontos... nós concordamos globalmente”. (MARTIN, 1994, p. 483, tradução nossa).

Nessa época, Hartshorne sentiu que os cientistas políticos estavam mais interessados no campo de estudo da Geografia Política do que os próprios geógrafos. Nos anos trinta, os únicos geógrafos americanos realizando trabalhos na área de Geografia Política eram Isaiah Bowman, Derwent Whittlesey e Richard Hartshorne; Samuel Van Valkenburg e Stephen B. Jones estavam começando a desenvolver tal interesse.

Cabe destacar, conforme as reflexões de Dutra-Gomes (2013, p. 84-85), que Hartshorne foi formado e trabalhou no típico rigor da filosofia pragmática das universidades americanas. Seu irmão, Charles Hartshorne (1897-2000) — renomado filósofo do

pragmatismo e leitor de Alfred N. Whitehead — influenciou o geógrafo a ter uma postura mais funcionalista que a concepção presente na geografia alemã. A visão difundida pelo pragmatismo baseava-se, principalmente, na noção de utilidade, laborabilidade e praticabilidade das ideias, propostas e políticas como critérios para o mérito de verdade.

No verão de 1939, Hartshorne regressa aos Estados Unidos em posse de um manuscrito de várias centenas de páginas, o qual daria origem a *The Nature of Geography*, uma das obras mais importantes da literatura geográfica. O autor reúne-se com Whittlesey em Harvard, valendo-se da biblioteca dessa universidade, bem como das instalações da Universidade de Clark, para levar seu trabalho a uma conclusão.

Whittlesey encaminha o manuscrito para ser revisto por Russell Whitaker, além de sugerir a publicação do mesmo nos *Annals of the Association of American Geographers* (AAAG). A proposta é acatada pelo presidente da Associação, Claude H. Birdseye, e por unanimidade pelos membros do Conselho. Assim, dois números do AAAG de 1939, trazem ao mundo *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, que logo se transformou em livro.

Hartshorne desejava compreender a natureza da Geografia e encontrar um lugar para cada um dos diversos campos geográficos dentro da disciplina. Ele tinha outra preocupação:

Eu penso que seria altamente desejável que os professores de geografia tivessem uma ideia suficientemente clara do que o campo da geografia é — não deve ser — de modo que eles não continuem atraindo os alunos em campos por mais brilhantes que pareçam, inevitavelmente vão torná-los insatisfeitos com o tipo de estudo que mais tarde descobrem que entraram. (HARTSHORNE *apud* MARTIN, 1994, p. 485, tradução nossa).

O inquérito sobre a natureza da Geografia consumiu a maior parte do restante da vida profissional de Hartshorne. Seu artigo de 1947, “On the Mores of Methodological Discussion in American Geography”, apresentado na reunião anual da Associação, foi posteriormente publicado no AAAG (1948) e incorporado à edição de 1961 de *The Nature of Geography*, em conformidade com a carta de Lester Klimm pedindo sua adição.

*The Nature* é um daqueles raros livros que muitos geógrafos gostam de pensar que são perenes. Ele se junta a companhia seleta — *The Coral Reef Problem* de William Morris Davis, *The Pulse of Asia* de Ellsworth Huntington, *Peopling the Argentine Pampas* de Mark Jefferson, *Desert Trails of Atacama* de Isaiah Bowman, *Physiographic Provinces* de Nevin Fenneman — trabalhos que durarão através do tempo, independentemente do lugar. (MARTIN, 1994, p. 485, tradução nossa).

*The Nature of Geography* foi lido pelos membros da AAG e por professores e alunos de graduação e pós-graduação, na maioria dos departamentos de Geografia das

universidades (Berkeley foi uma notável exceção). Seminários foram organizados em torno do livro. Geógrafos de outros países também leram o livro, já que esse foi oficialmente traduzido para o japonês, alemão e espanhol. Hartshorne recebeu cartas de entusiasmo por parte de Alfred Hettner, Victor Kraft, Alfred Philippon, Otto Schluter, Johann Solch e Leo Waibel (Alemanha), de Walter Fitzgerald (Inglaterra), e de Nels Bengtson, Jan O. M. Broek, George B. Cressey, Vernor C. Finch, Robert B. Hall, Wellington D. Jones, John B. Leighly, T. Griffith Taylor, Stephen S. Visher e John K. Wright (Estados Unidos).

Mas poucos estavam tão preparados quanto Wellington “Duke” Jones para julgar o mérito da obra. Jones havia estudado com Hettner em Heidelberg em 1913, tendo supervisionado a tese de Hartshorne em Chicago, além de possuir amplo interesse no campo da história e metodologia da Geografia. Ele leu *The Nature of Geography* e escreveu cerca de trinta e cinco cartas com significativos comentários para Hartshorne. Estava feliz que, finalmente, um vazio na literatura geográfica havia sido preenchido com a obra. “Você é”, escreveu ele, “o único geógrafo americano, vivo ou morto, que poderia ter feito esse trabalho” (JONES *apud* MARTIN, 1994, p. 485).

Para Claval (1981, p. 111), Hartshorne não pretendia ter expressado nenhuma tese pessoal na obra, mas sim, atribuía a sua investigação realizada através das publicações dos geógrafos a imagem que predominava a respeito da Geografia. Mas a estrutura do trabalho o obrigou a escolher, especificar e sintetizar por sua própria conta, de tal modo que pode falar de seus conceitos. *The Nature of Geography* se converteu, desde então, em uma obra chave para todos os que se interessam pela ciência geográfica. Os conceitos nela contidos têm sido utilizados e ampliados por um grande número de geógrafos, sobretudo americanos.

Segundo James (1970, p. 11): “A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral”. Já para Johnston (1986, p. 63), este livro “se tornou a maior contribuição filosófica e metodológica à literatura geográfica, então disponível em inglês”.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos, onde estabeleceu e dirigiu a Divisão Geográfica de Pesquisa e Análise, continuando a desenvolver estudos direcionados ao campo da Geografia Política. Dessa forma, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos frente à *Geopolitik*, produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de

teorizar em torno dos aspectos metodológicos deste ramo da ciência geográfica. Desse período, destacam-se um conjunto de artigos publicados principalmente no AAAG, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services* – OSS), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matérias sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava a presidência do Comitê de Projetos, função administrativa central, responsável por supervisionar a atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagiam em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizado. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, OSS visou fundamentalmente à aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentaram grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu-se para a Universidade de Wisconsin, atraído por Vernor Finch, chefe do Departamento de Geografia, um líder generoso e compreensivo, diferente de seu chefe na Universidade de Minnesota, Darrell H. Davis, insensível e autoritário. Dessa forma, Hartshorne tona-se Professor Associado em Wisconsin em 1940 e, no ano seguinte, é promovido ao posto de Professor Titular. Ocupou a chefia do departamento entre 1950 e 1954, retirando-se com o *status* de Professor Emérito em 1970. Durante esses trinta anos, supervisionou dezenas de alunos junto aos cursos de mestrado e doutorado. Hartshorne também desenvolveu um grande interesse pela liberdade e responsabilidade acadêmica.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia Norte-Americana, quanto fora

dela. Neste livro, o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores estes que possuem grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Hartshorne fez do conceito de diferenciação de áreas (*areal differentiation*) e da associação de fenômenos heterogêneos em um território concreto a chave de sua compreensão geográfica; considerava que o geógrafo devia “descrever e, tão logo seja possível compreender, a realidade da variação espacial em termos de quase completa integração dos fenômenos”. Ao mesmo tempo defendeu com força a concepção ideográfica, afirmando, que “julgada pelo que faz, a geografia trata evidentemente de alcançar a máxima compreensão das áreas individuais, tanto se puderem ou não obter leis científicas sobre as regiões”. A obra de Hartshorne constitui uma das mais amplas e natas exposições da concepção historicista da geografia. (CAPEL, 1983, p. 327, tradução nossa).

Hartshorne também foi presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 — *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

### CAPÍTULO III

#### *Opus Magnum Hartshorniana*

A produção literária de Richard Hartshorne encontra-se firmada sobre dois pilares elementares, os quais são representados pelas seminais obras *The Nature of Geography*, datada de 1939 e, *Perspective on the Nature of Geography*, escrita em 1959, ambas publicadas pelos *Annals of the Association of American Geographers*, periódico sob responsabilidade da Associação Norte-Americana de Geógrafos. Estes livros transformaram Hartshorne no teórico mais importante e prolífico da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia, desempenhando papel fundamental nos rumos tomados pela ciência geográfica no transcorrer do século XX.

Em 1938, Hartshorne, então professor da Universidade de Minnesota, ficou afastado de suas funções docentes em licença de um ano para estudos de campo na Europa, em decorrência de um prêmio (viagem de navio) a ele concedido pelo Conselho de Pesquisa em Ciência Social dos Estados Unidos, o que lhe permitiria estudar as fronteiras políticas europeias *in loco*. Objetivava realizar estudos minuciosos de certas fronteiras, com especial atenção ao antigo Império Alemão, mas o ano de 1938 não era o melhor para se examinarem essas fronteiras com máquina fotográfica e caderno de notas, devido à eminência da Segunda Guerra Mundial. Em vez disso, Hartshorne passou o período de licença organizando um relatório sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico, graças a leituras feitas em bibliotecas europeias e visitas a numerosos geógrafos europeus.

No verão de 1939, Hartshorne regressa aos Estados Unidos em posse de um manuscrito de várias centenas de páginas, o qual daria origem ao monumental *The Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past*, uma das obras mais importantes da literatura geográfica. A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos até aquele período, é descrita por Hartshorne de maneira magistral.

A publicação desse livro transformou o debate teórico-metodológico até então desenvolvido no âmbito da Geografia. Esse trabalho seminal nasceu da frustração de Hartshorne diante do que considerava uma falta de compreensão, acordo ou harmonia entre os geógrafos americanos em relação à natureza da Geografia, tendo se transformado em um clássico da literatura geográfica. Para Johnston (1986), esta obra representa a manifestação definitiva do paradigma regional na Geografia.

A monografia de Hartshorne forneceu a visão padrão e geralmente aceita da disciplina até os anos de 1950. Isso se deve em parte por ter unificado muito do que já se aceitava como prática corrente da Geografia nas universidades do Meio-Oeste; em parte, ao irrompimento da Segunda Guerra Mundial; e, em parte, puramente à sua dimensão, pois poucos geógrafos foram capazes de captar toda a complexidade de seus argumentos. De fato, *The Nature of Geography* foi empregado como símbolo do argumento da Geografia como ciência corológica mais que como base de exames e interpretações críticas. (UNWIN, 1995, p. 149, tradução nossa).

Após sofrer severas críticas advindas de Fred Schaefer, através da publicação do artigo *Exceptionalism in Geography: a methodological examination*, datado de 1953, Hartshorne exortado por vários colegas, concorda em elaborar um novo trabalho para o AAAG, onde trataria de maneira construtiva dos problemas metodológicos suscitados pela crítica schaeferiana, mas que, independentemente dela, vinham perturbando muitos geógrafos. Como esse trabalho assumiu proporções muito maiores do que um estudo normal para o periódico da AAG, o redator-chefe sugeriu que ele fosse publicado em 1959 sob a forma de monografia separada, a qual recebeu o título *Perspective on the Nature of Geography*. Essa oportunidade de publicá-lo possibilitou que os problemas em causa fossem considerados de maneira mais completa pelo autor. Cabe destacar, que o empate travado entre Hartshorne e Schaefer será abordado de maneira pormenorizada no último capítulo do presente estudo.

Nessa obra, Hartshorne lista e dá resposta a dez das críticas que seu primeiro livro recebeu, cada qual vindo a compor um capítulo do novo livro. De modo que esse livro acaba por se tornar um verdadeiro balanço crítico — e, para o autor, superativo — do elenco dos temas que o tempo acumulou como problemas da teoria e método da Geografia Clássica. E, com isso, põe à disposição dos geógrafos dois livros de referência, o segundo com maior circulação e conhecimento público, seja por sua maior simplicidade e abrangência, seja pela atenção que para ele chama o próprio clima polêmico que cerca o primeiro.

Hartshorne é uma das expressões da Geografia norte-americana parcamente conhecida no Brasil, mas talvez tão rica quanto suas matrizes francesa e alemã. Tendo formado toda sua trajetória na Geografia Regional, presente nos anos 1930 que profundos problemas de natureza teórica afetavam a ação investigativa e prática do geógrafo, indo aos clássicos para elucidá-los. Disso resultou o livro de 1939, e, num desdobramento, o de 1959. O que faz de Hartshorne e desses dois livros um dos poucos momentos de atenção à epistemologia na história do pensamento geográfico. *A Natureza da Geografia e Propósitos e Natureza da Geografia* são uns dos raros trabalhos escritos na Geografia mundial no campo da crítica teórica. (MOREIRA, 2008, p. 127).

Hartshorne demonstra que no transcurso das duas décadas que separam seus livros, a Geografia experimentou acentuada expansão acadêmica. Essa expansão foi acompanhada de um interesse mais acentuado pelas questões fundamentais concernentes à

natureza e aos propósitos da Geografia como campo de estudos superiores. Essas questões não são novas, em sua maioria. Os pontos de vista de uma vasta gama de geógrafos, sobre elas, foram publicados em *The Nature of Geography*. Entretanto, o caráter enciclopédico dessa obra, de par com a grande atenção que devotou à crítica negativa, embora essas duas características tenham sido essenciais, dada a finalidade do referido estudo, tenderam a lhe obscurecer as conclusões positivas.

As críticas e objeções apresentadas desde 1939, na literatura sobre a matéria, na correspondência epistolar e nos debates verificados em seminários, demonstraram para Hartshorne a necessidade de reconsiderar dez questões fundamentais, cada uma constituindo o tema de um capítulo do livro *Perspective on the Nature of Geography*.

Em referência a algumas questões, os estudos metodológicos publicados a partir de 1939 apoiam as conclusões apresentadas em *The Nature of Geography*. Por conseguinte, são tais questões novamente tratadas no presente livro [*Perspective on the Nature of Geography*] de forma abreviada, mas, assim o espero, mais claramente. Em outros casos, a evolução do pensamento geográfico ocorria no período subsequente, de quase vinte anos, exigiu fosse efetuada substancial revisão do exposto naquela obra.

Não visa este trabalho, entretanto, acrescentar apenas mais lenha à fogueira que vários autores têm deplorado como sendo “a infundável discussão metodológica”. A inútil repetição de debates poderá ser evitada da melhor forma através do cuidadoso exame do que escreveram outros autores, procurando-se estabelecer os pontos de vista concordes e fundamentar as divergências na compreensão e correta representação das opiniões sujeitas à crítica. (HARTSHORNE, 1978, p. 02).

Em suas duas obras, Hartshorne obedece ao princípio de que a determinação da natureza, do âmbito e dos propósitos da Geografia constitui primordialmente um problema de pesquisa de caráter empírico. Na qualidade de campo de estudos estabelecido e de longo desenvolvimento histórico, e possuindo uma rica literatura tanto metodológica, quanto substantiva, a Geografia é o que os geógrafos dela fizeram. De modo geral, é provável que esse seu caráter só se modifique lentamente.

Uma primeira etapa desses livros consistiu em buscar a descrição mais fidedigna possível da Geografia, conforme foi vista pelos olhos dos geógrafos do passado e do presente, os quais nunca estão de perfeito acordo, sendo que muitas vezes divergem radicalmente quanto à definição de sua matéria. Nesses registros, Hartshorne determina em que grau as diferenças progressivas representam um firme progresso do pensamento geográfico, resultante do estudo meditado de escritos anteriores e da elaboração de métodos empregados nas obras de caráter substantivo. O mesmo critério é seguido ao procurar responder a indagações específicas, suscitadas em referência aos trabalhos realizados no campo da Geografia.

Esse “exame crítico à luz do passado” não é automático, sem a menor dúvida. Envolve julgamento lógico, seja dos escritores citados, seja do próprio autor. Mas a lógica adotada poderá ser, a cada passo, posta à prova pelo leitor. Se for segura, as conclusões decorrerão das premissas. Se o leitor puser em dúvida as conclusões, a ele caberá demonstrar os erros existentes nas proposições sobre os fatos, ou nas premissas, ou no raciocínio lógico. Isso constitui outro nível do pensamento racional, diferente da mera divergência de opiniões. (HARTSHORNE, 1978, p. 09).

De acordo com Hartshorne (1939; 1959), essa maneira de tratar o problema permite amplas oportunidades às novas ideias no campo da Geografia. Não existe a mínima presunção de que se deva continuar operando com os mesmos conceitos básicos que orientaram a obra dos geógrafos predecessores. Entretanto, para evitar dissipação de esforços com orientações sempre em mudança, é indispensável compreender e avaliar a estrutura da Geografia que se desenvolveu até então. O fato de assim não proceder permitiu repetidas vezes, aos promotores de novas ideias persuadirem certos grupos de geógrafos no sentido de que adotassem conceitos aparentemente novos e atraentes sobre sua matéria, os quais provaram ser, em última análise, meros desvios que deram origem a estudos saudados como marcos de uma nova fase, quando foram escritos. Não obstante, com o passar do tempo se verificou que tais estudos possuíam escassa utilidade.

Para o autor, esse desperdício de esforços no campo da erudição se afigura tanto mais desnecessário quando se verifica, no estudo da história do pensamento geográfico, que os conceitos celebrados como novos já haviam sido postos à prova muitos anos antes, ou mesmo há século, tendo se revelado abaixo da expectativa. Se aqueles que propõem novos pontos de vista no campo da Geografia primeiro avaliassem o pensamento e a obra dos estudiosos que os precederam, não só evitariam grande perda de tempo a si mesmos e a terceiros, como estariam mais bem capacitados para promover inovações válidas.

Essa atitude em face dos trabalhos dos nossos predecessores induz ao respeito pelo nosso campo de estudos, e dá origem a um saudável sentimento de modéstia, que não há de ser interpretado como o culto ao passado. Deve essa atitude, igualmente, permitir-nos reconhecer os erros lógicos da nossa herança em matéria de pensamento geográfico, e determinar em que setores sua estrutura conceitual precisa ser retificada ou revigorada. (HARTSHORNE, 1978, p. 10).

Assim, na concepção hartshorniana, para que novos conceitos e instrumentos possam revelar-se eficientes incentivos à erudição geográfica, é indispensável haver certa base de concordância entre os geógrafos acerca da natureza, do âmbito e dos propósitos de seus trabalhos. Chamar a atenção para essa necessidade constitui o objetivo de estudos metodológicos como *The Nature of Geography* e *Perspective on the Nature of Geography*.

Neles não se cogitou de defender uma posição já assumida, ou projetar uma nova orientação: pretendeu-se tornar mais clara a mútua compreensão do que foi herdado<sup>7</sup>.

### 3.1 *THE NATURE OF GEOGRAPHY* (1939)

*A Natureza da Geografia* encontra-se dividido em onze capítulos, a saber: (1) Introdução; (2) A natureza da Geografia conforme o desenvolvimento histórico; (3) Desvios de curso do desenvolvimento histórico; (4) A justificativa para o conceito histórico da Geografia como uma ciência corográfica; (5) “Landschaft” e “Landscape”; (6) A relação da História com a Geografia; (7) A limitação dos fenômenos da Geografia à percepção dos sentidos; (8) Uma base lógica para a seleção de dados na Geografia; (9) O conceito de região como objeto de unidade concreta; (10) Método de organização do mundo em regiões; e, (11) Que tipo de ciência é a Geografia?. Para redigir suas quatrocentas e oitenta e duas páginas, Hartshorne valeu-se de aproximadamente quatrocentas obras de referência, número elevadíssimo para as obras produzidas na área até então.

O exame detalhado da natureza da Geografia que esta obra se esforça em apresentar, segundo Hartshorne, não é baseado em qualquer suposição do que a Geografia é ou deveria ser como ciência. Supondo apenas que a Geografia é um tipo de conhecimento relacionado com a Terra, esforça-se para descobrir exatamente que tipo de conhecimento ela é. Seja ciência ou arte, ou em que sentido particular uma ciência ou uma arte, ou ambos, são questões que devem ser enfrentadas livres de qualquer conceito de valor ou de rótulos.

O crescimento do conhecimento em qualquer ramo da ciência depende menos do escopo particular para o qual ele pode encontrar uma justificativa lógica, do que da continuidade de sua existência, do passado ao presente até o futuro. Na História da Ciência — como em toda a história —, o conhecimento comum entre pessoas instruídas enfatiza as conquistas de alguns “mestres” que se destacam, levando a supor que cada um deles, começando do zero, realizou suas maravilhas sozinho.

Se, ao contrário, cada nova geração de geógrafos, ou cada geógrafo individualmente, apresentar novas sugestões, não testadas pelo exemplo ou desenvolvida em estudo anterior sobre o assunto, introduz-se, como observou Hettner, um sentimento de inquietação e insegurança na comunidade geográfica. Isso tende a dificultar o

---

<sup>7</sup> Nas próximas duas seções do presente capítulo, optou-se por suprimir o uso de citações diretas extraídas das duas obras célebres de Hartshorne. Assim, foi possível sintetizar, por meio do uso de discurso direto, as concepções centrais presentes em cada um desses livros (1939 e 1959). Entretanto, deve-se destacar que as ideias aí presentes são de autoria de Hartshorne, buscando-se sempre o registro mais fiel possível de seu pensamento.

aperfeiçoamento bem-sucedido do campo e, além disso, leva os pesquisadores de outras ciências a tornarem-se céticos em relação a todo o assunto.

A preocupação de Hartshorne com esse livro, ao contrário, é apresentar a Geografia como outros geógrafos a veem ou como já viram no passado. Como os geógrafos de qualquer época e país em particular representam apenas uma pequena parte de todo o campo de estudo, faz-se necessário estender esse exame para outros países, bem como para o passado. Se os geógrafos quiserem continuar no caminho correto precisam primeiro olhar para trás e ver em que direção essa trilha os levou.

Invertendo o procedimento usual, o estudo hartshorniano não começa com nenhum conceito particular da natureza da ciência, mas com o campo da Geografia tal como foi produzido. Averiguando suas características essenciais, procura descobrir qual a posição lógica que a Geografia ocupa entre os diferentes ramos do conhecimento. Sua preocupação não é com o desenvolvimento do trabalho geográfico, nem com a importância relativa de diferentes escritores ou grupos na produção da literatura geográfica, mas sim, com o estabelecimento e mudanças de pensamentos concernentes à natureza da Geografia, representada, porém, em termos geográficos, o que funciona bem em estudos metodológicos.

Hartshorne demonstra que não pode haver dúvida de que a fundação da Geografia como ciência moderna foi fruto do trabalho de estudiosos alemães. Em qualquer país que se inicie o estudo do desenvolvimento da Geografia, o pesquisador é levado de volta aos trabalhos de Humboldt e Ritter do início do século XIX. Além disso, embora em muitos países o trabalho geográfico tenha se tornado mais ou menos independente, grandes mudanças no pensamento geográfico são expressões, frequentemente muito tardias, do desenvolvimento da Geografia Alemã. É particularmente lamentável, portanto, que no mundo anglo-saxão não tenha havido sequer um esboço em desenvolver o pensamento geográfico alemão durante o final do século XIX, de modo que quase todos os geógrafos americanos e ingleses foram treinados em total desconhecimento do pano de fundo metodológico desse assunto. Pesquisadores alemães, em contraste, têm prontamente a disposição não apenas os escritos originais do período, mas também muitos estudos históricos sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico.

A análise hartshorniana de trabalhos anteriores em Geografia tem um propósito duplo. Primeiro, possui importância ímpar em fornecer aos geógrafos uma compreensão do caráter do campo em que trabalham. O segundo propósito consiste em observar o que os escritores anteriores concluíram em relação aos problemas que são de interesse atual em

Metodologia da Geografia, pois há poucos problemas que não chamaram a atenção dos geógrafos no passado. Isso porque, qualquer progresso em metodologia deve ser construído sobre o passado. Nenhuma mudança metodológica desenvolve-se sem conhecimento e consideração das compreensões e conceitos passados. Portanto, o autor tenta considerar os conceitos de geógrafos anteriores, tanto quanto foi humanamente possível, independentemente de sua visão particular.

Pode-se dizer na visão de Hartshorne, que na segunda metade do século XIX, sob a influência do desenvolvimento das ciências naturais especializadas, a Geografia por um tempo parecia estar se transformando em um campo completamente diferente do que Humboldt e Ritter tinham tido, herdado e desenvolvido. A ênfase nos estudos sistemáticos dividia a Geografia em duas seções, uma voltada à ciência natural, a outra à ciência social, unidas apenas nos estudos de regiões que dificilmente pareciam ser uma ciência, no sentido concebido na época. No final desse período, no entanto, a reação se instalou, de modo que a direção da Geografia era novamente essencialmente a mesma de antes. Na virada para o século XX, os propósitos da Geografia já correspondiam em grande medida, como Richthofen declarou “em conteúdo e metodologia, à concepção que Humboldt lhe dera”. A Geografia então, como durante a maior parte de sua história, preocupou-se, como disse Hettner, em estudar as áreas da Terra (*Erdräume*) de acordo com suas diferenças causalmente relacionadas — a ciência da diferenciação espacial da superfície da terra.

Embora Hettner tenha descoberto, em 1905, que os geógrafos alemães estavam, em geral, aceitando a afirmação de Richthofen sobre o campo da Geografia, ele, assim como outros, achava que Richthofen não tinha sido inteiramente bem sucedido em encontrar a expressão metodológica para seu conceito; que ele não o havia seguido consistentemente e, mais tarde, em seu discurso de 1903, havia de certa forma obscurecido a questão. Hettner, portanto, propôs-se a tarefa de fornecer uma exposição metodológica sólida, não de um conceito de Geografia que ele deduziu em sua própria mente, mas do conceito que parecia representar mais de perto o campo da Geografia que havia desenvolvido até então. Portanto, ele não estava apenas de pé sobre os ombros de Richthofen, mas também, direta e indiretamente, sobre os de Ritter e Humboldt, bem como sobre os de seus predecessores do período pré-clássico.

Ao longo da longa série de discussões metodológicas que Hettner publicou a partir de 1905, o geógrafo alemão esforçou-se consistentemente para expressar o conceito de Geografia como a consequência de seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, essas

discussões representam a culminação do estudo sobre o desenvolvimento histórico do pensamento geográfico empreendido por Hartshorne.

O teórico norte-americano faz ver que o filósofo alemão do século XVIII, Immanuel Kant, foi talvez o primeiro pensador a formular em palavras a posição distinta da Geografia entre os vários campos do conhecimento. Kant, que lecionava geografia física na Universidade de Königsberg em fins do século XVIII, iniciou seu curso de palestras, como se sabe, pelo caderno de notas dos alunos, traçando as três maneiras básicas de organizar o conhecimento humano. É possível, dizia Kant, concentrar a atenção no estudo de um grupo de processos relacionados, independentemente de quando ou onde o processo na realidade ocorra. Assim, nos laboratórios os processos de física, química ou biologia, podem ser estudados isoladamente, este é o *método substantivo*. Na organização acadêmica moderna, as divisões e departamentos se definem em termos de processos que estudam. Mas, como salientou Kant, também é possível estudar sequências de acontecimentos de diversas origens. Este é o *método cronológico*, o mais comumente, porém não exclusivamente, associado à História. E, também é possível concentrar a atenção na associação e nas interconexões entre coisas e acontecimentos diversos que ocorrem juntos na mesma área, este é o *método corológico* mais comumente, porém não exclusivamente, associado à Geografia.

Ao fazer distinção entre essas três maneiras de organizar o conhecimento humano, Kant não estava apresentando uma nova ideia sobre as relações dos campos de conhecimento: em vez disso, estava apenas expressando em palavras específicas uma ideia comumente aceita entre os pensadores. O geógrafo alemão Humboldt fez a mesma distinção, sem citar Kant. E, em fins do século XIX, Hettner realiza novamente a mesma distinção.

De acordo com Hartshorne, ao considerar a posição lógica da Geografia entre as ciências, Hettner, como Kant e Humboldt antes dele, procede não da consideração de ramos particulares da ciência, mas de uma visão de todo o campo do conhecimento objetivo. Sua principal divisão do campo da ciência é essencialmente a mesma de seus ilustres predecessores, embora ele não tenha sido informado da análise de Kant até depois de ter escrito a sua própria e, aparentemente, também não percebeu o ponto de vista formulado mais tarde por Humboldt. Se, como é bem possível, cada um desses pensadores chegaram essencialmente ao mesmo conceito, independentemente um do outro, pode-se ter ainda mais confiança em sua validade. Em todo caso, Hettner desenvolveu o conceito de maneira mais completa.

Na acepção hettneriana, a Geografia representa uma ciência corológica que estuda o arranjo espacial da superfície terrestre. Se não existissem relações causais entre os diferentes lugares da terra e, se os diferentes fenômenos em um mesmo lugar na terra fossem independentes um do outro, nenhuma concepção corológica especial seria necessária. Uma vez, no entanto, que tais relações existem e, que são compreendidas apenas incidentalmente ou não pelas ciências sistemáticas e históricas, faz-se necessário que haja uma ciência corológica especial da terra. Assim, não é apenas a superfície da terra como um todo que constitui o objeto de estudo geográfico, mas sim, as diferenças em cada uma das áreas da superfície da terrestre.

Conforme as reflexões de Hartshorne, Hettner lembra aos geógrafos que nenhum ramo da ciência é, na realidade, uma ciência separada e distinta. Existe apenas uma ciência, que as limitações humanas obriga a dividir mais ou menos arbitrariamente. A classificação dessas partes da ciência envolve, portanto, dificuldades similares àquelas encontradas na classificação das áreas do mundo que são simplesmente partes de um único conjunto. Conseqüentemente, representa uma distorção da ciência tentar organizar suas partes em qualquer sistema simples de classificação, como o que reconhece as ciências naturais e sociais como grupos bastante separados dentro de cada um dos quais várias classes de ciências individuais são distinguidas.

Quando se considera a Geografia, neste aspecto particular, em comparação com a unidade única de toda a ciência, em vez de em comparação com qualquer outro ramo específico da ciência, a acusação de que a Geografia é dualista porque inclui fenômenos humanos e não-humanos não tem peso. Isso porque, o dualismo é sentido apenas pelas pessoas que veem fronteiras e não zonas de contato entre as ciências, que enfatizam as diferenças entre as ciências sociais e naturais mais do que a interconexão de todas as ciências.

Na opinião de Hartshorne, quase todos os geógrafos modernos concordam que a Geografia não pode se adaptar à divisão convencional entre estudos naturais e sociais; não só a Geografia como um todo não se encaixa em nenhum dos grupos, mas também não pode ser dividida em duas partes, natural e humana. Não é a posição da Geografia, no entanto, que é ilógica: a separação dos elementos naturais dos elementos humanos só é possível em teoria, na realidade eles estão interligados. A Geografia representa uma evidência do caráter arbitrário da divisão convencional da ciência.

Quaisquer que sejam as conclusões que possam ser tiradas com relação a essa questão, a Geografia não deve ser pensada como um elo entre dois grupos de ciências, mas

sim, como um campo contínuo que cruza todas as ciências sistemáticas envolvidas com o mundo. Portanto, não tem duas, mas muitas facetas.

Para compreender a realidade de forma mais completa, segundo Hartshorne, não se deve apenas estudar os fenômenos, mas também estudar as diferentes seções da realidade, a fim de compreender o caráter de cada seção em comparação com o caráter de outras seções. Para entender o caráter de qualquer seção da realidade, deve-se tentar compreender a integração de fenômenos de diferentes tipos que estão realmente integrados nela.

A Geografia não reivindica nenhum fenômeno em particular como seu, mas analisa todos os fenômenos que são significativamente integrados nas áreas que estuda, independentemente do fato de que esses fenômenos possam ser de interesse para outros pesquisadores a partir de um ponto de vista diferente. O astrônomo não tem o monopólio do estudo das estrelas, ele não fica perturbado se físicos e químicos estudam os elementos das estrelas. Da mesma forma, os geógrafos não precisam procurar por objetos concretos como seus. As rochas e fósseis que o geólogo usa para obter seus dados são, igualmente, objetos de estudo adequados para o botânico, o zoólogo ou o antropólogo. Da mesma forma, o historiador não é perturbado se for dito que seu campo está agregado ao da Economia, Ciência Política e Sociologia.

Em suma, para Hartshorne, a Geografia, como a História, deve ser distinguida de outros ramos da ciência não em termos de objetos ou fenômenos estudados, mas sim, em termos de funções fundamentais. Se as funções fundamentais das ciências sistemáticas podem ser descritas como a análise e síntese de tipos particulares de fenômenos, a das ciências corológicas e cronológicas podem ser descritas como a análise e síntese da integração real de fenômenos em seções de espaço e tempo.

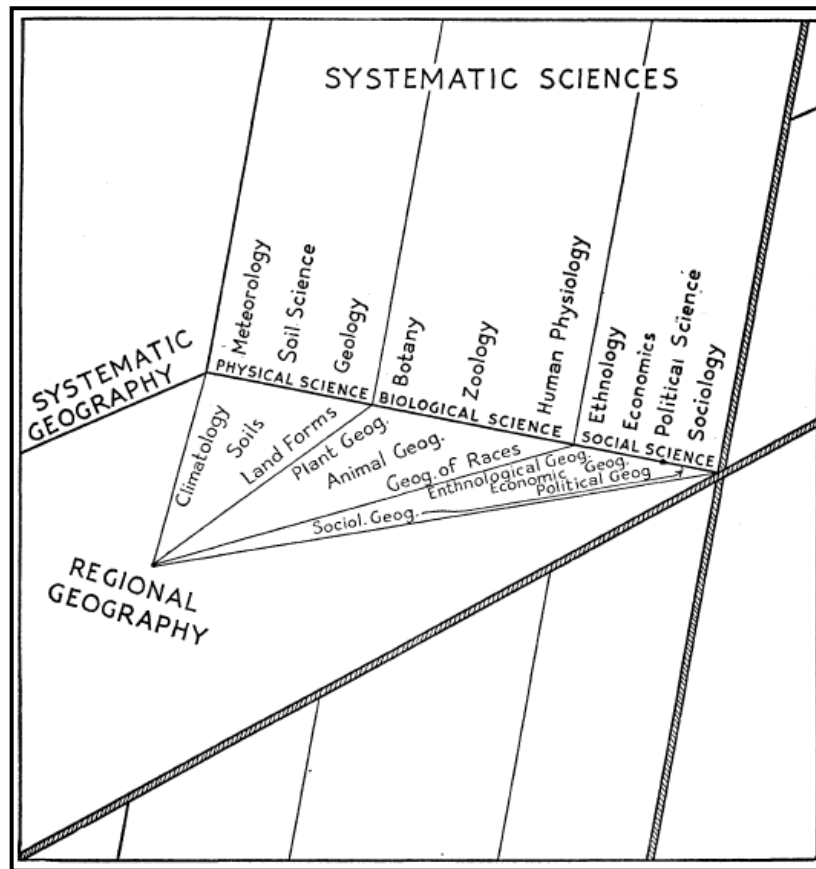
Nesse sentido, conforme a concepção hartshorniana, a Geografia é tida como um estudo que examina toda a realidade encontrada dentro da superfície terrestre de um ponto de vista particular, a saber, a diferenciação espacial. Isso pode ser chamado de posição da Geografia como um campo de conhecimento. Mais importante para a questão geral é o caráter da Geografia como um campo no qual o conhecimento é adquirido.

Enquanto os estudos históricos consideram seções temporais da realidade, os estudos corográficos consideram seções espaciais; a Geografia, em particular, estuda as seções espaciais da superfície da terra, do mundo. A Geografia é, portanto, fiel ao seu nome; estuda o mundo, procurando descrever e interpretar as diferenças entre suas diferentes partes. Esse campo não compartilha com nenhum outro ramo da ciência; em vez disso, reúne nesse

campo partes de muitas outras ciências. Essas partes, no entanto, não se somam apenas em alguma organização conveniente. Os fenômenos heterogêneos que essas outras ciências estudam por classes não são meramente misturados em termos de justaposição física na superfície terrestre, mas estão causalmente inter-relacionados em complexas combinações de área. A Geografia deve integrar os materiais que outras ciências estudam separadamente, em termos das integrações reais que os fenômenos heterogêneos formam em diferentes partes do mundo. Embora qualquer fenômeno estudado na Geografia possa ao mesmo tempo ser objeto de estudo em algum campo sistemático, a Geografia não é um aglomerado de partes das ciências sistemáticas: integra esses fenômenos de acordo com seu distinto ponto de vista. Como a Geografia representa um corte de seção através de todas as ciências sistêmicas, há uma relação íntima e mútua entre ela e cada um desses campos. Por um lado, a Geografia extrai das ciências sistemáticas todo conhecimento que possa efetivamente utilizar para tornar suas descrições de fenômenos e interpretações de suas inter-relações as mais precisas e certas possíveis. Este conhecimento emprestado pode incluir conceitos genéricos ou classificações de tipo, desenvolvidos nas ciências sistemáticas; mas, quando estes são considerados inadequados para fins geográficos, a Geografia deve desenvolver seus próprios conceitos genéricos e sistemas de classificação.

Na concepção hartshorniana, a Geografia não faz fronteira com as ciências sistemáticas, sobrepondo-as em partes comuns em um mesmo plano, mas está em um plano transversal que as atravessa. Um diagrama geométrico sólido é, portanto, necessário para ilustrar esse preceito(Figura 02).

**Figura 2** – Diagrama Ilustrando a Relação da Geografia com as Ciências Sistemáticas



Fonte: HARTSHORNE (1939, p. 147)

Neste diagrama, os planos não devem ser considerados literalmente como superfícies planas, mas como representando dois pontos de vista opostos no estudo da realidade. A visão da realidade em termos de diferenciação espacial da superfície terrestre é intersectada em todos os pontos pela visão em que a realidade é considerada em termos de fenômenos classificados por espécie. As diferentes ciências sistemáticas que estudam diferentes fenômenos encontrados na superfície da terra são interceptadas pelos ramos correspondentes da Geografia Sistemática. A integração de todos os ramos da Geografia Sistemática, centrada em um lugar particular na superfície terrestre, é a Geografia Regional.

Em troca, segundo Hartshorne, a Geografia contribuiu e continua a contribuir muito para as ciências sistemáticas. Em seu exame da inter-relação dos fenômenos no mundo real, descobre fenômenos que a visão acadêmica sofisticada das ciências sistemáticas pode não ter observado, mostra que eles são dignos de estudo em si mesmos e, portanto, contribuem para o campo dos estudos sistemáticos. Além disso, a Geografia enfatiza constantemente um aspecto dos fenômenos que é frequentemente perdido de vista na

abordagem mais teórica dos campos sistemáticos, a saber, o aspecto geográfico. Serve, portanto, como um crítico realista cuja função é lembrar constantemente às ciências sistemáticas que elas não podem compreender completamente seus fenômenos, considerando-os apenas em termos de suas características e processos comuns. Eles também devem notar as diferenças nos fenômenos que resultam de sua localização real em diferentes áreas do mundo. Para interpretar corretamente essas diferenças, bem como a distribuição mundial resultante de seus fenômenos, as ciências sistemáticas extraem da Geografia técnicas específicas, que seu ponto de vista lhe exigiu desenvolver — notadamente as técnicas cartográficas e a interpretação de mapas.

Para Hartshorne, a Geografia é essencial para a compreensão plena da realidade. O estudo desnudado e esquemático das ciências sistemáticas divide a realidade em compartimentos acadêmicos e, portanto, necessariamente destrói algo de seu caráter essencial. A Geografia acrescenta, como disse Vidal de La Blache, “a aptidão de compreender a correspondência e a correlação de fatos, seja no meio terrestre que os inclui, seja no meio regional em que se localizam”.

A Geografia busca adquirir um conhecimento completo da diferenciação espacial do mundo e, portanto, discrimina entre os fenômenos que variam em diferentes partes do mundo somente em termos de sua significância geográfica — isto é, sua relação com a diferenciação total de áreas. Fenômenos significativos para diferenciação espacial têm expressão areal — não necessariamente em termos de extensão física sobre o solo, mas como uma característica de uma área de extensão mais ou menos definida. Conseqüentemente, ao estudar a inter-relação desses fenômenos, a Geografia depende primeiro e, fundamentalmente, da comparação de mapas que descrevem a expressão espacial de fenômenos individuais ou de fenômenos inter-relacionados. Em termos de técnicas científicas, a Geografia é representada no mundo do conhecimento principalmente por suas técnicas de uso de mapas.

Segundo Hartshorne, não há regras estabelecidas para determinar quais fenômenos são, em geral, de significância geográfica. Isso deve ser determinado, em qualquer caso particular, com base na importância direta do fenômeno para diferenciação areal e, de sua importância indireta através da relação causal com outros fenômenos. Para determinar as descobertas com a maior precisão possível, em qualquer caso particular, os geógrafos dependem entre os fenômenos significativos daqueles em que são capazes de assegurar algum tipo de dado medido. Fenômenos não mensuráveis, mas geograficamente significativos, devem ser estudados indiretamente, por quaisquer efeitos mensuráveis que tenham produzido.

Esses princípios gerais não levam a nenhuma exclusão de qualquer tipo de fenômeno, nem de qualquer aspecto do campo. Em qualquer estudo particular em Geografia Sistemática ou em qualquer estudo parcial de uma região, tipos particulares de fenômenos podem logicamente ser excluídos somente se não forem significativos para as inter-relações que estão sendo estudadas. Finalmente, o ideal de completude requer que a Geografia considere não apenas as características e relacionamentos que podem ser expressos em conceitos genéricos, mas um grande número de características e relações que são essencialmente únicas.

Na opinião de Hartshorne, a fim de tornar seu conhecimento de fenômenos inter-relacionados o mais preciso e certo possível, a Geografia considera todos os tipos de fatos envolvidos em tais relações e utiliza todos os meios possíveis para determinar os fatos, de modo que os resultados obtidos de um conjunto de fatos ou de um método de observação podem ser verificados por aqueles assegurados através de outros fatos ou observações.

Com os mesmos fins em vista, a Geografia aceita os padrões científicos universais de raciocínio lógico preciso baseado em conceitos especificamente definidos, se não padronizados. Ela procura organizar seu campo de modo que os procedimentos acadêmicos de investigação e apresentação possibilitem não uma acumulação de fragmentos não relacionados de evidências individuais, mas sim, o crescimento orgânico de pesquisas repetidamente verificadas e constantemente reprodutivas.

De acordo com as ideias tecidas por Hartshorne, para que o vasto detalhe do conhecimento do mundo possa ser simplificado, a Geografia procura estabelecer quadros generalizados de combinações de partes dissimilares de áreas que, não obstante, serão tão corretas quanto às limitações de uma licença de generalização e, estabelecer conceitos de características de fenômenos comuns ou fenômenos complexos que devem descrever, com certeza, as características comuns que esses fenômenos possuem de fato. Com base nesses conceitos genéricos, a Geografia procura estabelecer princípios de relações entre os fenômenos que estão relacionados diretamente em áreas iguais ou diferentes, a fim de que se possa interpretar corretamente as inter-relações de tais fenômenos em qualquer área particular.

A Geografia procura organizar seu conhecimento do mundo em sistemas interconectados, a fim de que qualquer fragmento particular de conhecimento possa estar relacionado a todos os outros que lhe dão suporte. A diferenciação espacial do mundo envolve a integração, para todos os pontos da superfície da terra, da resultante de muitas variáveis

inter-relacionadas, mas em parte independentes. A integração simultânea em todo o mundo das resultantes de todas essas variáveis não pode ser organizada em um único sistema.

Na Geografia Sistemática, conforme Hartshorne, cada elemento particular ou complexo de elementos, que é geograficamente significativo, é estudado em termos de sua relação com a diferenciação total de áreas, pois varia de lugar para lugar no mundo ou em qualquer parte dele. Isso não é, em nenhum sentido, o estudo completo desse fenômeno em particular, tal como seria feito em uma ciência sistemática apropriada, mas o estudo dele apenas em sua significância geográfica — ou seja, em suas próprias conexões areais e nas relações de suas variações com as outras características que determinam o caráter das áreas. Embora o estudo de qualquer característica única seja assim organizado em um sistema completo em Geografia Sistemática, é claro que em todos os pontos da superfície terrestre ele está conectado com os sistemas de coordenadas relacionados às outras características.

Já na Geografia Regional, conforme Hartshorne, o conhecimento das inter-relações de todas as características em determinados locais — obtidos em parte dos diferentes sistemas de Geografia Sistemática — é integrado, em termos das inter-relações que essas características têm entre si, para fornecer a geografia total desses lugares. A integração horizontal de um número infinito de integrações de fatores de um determinado lugar, variando um tanto independentemente em relação ao lugar, só é possível pelo dispositivo arbitrário de ignorar variações dentro de pequenas áreas unitárias para que essas unidades de área finitas, cada uma arbitrariamente distorcida em uma unidade homogênea, possam ser estudados em suas relações entre si como partes de áreas maiores. Essas áreas maiores são elas mesmas, partes de divisões ainda maiores — em última análise, divisões do mundo.

O problema de dividir o mundo, ou qualquer parte dele, em subdivisões nas quais concentram o estudo de áreas, é o problema mais difícil de organização em Geografia Regional. É uma tarefa que envolve uma divisão completa do mundo em um sistema lógico, ou sistemas, de divisão e subdivisão, até, por fim, as unidades de áreas aproximadamente homogêneas. Por mais difícil que seja a tarefa, os princípios de completude e organização exigem que a Geografia busque a melhor solução possível.

Na visão hartshorniana, um método de fornecer tal organização representa, talvez, um passo intermediário entre a Geografia Sistemática e Regional. Com base em qualquer elemento ou complexo de elemento — que pode representar um grande número e variedade de elementos intimamente relacionados — pode-se construir um sistema lógico de divisão e subdivisão do mundo de acordo com os tipos. Cada um desses sistemas de divisão

determinados com base em conceitos genéricos de complexos de elementos, pode ser realizado por decisões objetivas baseadas em medidas. Possivelmente apenas três desses sistemas — cada um baseado em um complexo cultural de muitos elementos — podem ser adequados para fornecer esboços que visem organizar a maior parte do conhecimento regional do mundo. Em cada caso, no entanto, está-se organizando separadamente diferentes aspectos da geografia das regiões, não se está organizando a geografia completa das regiões.

Embora todos os ideais fundamentais da ciência se apliquem igualmente em todas as partes da Geografia, há diferenças no grau em que elas podem ser alcançadas nas diferentes partes. As maiores diferenças dentro da Geografia são encontradas entre os dois principais métodos de organização do conhecimento geográfico — Geografia Sistemática e Geografia Regional —, cada qual incluindo sua parte apropriada de todos os campos especiais. Além da diferença na forma de organização dessas duas partes, há uma diferença radical na medida em que o conhecimento pode ser expresso de maneira universal, sejam conceitos genéricos ou princípios de relacionamentos.

Segundo Hartshorne, a Geografia Sistemática é organizada em termos de fenômenos particulares de significância geográfica geral, cada um dos quais é estudado em termos das relações de sua diferenciação espacial com a dos outros. Sua forma descritiva é, portanto, semelhante à das ciências sistemáticas. Como elas, procura estabelecer conceitos genéricos dos fenômenos estudados e princípios universais de seus relacionamentos, mas apenas em termos de significância para a diferenciação espacial. Não mais do que nas ciências sistemáticas, no entanto, a Geografia Sistemática pode esperar expressar todo seu conhecimento em termos de universalidade; muito deve ser expresso e estudado como único.

Já a Geografia Regional, segundo Hartshorne, organiza o conhecimento de todas as formas inter-relacionadas de diferenciação espacial em unidades individuais de área, que devem se organizar em um sistema de divisão e subdivisão da superfície total da Terra. Sua forma de descrição envolve duas etapas. Ela deve primeiro expressar, por análise e síntese, a integração de todas as características inter-relacionadas em lugares unitários individuais e, só então, expressar por análise e síntese, a integração de todos esses lugares unitários dentro de uma determinada área. Para tornar isto possível, deve-se reduzir a realidade ao ponto de considerar áreas pequenas, mas finitas, como unidades homogêneas que podem ser comparadas umas com as outras e somadas em padrões de área de unidades maiores. Essas unidades maiores, da mesma forma arbitrárias, são determinadas a ponto de possibilitar um

mínimo de descrição generalizada de cada “região” unitária, que envolverá um mínimo de imprecisão e incompletude.

Como as unidades com as quais os geógrafos lidam não são fenômenos reais nem unidades reais, mas, em qualquer nível de divisão, representam distorções da realidade, a própria Geografia Regional não pode desenvolver conceitos genéricos ou princípios da realidade. Para a interpretação de suas descobertas, depende de conceitos genéricos e princípios desenvolvidos em Geografia Sistemática. Além disso, comparando diferentes unidades de área que são em parte semelhantes, pode-se testar e corrigir os estudos universais desenvolvidos na Geografia Sistemática.

Conforme a concepção hartshorniana, o assunto direto da Geografia Regional é o caráter singularmente variável da superfície terrestre — uma unidade única que só pode ser dividida arbitrariamente em partes que, em qualquer nível de divisão, são, como as partes temporais da história, únicas em caráter total. Consequentemente, as descobertas da Geografia Regional, embora incluam interpretações de detalhes, são em grande parte descritivas. A descoberta, análise e síntese do singular não deve ser descartada como “mera descrição”; pelo contrário, representa uma função essencial da ciência e a única função que pode desempenhar no estudo do singular. Conhecer e compreender plenamente o caráter do único é conhecê-lo completamente, respeitando a lei geral da Geografia de que todas suas áreas são originais.

Da mesma forma que a ciência como um todo requer tanto os campos sistemáticos que estudam tipos particulares de fenômenos e os campos integradores que estudam as maneiras pelas quais esses fenômenos realmente estão relacionados e como são encontrados na realidade, a Geografia requer tanto métodos sistemáticos quanto regionais para estudo de fenômenos e organização do conhecimento. A Geografia Sistemática é essencial para uma compreensão das diferenças de área em cada tipo de fenômeno e os princípios que governam as relações entre si. Só isso, no entanto, não pode fornecer uma compreensão das unidades individuais da Terra, mas sim, privá-las da plenitude de sua cor e vida. Para compreender o caráter completo de cada área em comparação com outras, deve-se examinar a totalidade das características relacionadas, como é encontrado em diferentes unidades de área, ou seja, através da Geografia Regional.

Embora cada um desses métodos represente um ponto de vista diferente, para Hartshorne, ambos são essenciais para o propósito único da Geografia e, portanto, estão devidamente incluídos no campo unificado. Além disso, os dois métodos estão intimamente relacionados, sendo essenciais um ao outro. O propósito final da Geografia, o estudo da

diferenciação espacial do mundo, é mais claramente expresso na Geografia Regional; somente mantendo constantemente sua relação com a Geografia Regional, a Geografia Sistemática pode manter o propósito da Geografia e não desaparecer em outras ciências. Por outro lado, a Geografia Regional em si é estéril; sem a fertilização contínua de conceitos e princípios genéricos da Geografia Sistemática, não poderia avançar para graus mais elevados de exatidão e certeza na interpretação de suas descobertas.

Pode-se assumir, portanto, que há muito trabalho a ser feito no campo da Geografia por ambos os métodos de abordagem. Não é para qualquer pesquisador especializado em determinada abordagem falar com escárnio ou condescendência daqueles que estão trabalhando com outra abordagem. Isso porque, diferenças de abordagem são provavelmente, no fundo, largamente dependentes de diferenças de interesse dos indivíduos. Dessa forma, torna-se possível concluir que é perfeitamente legítimo ao estudioso confinar seu interesse à abordagem específica da Geografia Sistemática ou à abordagem integradora da Geografia Regional, ou ainda, usar alternadamente uma ou outra de acordo com a ocasião. Mas a tolerância simpática é intrinsecamente desejável e certamente vantajosa para o entendimento: para a *Ciência*.

Por fim, Hartshorne demonstra que o acordo em torno de questões metodológicas, como em qualquer outro assunto, pode ser alcançado, por aqueles que são livres para pensar por si mesmos, apenas através de um exame completo dos problemas envolvidos, com consideração adequada e justa das opiniões divergentes expressas por outros estudiosos, tanto do passado quanto do presente. Ao direcionar os problemas metodológicos no campo geográfico para uma revisão crítica, organizada a partir da rica literatura de mais de um século de pensamento geográfico, o autor procurou contribuir para uma compreensão mais geral dos propósitos e problemas fundamentais da Geografia.

### 3.2 *PERSPECTIVE ON THE NATURE OF GEOGRAPHY* (1959)

*Propósitos e Natureza da Geografia* encontra-se dividido em dez capítulos, a saber: (1) O que se entende por Geografia como o estudo da diferenciação de áreas; (2) O que se entende por “superfície da Terra”; (3) É a integração dos fenômenos heterogêneos uma peculiaridade da Geografia?; (4) Qual a medida da “significância” em Geografia; (5) Devemos distinguir entre fatores humanos e fatores naturais?; (6) A divisão da Geografia em campos tópicos — O dualismo entre a Geografia Física e a Geografia Humana; (7) Tempo e gênese em Geografia; (8) Divide-se a Geografia em “sistemática” e “regional”?; (9) Procura a

Geografia formular leis científicas ou descrever casos individuais?; e, (10) O lugar da Geografia numa classificação das ciências. Para redigir suas duzentas e três páginas, Hartshorne serviu-se de aproximadamente cento e trinta obras de referência, volume bem mais modesto do que o empregado no livro de 1939.

Nessa obra, Hartshorne demonstra que o conceito de Geografia como “ciência da diferenciação de áreas”, em si mesmo, decorre da síntese efetuada por Richthofen, dos pontos de vista de Humboldt e Ritter, e foi exposto de maneira mais completa nos escritos de Hettner. Quer na forma que lhe deu Hettner, quer através de variações de menor importância, foi adotada pela grande maioria dos geógrafos alemães até aquela época.

As objeções arguidas contra esse conceito referem-se, em sua maior parte, à expressão particular com a qual ele se identificou, e não se aplicam ao conceito em si. Sejam ou não válidas as objeções ao termo, tudo parece evidenciar que a expressão, por si mesma, é inadequada. E ainda, ela denota mais do que é necessário. Efetivamente, se forem examinadas as definições de outras ciências, pode-se concluir, por analogia, ser supérfluo afirmar que a Geografia estuda “diferenças”, pois todas as ciências consistem no estudo de diferenças. No caso contrário, pouco estudo seria necessário.

Segundo Hartshorne, podem-se evitar numerosas incompreensões se for enunciado simplesmente que a “Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra”.

O fato de que essa formulação não é evidente por si mesma, poderá ser considerado vantajoso. Cada um dos diversos termos empregados exige explicação. Se a expressão “diferenciação de áreas” pode ser aceita como um rótulo (*label*) que se refira a essa descrição ampla, e não como o que quer que as duas palavras possam parecer significar, face as suas definições encontradas nos dicionários, será talvez conveniente, embora porventura arriscado, persistir no emprego desses termos a guisa de título abreviado, mas apenas entre colegas de profissão que souberem o que se pretende com eles denotar.

Para Hartshorne, a limitação formal do campo da Geografia à crosta externa do planeta é de origem relativamente recente. A expressão “superfície da terra” é corrente de longa data na Geografia Alemã, e se firmou de modo especial através das proposições de Richthofen. A incerteza do significado de “superfície da terra” pode ter contribuído à concepção errônea segundo a qual o objeto de estudo da Geografia se identifica com a “paisagem”. A palavra inglesa *landscape* (paisagem) pode ser utilizada de maneira melhor em

Geografia, conforme sugere o autor, para significar “a forma externa da superfície da terra sob a atmosfera”, comparável à expressão popular “face da terra”. O termo correspondente na Geografia Alemã não é *Landschaft*, uma vez que este também é comumente empregado como sinônimo de “região”, mas *Landschaftsbild*.

Na linguagem comum, poder-se-ia com maior facilidade estabelecer o âmbito físico da Geografia, conforme sugeriram Kant e Lehmann, referindo-se simplesmente ao “mundo” sem tentar qualquer definição mais precisa. A expressão “crosta da terra”, de maior rigor técnico, é a que mais se aproxima dos fatos. No entanto, a expressão “superfície da terra” está profundamente arraigada na literatura geográfica, sendo bastante satisfatória. Nenhum problema real é suscitado por sua causa em trabalhos de caráter substantivo. Apenas nas discussões teóricas é que se depara com dificuldades. Se parece uma distorção da linguagem denominar “crosta” como “superfície”, deve-se lembrar de que essa distorção é quantitativamente inexpressiva, pois a espessura da crosta da terra, que a Geografia estuda, mal atinge um milésimo da circunferência do planeta.

Na concepção hartshorniana, em todos os ramos da ciência, os fenômenos sobre os quais cada um deles versa de maneira mais direta variam até certo ponto quanto à sua natureza, sendo que todos esses ramos estudam de que maneira os fenômenos se inter-relacionam, ou se integram, a outros fenômenos. Entretanto, nas ciências chamadas sistemáticas, o grau de heterogeneidade é limitado, e o grau de integração é apenas parcial, porquanto cada uma dessas ciências define o seu campo de estudo em função de uma categoria selecionada de fenômenos. Naqueles campos, não definidos em termos de modalidades de fenômenos, mas em termos de seções do tempo ou do espaço, as integrações que têm de ser analisadas são infinitamente complexas, e a heterogeneidade dos fenômenos a serem estudados só é limitada pelos fenômenos que existirem e variarem dentro das determinadas seções do tempo e do espaço.

Nas Ciências Espaciais, excluída a Geografia, os fenômenos até então observáveis se limitam à natureza inanimada. Na História, restrita ao curto período que dispõe de documentos escritos, os fenômenos naturais têm sido relativamente constantes, de tal sorte que nas integrações que são objeto do estudo da História, os fatores variáveis se limitam, em larga medida, a elementos humanos. A superfície da terra não tem paralelo, no tocante ao conhecimento acumulado pela humanidade, pois é um objeto que consiste em integrações formadas por uma grande diversidade de fenômenos inanimados, biológicos e sociais, variando de lugar a lugar, com inter-relações significantes. Por conseguinte, a meta da

Geografia, a compreensão da superfície da terra, abrange a análise e a síntese de integrações compostas de fenômenos inter-relacionados do mais alto grau de heterogeneidade, pertencentes talvez a todos os campos da ciência.

De acordo com Hartshorne, se a “significância” em Geografia for medida, consciente ou inconscientemente, em função da significância para o homem, pode-se desde logo acrescentar essa medida aos critérios que Hettner estabeleceu para a seleção dos aspectos da terra a serem incluídos no estudo das áreas. Objetos ou formas, conspícuos ou estranhos, na paisagem podem despertar uma curiosidade desproporcionada à sua significância ante qualquer aspecto da Geografia que estiver sendo objeto de estudo, ou para a variação total de uma área, no que esta for significativa para o homem. Qualquer fenômeno, quer da natureza, quer do homem, é significativo em Geografia na extensão e no grau em que suas inter-relações com outros fenômenos do mesmo lugar, ou suas interconexões com fenômenos de outros lugares, determine as variações espaciais daqueles fenômenos e, portanto, a totalidade de variação da área, medida em referência à sua significância para o homem. Tais inter-relações não precisam ser entre aspectos humanos e naturais; as diferenças climáticas que produzem diferenças na vegetação natural são mais significantes para o homem do que as que não as produzem.

A conclusão de que a Geografia seleciona, dentre a ilimitada variedade de aspectos da terra, aqueles significantes para o homem, explica igualmente o fato histórico de que o âmbito dessa disciplina tenha sido limitado à delgada crosta externa da terra, que constitui o mundo do homem. Nesse sentido, pode-se aceitar a expressão empregada por inúmeros estudiosos a partir do século XVIII, no sentido de que a Geografia estuda “a terra como a morada do homem”.

Conforme Hartshorne, a palavra “morada” não deve, porém, ser considerada literalmente como “domicílio”, nem tomada como sendo meramente a área da ocupação humana. Tampouco deverá ser entendida na tradicional acepção geográfica de “meio”. Pelo contrário, há de ser compreendida, em seu mais amplo significado, como a parte do universo físico que constitui o mundo, objeto das experiências humanas. Inclui não apenas o envoltório sólido e líquido da terra e a parte inferior da atmosfera, em que os seres vivos se movem, mas o céu visível, no alto, que varia de lugar a lugar na face da terra quanto à cobertura de nuvens e à luminosidade, ao colorido durante o dia, e às constelações à noite.

É necessário também definir a evasiva partícula “como”. Estuda-se a terra não como algo relacionado ao homem e, em consequência, apenas na maneira em que se relaciona

com o homem, mas sim, na qualidade de um objeto em si mesmo. Entretanto, a extensão (*scope*) desse objeto e a seleção dos fenômenos nele incluídos são determinadas pelo interesse básico no referido objeto, conforme o for experimentado. Com fundamento nessas qualificações específicas, deve-se modificar, ampliando-o, o primitivo enunciado: a Geografia é a disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem.

Hartshorne demonstra que a crosta da terra, que constitui o objeto de estudo da Geografia, é um complexo de várias integrações de larga multiplicidade de fenômenos, inter-relacionados em uma grande diversidade de formas. Do ponto de vista de outras ciências, ou da Filosofia, é útil classificar esses fenômenos, em diferentes maneiras. A Geografia, procurando analisar a complexidade dos fenômenos que se integram na realidade, cuida de examinar as relações que existem entre os fenômenos, de quaisquer tipos, que se revelem significantes na integração total. Em muitos casos, tais relações poderão ser as que se observam entre fenômenos humanos e não-humanos, ao passo que em outros elas se verificam entre fenômenos animados (humanos e não-humanos) e inanimados, ou entre fenômenos visíveis e invisíveis, ou entre fenômenos materiais e imateriais. Mas nenhuma dessas dicotomias é logicamente mais significativa do que as outras para a Geografia. Em cada caso, a natureza particular dos fenômenos é que determina as relações.

Entretanto, durante um período relativamente curto da história da Geografia, foi-lhe imposto um conceito filosófico, o “determinismo”, segundo o qual seria dever da Geografia investigar, de maneira específica, relações entre fatores humanos e não-humanos e, por conseguinte, dividir todos os elementos entre esses dois grupos abstratos. Esse conceito, porém, é estranho aos propósitos da Geografia, prejudicial às pesquisas sérias, além de ser capaz de romper a unidade fundamental da disciplina. Pode-se escapar aos “problemas do determinismo” seguindo a lição de Humboldt, e considerar os diversos aspectos e elementos da superfície da terra sem procurar separá-los de um e outro lado dessa linha arbitrária e abstrata. Em suma, é possível concluir que o “determinismo”, no concernente à Geografia, parece haver sobrevivido à sua utilidade, e que sua liquidação se impõe, porque é um obstáculo a melhor compreensão dos fatos.

Para o autor, pode-se esperar obter essa melhor compreensão, se o pesquisador procurar apreender o máximo que for possível, no que se refere à maneira e ao grau pelos quais os diversos aspectos de uma área, bem como seus elementos componentes, relacionam-se entre si na determinação do caráter total dessa área. Ao descrever e analisar aspectos e

elementos individuais, o pesquisador é livre para utilizar quaisquer categorias de classificação que sejam empiricamente significantes para o estudo das inter-relações desses aspectos e elementos, sem preocupar-se com distinções abstratas entre os de origem humana e os de origem natural.

Entretanto, de acordo com ideias tecidas por Hartshorne, a organização tradicional da Geografia em duas partes — “física” e “humana” — e a divisão de cada uma em setores baseados na similaridade dos fenômenos dominantes em cada setor, é de origem relativamente recente e provou ser prejudicial aos propósitos da Geografia, ou seja, a compreensão das integrações dos fenômenos de diversas características, que ocorrem nas áreas, de maneira variável, através da superfície da terra. Não decorreu de uma necessidade interna da Geografia, mas de uma abstração filosófica que procurou separar o homem do resto da natureza, e da preocupação das Ciências Sistemáticas no sentido de estudar categorias de fenômenos o mais isoladamente possível umas das outras.

A Geografia só poderá esperar competir, em interesse, com as Ciências Sistemáticas se reconhecer, em todos os seus ramos, suas finalidades próprias e específicas, a saber, observar e analisar os aspectos da terra compostos das inter-relações dos diversos elementos. Embora alguns desses aspectos sejam em larga medida independentes do homem, e outros constituam o produto da ação deste, poucos serão puramente “naturais” ou exclusivamente “humanos”. Poderiam ser distribuídos ao longo de uma escala ininterrupta que se estendesse de um a outro desses extremos. Entretanto, não há a menor vantagem para a Geografia em estabelecer tais diferenças. Ao estudar as relações que existem entre os aspectos da terra, a Geografia analisa esses aspectos na medida em que isso for necessário para explicar as suas inter-relações, sem levar em conta o fato de tais inter-relações poderem ou não ser descritas em termos de “leis naturais” ou de “leis sociais”.

Ao refletir sobre o papel do tempo na Geografia, Hartshorne reconhece que a permanente preocupação da disciplina consiste no estudo dos fenômenos não em si mesmos, nem em suas variações tomadas separadamente na face da terra, mas nas variações espaciais desses fenômenos, inter-relacionados uns aos outros, quer em integrações relativamente simples, quer em integrações mais complexas, mas ainda parciais, visando-se a alcançar a integração total dos fenômenos inter-relacionados, que constituem o caráter variado da terra como a morada do homem.

Certa extensão de tempo é necessária na descrição primária das atuais inter-relações dos fenômenos e dos vários ritmos de suas mudanças. A descrição explanatória de

relações individuais exige a análise das relações de processos que remontam consideravelmente ao passado. Entretanto, o propósito de tais mergulhos no passado não é delinear desenvolvimentos ou buscar origens, mas facilitar a compreensão do presente.

Na visão de Hartshorne, os estudos que focalizam primordialmente o desenvolvimento causal ou a gênese de categorias particulares de fenômenos, incluindo as razões de sua distribuição diferencial na face da terra constituem, logicamente, uma parte do estudo sistemático dos fenômenos classificados em categorias, isto é, das Ciências Sistemáticas da natureza ou do homem. Por motivos de ordem prática ou pessoal, os estudiosos que se especializarem em tópicos particulares da Geografia Sistemática realizam tais estudos. Isso, porém, não impõe aos outros geógrafos qualquer obrigação de alcançarem essa proficiência.

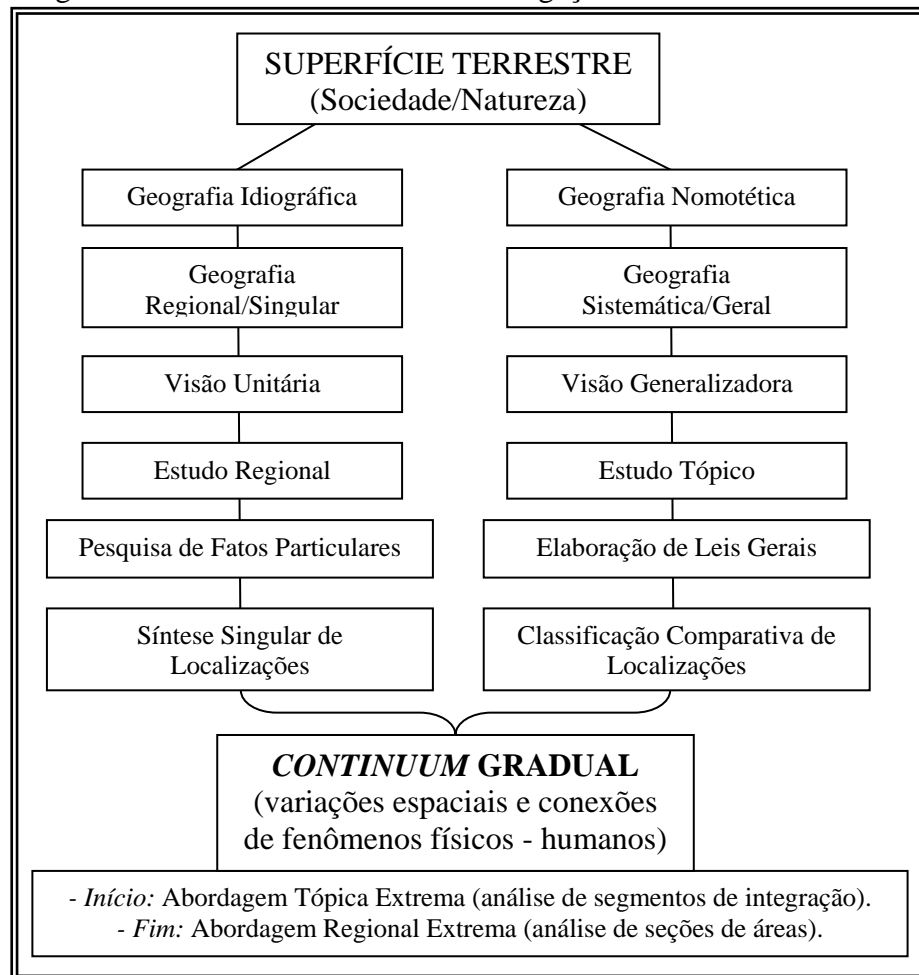
Embora as variações espaciais dos fenômenos em integração só possam ser diretamente examinadas no presente, as descrições documentadas de observadores do passado proporcionam elementos que permitem, combinados às observações atuais de aspectos que sabidamente permaneceram sem mudanças essenciais, considerar a geografia de um tempo histórico anterior como se fosse o presente. Estudando uma série de tais perspectivas da geografia de uma área, pode-se interpolar o registro das mudanças do caráter dessa área. Tais estudos históricos de integrações em mudança são essencialmente Geografia e não História, desde que o centro de atenção se conserve no caráter das áreas, que muda em consequência de certos processos, em contraste com o interesse histórico pelos processos em si mesmos.

No entendimento hatshorniano, o contraste expresso pelos termos “Geografia Sistemática” ou “Geografia Geral”, em oposição a “Geografia Regional”, não consiste na divisão da Geografia em duas partes. Igualmente não se trata de uma oposição entre dois métodos distintos de investigação, a serem empregados separadamente, cada um deles em determinadas pesquisas. Qualquer que seja a extensão da área estudada interessa ao geógrafo analisar uma integração de fenômenos extremamente complexa, que varia conforme as áreas, de maneira também altamente complexa. Para decompor essa dupla complexidade de maneira mais viável, é necessário, em qualquer pesquisa geográfica, empregar dois diferentes métodos de análise em grau variável e alternadamente: análises de segmentos de integração e análises de seções de áreas.

Deve-se decompor a complexidade total da integração formada pelos fenômenos inter-relacionados no mesmo lugar, e interligados entre vários lugares, pela divisão tópica em segmentos, cada qual consistindo em uma integração menos complexa e mais íntima. A

decomposição da complexidade da variação espacial é obtida através da divisão regional em unidades de áreas, cada qual incluindo uma amplitude restrita nas variações do segmento de integração que for objeto de estudo, e uma interconexão mais estreita dos fenômenos, de lugar a lugar. Quanto maior o grau de divisão tópica, menor grau de divisão regional é necessário. E com a crescente complexidade dos segmentos tópicos, mais longe deve ser levada a divisão regional (isto é, em maior número de unidade). Os estudos geográficos não se dividem em dois grupos, mas se distribuem ao longo de um *continuum* gradual, a partir dos estudos tópicos de integração mais elementar, em um extremo, até os estudos regionais da mais completa integração, no outro extremo (Figura 03).

**Figura 3** – Diagrama Ilustrando o Método de Investigação Hartshorniano



**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2018)

Ao elucidar a questão “Que espécie de ciência é a Geografia?”, Hartshorne demonstra que a Geografia consiste em um campo cuja matéria inclui a maior complexidade de fenômenos e, ao mesmo tempo, preocupa-se, mais do que a maior parte dos outros, com estudos de casos individuais — dos inumeráveis lugares do mundo e do caso ímpar do próprio

mundo. Por essas duas razões, a Geografia é menos capaz do que muitos outros domínios de elaborar e empregar leis científicas. Mas, não obstante isso, a exemplo de todos os outros domínios, preocupa-se em elaborar essas leis, na medida do possível.

Consequentemente, pode-se devidamente afirmar que, em todas as etapas do processo científico, é função do pesquisador “descrever” — quer descreva um fenômeno visto com os seus olhos ou medido por algum processo mecânico, quer descreva um processo de inter-relação de elementos elaborado em sua imaginação. Principia-se pela “observação” — a descrição sensorial, muitas vezes presumida como sendo o único significado de “descrição”. Procede-se através da “análise” — a descrição das diversas partes do que tiver sido observado, conforme parecem estar relacionadas umas às outras. Em seguida, estabelece-se uma hipótese acerca das relações entre os elementos e processos. Se for segura, tem-se atingido um nível mais elevado do conhecimento — “a descrição cognitiva” dos elementos de suas inter-relações.

Conforme Hartshorne é inerente à natureza do objeto que a Geografia estuda — o caráter variável da crosta terrestre em que a humanidade vive — ser relativamente fácil observar, direta ou indiretamente, a maior parte dos aspectos cujas variações espaciais em relação umas com as outras, contribuem para a variação total de uma área. Mas não é absolutamente fácil, e em muitos casos é impossível, determinar como se relacionam reciprocamente. No entanto, enquanto o pesquisador não o souber, não possuirá de maneira clara qualquer medida objetiva para determinar que peso atribuir a cada um dos aspectos que variam de maneira diferente, na descrição de uma integração total, a qual, na realidade jamais poderá descrever em sua totalidade.

Outra impossibilidade é apresentada pela meta de descrever a variação dessa integração global através de toda a terra. Quando for reduzido o número infinito de diferentes lugares a um número finito de regiões, cada qual característica em certo grau, então defrontar-se-á com o problema de determinar que peso atribuir a cada uma das diferenças espaciais dentro de cada região-unidade. Em todos os casos nos quais a medida objetiva não é possível, alcançar a compreensão máxima dependerá do julgamento e da habilidade do pesquisador. A descrição eficiente em Geografia envolve, portanto, um grau nada pequeno de arte, não no sentido de impressões subjetivas, mas na aceção objetiva de discernimento e visão baseados no conhecimento das relações que podem ser conhecidas.

Assim, segundo o autor, ao se entender a expressão “descrição científica” no sentido de incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos,

quer das relações de processos e associações de fenômenos, pode-se mais uma vez modificar o enunciado acerca da finalidade da Geografia, nos seguintes termos: “o estudo que busca proporcionar a descrição científica da terra como o mundo do homem”.

Na opinião de Hartshorne, a variedade quase ilimitada de fenômenos inter-relacionados na superfície da terra, e que podem ser observados e descritos pelo homem, faz com que essa reduzida porção do espaço se apresente como a mais complexa área de estudo entre todas as porções conhecidas do universo. É ela também a porção do universo de maior interesse para os geógrafos. Para incluir em um só campo a grande variedade de fenômenos incomensuráveis que constituem o complexo total, deve inevitavelmente haver determinados princípios de seleção. Esse princípio é proporcionado, na Geografia, inicialmente, pela sua preocupação com a terra na qualidade de morada do homem. A medida da importância relativa entre a ilimitada variedade de fenômenos que se apresentam na superfície da terra é determinada, na Geografia, pela significância real ou potencial, direta ou indireta, que possuem para o homem. Uma vez que essa significância varia conforme o desenvolvimento da cultura e da tecnologia do homem, até mesmo a geografia de áreas desabitadas, nas quais pouco se modificam as condições naturais, é sujeita à mudanças no tempo e deve ser reavaliada à luz de tais mudanças.

Embora o estudo do caráter e das inter-relações de seções do espaço se preocupe primordialmente com o presente (ou com o período mais próximo do presente, que possa ser observado), ele também se preocupa com o caráter e as interconexões de seções do espaço no passado e com o seu desenvolvimento até o presente. Em consequência, a abordagem corológica do conhecimento do universo também se estende teoricamente sobre o conjunto dos conhecimentos empíricos.

De acordo com a acepção hartshorniana, os elementos significantes para o homem são extremamente variados quanto às suas modalidades, mas, na realidade, são integrados para formar complexos totais em cada lugar da terra. Isso obriga a Geografia a estudar integrações de complexidade maior do que as das ciências sistemáticas, porquanto ela inclui todas as diversas complexidades destas ciências. Sabe-se que esses diferentes elementos não se apresentam apenas inter-relacionados em grau variável em cada lugar, mas também que muitos deles são igualmente inter-relacionados de lugar a lugar através do mundo. Por conseguinte, desde que não se pode estudar todas as coisas ao mesmo tempo, tem-se de estudar inter-relações em limitados segmentos de integração através de grandes áreas — a

Geografia Tópica — e também, para compreender o caráter de cada parte da terra, tem-se de estudar integrações mais complexas de pequenas unidades de área — a Geografia Regional.

Finalmente, tal como em qualquer ciência, deve-se procurar obter essa aproximação da certeza e essa universalidade de conhecimentos, que é possibilitada pela elaboração de conceitos genéricos e de leis de inter-relações de fatores. Mas a múltipla variedade de fatores diferentes e incomensuráveis que estão implícitos em muitos aspectos do objeto de estudo da Geografia — o complexo mundo da superfície da terra —, somente permite a interpretação de uma parte daquilo que é possível verificar através desse método. Uma grande parcela do que não pode ser explicado através de tal método é, não obstante, essencial à compreensão e interpretação das variações espaciais de lugar a lugar. Em consequência, os estudiosos são compelidos a medir e, da melhor maneira que puderem, a interpretar, um número excepcionalmente grande de casos únicos. Assim, pode-se dizer, que se a hipótese se ajusta aos fatos previamente determinados, isso, e não sua autoria ou qualquer aparência de lógica que possa apresentar, constitui sua mais vigorosa pretensão de ser válida.

Por fim, cabe ressaltar as palavras finais de Hartshorne, nas quais argumenta que a insistência, através de todo o livro, no princípio de que as características essenciais da Geografia foram determinadas pelo seu desenvolvimento no passado, pode ser considerada limitadora ou restritiva da liberdade de pesquisa unicamente se for deixado de observar, em toda a sua plenitude, a expansão e a profundidade do campo dessa disciplina, proporcionadas pela tradição. A crosta terrestre estudada pelos geógrafos contém todo o mundo do homem, e as variações espaciais do caráter desse mundo abrangem a maior parte dos fenômenos do homem e do resto da natureza. Para compreender plenamente essas variações de áreas o estudioso é obrigado a mergulhar nas relações passadas dos fatores em causa, e as pessoas cujos interesses assim as orientarem, poderão recuar na história até onde a existência de dados disponíveis o permita. A libertação da necessidade de focalizar a atenção nas relações entre dois grupos particulares de aspectos, humanos e não-humanos, permite um alargamento maior de interesses e, ao mesmo tempo, uma coerência mais efetiva de todo o campo de estudos.

Do ponto de vista hartshorniano, não se aprenderá Geografia discutindo como se estuda Geografia. Mas para aprender uns com os outros se tem de entender os termos de que são utilizados, e poder-se-á progredir da maneira mais rápida se os geógrafos lograrem chegar a um consenso geral sobre o que desejam aprender, isto é, sobre o âmbito e a função desse campo de estudo.

## CAPÍTULO IV

### Influências Teóricas no Pensamento de Richard Hartshorne

A Geografia científica, conhecida hoje, é produto do século XIX, ou precisamente, dos cento e cinquenta anos a partir de 1750. Foi durante esse período que os seus expositores (Kant, Humboldt, Ritter, Peschel e Ratzel) definiram o âmbito e o conteúdo do assunto, bem como elaboraram os métodos de coleta, organização e apresentação do material referente ao mesmo. No entanto, a ciência é muito mais antiga; as suas raízes se reportam a remota antiguidade. Os primeiros registros do interesse do homem sobre a natureza do mundo físico que o cercava contêm observações e pesquisas de caráter geográfico. Talvez, nenhuma ciência pode reivindicar uma genealogia maior do que a Geografia.

A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. E como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa. Hartshorne informa que, no formato de base com que se conhece, nasce por meio dos estudos de Immanuel Kant. Este não era um geógrafo de formação, mas um filósofo do iluminismo. Preocupava-o como filósofo o estado de defasagem em que a Filosofia se encontrava em relação ao avanço da Ciência no século XVIII (MOREIRA, 2008).

Para Santos (2002), Kant a rigor, não realiza grande transformação na Geografia que toma para si. Apenas confere à percepção geográfica do mundo físico o rigor da descrição e taxonomia que o seu conceito de espaço lhe permite, uma vez que para ele o espaço é um dado *a priori* da percepção, um plano de extensão geométrica preexistente ao olhar humano que já faz o fenômeno vir à percepção humana ordenado nos parâmetros de uma ordem espacial (o mesmo acontecendo com o tempo, mas na ordem da sucessão), cada fenômeno ocupando um lugar e uma distância pré-determinados em suas disposições recíprocas.

Conforme as concepções de Hartshorne (1978), Kant foi o primeiro a estabelecer o conceito de espaço, o qual não influenciou de maneira direta o pensamento geográfico moderno. Segundo o autor, pode ter havido uma influência indireta através de conexões parciais e incertas: por meio de Ritter em menor grau, mas possivelmente em maior grau através do efeito que teve no pensamento de Humboldt, sendo posteriormente melhor trabalhado por Ferdinand von Richthofen e Alfred Hettner.

O mundo científico e acadêmico não existem independente do contexto humano e, por isso, é essencial examinar a estrutura intelectual e social em que surge uma disciplina. Quando centramos a atenção no desenvolvimento de uma geografia oficial, elaborada por pessoas que se consideravam geógrafos, também é preciso examinar o trabalho dos indivíduos sobre os quais se apoiou a formação da nova temática. O rápido avanço dos conhecimentos que os europeus tinham sobre o mundo, como consequência dos “descobrimientos” dos séculos XV e XVI, fundou as bases para o nascimento gradual de uma disciplina geográfica oficial no século XIX. (UNWIN, 1995, p. 101, tradução nossa).

O período que se estende do início do século XIX ao começo do XX representa um dos momentos mais ricos e contraditórios do pensamento e da história humana, com grandes avanços no campo científico e filosófico. Para Moreira (2008), é durante este período que o mundo conhece a riqueza de teorias da chamada Geografia Clássica, representada principalmente pelas figuras de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), os quais aparecem cronologicamente na sequência de Kant, responsáveis pela fundamentação e sistematização da ciência geográfica.

#### 4.1 IMMANUEL KANT (1724-1804)

As condições nas quais se exerce a atividade dos geógrafos modificaram-se tão profundamente ao longo do século XVIII que a disciplina atravessou uma crise de identidade. A sua institucionalização iniciou-se com dificuldade; relacionou-se com a vertente cartográfica da profissão; mas os que a seguem estão divididos entre o trabalho de pesquisa documental, até então indispensável à sua profissão, e o trabalho de campo, cujos resultados são doravante melhores.

A perspectiva naturalista permite descobrir verdadeiramente a diversidade de fisionomias da Terra e das paisagens que o Homem organizou. Convida a relacionar uma série de fatos que não aparecem espontaneamente associados, mas são concomitantes quando cartografados em pequena escala. Assim, apela à transformação da disciplina em ciência explicativa. (CLAVAL, 2006, p. 54).

A Geografia ficou fragilizada com tantas perspectivas sem dispor de meios para hierarquizá-las. É o que confere às reflexões geográficas de Kant o seu significado. Ensinou Geografia Física na Universidade de Königsberg, de 1756 a 1796, onde teve a oportunidade de ministrar mais de cinquenta cursos sobre o tema. Seu interesse na Geografia Física não se baseava em experiências reais sobre a variabilidade da natureza nas diferentes partes da Terra, sendo despertada pela pesquisa filosófica de todo o ramo do conhecimento empírico.

Por esta razão, a contribuição de Kant era mais filosófica, uma vez que consistia da definição da natureza da geografia e sua relação com as ciências naturais. A dita definição, feita na Introdução de suas aulas, descreveu tão cabalmente o âmbito da geografia, que influiu direta ou indiretamente nas subseqüentes discussões sobre a metodologia. Pode-se ir ainda mais longe e afirmar que a desordem sobre a finalidade e o conteúdo da geografia apenas existiu quando a análise de Kant era ignorada. (TATHAM, 1959, p. 205).

Entretanto, Kant é mais conhecido por sua série de três críticas, a *Crítica da Razão Pura* (1781), a *Crítica da Razão Prática* (1788) e a *Crítica do Juízo* (1790). Nestas obras queria “[...] demonstrar que a opção entre o empirismo e racionalismo era irreal, que as duas filosofias estavam equivocadas por igual, e que a única metafísica concebível que podia confiar um ser razoável deveria ser tanto empírica como racionalista” (SCRUTON, 1981 *apud* UNWIN, 1995, p. 107). Assim, o filósofo converteu-se no fundador do idealismo alemão do século XIX.

Ao analisar os escritos de Kant, Tatham (1959) demonstra que o autor principia sua argumentação dizendo que o conhecimento científico se obtém pelo emprego da razão pura, ou através dos sentidos. As sensações perceptivas são de duas espécies: percepções sensoriais subjetivas e as percepções sensoriais objetivas que, juntas, fornecem o conjunto do conhecimento empírico do homem com relação ao mundo. O mundo visto através da percepção subjetiva é a alma (*seete*), ou o homem (*mensch*), (isto é, o eu); através da percepção objetiva é a natureza. A Antropologia estuda a alma do homem; a Geografia Física estuda a natureza. Assim, a Geografia Física é a primeira parte do conhecimento do mundo (*weitkenntnis*), na verdade, é a preliminar essencial (*propaedeutic*) para a compreensão das percepções do mundo.

Na concepção de Kant, faz-se *mister* que as experiências não sejam apenas um conjunto de coisas, mas que sejam organizadas em um todo sistemático. Assim como, antes de construir uma casa se deve ter a concepção (*idee*) do conjunto de onde se formarão as várias partes, torna-se necessário que, antes de iniciar o estudo do mundo, tenha-se a concepção do todo, um sistema arquitetônico de onde os diversos detalhes serão formados. A Geografia Física fornece tal sistema para o estudo da natureza.

O conhecimento do mundo requer mais do que apenas vê-lo. Aquele que desejar captar o que for útil de suas viagens, deve previamente elaborar um plano de viagem, e não apenas observar o mundo segundo a percepção sensorial objetiva. Se nós nos prepararmos antecipadamente, por meio da educação, obteremos, então, um todo, um sistema de conhecimentos (*unbegriff von kennnissen*) que nos ensinará a conhecer o homem. Somente assim, estaremos em situação de colocar cada experiência em seus devidos lugares, como um todo. Por intermédio das viagens pode-se expandir o conhecimento do mundo exterior, o que será de pouca utilidade se não estivermos preparados por meio da educação. (KANT, 1802 *apud* TATHAM, 1959, p. 205).

Ainda de acordo com Tatham (1959), para Kant desde que a experiência de uma pessoa é limitada tanto no tempo quanto no espaço, cada uma deve complementar a sua experiência com a de outras, tendo sempre o cuidado de examinar minuciosamente a fidedignidade daquilo que está sendo emprestado. Essas experiências emprestadas indiretamente são de duas espécies: narração (*erzählung*) ou descrição (*beschreibung*). A primeira é uma história (*eine Geschichte*) a segunda, uma geografia (*eine Geographie*). Além disso, o conhecimento empírico pode ser classificado de duas formas: de acordo com um conceito (*begriff*), ou com a distribuição no tempo e no espaço. A classificação relativa ao conceito é um sistema da natureza (*Systema Naturae*); a que se relaciona com o tempo e o espaço é uma classificação física e fornece-nos uma descrição geográfica da natureza.

O *Systema Naturae* é, além disso, um registro do todo onde coloco todas as coisas, cada uma em sua classe adequada, embora, na Terra, elas sejam encontradas em lugares diferentes, amplamente separadas.

Em contraposição a esse método de classificação racional, encontra-se a classificação física, a descrição geográfica da natureza, que considera as coisas de acordo com o local de sua ocorrência na Terra. (Kant, 1802 *apud* TATHAM, 1959, p. 206).

Para o filósofo alemão, História e Geografia podem ser designadas como descrições, porém a História é o registro de acontecimentos que se sucedem no tempo (*nacheinander*), já a Geografia é o relatório de fenômenos que se sucedem no espaço (*nebeneinander*). Juntas, representam o todo da percepção humana, ou seja, o conhecimento empírico.

Kant argumenta que a História, desde que tenha de registrar todos os acontecimentos nos diferentes períodos, nada mais é do que uma Geografia contínua, pois constitui grande imperfeição na história não saber em que lugar os fatos se deram, e as características (*beschaffenheit*) do mesmo, em consequência da ocorrência. Uma verdadeira história natural (*naturgeschichte*) é impossível, tudo o que se pode obter é uma descrição natural (*naturbeschreibung*), uma vez que uma história natural completa teria de registrar o total desenvolvimento das coisas através de todos os tempos, desde o princípio do mundo, para o que não existiriam dados disponíveis.

Segundo Tatham (1959), ao se questionar sobre o que existiu em primeiro lugar, a História ou a Geografia, Kant demonstra que a Geografia existiu em todos os períodos, sendo a estrutura da História, pois os fatos devem ter sempre ocorrido em determinado local. No entanto, à medida que as mudanças registradas na história iam se sucedendo, ela se tornava uma nova geografia; assim sendo, se existe uma história antiga, também deve existir uma geografia antiga, que contribui para o esclarecimento dos fatos históricos.

Para Claval (2006), Kant parte da ideia de que o conhecimento se baseia na percepção que temos dos fenômenos. A ciência visa estabelecer uma classificação temática para eles; estabelece as leis às quais estão submetidos e testa as hipóteses que podem justificá-los. Mas os fenômenos nos são dados sob a forma de sequências temporais e justaposições espaciais: o tempo e o espaço são para Kant estruturas fundamentais do nosso entendimento.

Kant é assim levado a atribuir à História e à Geografia finalidades diferentes das outras disciplinas: o seu papel é o de perceber as estruturas temporais e espaciais que a nossa experiência revela. A Geografia tem como principal missão compreender a diferenciação regional da Terra. Porém, isto não a reduz à descrição. [...] Para ele, a Geografia deve explicar a especificidade de cada parte da Terra e a recorrência de certos temas. (CLAVAL, 2006, p. 55).

Na concepção de Kant, a Geografia é um conhecimento empírico, na medida em que, como ciência, deriva das experiências do homem. Mas é mais do que conhecimento comum, porque sistematiza e classifica os fatos e, além disso, está circunscrita à superfície da Terra.

A seguir põe-se-lhe outro problema: se a Geografia é uma ciência empírica, em que medida a difere de outras ciências empíricas, como a História e a Física? Kant encontra resposta em relação à Física, na medida em que esta ciência possui um vasto corpo teórico, com princípios e leis, muitas vezes expressos matematicamente. Mas em relação à História é mais difícil fazer a distinção. E, assim, Geografia e História acabam por se distinguir porque, segundo Kant, a Geografia descreve a natureza no presente e no espaço, enquanto a História descreve a evolução do homem ao longo do tempo — enquanto a Geografia tem uma dimensão espacial, a História tem uma dimensão temporal. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 58-59).

Cabe ressaltar que na sua teoria da organização do conhecimento, Kant considera, portanto, as disciplinas organizadas em três conjuntos: *Ciências Sistemáticas*, que estudam as categorias dos fenômenos (Botânica, Geologia, Sociologia); *Ciências Históricas*, que estudam as relações entre os fenômenos no tempo; e *Ciências Geográficas*, que estudam os fatos nas suas relações espaciais. Dessa maneira, os fatos da Geografia e da História são *a posteriori* e empíricos, derivados do sentido da percepção e da experiência, enquanto que os fatos das ciências sistemáticas são *a priori* e racionais.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a preocupação de Kant com a Geografia surge de sua inquietação em entender a Terra como morada do homem e de refletir sobre a relação entre o homem e a natureza. Em 1757, escreveu uma breve obra intitulada *Outline e Prospectus for a course of Lectures in Physical Geography*, mas somente em 1802 foi publicada a edição oficial de suas ideias sob o título de *Physische Geographie* (Geografia Física).

Em seu resumo de 1757, Kant sustentava que havia três formas de contemplar a Terra: uma matemática interessada por sua forma, a doutrina política que se ocupava da população e dos tipos de governo, e a geografia física que considerava as condições naturais da Terra e o que está contêm. Como já ocorrera com Varenius, esta classificação causou problemas relacionados com o modo como se deveria tratar o aspecto humano, pois Kant o incluía tanto na geografia física como na doutrina política. Mais adiante, na introdução da *Physische Geographie*, tentou resolver esta dificuldade dizendo que a geografia física estudava o mundo tal como o percebiam os sentidos externos, por oposição à antropologia, que se ocupava da experiência consciente que os sentidos internos proporcionavam. Outra distinção entre opiniões precoces e as tardias de Kant acerca da geografia se referem ao modo em que contemplava sua relação com a história. No resumo de 1757, Kant parecia considerar a geografia como parte da história, mas com a publicação da *Physische Geographie* havia afinado esta opinião até afirmar que todo o saber estava formado pela geografia e história, onde a primeira era a descrição em termos de espaço e a segunda a descrição em termos de tempo. Kant acrescenta que a geografia está na base da história porque os acontecimentos devem fazer referência a algo. A história é um processo incessante, mas as coisas também mudam e, às vezes, dão como resultado uma geografia totalmente distinta. A geografia é, pois o substrato. (UNWIN, 1995, p. 107-108, tradução nossa).

De acordo com as reflexões de Lencioni (2003), é Kant que vamos encontrar a raiz da ideia de que o fundamento da Geografia é o espaço. Para ele, todo conhecimento poderia ser classificado em termos de sua similaridade ou, quando divergentes e originalmente distintos, em termos da sua ocorrência em um mesmo lugar. Kant denominou a primeira classificação de lógica, a segunda, de física. Daí, a Geografia aparecer na sua formulação como Geografia Física, não tendo o sentido atribuído atualmente à Geografia Física, que tem como primeira referência os processos naturais. Em sua obra, *Physische Geographie*, relaciona a Geografia ao espaço e a História ao tempo, considerando a primeira, a base da segunda.

Cabe observar que uma reflexão permanente de Kant em sua obra discorre sobre a relação entre as condições naturais e a história dos homens. Para ele, esta relação é fundamental porque permite criar a unidade do saber, superando o conhecimento parcial. Dizia que não se pode conhecer o homem se se ignorar o meio, e que a diversidade da realidade empírica pode ser objeto de conhecimento (LENCIONI, 2003).

Para Kant, o espaço é condição de toda experiência dos objetos. Esses objetos são tanto da natureza, quanto do homem, mas também, são objetos astronômicos e geométricos. Portanto, nada pode ser representado sem espaço, que conteria o fundamento de toda a percepção sensível. Em sua obra *Crítica da Razão Pura* (1781), Kant demonstra sua concepção de espaço através de quatro afirmações que influenciarão profundamente as análises geográficas posteriores.

1) O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado em outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores e a par umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requerer-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais nada, mediante essa representação (KANT, 2005, p. 90).

2) O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos (KANT, 2005, p. 91).

3) O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Porque, em primeiro lugar, só podemos ter a representação de um espaço único e, quando falamos de vários espaços, referimo-nos a partes de um só e mesmo espaço. Estas partes não podem anteceder esse espaço único, que tudo abrange, como se fossem seus elementos constituintes (que permitissem a sua composição); pelo contrário, só podem ser pensados *nele*. É essencialmente uno; a diversidade que nele se encontra e, por conseguinte, também o conceito universal de espaço em geral, assenta, em última análise, em limitações. De onde se conclui que, em relação ao espaço, o fundamento de todos os seus conceitos é uma intuição *a priori* (que não é empírica) (KANT, 2005, p. 91).

4) O espaço é representado como uma grandeza infinita dada. Ora, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida em uma multidão infinita de representações diferentes possíveis (como sua característica comum), por conseguinte, subsumindo-as; porém, nenhum conceito, enquanto tal pode ser pensado como se encerrasse *em si* uma infinidade de representações. Todavia é assim que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito). Portanto, a representação originária de espaço é *intuição a priori* e não conceito (KANT, 2005, p. 92).

Conforme Lencioni (2003), Kant afirmava que o espaço geográfico é de natureza diferente do espaço matemático, porque se divide em regiões que se constituem no substrato da história dos homens. Dizia que uma grande imperfeição da História era não se preocupar em saber onde os fatos haviam ocorrido. Para Kant, a noção de espaço geográfico vinha acompanhada da ideia de *região*.

Kant advertiu sobre a impropriedade de se considerar cada parte da totalidade como uma parte em si e para a importância de se ter uma ideia do todo. Além disso, chamou atenção para o fato de que a descrição geográfica deveria levar em conta o tempo e o espaço; não simplesmente o conceito. (LENCIONI, 2003, p. 79).

Segundo Unwin (1995), quando Kant publicou *Physische Geographie* já havia revisado suas ideias sobre a relação entre a Geografia Física e outros tipos de Geografia, afirmando que Geografia Física era um esboço geral da natureza, constituindo não apenas a base da História como também de quaisquer outras geografias. Estas últimas se dividiam em cinco categorias:

- 1) *Geografia Matemática* que trata da forma, tamanho, movimentos da Terra, e de sua posição no sistema solar;
- 2) *Geografia Moral* que trata dos diferentes costumes e características dos povos das diferentes regiões;
- 3) *Geografia Política* que estuda a relação entre as unidades políticas e a sua base física;
- 4) *Geografia Comercial* que examina a razão pelas quais determinados países possuem excesso de uma mercadoria, enquanto outros têm deficiência da mesma, condição esta que provoca o comércio internacional; e,
- 5) *Geografia Teológica* que estuda as alterações sofridas pelos princípios teológicos segundo os diferentes meios. (UNWIN, 1995, p. 108, tradução nossa).

A geografia de Kant também tem um profundo valor pedagógico, sendo que um dos principais argumentos utilizados para justificar seus ensinamentos consiste no fato de que o filósofo oferece aos estudantes uma estrutura básica do conhecimento. Sob a influência de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), considerou também que podia utilizar dessa Geografia para ensinar ética e teologia, proporcionando uma satisfação enobrecedora aos estudantes. Kant argumentou, essencialmente, que a Geografia podia oferecer uma unidade do conhecimento, ajudando as pessoas a orientar-se no mundo.

Para Santos (2002), Kant ocupa lugar de destaque na história do pensamento geográfico, pois foi um dos responsáveis pela transformação da Geografia em disciplina acadêmica. Ao fazê-la, procurou identificar e sistematizar um corpo teórico-metodológico que deu a disciplina um estatuto epistemológico específico.

O século XVIII legou-nos uma leitura do mundo e Kant a sintetiza magistralmente, em uma única proposição: o mundo como cenário. A Geografia como descrição do cenário e, nesse sentido, ela é física, nesse sentido absorve completamente o que está pressuposto na *Estética Transcendental*: a noção de espaço é aquela que nos permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar. (SANTOS, 2002, p. 209).

Esse pensador assume particular importância na medida em que levanta questões sobre a natureza do conhecimento geográfico. “[...] O espaço geográfico, a relação entre o homem e a natureza, a relação entre o geral e o particular; temas tão caros à Geografia, já aparecem sistematizados no pensamento kantiano” (LENCIONI, 2003, p. 80).

Kant ajudou indubitavelmente a Geografia Alemã, no fim do século XVIII e início do século XIX, a estruturar de maneira coerente o campo aberto pelas múltiplas curiosidades da época do iluminismo. A sua influência em Humboldt e Ritter, e mais tarde em Richthofen e Hettner, é clara. Consequentemente, a sua autoridade foi invocada por vezes para justificar um ou outro ponto de vista nas querelas que dividiam a disciplina.

#### 4.2 ALFRED HETTNER (1859-1941)

No campo da produção do conhecimento, o período da virada do século XIX para o século XX foi marcado pela hegemonia da racionalidade científica pautada no positivismo, norteada pelo método científico das ciências naturais, a partir do qual os resultados das pesquisas realizadas só adquiriam *status* científico na medida em que fossem generalizáveis, ou seja, se servissem para explicar o fenômeno em diversos contextos.

Nas últimas décadas do século XIX ocorreram mudanças importantes no panorama científico e filosófico europeu. Havia uma reação nata contra o positivismo e o naturalismo, e são postas em questão de forma ampla — embora não unânime — princípios aceitos antes como indiscutíveis. Na Geografia, isso coincidiu com o desenvolvimento da escola regional e da paisagem, com a afirmação do caráter ideográfico da ciência, com a exaltação do problema do possibilismo, e com uma inflexão na metodologia científica, que aceita agora faculdades como a intuição e desvia o objeto em direção à compressão de uma realidade considerada complexa. Tudo isso dá lugar a uma modificação, às vezes muito perceptível, em relação à etapa anterior, há um enfrentamento que não deixa de ser confuso devido a aceitação de alguns traços do período precedente e pela sobrevivência latente de certas atitudes positivistas. (CAPEL, 1983, p. 313, tradução nossa).

Na Geografia, entretanto, a solução positivista, de unificar o pensamento da natureza à sociedade e ao homem a partir das leis físicas, foi rejeitada pelos alemães. Estes optam pela solução do entendimento kantiano, operando-se um movimento de retorno a Kant.

Segundo Capel (1983), ao longo do século XIX a perspectiva histórica se introduziu em todas as ciências: o historicismo romântico e positivista pretendia simplesmente reconstruir, exigindo rigor na determinação dos feitos históricos e aceitando que cada unidade histórica tem um valor próprio e igualmente estimável; o historicismo do final do século XIX, porém, colocou, a partir de uma perspectiva teórica, o problema da validade do saber histórico e elevou a história à categoria explicativa da realidade social, ao

considerar que esta é resultado de um desenvolvimento e, por conseguinte, a descrição deste desenvolvimento desde a sua origem é essencial e indispensável para entender a realidade.

Naturalmente, a introdução da história como elemento essencial na natureza de algo supõe introduzir uma dimensão de extraordinária complexidade, já que a história é composta de uma sucessão de acontecimentos singulares, realizados intencionalmente. Assim, um dos princípios básicos do historicismo consiste em realçar o caráter particular resultante das forças histórico-humanas. Ou seja, a introdução do desenvolvimento histórico como elemento essencial na realidade social de algo implica o aparecimento do particular como objetivo do conhecimento científico. Para que esta apreensão do particular pudesse ser considerada científica, com o mesmo caráter de cientificidade generalizante das ciências da natureza, faltava justificar teoricamente a possibilidade desta ciência do singular. (CAPEL, 1983, p. 315, tradução nossa).

Entre os anos de 1880 e 1930, houve o desenvolvimento de uma corrente de pensamento que se tornou a forma de filosofia dominante na Alemanha, denominada de neokantismo, a qual buscou elaborar um retorno a Kant. “O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil” (LENCIONI, 2003, p. 121).

Na segunda metade do século XX, alguns pensadores, influenciados principalmente pelo idealismo de Kant, reagiram criticamente ao modelo positivista de conhecimento aplicado às ciências sociais, acreditando que o estudo da realidade social através de métodos de outras ciências poderia destruir a própria essência desta realidade, já que esquecia a dimensão de liberdade e individualidade do ser humano. (GOLDENBERG, 2009, p. 18).

A Sociologia Compreensiva, que tem suas raízes no historicismo alemão, distinguindo “natureza” de “cultura”, considerava necessário, para estudar os fenômenos sociais, um procedimento metodológico diferente daquele utilizado nas ciências físicas e matemáticas.

O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um dos primeiros a criticar o uso da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, em função da diferença fundamental entre os objetos de estudos das mesmas. Nas primeiras, os cientistas lidam com objetos externos passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, enquanto nas ciências sociais lidam com emoções, valores, subjetividades. Esta diferença se traduz em diferenças nos objetivos e nos métodos de pesquisa. Para Dilthey, os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais e, isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade. Portanto, as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais. (GOLDENBERG, 2009, p. 18-19).

Dilthey, por meio de dois conceitos, diferenciou o método das ciências naturais (*erklären*), que busca generalizações e a descoberta de regularidades, do das ciências sociais

(*verstehen*), que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas.

O maior representante da Sociologia Compreensiva foi Max Weber (1864-1920), que se apropriou da ideia de *verstehen* preconizada por Dilthey. Para Weber, o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento no qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos. Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeito e objeto de suas pesquisas. Nesta perspectiva, que se opõe à visão positivista de objetividade e de separação radical entre sujeito e objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem por pesquisar aquilo que valorizam. Estes cientistas buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado. (GOLDENBERG, 2009, p. 19).

Já no campo da Geografia, conforme as reflexões de Etges (2009), frente ao dualismo desagregador e ameaçador do saber geográfico, a Geografia Regional se configurou como a via mais segura para a sobrevivência da ciência. A própria tradição geográfica, por um lado, e os aportes teóricos do historicismo, por outro, facilitaram os fundamentos para este caminho integrador. E, a afirmação do caráter ideográfico da Geografia permitiu resolver os problemas gnosiológicos que se apresentavam. A compreensão da Geografia como uma ciência do singular era facilmente aceitável porque, assim, podia exprimir-se explicitamente o pensamento kantiano.

A nova valorização da Geografia Regional, ao final do século XIX, podia facilmente remeter-se ao pensamento kantiano, integrando ao mesmo tempo a ideia de inter-relação entre os elementos heterogêneos que se combinam no espaço, ideia desenvolvida pelo ambientalismo naturalista. A Geografia era assim um terreno bem preparado para admitir a distinção neokantiana entre ciências nomotéticas e ideográficas, e para ser incluída nesse segundo grupo (CAPEL, 1983).

A solução kantiana é, entretanto, antinômica. A natureza e o homem recebem tratamentos epistemológicos diferentes, por conceber Kant a impossibilidade de um conhecimento único. A natureza pode ser compreendida a partir de leis gerais, comuns ao comando de todos os fenômenos naturais, mas já para o homem é impossível um processo de conhecimento semelhante. O que pode integralizá-lo é a ética, a categoria universal que serve para compreendê-lo e à sociedade em uma totalização de entendimento.

Daí que o debate entre os neokantianos os encaminhará para a formalização do entendimento do mundo em termos duplos e distintos: o das ciências nomotéticas e o das ciências ideográficas, as primeiras aplicáveis aos fenômenos regidos por leis gerais, isto é, os fenômenos da natureza, e as segundas aos fenômenos individualizados, isto é, os fenômenos do homem. (MOREIRA, 2000, p. 142).

Entre os filósofos neokantistas deve-se destacar Wilhelm Windelband (1848-1915), o qual foi responsável pela elaboração de uma distinção entre as ciências. Distinguiu as

ciências da natureza (buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas) das ciências da cultura, denominadas idiográficas (voltadas para a pesquisa de fatos particulares). Porém, observou que um determinado fato pode ser objeto tanto de investigação nomotética como idiográfica.

Nesse contexto, as observações de Windelband se tornaram a problemática central na Geografia. Inspirado no questionamento da ciência geográfica ser nomotética ou idiográfica, o geógrafo e filósofo alemão, Alfred Hettner, influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richthofen.

Alfred Hettner foi discípulo de Kirchhoff (entre 1877-78) e, em seguida, de Fischer em Bonn, e de Gerland em Estrasburgo. Depois de uma formação acadêmica em Geografia Física e Filosofia, realizou investigações na Colômbia, Peru e Chile, e ao retornar tornou-se professor em Leipzig (1887-1897) e pode conhecer o pensamento de Windelband, com o qual coincidiria na Universidade de Heidelberg. Hettner não abandonou seus primeiros interesses por temas de geografia física, mas desde os anos finais do século orientou-se crescentemente para a geografia regional, publicando diversas obras deste tipo, algumas de grande ambição. Ao mesmo tempo, desenvolveu uma preocupação pelos temas teóricos que afetavam a Geografia, o que é patente desde o momento em que fundou em Leipzig a *Geographische Zeitschrift* (Revista Geográfica, 1895). Em 1927, reuniu seus principais textos e os publicou no livro *Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden* (A Geografia, sua História, seu Caráter e seus Métodos). (CAPEL, 1983, p. 319-320, tradução nossa).

Segundo Valkenburg (1960), através de seus artigos publicados na Revista Geográfica, Hettner exerceu grande influência sobre a Geografia da época. Seus textos que ele denominava de divagações metodológicas (*methodologische streifzüge*) e discussões sobre clima e relevo ainda foram pontos altos nos conhecimentos geográficos e respectiva apresentação.

Preocupado com a ameaça de dualidade na Geografia, claramente revelada pela questão posta por Windelband, Hettner argumentou que a Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, ela é nomotética. Dessa forma, ao estudar simultaneamente, em um mesmo espaço, fenômenos físicos e humanos, a Geografia é ao mesmo tempo uma ciência física e humana.

Assim como Dilthey pensava que não havia que fundar as ciências humanas, porque estas já existiam desde a antiguidade, que era preciso somente reconhecer seus métodos específicos, Hettner considerava que na Geografia não havia que se estabelecer nenhum princípio metodológico novo, senão simplesmente reconhecer o que historicamente estava presente no desenvolvimento da matéria. Para Hettner, o estudo da história da Geografia mostrava a existência de dois conceitos desta ciência: o de *Erdkunde*, equivalente a Geografia Geral, e o de *Landerkunde*, expressando o enfoque Regional ou Corológico. Se durante muito tempo havia sido possível aceitar a Geografia como ciência geral da Terra, isto já não era mais possível a partir do século XIX, devido ao surgimento de novas disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Meteorologia, entre outras. Por isso, todo o esforço de Hettner se concentrou em demonstrar que a verdadeira essência da Geografia é o enfoque corológico, ou seja, aquele que permite descrever e interpretar os caracteres diferentes da superfície terrestre, e a justificar a validade epistemológica deste enfoque — assim como do cronológico e histórico — como distinto do sistemático. (CAPEL, 1983, p. 320, tradução nossa).

De acordo com Unwin (1995), como editor fundador da Revista Geográfica e através de muitas de suas publicações, Hettner chegou a dominar a Geografia Alemã durante as três primeiras décadas do século XX. Além de fortemente encorajar o desenvolvimento dos estudos regionais na Alemanha, Hettner também apoiou os trabalhos sistemáticos, considerando a Geografia como uma combinação de ambos. Segundo Hartshorne (1939, p. 94):

Hettner introduziu uma terminologia pouco corrente para sublinhar que não existia nenhuma separação estrita entre eles. No estudo regional de uma vasta área é necessário estudar sistematicamente as variações claras nas características geográficas individuais. Por outra parte, o estudo sistemático de uma categoria concreta de propriedades geográficas não se elabora exclusivamente como referência a dita categoria, mas em termos das relações corológicas com uma ou várias características diferentes.

Cabe ressaltar as ideias expostas por Lencioni (2003), sobre o fato de que em 1877, o geógrafo alemão Friedrich Marthe (1832-1893) já dizia que a Geografia era considerada como a ciência da distribuição dos elementos na superfície terrestre, entendendo como ponto de partida do estudo geográfico o estudo de uma região determinada. Só então, a partir do estabelecimento das relações causais existentes nos lugares particulares, seria possível tecer relações em escala mais ampla e, por último, em relação ao mundo. Ferdinand von Richthofen (1833-1905) defendeu a ideia de que, dada a natureza heterogênea dos fenômenos sobre a superfície da terra, eram fundamentais os estudos sistemáticos que buscassem definir leis gerais. Mas esses estudos seriam apenas estudos preliminares para se elaborar a compreensão da relação causal nas regiões. Ao relacionar os estudos sistemáticos às leis gerais, Richthofen procurava contribuir para elucidar a questão: Geografia Sistemática ou Regional?

Entretanto, nunca se deixou de considerar a importância dos estudos regionais. Marthe (1877) foi um dos que salientou a sua importância. Definiu a Geografia “a ciência da distribuição”, ou mais ligeiramente, “o lugar das coisas”, e definiu a *Vergleichende Geographie* a procura das relações causais. Nessa procura, argumentou que o ponto de partida era o estudo de uma área restrita; o reconhecimento das relações causais em pequenas localidades constituía a elementar premissa de seu reconhecimento em regiões maiores, ou pelo mundo inteiro, como um todo. No estudo das áreas menores restabeleceu os termos usados pelos gregos, “corografia”, “corologia”. Tal ponto de vista foi expandido novamente, em termos mais incisivos, por Richthofen na sua aula inaugural, em Leipzig, 1883.

Embora fosse a Geomorfologia a sua principal preocupação, Richthofen reconhecia que o princípio relativo à área era indispensável à Geografia. A natureza heterogênea dos fenômenos da superfície da Terra, argumentava, tornou necessários os estudos sistemáticos, os quais ele dividia em três: aspectos das características físicas; da vida animal e vegetal; do homem e suas obras. Porém, eram apenas preliminares à principal missão da Geografia, “a compreensão das relações causais nas áreas” (Hartshorne). Desta forma, Richthofen sugeriu uma relação entre os estudos regionais e sistemáticos, relação esta que evocava o ponto de vista de Ritter e Humboldt. (TATHAM, 1959, p. 225).

Hettner, ao reler Kant, retoma as suas ideias e define a Geografia como a ciência que estuda o espaço. Para ele, “a Geografia tem uma característica corológica, tal como a história tem uma característica temporal”. E, por ser corológica, “tem como objetivo conhecer o caráter dos países ou regiões, mediante a compreensão da coexistência dos diversos ramos da natureza nas suas diferentes formas” (HETTNER, 1927 *apud* FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 77).

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia. Enunciou: “A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra”. Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 122-123).

Hettner afirma o caráter corológico da Geografia, pois é este que permite analisar o caráter variável da superfície da terra. Embora tenha afirmado ser a Geografia tanto uma ciência nomotética quanto idiográfica, dizia que a essência mesmo da Geografia se encontrava na sua vertente corológica, ou seja, no estudo regional.

Se a Geografia é a ciência corológica da superfície terrestre, por conseguinte ela tem a ver com todos os objetos possíveis tanto da natureza inorgânica quanto da orgânica, quanto da vida humana; todavia, não [os objetos] em si, mas sim apenas na medida em que eles são elementos essenciais dos lugares singulares da Terra (*einzelnen erdstellen*). Seu objeto não são as coisas ou processos singulares enquanto tais; ela também não questiona por sua distribuição geográfica, o que é, ao contrário, o modo de investigação das disciplinas parcelares das respectivas ciências, mas sim investiga os diferentes espaços terrestres (*erdräume*) e os lugares da Terra (*erdstellen*) segundo o modo de formação dos três reinos da natureza inorgânica e sua dotação de plantas, animais, homens e obras humanas. Os fatos geográficos são as relações do espaço do mesmo modo como os fatos históricos são as relações do tempo. Todavia, na medida em que eles não são nada mais do que relações do espaço, eles são puramente formais; eles recebem significação autônoma apenas através de sua realização material (*dinglichen erfüllung*), como a posição (*sitz*) de matérias e forças ou o lar e o âmbito de ação dos seres vivos, tanto das plantas e animais, quanto do homem. Por isso, denominou-se a Geografia de maneira mesmo adequada, senão agora de maneira elegante, a ciência dos espaços da superfície terrestre segundo sua realização material (*dinglichen erfüllung*). (HETTNER, 2012, p. 138-139).

Na concepção hettneriana, o estudo das diferenciações da superfície terrestre deveria conceber essa superfície como uma totalidade. Deveria, ainda, levar em consideração a totalidade dos aspectos da natureza e do homem em um determinado espaço da superfície terrestre, cujas características possuíssem uma coerência fisionômica e funcional que permitissem configurar uma individualidade espacial. Enfim, uma região geográfica. A região como individualidade espacial, se constituiria, portanto, parte da totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre.

Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogêneos, definindo campos do conhecimento como a Geologia, a Botânica e a Física. Mas a realidade, também, pode ser dividida, levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conformando uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial referida no tempo e no espaço é considerada análise regional. (LENCIONI, 2003, p. 123-124).

Tempo e espaço constituem uma unidade. Hettner refletindo sobre a questão da relação espaço e tempo, e inspirado pelas colocações de Kant — que distingue claramente a Geografia da História, argumentando que à Geografia cabe o estudo das relações dos fatos que se dão conjuntamente no espaço, enquanto que à História, o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo —, disse que, embora fosse fundamental procurar pela gênese dos fenômenos, a Geografia não deveria se confundir com a História.

Em Hettner, a interpretação do caráter variável da superfície terrestre se fundamenta no estudo das relações entre os fenômenos de natureza física e humana. Nesse estudo, observa que se deve procurar ver como as relações estabelecidas entre esses fenômenos se dão em diferentes lugares e como os fenômenos estão espacialmente inter-relacionados. Assim, as particularidades da superfície terrestre, que seriam oriundas da associação de determinados fenômenos, podem ser reveladas. (LENCIONI, 2003, p. 124).

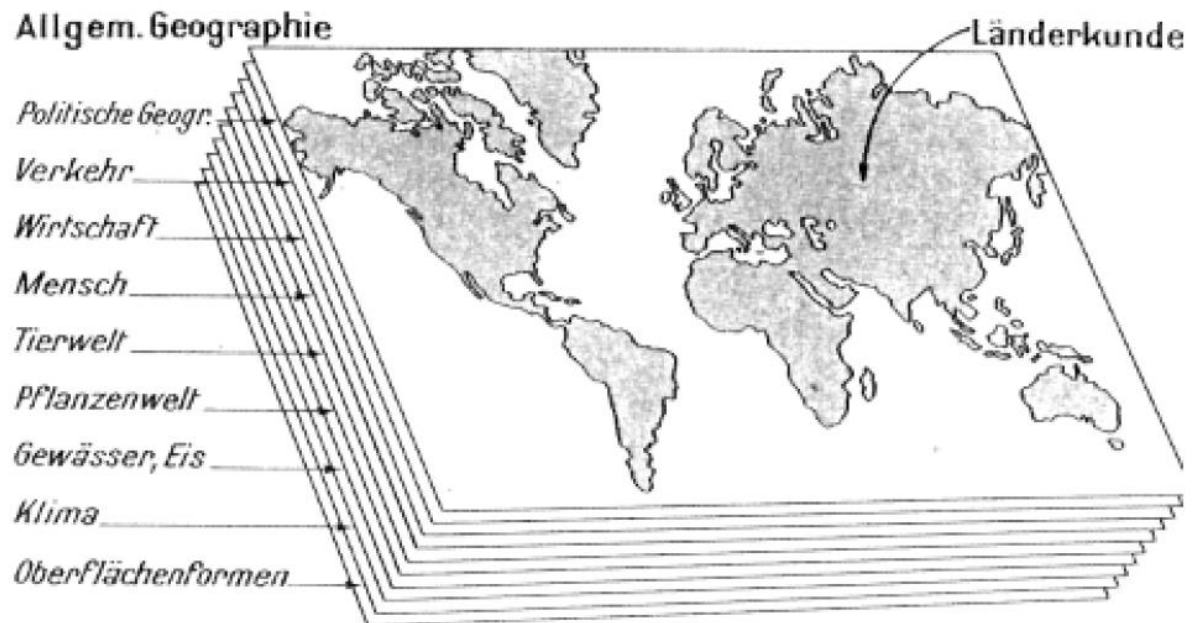
As análises hettnerianas também colocam em perspectiva quais fenômenos devem ser levados em consideração nos estudos de cunho geográfico. Para o autor, a determinação de quais fenômenos serão selecionados decorre da observação e seleção feitas pelo pesquisador. Nessa tarefa, o pesquisador deve levar em consideração a dinâmica dos processos (tempo) e do espaço. Assim, pode-se depreender que o pesquisador é quem define os fenômenos a serem analisados, no processo de observação e investigação, entre aqueles que parecem conformar uma individualidade referida no tempo e no espaço; ou seja, que conformam uma região.

De acordo com Capel (1983), em relação à questão de qual escala seria adequada para o estudo regional, Hettner discordava dos teóricos que consideravam os continentes, ou mesmo países de grandes dimensões, como as unidades para um estudo regional. A seu ver, dadas essas dimensões, as diferenças e diversidades ficariam obscurecidas. Igualmente, em outro extremo, com uma divisão produzindo dimensões diminutas, resultaria em uma atomização do estudo. Dessa maneira, a escala proposta por Hettner para o estudo regional não deveria ser nem muito grande nem muito pequena. Apesar dessas observações, Hettner não avança na discussão da escala dos recortes regionais, um dos principais problemas teóricos e metodológicos da Geografia.

O sistema da Geografia proposto por Hettner é exposto de maneira precisa por Wardenga *apud* Etges (2009), cuja abordagem estendia-se por toda a superfície terrestre, mas centrando-se em duas formas diferentes de observar (Figura 04). Primeiramente, a observação a partir dos critérios da *Erdkunde* ou da Geografia Geral, focada na observação da distribuição dos fatores geográficos, individualmente, sobre toda a superfície terrestre, em uma perspectiva nomotética. Em segundo lugar, a observação a partir dos critérios da *Länderkunde* ou Geografia Regional, a qual, diferentemente da Geografia Geral, está voltada ao estudo da forma como os diversos fatores geográficos se manifestam e se relacionam em áreas menores, em uma perspectiva ideográfica.

Wardenga afirma que o sistema da Geografia de Hettner é entendido desta forma. Se somarmos a isso, as críticas que se disseminaram à sua obra a partir de meados do século XX, observa-se que a discussão a respeito da contribuição de Hettner à Geografia resume-se ao desgastado debate sobre a relação entre homem e natureza e entre Geografia Geral e Geografia Regional, bem como ao destaque atribuído pelo autor às regiões (*länder*), áreas e paisagens, enquanto objetos de estudo da Geografia. (ETGES, 2009, p. 145).

**Figura 4** – O Sistema Geográfico de Alfred Hettner.



**Fonte:** HARVEY e WARDENGA (1998, p. 133)

Para a autora, as análises desenvolvidas com base na produção hettneriana não apresentam uma relação com a estrutura e o sentido do *Konstrukt* original. Trata-se muito mais de evidências da rigidez com que o seu *Konstrukt* (reconhecidamente formulado de forma vaga e problemática) foi transcrito, assim, sua compreensão e significado tornaram-se praticamente inviáveis.

Segundo Etges (2009), na tentativa de explicar resumidamente o *Konstrukt* de Hettner, Wardenga enfatiza que o mesmo só se torna compreensível, quando é analisado no contexto das reflexões do sistema geográfico, em cujo contexto a metodologia tinha um papel fundamental. Esta ênfase à metodologia tinha o intuito de trazer clareza teórica ao sistema da Geografia construído por Hettner.

A estrutura do *Konstrukt* tinha como primeira etapa a distinção entre descrição simples, por um lado e descrição aprofundada de outro. Enquanto Hettner, na perspectiva da descrição simples, sistematizava as evidências do plano inorgânico a partir das categorias forma, conteúdo, assim como evidências químicas e físicas, ele ordenava os fenômenos do mundo orgânico a partir das categorias origem e adaptação fisiológica e ecológica. Na perspectiva da descrição aprofundada, muitas vezes surgiam modelos a partir da sistemática adotada, que comprovavam os fenômenos geográficos como evidências de um desenvolvimento e/ou consequência de uma migração. Sobre o resultado da descrição simples, por um lado, e sobre as relações causais resultantes da descrição aprofundada, por outro, fundamenta-se a regionalização, a qual trabalhava com duas categorias distintas: primeiro, com classes e tipos não relacionados espacialmente; segundo, com complexos e sistemas espacialmente relacionados.

No quadro da Geografia Regional comparada (*vergleichenden länderkunde*) eram descritos os sistemas individuais ordenados a partir de fatores geográficos, no qual a distribuição dos materiais se dava orientada por critérios desenvolvidos por Hettner, no intuito de clarear a sistemática da realidade e sua compreensão. O objetivo desta descrição era a proposição de classes e tipos e de complexos e sistemas. Em um segundo passo, cada fator geográfico identificado separadamente a partir de princípios, os quais Hettner havia desenvolvido no contexto de suas reflexões teóricas sobre regionalização, era integrado a uma classificação geral da superfície terrestre. É neste ponto que entra a Geografia Regional (*Länderkunde*).

Com base no sistema terminológico desenvolvido no quadro da Geografia Regional comparada, passava-se então novamente, tanto para um continente, como por exemplo, a Europa, ou para mais continentes, como por exemplo, os continentes extra-europeus, para uma classificação geral a partir de fatores geográficos, em cujo final apareciam tipos espaciais secundários. Estes tipos espaciais secundários eram integrados a algumas grandes paisagens, as quais eram novamente classificadas a partir de fatores geográficos, que por sua vez passavam a integrar tipos espaciais terciários em áreas específicas. Este jogo de trocas, entre diferenciação e integração, poderia ser teoricamente repetido até o ponto de esgotar as áreas diferenciáveis e encontrar somente áreas individuais. Onde se terminasse com o jogo da diferenciação e da integração o trabalho de descrição regional hettneriano estaria pronto para ser impresso. (WARDENGA, 1995 *apud* ETGES, 2009, p. 146).

As ideias expostas acima evidenciam a importância que o método tinha no *Konstrukt* de Hettner. Mas por método ele não compreendia qualquer procedimento na busca do conhecimento, não o caminho para o objetivo, senão o objetivo, o próprio objeto da Geografia. Ainda de acordo com Etges (2009), mesmo que a referência à observação corológica (*chorologischer betrachtungsweise*), à visão corológica (*chorologischem gesichtspunkt*), à interpretação corológica (*chorologischer auffassung*) e ao ponto de vista corológico (*chorologische standpunkt*) sejam um constante, Hettner queria expressar mais do que um seletivo interesse de pesquisa.

Por conseguinte, pode-se inferir que Hettner desempenhou um papel fundamental no processo de transposição da filosofia neokantista para a Geografia. Isso porque, reviveu em seus trabalhos as definições de Kant sobre Geografia, e dentro desse sistema anexou os estudos sistemáticos de Humboldt, Peschel, Ratzel, e os estudos das regiões de acordo com as definições de Ritter, Marthe, Richthofen, transformando-os em um todo coerente. É em

grande parte graças a Hettner que o dualismo que por tanto tempo constituiu obstáculo à Geografia, foi transposto com êxito.

Valkenburg (1960, p. 976) resume sucintamente as complexas conceituações de Hettner:

A Geografia, segundo Hettner, não é a ciência geral da Terra, mas a ciência corológica da superfície da Terra. Trata, principalmente, da relação mútua entre a natureza e o homem, é uma apreciação das relações espaciais (*raum*). O objetivo primordial é o estudo de áreas ou regiões; esse estudo deve conter descrições, bem como explicações, deduzidas analítica ou sinteticamente. A delimitação das regiões constitui um dos principais problemas da Geografia, enquanto a observação *in loco* é à base do estudo geográfico. Distingue entre a Geografia Geral (*Allgemeine Geographie*), que acompanha sistematicamente a distribuição dos vários fenômenos geográficos sobre a superfície da terra, e a Geografia Regional ou especial (*Länderkunde*), de onde se origina o conceito de regiões geográficas. A doutrina parece perfeitamente familiar ao moderno geógrafo, que ainda procura definir sua esfera de estudo; acentua um terceiro aspecto (além da descrição e da explicação) que é o planejamento, único elemento ausente.

Hettner foi com certeza um dos geógrafos de maior prestígio no pensamento geográfico da primeira metade do século XX, cuja influência das ideias/concepções foi grande tanto na Alemanha, quanto perante a Geografia produzida na França e Estados Unidos. Entretanto, foi Richard Hartshorne quem desenvolveu e melhor divulgou as concepções hettnerianas.

## CAPÍTULO V

### Geografia Regional sob o Prisma de Richard Hartshorne

#### 5.1 O QUE É A GEOGRAFIA REGIONAL?

Positivismo e historicismo, determinismo e possibilismo, inspirados na filosofia iluminista, no idealismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas de desenvolvimento da Geografia moderna. O pensamento científico moderno ao estabelecer uma forma nova de analisar e interpretar a natureza e a sociedade ocasionou o desenvolvimento da Geografia como um ramo específico do conhecimento.

O debate entre o determinismo e o possibilismo, bem como entre positivismo e historicismo promoveram a multiplicação dos estudos geográficos e fizeram avançar, teórica e metodologicamente, a Geografia. Alguns pensadores tomavam como referência a busca das relações causais e de leis gerais centrando-se na investigação dos aspectos da natureza. Outros, procurando compreender os aspectos da vida social e cultural, incorporaram a dimensão histórica, elaborando análises particulares em vez de construir explicações generalizadoras.

Entretanto, segundo Lencioni (2003), visões tão distintas, do campo teórico e metodológico, colocaram em xeque a Geografia, em um momento em que esses parâmetros pareciam inconciliáveis. A tendência à separação entre ciência da natureza e ciência do homem comprometia o próprio sentido da ciência geográfica que, na unidade dos aspectos físicos e humanos da realidade, vinha se conformando como um campo específico do conhecimento.

A solução veio por meio do estudo regional, visto que este possibilitava combinar as duas perspectivas. As relações causais e as leis gerais, mais pertinentes ao estudo dos fenômenos naturais, combinadas à compreensão dos aspectos da vida social e cultural não tinham o objetivo de construir generalizações. A relação entre os fenômenos físicos e humanos de uma dada área aparecia como solução para o impasse teórico-metodológico. Neste momento, consagraram-se os estudos regionais como a alternativa para a manutenção da unidade da disciplina Geografia. (LENCIONI, 2003, p. 100).

O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a *região*, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.

O ponto de vista é o de que a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, a medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais. (LENCIONI, 2003, p. 100).

Ainda, de acordo com as reflexões de Lencioni (2003), integração e síntese constituíram-se na nova motivação do pensamento geográfico. Integração de vários elementos, tanto naturais como sociais, e síntese dos aspectos da natureza com os elementos socioculturais de uma dada superfície terrestre construíram o novo arcabouço do conhecimento geográfico. Posto assim, a Geografia passou a ter como referência maior a região.

Para Warf (2006), na concepção popular de Geografia, a disciplina está mais preocupada com o estudo das regiões e alguns outros temas. Porém, ao longo da história os geógrafos examinaram as regiões utilizando uma significativa variedade de escalas espaciais, além de uma diversidade de perspectivas conceituais. O uso do termo *região* e seu significado filosófico tendo sido fonte de considerável debate no pensamento geográfico. O Quadro 02 ilustra, em termos gerais, a progressão lógica da noção de região na Geografia, bem como o contexto histórico-científico de cada uma das fases da Geografia Regional.

Ao periodizar os estudos no campo da Geografia Regional, Warf (2006) destaca a existência de três períodos: Geografia Regional Clássica; Diferenciação de Área; e, Nova Geografia Regional. Para o autor, desde os gregos, a região desempenha função central na Geografia, no que concerne a coleta, organização e atribuição de sentido às distribuições espaciais. Durante o século XVII, Bernhard Varenius (1622-1650) escreveu a obra *Geographia Generalis* (Geografia Geral), onde realizou uma distinção entre uma *geografia específica*, que estava preocupada com o caráter único dos lugares, e o que chamou de *geografia geral*, que estava preocupada com as leis universais.

Segundo Warf (2006), durante o século XIX, surgiram três figuras importantes na formalização da *Geografia Regional Clássica*. Em primeiro lugar, Carl Ritter que escreveu o *Erdkunde* composto por 19 volumes (publicado em 1818), onde desenvolveu uma análise da geografia regional do mundo sempre enfatizando a comparação e síntese dos fatos através da abordagem regional, em grande parte com os objetivos religiosos em mente. O objetivo de sua obra foi detectar o caráter dos lugares. Os estudos comparativos locais deveriam ser a base através da qual as generalizações poderiam ser feitas. Ritter afirmou ver evidências de planos divinos na geografia mundial, defendendo uma interpretação religiosa e teleológica.

**Quadro 2 – As “Palavras-Chave do Espaço” na Geografia Humana**

	1900	1920	1940	1960	1980	2000
<b>PALAVRAS-CHAVE DO ESPAÇO</b>	<i>Residual</i>	Corologia Região Vernacular/Regionalismo/Região Cultural Paisagem				
	<i>Dominante (núcleo)</i>	<b>Geografias Regionais</b> Pays Raum Landschaft Abordagem Corológica Paisagem Linguagem do Único		<b>Análise Espacial/ Geografias Sistemáticas</b> Geometria Espacial Análise Locacional Modelos Distância Difusão Movimento		<b>Espaço, Região e Prática Social</b> Espaço-Tempo Território Localização Regional Senso de Lugar
	<i>Emergente</i>	Circulação Espaços-Políticos	Organização Funcional das Regiões Localização Economia Espacial	Região Funcional	Lugar Situação Local	Território Local
<b>FILOSOFIA- METODOLOGIA</b>	Neokantismo Empirismo		Positivismo Behaviorismo		Marxismo Fenomenologia Pós-Modernidade Realismo Estruturalismo/Pós-Estruturalismo Feminismo Construcionismo Social	
<b>CONCEITO DE ESPAÇO</b>	Espaço Absoluto Ordem de Coexistência/Receptáculo		Espaço Funcional/Relativo		Espaço Social	Espaço Topológico Espaço Relacional
<b>REGIÃO</b>	<i>Pré-Científico</i>	“Região como Dada”		Regiões Estatísticas		Regiões Administrativas Regiões como Cenários de Atividade Econômica
	<i>Centro da Disciplina</i>	Região Natural	Região Geográfica/Humana Regiões Homogêneas/Formais	Região Funcional	Região Cultural	Região Perceptiva
	<i>Crítico</i>	Regiões como Construção Social: Parte do Mundo da Vida Entidade Resultado da Acumulação do Capital				
<b>PRÁTICA SOCIAL CHAVE</b>	Nacionalismo/Identidade Nacional Colonialismo	Geopolítica Regionalismo	Planejamento e Política Regional/Nacional		Nova Divisão Espacial do Trabalho Globalização Desigual Desenvolvimento Novo Regionalismo	
<b>INTERESSE DO CONHECIMENTO</b>	Prático / Instrumental			Técnico		Emancipatório

Fonte: Adaptado de PAASI, 2011, p. 164

A segunda figura foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918), amplamente visto como o fundador da geografia francesa moderna desenvolveu a noção de gêneros de vida, celebrando a singularidade das paisagens rurais francesas. Observando que ao longo da França havia um clima comum sem grandes variações, afirmou que a cultura – e não a natureza – era a principalmente responsável por essas paisagens, usando este tema para criticar o determinismo ambiental e introduzir o possibilismo.

Paul Claval sintetizou o sentido que a região toma no pensamento lablachiano. A primeira consideração é a de que as regiões se evidenciam na superfície terrestre; a segunda, é a de que as regiões se traduzem na paisagem e nas realidades físicas e culturais; e, a terceira, a de que os agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, a nomeiam e a utilizam na criação dos quadros administrativos. (LENCIONI, 2003, p. 107).

Em terceiro lugar, Alfred Hettner, de tradição kantiana, definiu a Geografia em termos corológicos, acreditando que a importância da disciplina foi mantida por sua abordagem regional, em vez de sua área de assunto, sendo a síntese sua maior força. Essa concepção serve de base para o segundo período da Geografia Regional descrito por Warf (2006), o qual representa a emergência da noção de *Diferenciação de Área*.

A versão americana da Geografia Regional atingiu o seu ápice no período entre as duas guerras mundiais com a ascensão da escola denominada de *diferenciação de área, corológica* ou *descrição regional*. Seu principal teórico foi Richard Hartshorne com a publicação do seminal *The Nature of Geography* (1939). Baseado na perspectiva de Hettner, sob a ótica do pensamento kantiano, Hartshorne realizou uma série de reivindicações sobre a Geografia Regional como núcleo da disciplina geográfica, ocupando lugar singular dentro da divisão acadêmica do trabalho.

A Geografia, como a História, foi sintética, integrando a análise de diferentes fenômenos como eles se manifestam em combinações únicas em locais específicos. As regiões permitiram a análise tanto dos fenômenos humanos como dos fenômenos físicos, transcendendo o cisma crescente entre estas duas partes da disciplina. Devido à complexidade do mundo, Hartshorne defendeu o estudo de pequenas regiões com variação interna relativamente pequena, acumulando assim um mosaico que englobaria áreas maiores. (WARF, 2006, p. 406).

Por fim, de acordo com Warf (2006), durante a década de 1980, quando o pós-modernismo foi amplamente difundido nos mais diversos campos da ciência, os geógrafos tiveram uma preocupação renovada pelo regionalismo, isso fez surgir a chamada *Nova Geografia Regional*. Esta abordagem baseou-se principalmente na teoria crítica, incorporando as regiões dentro de um entendimento mais amplo do capitalismo, do desenvolvimento desigual e da divisão espacial do trabalho.

No entanto, durante a década de 1980, começando com o famoso trabalho de Doreen Massey sobre as regiões nas mudanças da divisão espacial do trabalho, os geógrafos adquiriram um novo respeito pela idiografia. A chamada escola das localidades tentou ressuscitar o idiográfico através de abordagens em termos do desenvolvimento histórico das regiões ao longo do tempo. Começando com a observação de que nenhum processo social se desenvolve da mesma maneira em lugares diferentes, essa visão sustentava que as regiões adquiriam combinações únicas de impressões de diferentes divisões do trabalho (por exemplo, investimentos, práticas do mercado de trabalho, formas culturais). Em tal visão, as leis gerais de explicação são observáveis apenas em contextos idiográficos únicos, e o local se torna mais do que um fenômeno inexplicável; torna-se um objeto de compreensão científica. Em uma era de globalização, o local sempre é atingido pelo global, exigindo uma abordagem multiescalar. Ao contrário da tradição corológica anterior, portanto, essa abordagem é teoricamente sofisticada e está longe do empirismo que prejudicou tentativas anteriores. (WARF, 2006, p. 244).

Originalmente de inspiração britânica, esta fase dos estudos regionais começou com observações de processos ostensivamente uniformes, como a desindustrialização, que ocorreram de forma muito distinta em diferentes locais; ou seja, os contextos locais fizeram uma substancial diferença em como esses processos se desenvolveram. Doreen Massey usou essa linha de pensamento para desenvolver uma análise a partir da metáfora geológica das paisagens regionais, em que sua posição dentro das mudanças de divisão do trabalho foi sedimentando camada sobre camada os investimentos na paisagem. Assim, as regiões consistem em um palimpsesto único daquele lugar e refletem sua trajetória histórica.

## 5.2 A CONCEPÇÃO HARTSHORNIANA DE REGIÃO

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 2006, p. 50).

Na concepção de La Blache *apud* Gomes (2006, p. 57), “a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico”. Dessa forma, cabe ao geógrafo desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração única.

Na Alemanha, que junto à França foi, desde o final do século XIX, o grande foco produtor de uma reflexão geográfica, o maior defensor de uma Geografia Regional, como síntese do trabalho geográfico foi Hettner. Este geógrafo acreditava que o método das ciências humanas não poderia se comparar àqueles recomendados pelo domínio do positivismo clássico, dominante nas ciências físicas e matemáticas e que pretendia ser o único método efetivamente científico.

Na perspectiva corológica de Hettner, dificilmente a Geografia poderia estabelecer estes padrões de generalização. O princípio da “diferenciação de áreas” conduz irremediavelmente a estabelecer o conhecimento regional como produto supremo do conhecimento geográfico. Ainda segundo Hettner, não havia dicotomia entre uma geografia geral e uma particular, visto que a região seria o objeto que resguardaria o campo mais sistemático do perigo objetivista. Assim, através da região, a Geografia garantiria um objeto próprio, um método específico e uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais. (GOMES, 2006, p. 59).

Corroborando com a posição de Hettner, em clara oposição a concepção lablachiana, Richard Hartshorne (1939) define que a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço. Assim, a categoria região representa a síntese das complexas relações entre a Geografia Física e Humana, sendo, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir de um método regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região.

Conforme as explicações de Gomes (2003, p. 240):

[...] o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne, um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Dessa maneira, as regiões são caracterizadas por sua homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Para o autor (1939, p. 616), dois tipos de região podem ser identificados: “a *região formal* (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados; e, a *região funcional ou nodal*, na qual a unidade é

conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais” (tradução nossa).

Por conseguinte, pode-se dizer que quando Hartshorne (1978) discute o conceito de região, afirma que esta categoria da Geografia não existe por si mesma e que por isso o pesquisador (geógrafo) não procede à sua identificação e nem a reconhece; o que existe é a realidade a ser examinada e compreendida. Para o autor, as regiões são apenas ferramentas e, seguindo a linha de pensamento de Kant e Hettner, sustenta que as regiões são apenas construções mentais, isto é, simplificações do mundo que a mente usa para impor um ordenamento espacial.

### 5.3 AS INOVAÇÕES EMPREENDIDAS NO CAMPO DA GEOGRAFIA REGIONAL

Sob a influência direta do pensamento de Kant e Hettner, Richard Hartshorne desenvolveu seus estudos, que tiveram grande impacto sobre a Geografia produzida em âmbito internacional, durante grande parte do século XX. Além, de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico.

Essa atitude em face dos trabalhos de nossos predecessores induz ao respeito pelo nosso campo de estudos, e dá origem a um saudável sentimento de modéstia, que não há de ser interpretado como o culto ao passado. Deve essa atitude, igualmente, permitir-nos reconhecer os erros lógicos da nossa herança em matéria de pensamento geográfico, e determinar em que setores sua estrutura conceitual precisa ser retificada ou revigorada. (HARTSHORNE, 1978, p. 10).

Hartshorne vem da tradição geográfica norte-americana, que recebe influência direta tanto da Escola Francesa quanto da Escola Alemã de Geografia. Em um país onde a Escola de Berkeley (Califórnia) e a Escola do Meio-Oeste (Chicago) influenciaram desde o começo essa tradição, este teórico foi capaz de trilhar caminhos próprios, aparecendo, por vezes, como figura solitária na busca da elucidação dos rumos da Geografia nos Estados Unidos.

Nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã, Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e meticulosa, o debate teórico-metodológico na Geografia. Ele foi o grande responsável pela divulgação das ideias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo traduzido do alemão para o inglês várias passagens dos trabalhos de Hettner, que foram objeto de ampla discussão no seu livro de 1939, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*. (LENCIONI, 2003, p. 123).

Nitidamente influenciado pelas concepções kantianas e hettnerianas, o autor procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, *A Natureza da Geografia* (1939) e

*Propósitos e Natureza da Geografia* (1959), Hartshorne desenvolve as teses dos mestres alemães (Kant-Hettner) a quem seguiu, e especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

De acordo com as reflexões de Moraes (2003), um aspecto de relevante importância no pensamento hartshorniano consiste no fato de que este propõe novas formas de estudo à ciência geográfica, representadas pela Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, resgatando e ampliando as concepções neokantianas. A primeira representa uma análise singular (de um só lugar) e unitária (que tenta apreender vários elementos), o que leva a um reconhecimento bastante profundo de determinado local. Já a segunda, expressa uma análise que deve ser generalizadora, apesar de parcial. Neste tipo de estudo, o pesquisador deve parar na primeira integração e reproduzi-la em outros lugares, objetivando elaborar um “padrão de variação” dos fenômenos tratados, abrindo a possibilidade de um conhecimento genérico. Dessa forma, Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Geografia Regional, diferenciando-as pelo nível de profundidade de suas colocações. Quanto maior a simplicidade de fenômenos e relações tratados, maior a possibilidade de generalização. Quanto mais profunda a análise efetuada, maior conhecimento da singularidade local. Esta proposta foi amplamente discutida na Geografia, pois abriu novas perspectivas ao estudo geográfico.

Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre as ciências sistemáticas de um lado e de outro — a Geografia e a História. O campo sistemático das ciências naturais está mais próximo do modelo nomotético, enquanto as ciências sociais, pelo caráter único dos fenômenos que estudam (os mesmos fatos não se repetem na história; uma montanha, ou um rio nunca é igual a outro) se identificam muito mais ao modelo idiográfico. Todas as disciplinas, no entanto, segundo Hartshorne devem fazer apelo aos dois procedimentos — nomotético e idiográfico — a ciência, aliás, costuma proceder do particular ao geral. Ele reconhece, pois a necessidade de estabelecer esquemas gerais em todos os campos científicos, inclusive na Geografia. Entretanto, uma grande parte dos fenômenos observados pela Geografia possui um caráter singular e uma localização única. Desta maneira, a despeito do fato de que a meta fundamental da Geografia deva ser o estabelecimento de uma classificação global de regiões, em sistemas genéricos e específicos (a primeira, fruto de uma classificação comparativa; a segunda, uma síntese singular de localizações), estas regiões possuem sempre aspectos que são irredutíveis a qualquer generalização. (GOMES, 2006, p. 60).

Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner,

Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo o autor (1978), a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

Na concepção de Hartshorne (1939), a Geografia

[...] procura adquirir um conhecimento completo da diferenciação por áreas do mundo e, portanto, discriminar os fenômenos que variam em diferentes partes do mundo somente em termos de sua significação geográfica — isto é, em sua relação com a diferenciação total de áreas — não necessariamente em termos da extensão física sobre a terra, mas como uma característica de uma de extensão mais ou menos definida. (HARTSHORNE, 1939, p. 463, tradução nossa).

De acordo com este ponto de vista, o principal objetivo do estudo geográfico é a síntese, uma integração de características relevantes, com vistas a fornecer uma descrição total de um lugar (uma região) que é identificável por sua combinação particular dessas características. Há, então, de acordo com Hartshorne (1939, p. 460), uma íntima analogia entre a Geografia e a História; a última fornece uma síntese das “seções temporais da realidade”, enquanto a primeira realiza uma tarefa similar para as “seções espaciais da superfície terrestre”.

A crosta da Terra, que constitui o objeto de estudo da Geografia, é um complexo de várias integrações de uma larga multiplicidade de fenômenos, inter-relacionados numa grande diversidade de maneiras. Do ponto de vista de outras ciências, ou da Filosofia, é útil classificar esses fenômenos, em diferentes maneiras. A Geografia, procurando analisar a complexidade dos fenômenos que se integram na realidade, cuida de examinar as relações que existem entre os fenômenos, de quaisquer tipos, que se revelem significantes na integração total. Em muitos casos, tais relações poderão ser as que se observam entre fenômenos humanos e não humanos, ao passo que em outros elas se verificam entre fenômenos animados (humanos e não humanos) e inanimados, ou entre fenômenos visíveis e invisíveis, ou entre fenômenos materiais e imateriais. Mas nenhuma dessas dicotomias é logicamente mais significativa do que as outras para a Geografia. Em cada caso, a natureza particular dos fenômenos é que determina as relações. (HARTSHORNE, 1978, p. 68).

As explanações de Lencioni (2003) demonstram que para Hartshorne não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe

seja específico. Para ele, as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo.

Perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, Hartshorne considera que para a compreensão do presente é necessária à perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Acima de tudo, diz que cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 126).

Estas ideias são concebidas por Hartshorne em sua obra *Perspectives on the Nature of Geography*, onde acaba revendo algumas das afirmações tecidas em *The Nature of Geography*, posicionando suas análises em direção ao conceito hettneriano de diferenciação de áreas em superação ao campo lablachiano da Geografia Regional. Na concepção de Hettner o conceito de região se amolda aos conceitos mais abstratos, porém mais basilares, de recorte e de área, todos entendidos como formas de manifestação do processo de diferenciação, ao contrário da identidade que informa o conceito de região.

Conforme análises de Moreira (2008, p. 37):

Área e diferença são, pois, suas categorias de referência. Área como recorte de base do movimento de diferenciação [...], que em seu processo de ocorrência aqui e ali se arruma na superfície terrestre nas formas empíricas da região, da zona, do lugar, fazendo do todo da superfície uma corologia com seu mosaico de paisagens. Diferença como realidade instituída pelo movimento de diferenciação dos fenômenos em seus deslocamentos e recortamentos na superfície terrestre. E, mais a superfície terrestre, pois, como campo do interesse explicativo do geógrafo. Se a diferenciação de área — ou a diferenciação do movimento do fenômeno em diferentes áreas de paisagem — é o enfoque, a superfície terrestre é o campo que a perspectiva hettneriana de Hartshorne toma como objeto da Geografia.

Para Gomes (2003), o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método corológico/regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

Hartshorne (1939) demonstra que desde Kant, passando por Humboldt e Ritter, a Geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da Geografia e a ele deve-se ater. O método corológico/regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a Geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os

mesmos fenômenos, mas só a Geografia tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à Geografia.

O método corológico/regional, segundo Hartshorne (1939; 1978), orienta a Geografia em direção à reunificação de seu campo de pesquisas físicas e humanas, pois a região é a síntese destas relações complexas. Os fatores humanos e naturais não têm que ser identificados separadamente — qualquer insistência anterior nessa direção ocorreu em função dos argumentos dos deterministas ambientais — e a divisão entre Geografia Humana e Geografia Física é infeliz, porque ela limita a esfera de integrações possíveis no estudo da realidade.

Em suma, para Hartshorne (1978), a Geografia não pode ser considerada como dividida em estudos que analisam elementos individuais através do mundo, e estudos que analisam complexos totais de elementos, por áreas. Aqueles constituem, logicamente, parte integrante das ciências sistemáticas respectivas, ao passo que estes simplesmente são irrealizáveis. Todos os estudos de Geografia analisam as variações espaciais e as conexões de fenômenos em integração. Não existe dicotomia ou dualismo. Pelo contrário, verifica-se uma gradação ao longo de um *continuum*, desde os estudos que analisam os complexos mais elementares em variação espacial através do mundo, até os que analisam as mais complexas integrações em variação espacial dentro dos limites de áreas reduzidas. Os primeiros podem ser adequadamente denominados “estudos tópicos” e os segundos, “estudos regionais”, desde que nos lembremos de que todo e qualquer estudo verdadeiramente geográfico envolve o emprego de ambos os critérios, o tópico e o regional.

A grande maioria dos geógrafos reconhece que o mundo não é um mosaico de regiões distintas, e que não podemos esperar classificar as integrações mais complexas dos fenômenos espaciais num único sistema objetivo de regiões. Não obstante, esses geógrafos admitem que é necessário, a fim de analisar as integrações complexas em termos de uma limitada amplitude de variações espaciais, dividir as grandes áreas em parcelas menores. A finalidade de dividir-se uma área é obter seções de áreas, ou “regiões”, de tal forma que, dentro dos limites de cada região, os elementos do segmento de integração que for objeto de estudo demonstrem apresentar inter-relações quase constantes e o máximo grau de interconexões entre os lugares, ao passo que a descontinuidade nesses dois aspectos ocorrerá principalmente ao longo das linhas divisórias das diversas regiões. Quanto mais complexo o segmento de integração que for estudado, maior será o grau de divisão das áreas. Por conseguinte, conforme observou Preston James, o “conceito regional” e o “método regional” não devem ser confundidos com o que comumente denominamos “Geografia Regional”. Efetivamente, o conceito regional é aplicável, e o método regional utilizável, em qualquer nível de estudos geográficos, ao longo de um *continuum* que começa pela análise das integrações mais elementares (a abordagem tópica extrema) até chegar à integração máxima (a abordagem regional extrema). (HARTSHORNE, 1978, p. 137).

O contraste expresso pelos termos Geografia Sistemática ou Geografia Geral, em oposição a Geografia Regional, não consiste para Hartshorne (1978) na divisão da Geografia em duas partes. Igualmente não se trata de uma oposição entre dois métodos distintos de investigação, a serem empregados separadamente cada um deles em determinadas pesquisas. Qualquer que seja a extensão da área estudada interessa analisar uma integração de fenômenos extremamente complexa que varia conforme as áreas, de maneira também altamente complexa. Para decompor essa dupla complexidade de maneira mais viável, é necessário, em qualquer pesquisa geográfica, empregar dois diferentes métodos de análise em grau variável e alternadamente: análises de segmentos de integração e análises de seções de áreas.

Decompomos a complexidade total da integração formada pelos fenômenos inter-relacionados no mesmo lugar, e interligados entre vários lugares, pela divisão tópica em segmentos, cada qual consistindo em uma integração menos complexa e mais íntima. E decompos a complexidade da variação espacial pela divisão regional em unidades de áreas, cada qual incluindo uma amplitude restrita nas variações do segmento de integração que for objeto de estudo, e uma interconexão mais estreita dos fenômenos, de lugar a lugar. Quanto maior o grau de divisão tópica, menor grau de divisão regional será necessário. E com a crescente complexidade dos segmentos tópicos, mais longe deverá ser levada a divisão regional (isto é, em maior número de unidade). Os estudos geográficos não se dividem em dois grupos, mas se distribuem ao longo de um *continuum* gradual, a partir dos estudos tópicos de integração mais elementar, num extremo, até os estudos regionais da mais completa integração, no outro extremo. (HARTSHORNE, 1978, p. 152).

Segundo o autor (1978), a divisão particular da integração tópica total, capaz de proporcionar segmentos que revelam as mais estreitas integrações, não poderá ser determinada por qualquer sistema padrão, tal como a classificação dos fenômenos nas Ciências Sistemáticas. Um único sistema padrão de divisão regional tampouco poderá proporcionar unidades de áreas dotadas de um mínimo de variação da integração a ser estudada. Cada divisão há de ser determinada, em cada estudo particular, mediante o exame preliminar da área através da abordagem (*approach*) oposta. E, esse método alternativo prosseguirá através de sucessivas etapas do estudo.

Por conseguinte, os dois métodos de abordagem se utilizam do critério regional, isto é, da divisão em seções da área total que for objeto de estudo, cada uma das quais possuindo um grau máximo de unidade, quer de caráter, quer de organização coerente, ou ainda, de uma e outra coisa. No entanto, se estiver sendo utilizado, em um dado momento, o critério tópico ou o critério regional, podem ser aplicados da maneira mais eficiente diferentes conceitos de regiões.

Quando se emprega o critério tópico, é mais eficiente utilizar regiões que sejam objetivamente definidas, seja em termos da integração parcial dos fenômenos no mesmo lugar (regiões formais), seja em termos da interconexão parcial dos fenômenos em lugares diferentes (regiões funcionais). Em qualquer dos casos, tais regiões poderão ser estudadas como regiões específicas ou como tipos genéricos. Estas serão mais úteis se definidos em termos restritos (ainda que tal sistema deixe de proporcionar uma completa cobertura da área), e não em classes que ofereçam uma categoria para todos os lugares.

Quando se emprega o critério regional, é necessário combinar de diversas maneiras os conceitos objetivamente definidos, acima relacionados, e modificar os critérios a fim de incluir cada lugar da área em estudo dentro de uma região. As regiões assim estabelecidas variam segundo a unidade regional e envolvem, necessariamente, julgamentos subjetivos em sua definição e delimitação. Conseqüentemente, esse conceito de região não pode ser estabelecido mais rigorosamente do que o significado comum da palavra, o qual indica uma área que, de certa maneira particular, é diferente de outras áreas. A divisão regional de uma área, nessa base, deve ser efetuada para atender aos propósitos do estudo particular, e não se pode presumir que seja adequada a qualquer outro estudo da mesma área. (HARTSHORNE, 1978, p. 153).

Para Hartshorne (1939), a região é, ao mesmo tempo, o campo empírico da observação e o campo das verificações de relações gerais. A partir de um método corológico/regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região. Finalmente, segundo o autor, uma Geografia científica deve se definir a partir de um método, para assim, proceder à análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne (1939), um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Esta perspectiva do autor estará no centro da crítica feita pela Geografia Analítica que contesta o interesse da ciência por tudo o que é singular. Dessa forma, segundo Gomes (2003), Hartshorne reivindica a ideia de uma Geografia Geral e a necessidade de generalização e de objetivação da ciência moderna, mas, ao mesmo tempo, proclama a irreduzível dimensão e importância do estatuto da singularidade, do único no objeto de estudo da Geografia.

Entretanto, as ideias estabelecidas por Gomes (2003), demonstram que para Hartshorne:

O estatuto científico da Geografia é dado também por sua relação com as outras disciplinas, e aí também o método tem um papel fundamental. Hartshorne toma para si a ideia de Hettner, segundo a qual diferentes disciplinas se apresentam como diversos pontos de vista sobre os fenômenos. Não há verdadeiramente diferenças de objetos científicos, e a ciência é definida por um campo único, em que cada disciplina projeta seu ponto de vista particular através de seu método específico. Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre, de um lado, as ciências sistemáticas e, de outro, a Geografia e a História. A História se ocupa do caráter dos diferentes momentos na escala do tempo, e a Geografia do caráter dos diferentes espaços e dos lugares. De fato, ele conclui que esta separação é relativa, pois a Geografia, por seu método corológico e por seu ponto de vista (*areal relationship*), intercepta todos os outros domínios disciplinares. Ela é definida como sendo uma ciência de síntese em relação aos outros ramos sistemáticos, que se caracterizam pela análise particular de certos fenômenos. (GOMES, 2003, p. 241).

Hartshorne empreende uma inovação epistemológica com relação à abordagem da questão do método nas pesquisas de cunho geográfico. Através da utilização em seus estudos de um método com bases empírico-indutivas, o autor rejeita e supera os métodos até então empregados na Geografia, além de também demonstrar sua constante preocupação em relação à estruturação de uma metodologia própria a este ramo do saber científico.

Para Johnston (1986), Hartshorne ao proclamar que “o objetivo último da Geografia, ou seja, o estudo da diferenciação de áreas do mundo, se expressa mais claramente na Geografia Regional” promove, conseqüentemente, a aceitação geral de procedimentos necessários para a identificação regional.

Hartshorne, desenvolvendo o pensamento de Hettner de que os recortes que são feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador. Mas, ao perseguir esses objetivos, adverte que o pesquisador não deve se limitar à apreensão dos fenômenos mais evidentes da realidade, pois outros, não tão aparentes, podem ser fundamentais para a análise. (LENCIONI, 2003, p. 127).

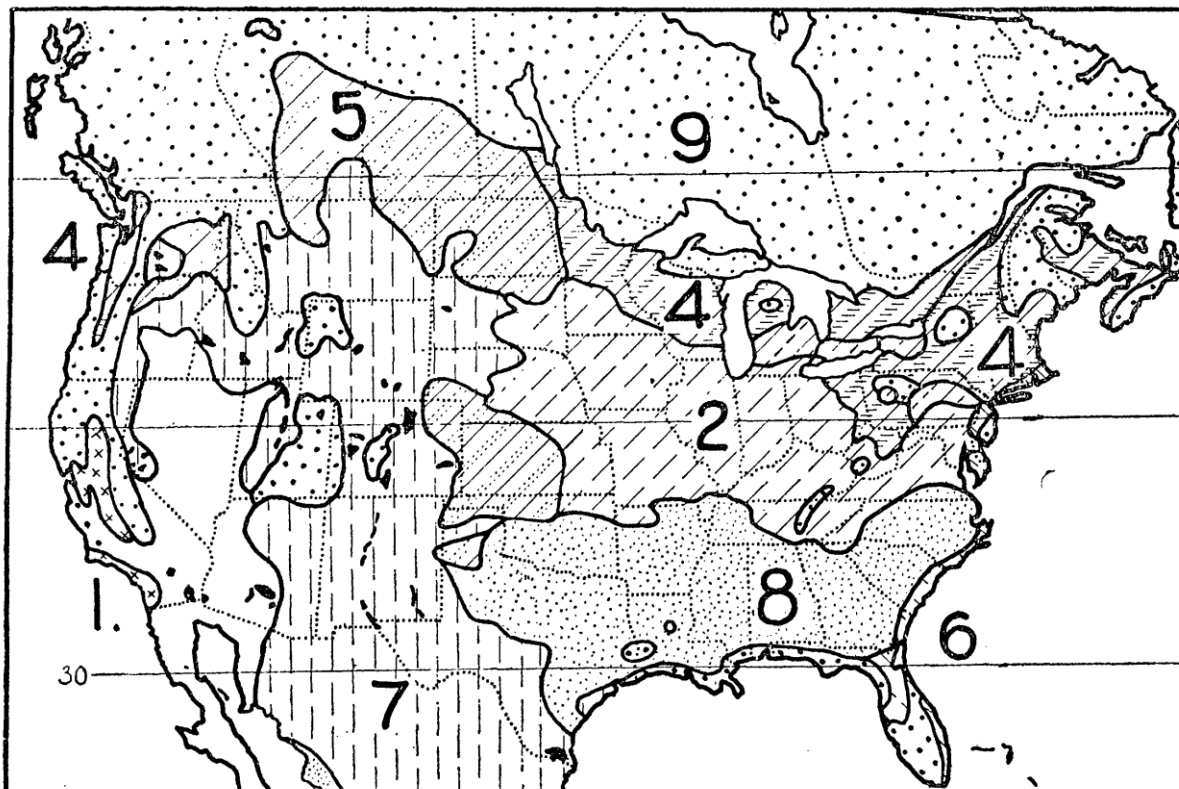
Nesse sentido, segundo Hartshorne (1978), a análise regional, enquanto parte do fenômeno de diferenciação de áreas, deve sempre objetivar a identificação das inter-relações existentes entre os fenômenos, pois é em decorrência dessas combinações que se produz a integração (Mapa 01)<sup>8</sup>. A partir das inter-relações dos fenômenos é que se produz a diversidade na superfície terrestre.

---

<sup>8</sup> Os mapas utilizados para ilustrar a presente seção datam, respectivamente, de 1935 (Mapa 01) e 1938 (Mapa 02), ou seja, foram extraídos de artigos publicados anteriormente a primeira edição de *The Nature of Geography* (1939). Isso porque, a partir da publicação do livro de 1939, incluindo também o título *Perspective on the Nature of Geography* (1959), toda a produção de Hartshorne no campo da Geografia Regional não apresentou mais nenhum cartograma, não sendo possível ilustrar de forma mais fiel o método corológico/regional (*continuum espacial*) preconizado pelo autor.

Hartshorne observa que integração não significa aglomeração. Não se trata de fenômenos aglomerados de uma forma qualquer, um agrupamento aleatório, mas de uma integração de fenômenos que seja significativa na área em exame. Essa significância pode ser apreendida com a observação das inter-relações entre os fenômenos, buscando captar as que são mais constantes e que apresentam graus elevados de interconexão entre os lugares. Necessariamente, determinar os fenômenos mais significativos deve passar pela formulação de hipóteses, dos quais, entre esses fenômenos, seriam os mais importantes. E, também, pela revisão constante da pertinência da escolha. (LENCIONI, 2003, p. 128).

**Mapa 1** – Cultivos Agrícolas nos Estados Unidos e Canadá



Legenda: 1 - Mediterrâneo; 2 - Milho-Trigo-Pecuária; 3 - Pequenos Grãos-Pecuária; 4 - Feno-Pastagem-Pecuária; 5 - Grãos Comerciais Extensivos; 6 - Fazendas de Negócio e Pomares Comerciais; 7 - Pastoreio Comercial; pontos sólidos pretos representam distritos com irrigação; 8 - Sistemas de Quase-Plantation; e, 9 - Florestas e Áreas não Utilizadas.

**Fonte:** HARTSHORNE e DICKEN, 1935, p. 101.

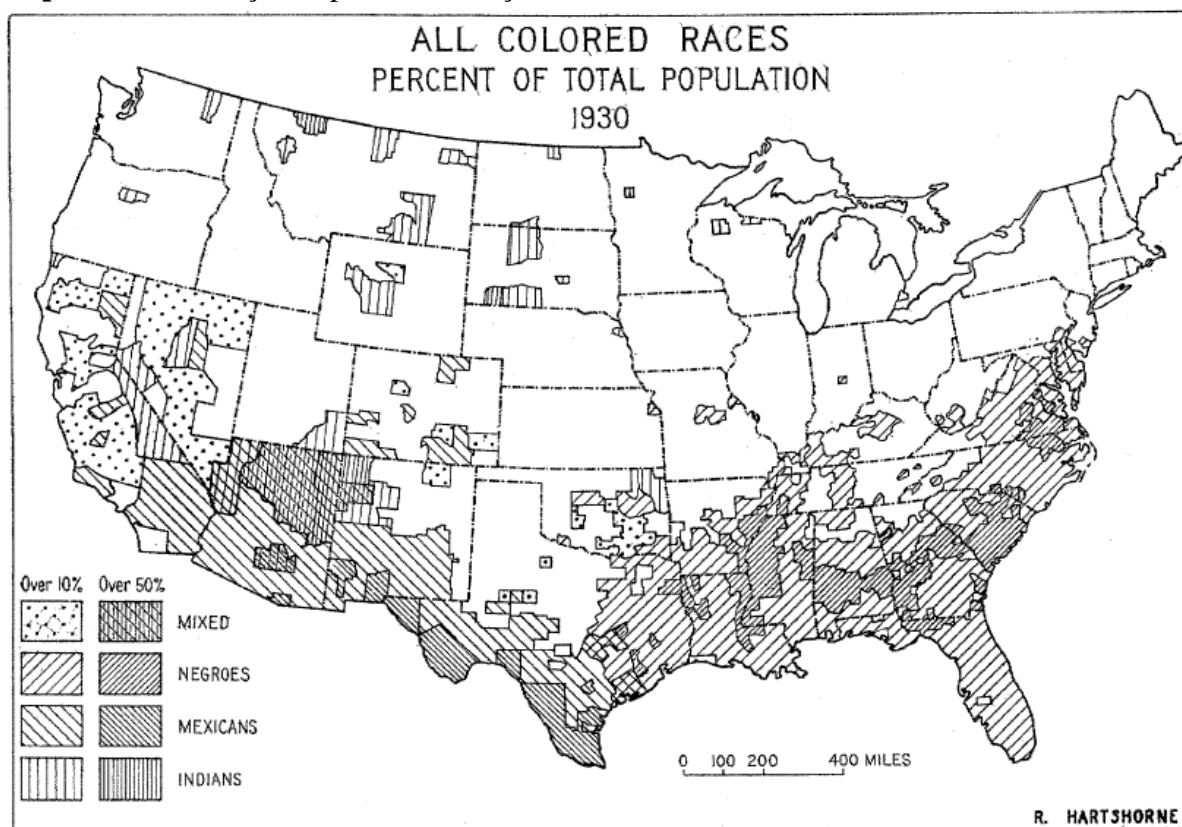
Ainda de acordo com Lencioni (2003), na discussão da análise desses fenômenos, diferentemente de Hettner, Hartshorne não enfatiza a questão da gênese dos fenômenos e das relações causais entre eles, centrando-se mais na discussão dos processos e das funções. Para este teórico, não só é importante a apreensão das combinações diversas dos fenômenos (fortemente integrados ou não), mas também é fundamental perceber se os fenômenos que ocorrem em um determinado lugar podem, ou não, se relacionar a outros fenômenos presentes em outros lugares.

Ao acentuar o caráter corológico da Geografia — ciência que se dedica ao estudo da diferenciação espacial da superfície da terra, das suas diferenças regionais e da associação

de fenômenos diversos em um espaço concreto, portanto, quer de proporções continentais, quer de áreas menores ou mesmo locais —, Hartshorne (1939; 1978) considerava que no estudo das regiões não é possível examinar todos os fenômenos que nelas surgem inter-relacionados, sendo, assim, necessário ao geógrafo proceder à seleção daqueles que dão caráter a essa região (Mapa 02)<sup>8</sup>. Além disso, é preciso definir unidades mínimas de estudo e delimitar áreas da superfície terrestre, as quais formariam um mosaico de uma região. As regiões relacionar-se-iam entre si, formando áreas maiores, até constituírem “a única área unitária: o mundo”.

Tal como Hettner, Hartshorne também não definiu o tamanho das regiões. As regiões são meros fragmentos da Terra e a forma como cada área é delimitada é subjetiva. “O nosso juízo de semelhança implica um juízo subjetivo; assim como as características das unidades homogêneas têm maior importância que as outras, também a determinação da região é, de certo modo, arbitrária”. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 80).

**Mapa 2** – Distribuição Espacial das Raças Minoritárias nos Estados Unidos



Fonte: HARTSHORNE, 1938, p. 286

Por último, cabe lembrar que através do resgate do pensamento de Hettner e, conseqüentemente, das ideias de Kant, Hartshorne foi capaz de evidenciar a problemática do uso do método na ciência geográfica, propiciando um avanço teórico a este ramo do saber científico. Para Claval (1981), a exploração histórica empreendida por este geógrafo

demonstrou para a maioria da comunidade científica geográfica até então determinista, e também para as gerações posteriores de geógrafos, que a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consiste, sobretudo, em uma ciência-método.

No campo da Geografia Regional, Hartshorne afirmou que a Geografia pode ser considerada uma ciência da diferenciação regional da superfície terrestre. Através da proposição de uma Geografia Idiográfica e Nomotética, este teórico foi capaz de articular a Geografia Regional à Geografia Geral, bem como superar alguns aspectos dicotômicos desse ramo do conhecimento.

A Geografia procura, (1) com base na observação empírica, tão independente quanto possível da parte do observador, descrever os fenômenos com o máximo de exatidão e de certeza; (2) fundamentada nisso, classificar os fenômenos, o quanto seja permitido pela realidade, em termos de conceitos genéricos, ou “universais”; (3) através da consideração racional dos fatos, assim assegurada, e pelos processos lógicos de análise e de síntese, incluindo-se aí a construção e uso, onde possível, dos princípios gerais ou leis de relações genéricas, para atingir a compreensão máxima das inter-relações científicas dos fenômenos; e, (4) organizar esses resultados em sistemas ordenados de modo que o que é conhecido conduza diretamente às margens do desconhecido. (HARTSHORNE, 1978, p. 169-170).

Ainda segundo Moreira (2008), a matriz hartshorniana consiste na expressão da sua concepção do movimento espaço-temporal como processo de constituição da diferença. E nesse *mister* faz sua e atualiza a matriz hettneriana em seu afã de reafirmá-la como teoria geográfica própria e atual para a compreensão do período contemporâneo. Nessa busca de resgate, o projeto é reafirmar a proposta hettneriana de retorno à superfície terrestre como o âmbito plural e morada do homem. Isso porque, resgatar a diferenciação espacial como enfoque e o recorte espacial como foco é também resgatar a superfície terrestre como âmbito das reflexões do geógrafo, o que lhe traz novas possibilidades metodológicas.

Esse resgate se desdobra em outros planos, como a ultrapassagem da fase das dicotomias e o restabelecimento do sentido integrado do real que a prática das divisões tem tido o papel de desfazer, propiciando a recuperação de uma pletora de conceitos e categorias que a história da Geografia foi vendo ser abandonada na estrada. (MOREIRA, 2008, p. 175).

Dentre os principais avanços implementados pela obra hartshorniana destacam-se o esforço empreendido pelo autor para sistematizar uma parcela das ideias até então produzidas pelos teóricos “clássicos” da ciência geográfica; a superação do estudo dicotômico do objeto da Geografia; e, a valorização do uso do método nas pesquisas geográficas, bem como a identificação de um método de análise próprio a esta ciência (método corológico/regional).

Ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia com ciência, Hartshorne torna-se o teorizador mais importante da Escola Norte-Americana de Geografia. Este teórico foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário. Isso irá, posteriormente, refletir no movimento de renovação da Geografia, que terá na proposta de Hartshorne uma das vias de objetivação.

## CAPÍTULO VI

### Abordagens Político-Geográficas em Richard Hartshorne

#### 6.1 O QUE É A GEOGRAFIA POLÍTICA?

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois dada a multiplicidade do mundo em que se vive e a diversidade de fatores que para isso concorrem, a diversidade temática que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente ampla. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX, com a institucionalização da Geografia e o reconhecimento da Geografia Política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Entre os temas por ela privilegiados, tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política — expressão e modo de controle dos conflitos sociais — e o território — base material e simbólica da sociedade — que se define o campo da geografia política. (CASTRO, 2005, p. 15-16).

Segundo as concepções de Castro (2005), em sua origem, ao contrário da atualidade, a Geografia Política se colocou o compromisso de compreender o modo pelo qual a Política era influenciada pela Geografia. No final do século XIX, quando da sua institucionalização como ramo da Geografia, a Geografia Política procurou na natureza o marco teórico para explicação da vida política. A tradição do determinismo da natureza na disciplina foi, na realidade, um prolongamento de uma velha preocupação dos filósofos, entre eles Montesquieu, sobre a possibilidade de explicar a fluidez da vida política com argumentos fundados em fatores estáveis, quase imóveis, como o meio físico. Por muitas décadas tentou-se mostrar como a distribuição dos continentes e oceanos, cadeias de montanhas, rios, climas e outras características da superfície da terra afetavam o modo pelo qual a humanidade dividia o mundo em Estados e Impérios e como estas unidades competiam entre si por poder e influência.

Indo além do determinismo do meio natural como fundamento do “espírito das leis”, Ratzel procurou elaborar uma verdadeira teoria das relações entre a política e o espaço, introduzindo o conceito de sentido do espaço, segundo o qual certos povos tinham maior capacidade de ordenar as paisagens, de valorizar os recursos naturais, de se fortalecer a partir do seu próprio enraizamento no território. Como ocorreu com as ciências sociais naquele período, o modelo de Ratzel foi fortemente inspirado na Biologia, e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado-Nação como garantia do poder dos povos sobre os territórios por eles ocupados. (CASTRO, 2005, p. 19-20).

Entretanto, grande parte de seus escritos acabaram sofrendo interpretações errôneas e tendenciosas com o transcorrer do tempo, sendo que muitos de seus estudos foram subestimados por certa parcela da comunidade geográfica. Esta ideia pode ser percebida através das explanações de Carvalho (1997, p. 42):

O lugar e a importância da obra e das ideias de Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da institucionalidade científica, está longe de receber um tratamento de unanimidade por parte de observadores e analistas desse processo. Em especial, nas análises produzidas por geógrafos e antropólogos, interessados em recompor arqueologias de suas áreas de conhecimento, tratamentos muito distintos têm sido observados, quando se trata de aquilatar o papel desempenhado por Ratzel no desenvolvimento e na institucionalização acadêmico-científica da geografia e também da etnografia e etnologia.

Quanto ao tema, não são raras as omissões ou negligências cometidas, mas, em nossa opinião, as segundas têm se sobressaído às primeiras.

A Geografia Política concentra sua atenção nas relações externas e internas dos Estados. Cada qual dessas duas categorias dá origem a certos problemas. Esse campo de estudos cumpre ainda explicar, leva os pesquisadores a encará-lo de duas maneiras. Em primeiro lugar, existem os efeitos da Geografia contemporânea sobre a ação política. Em segundo, há que considerar a importância da Geografia subjacente às situações, problemas e atividades de ordem política. Assim, a Geografia Política apresenta um terreno de estudos que

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, não de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante longo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia. (EAST e WOOLDRIDGE, 1967, p. 128).

O mapa não é a única forma de elo existente entre prática geográfica e prática do poder: a partir de Heródoto, que não relata uma história, mas que empreende um “inquérito” em função dos propósitos do imperialismo ateniense, os geógrafos são quase sempre,

consciente ou inconscientemente, agentes de informações. Desde há séculos, eles dão muita atenção àquilo que mais interessa aos chefes de guerra e aos chefes de Estado: a topografia, considerada quer em função de preocupações de tática quer em função de considerações estratégicas (portanto, mapas em diferentes escalas), a repartição da população e a organização administrativa e política do espaço. O próprio termo *região*, constantemente utilizado no discurso geográfico, provém de *regere* (comandar, reger), ou seja, é a região militar; como *província* vem de *vincere*, vencer, são os territórios vencidos etc. Em muitos casos, os geógrafos não se limitaram apenas a reunir informações, mas participaram diretamente da elaboração de uma nova organização política do espaço. Consequentemente, hoje mais do que nunca, não se deve perder de vista esta função militar da Geografia, que é a sua desde o início, e é preciso que se esteja consciente de sua função política (LACOSTE, 1974).

Nesse sentido, pode-se dizer que a Geografia Política representa um campo intrinsecamente dinâmico, cuja natureza e foco dos debates no interior da Geografia moderna mudaram substancialmente ao longo do tempo. Segundo Blacksell (2006), inevitavelmente, as diferentes fases de desenvolvimento desse campo de estudo não se enquadram perfeitamente em pacotes discretos, claramente separados no tempo, mas o Quadro 03 ilustra, em termos gerais, como a sequência de quatro fases se encaixa formando uma progressão lógica.

**Quadro 3 – Principais Fases no Desenvolvimento da Geografia Política**

Geografia Política = Geografia Humana	
<b>FASE 1 (1900-1930)</b>	Estados como organismos competindo, crescendo e morrendo Terra e Poder em escala global Mapa Político redesenhado após a Primeira Guerra Mundial <i>Geopolitik</i> – Geopolítica Alemã
<b>FASE 2 (1930-1960)</b>	Geografia Política como a Geografia dos Estados-Nação Estados como regiões Infraestrutura física
<b>FASE 3 (1960-1980)</b>	Geografia Política como uma parte (menor) da Geografia Humana Pessoas e Governança Alcançar a justiça social Direitos individuais vs. Responsabilidade Corporativa
<b>FASE 4 (a partir de 1980)</b>	Ressurgimento da Geografia Política Teoria do Sistema Mundo Globalização Reinvenção da Geopolítica

Fonte: Adaptado de BLACKSELL (2006, p. 04)

A produção de Richard Hartshorne inaugura a segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, há uma superação da

aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções. Diversos questionamentos emergiram: Quais eram as condições necessárias para a enorme variedade de Estados, com todas as suas formas, tamanhos e geografias, para coexistir sem exercer projetos predatórios sobre outros territórios? Hartshorne (1939) resgata a Geografia Política para o debate mais amplo sobre o regionalismo, que se tornou o discurso dominante na Geografia, como um todo, no segundo terço do século XX, com seu foco em encontrar naturalmente, regiões autossustentáveis em todos os níveis da atividade humana, desde o internacional e nacional para o local.

De acordo com as ideias tecidas por Hartshorne (1960), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Estudos geográficos da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

Geografia Política, portanto, pode ser descrita como o estudo da variação dos fenômenos políticos de lugar para lugar em interconexão com as variações de outras características da Terra como a casa do homem. Incluído nestes fenômenos políticos estão recursos produzidos por forças políticas e as ideias políticas que geram as forças. Os dois estão, é claro, intimamente inter-relacionados. Seguindo a analogia com o elo da cadeia, atitudes políticas, vistas ou ideias podem levar, através da comunicação e controvérsia, a decisões. Estimular decisões, ou permitir, certos movimentos de homens, materiais e ideias dentro de uma área mais ou menos definida. O espaço torna-se, assim, um “campo de interação” de forças, para usar um termo da Física. Para o grau em que este domínio da interação que se estende ao longo de uma determinada área da Terra, esta área é definida como uma área política. Uma estrutura de controle das forças políticas, isto é, um governo estabelecido, na medida em que é estabelecida e efetivada, uma área política desorganizada é convertida em uma região política organizada — uma região no sentido original do termo. (HARTSHORNE, 1960, p. 52-53, tradução nossa).

Para Hartshorne (1935), os geógrafos sempre reconheceram o aspecto político de seu domínio, nomeadamente a estrutura política das regiões que estudam. Como um ramo da Geografia definido em termos de “relações”, a Geografia Política é provida com um campo amplo o suficiente para estudo, mas que, inevitavelmente, penetra em campos vizinhos e parece que muitos não possuem nenhum centro adequado de interesse ou material sujeito a estudo. A filosofia principal da Geografia, representada pela corografia, como afirma Hettner, Passarge e outros, inclui um campo mais restrito e mais claramente orientado para o geógrafo político, isto é, o estudo dos domínios dos Estados, com suas características externas e

internas, incluindo a descrição, interpretação e apreciação dos fatos presentes na área do Estado.

Geografia Política, como um ramo unitário distinto da Geografia, não deve ser justificada nem em termos de aspectos políticos da Geografia, nem em termos de bases geográficas da política, uma vez que cada um deles constitui um conjunto separado de soluções parciais dos problemas envolvidos. O núcleo da Geografia Política é o estudo de um fenômeno característico na diferenciação total de áreas, ou seja, as seções de área organizadas como unidades políticas. Diferenciação de área é mais importante no que diz respeito a unidades de terra ao nível dos estados-área. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 128, tradução nossa).

## 6.2 A CLASSIFICAÇÃO DE FRONTEIRAS EMPREENDIDA POR HARTSHORNE

Desde a sua origem, o campo de estudo da Geografia Política sempre abordou a temática das fronteiras. Isso porque, sua discussão é imprescindível, dado que estas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre o Estado e o território, bem como as relações interestatais. Tanto na fase áurea do Estado-nação territorialmente definido, independente e soberano, quanto atualmente, quando em algumas regiões as forças de integração tornam-se poderosas face às de separação, o estudo sobre o significado das *frontiers* e *boundaries* coloca-se como um dos mais importantes para a Geografia Política.

Em relação às fronteiras, cabe destacar que estas representam um dos temas que, desde os primeiros estudos, sempre ocupou papel de destaque no campo da Geografia Política. Segundo Taylor (1985) *apud* Blacksell (2006, p. 144): “Fronteiras e limites são, provavelmente, o tema mais popular em Geografia Política” (tradução nossa).

A diferenciação no significado das palavras “fronteira” e “limite” auxilia no esclarecimento de muitas das dificuldades ligadas à relação que surge da justaposição dos Estados. De acordo com Moodie (1965, p. 85), “sempre existiram as fronteiras e somente quando tentam definir as regiões é que os geógrafos entram no pleno conhecimento dos problemas decorrentes de sua existência”. Sempre possuíram extensão espacial, sempre ocuparam partes da superfície do globo, mas em virtude de sua natureza transitória vêm exigindo definições corretas.

Os termos *frontiers* (fronteiras) e *boundaries* (limites) têm sido amplamente utilizados, muitas vezes alternadamente, por geógrafos e outros cientistas para descrever as divisões políticas, especialmente a nível nacional (PRESCOTT, 1967). Perante este cenário, é difícil estabelecer uma distinção clara entre os termos.

No período da expansão imperial europeia, durante os séculos XIX e XX, fronteiras era parte comum da linguagem política, representando tanto a divisão política entre dois Estados, ou o limite do assentamento permanente. Atualmente, a noção de fronteiras, neste último sentido, acabou desaparecendo sob a onda global de povoamento e desenvolvimento econômico, sendo substituída pelo termo limites, que são mais inequivocamente linhas de demarcação. Embora, ambos os termos sejam usados ainda em Geografia, a palavra “limite” é, claramente, termo genérico aceite para descrever as divisões políticas. (BLACKSELL, 2006, p. 144, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se dizer que no período moderno as fronteiras aparecem como as “molduras dos Estados-nações”, de modo que tanto o seu estabelecimento, como eventuais modificações, são manifestações de transformações que estão se processando no interior das sociedades, sem se esquecer, é claro, das relações de vizinhança. Essas últimas, por sua vez, são também bastante elásticas e mutáveis, podendo variar desde uma situação de amizade crescente que tende para a integração, até a indiferença que aos poucos vai se transformando em uma viva hostilidade. Por fim, como o poder de cada Estado nacional varia bastante, pode-se dizer que existe uma vizinhança próxima e outra distante, estabelecendo-se na intermediação entre uma e outra as alianças regionais. É claro que todas essas considerações só podem se concretizar no exame das condições socioeconômicas e políticas que envolvem cada momento histórico determinado. Como se trata de um número muito grande de casos individuais e de situações históricas bastante díspares tem-se que toda tentativa de sistematização, de classificação, implica em distorções mais ou menos aceitáveis, mais ou menos graves, segundo os vários pontos de vista.

A identificação entre “limite” e “fronteira internacional” decorre provavelmente da mobilidade e imprecisão cartográfica que na maior parte do tempo acompanhou o desenvolvimento das sociedades. Mas os Estados modernos necessitam de limites precisos onde possam exercer sua soberania, não sendo suficientes as mais ou menos largas faixas de fronteira. Assim, hoje o “limite” é reconhecido como *linha*, e não pode, portanto ser habitada, ao contrário da “fronteira” que, ocupando uma *faixa* constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando. Dai que para os Estados não é admissível uma “zona neutra”, de limites imprecisos, recomendando-se, inclusive, que não sejam transitórios, mas os mais permanentes possíveis, o que contribui para evitar transtornos à população fronteiriça.

[...]

O limite de um Estado, então, aparece como uma linha puramente imaginária, marcada na superfície terrestre por objetos naturais ou artificiais. Pode-se, portanto, tentar acrescentar outro elemento, ao mesmo tempo distinto tanto do *limite* quanto da *fronteira*: trata-se da *divisa*, isto é, o aspecto visível do limite. Assim, o *marco*, a *baliza*, aparecerão como pontos fixos, erguidos pelo homem, os quais, alinhavados, expressam o *limite* de jurisdição dos Estados. (MARTIN, 1992, p. 47-48).

Conforme as reflexões de Moodie (1965), o estudo das fronteiras e limites é tido como importante ramo da Geografia Política, em sentido geral, estes termos são sinônimos:

“fronteira internacional” significa, muitas vezes, na linguagem dos políticos, historiadores e outros, “limite internacional”. A explicação dessa intercambialidade de terminologia talvez esteja no fato de que comparativamente até bem pouco tempo os limites dos Estados, eram mal definidos, principalmente em virtude da falta de conhecimento pormenorizado do terreno e da ausência de sua exata representação cartográfica. Mas, em virtude do adiantamento dos métodos de investigação e cartografia e com a evolução do Estado em sua forma presente, a grande maioria dos limites acha-se, atualmente, não somente claramente definida como também precisamente demarcada no solo.

A própria natureza do Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização. Para todas as suas múltiplas atividades de administração, tributação, defesa, comércio etc., seu território precisa ser claramente limitado, não por áreas fronteiriças, mas por linhas inconfundíveis. Essas linhas são os limites interestatais. Sem elas, o presente sistema de Estados ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a do outro.

É aconselhável e conveniente, portanto, restringir-se ao uso dessas duas expressões para evitar confusão de pensamento e de interpretação. As fronteiras relacionam-se com as áreas, enquanto os limites são lineares pela sua natureza. Aquelas podem ser, corretamente, denominadas “naturais” porque fazem parte da superfície da Terra: em muitos casos, assumem a categoria de regiões geográficas na medida em que possuam a característica de individualidade baseada nas respectivas funções como zonas transitórias. Estes são artificiais desde que são selecionados, definidos e demarcados pelo homem, aqui, em conformidade com as características físicas do terreno, ali, em completo descaso por esses fatores geográficos. (MOODIE, 1965, p. 84).

Determinado em firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático, Hartshorne em uma gama de artigos (1933, 1935, 1936, 1941, 1950 a, 1950 b, 1960), publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, traz para o debate acadêmico as suas contribuições de caráter teórico-metodológico, que já haviam sido expostas no célebre trabalho *The Nature of Geography* (1939).

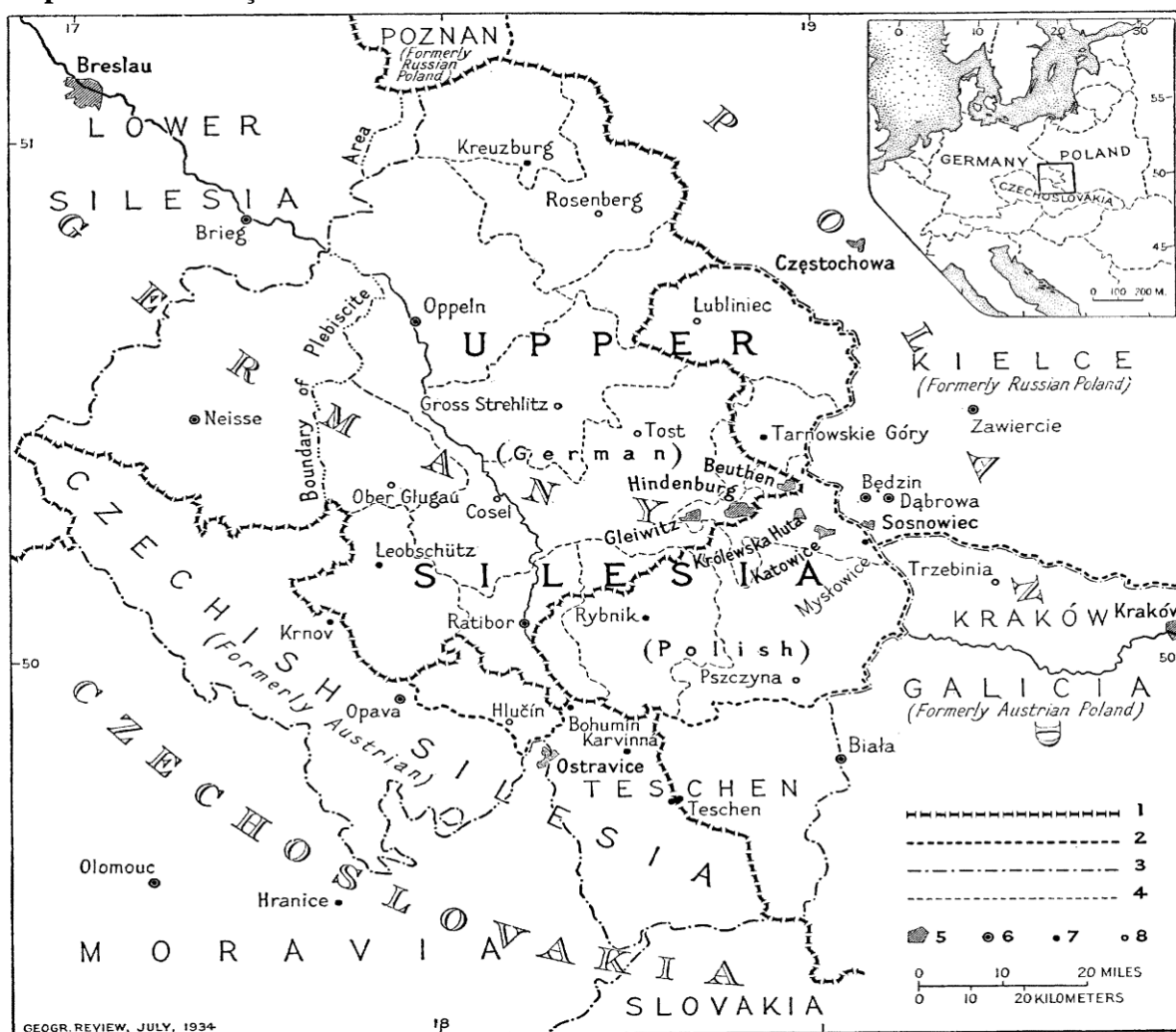
Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia (Mapa 03), segundo o autor, devem

ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças.

Hartshorne (1933) foi capaz de propor um método próprio para a solução teórica do problema das fronteiras, baseado na definição e estudo das “associações de todo tipo das diferentes partes da *border area* com cada um dos *bordering states*”.

Mediante esse método, [Hartshorne] recomenda, os geógrafos observariam tais associações nos traços da paisagem, que podem ser de tipos “similar, dissimilar e de interesses mútuos”. Fronteiras rígidas e artificialmente traçadas numa área homogênea em termos de ocupação humana e atividades econômicas, gerando “áreas similares” em ambos os lados, provocam grandes perturbações, diz ele, citando como exemplo o corte ao meio de um mesmo distrito industrial, ou de uma região agrícola que ficou apartada de seu costumeiro mercado. Quanto às populações de origens diversas (alemães, polacos, tchecos e eslavos), o problema é de outra natureza, afirma. Critérios de língua ou raça, observa, nem sempre são fundamentais, pois a tendência, no primeiro, caso, é a da definição de uma língua consensualmente aceita por todos. No segundo caso, enfatiza o autor, a raça é menos importante ainda. (COSTA, 2008, p. 151).

**Mapa 3 – Localização da Alta Silésia.**



Legenda: 1 - Limite Internacional Atual; 2 - Fronteira Internacional Antiga; 3 - Limites Provinciais; 4 - Limites do Condado (*Kreis*); e, 5 a 8 - Cidades e Vilas: 5 - aproximadamente 100.000 habitantes, 6 - de 75.000 a 25.000, 7 - de 25.000 a 10.000 e 8 - menos de 10.000 habitantes.  
**Fonte:** HARTSHORNE, 1933, p. 197

Modernamente, Hartshorne (1933) inovou — em seu estudo sobre o “Corredor Polonês” e a “Alta Silésia” — quando relacionou o drama das nacionalidades às arbitrariedades e artificialismos dos tratados do pós-Primeira Guerra Mundial. O autor se indaga, como nessa região, em que poloneses e germânicos conviveram, até a Primeira Guerra Mundial, durante séculos, definir claramente o critério de nacionalidade para traçar as novas fronteiras? Para o geógrafo norte-americano, a longa convivência definira poloneses e alemães distantes de sua cultura original, até mesmo com costumes e dialetos próprios. Por isso os plebiscitos, mesmo que realizados em condições nem sempre adequadas, são um elemento definidor importante. Apesar disso, observa, por mais detalhados que sejam os novos traçados, eles sempre serão arbitrários, dadas a “diferenciação” interna das áreas e as múltiplas “associações” entre as diferentes “células” na paisagem. Em regiões como essa, conclui, “dificilmente poderá haver coincidência entre fronteira política e fronteira nacional” (p. 98).

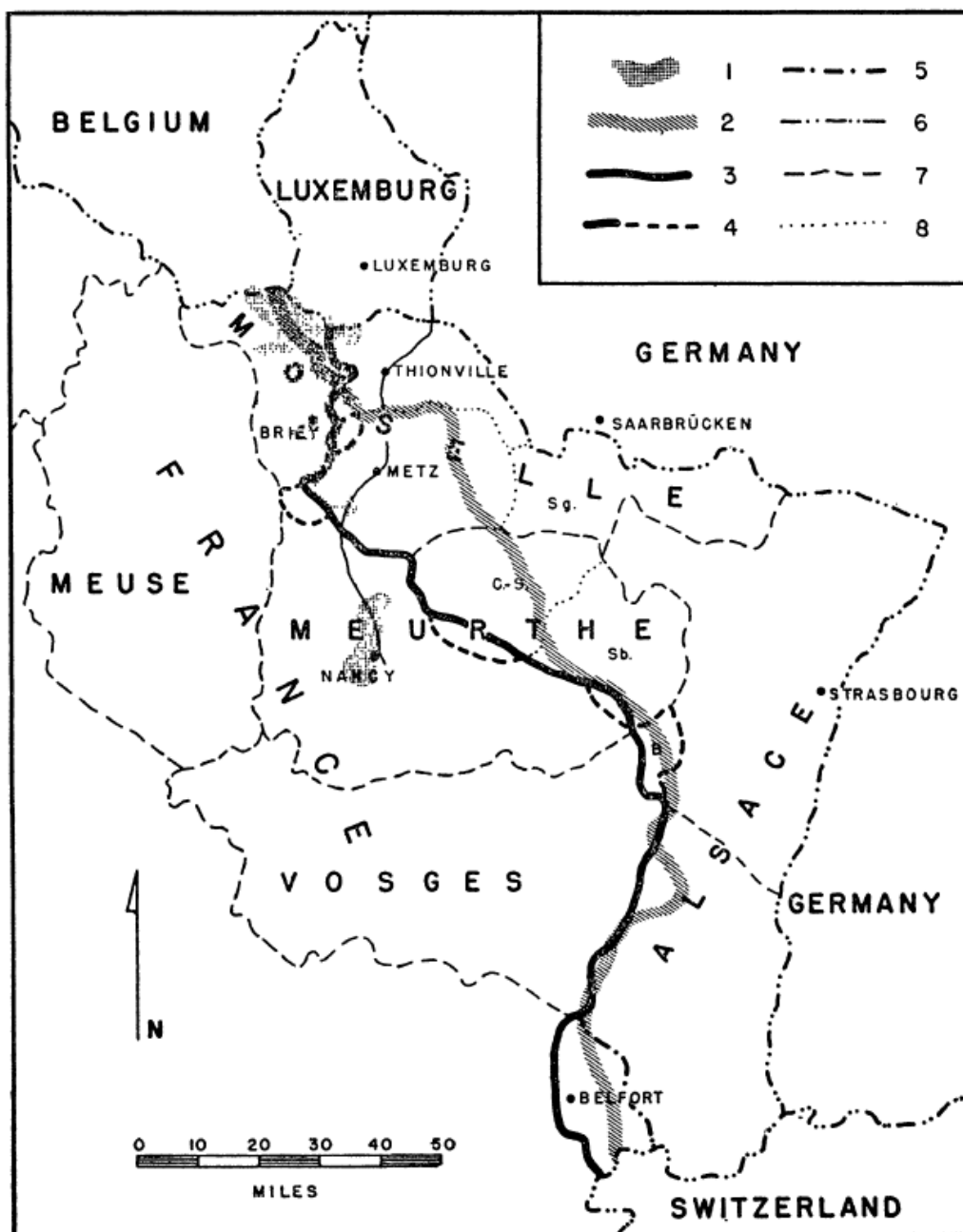
Alta Silésia, para resumir, é uma área de fronteira em que os vários limites geográficos e humanos significativos para os Estados, em vez de convergirem, divergem sobre uma larga zona marginal, que inclui no seu interior um grande distrito industrial de densa população. Os limites políticos, representando compromissos diplomáticos, aumentam a confusão, geograficamente, por negligenciarem na maior parte qualquer limite geográfico, desenvolvendo assim um novo, particularmente, cortado pelo mesmo tipo de paisagem cultural menos adequado para a localização de fronteira. (HARTSHORNE, 1933, p. 223-224, tradução nossa).

Segundo Costa (2008), Hartshorne também examina o papel das fronteiras como elementos de fragmentação de “associações a nível local”. Por mais arbitrários e rígidos que sejam esses limites, os grupos fronteiriços, independentemente de suas nacionalidades, tendem a manter vivos os laços que possuíam com os lugares e a cultura de origem, definindo interações de todo tipo com ambos os lados artificialmente separados. Com isso, observa, áreas urbanas e industriais contínuas, cortadas por linhas divisórias, apresentam um movimento constante de trabalhadores e famílias em geral, que se tornam “estrangeiros” durante a jornada de trabalho do outro lado, sendo constrangidos diariamente às fiscalizações, revistas etc. Além disso, crianças são educadas em duas línguas e famílias são separadas, mas para ele, apesar disso, a força das interações será sempre maior que as fronteiras, salvo quando estas, pela radicalização das tensões, transformem-se definitivamente em barreiras.

Ao analisar a constituição da fronteira franco-alemã de 1871, Hartshorne (1950 a) empreende um trabalho onde a evolução da fronteira é enfocada a partir de uma abordagem histórica, o que segundo Prescott (1967), não foi implementado posteriormente por outros autores ao analisar essa temática. Para Hartshorne (1950 a), três fatores apresentam importância relativa — nacionalidade, estratégia e distribuição de recursos de minério de ferro — no processo de determinação da posição final do limite franco-alemão de 1871 (Mapa 04). É claramente

demonstrado que os diferentes fatores foram primordiais para determinar as diferentes partes da linha, e que a distribuição das reservas de ferro desempenhou um papel menor.

**Mapa 4** – Fronteira Franco-Alemã em 1871



Legenda: 1 - Áreas de Minério de Ferro; 2 - Fronteira Linguística Germano-Francesa; 3 - "Linha Verde" indicativa do Tratado Preliminar; 4 - Fronteiras seguindo os Limites Administrativos Existentes, anteriormente declarados como extensão aproximada da área a ser anexada (decreto de 21 de agosto de 1870); 5 - Linha Determinada Posteriormente (maio de 1871), com o limite final na área de *Belfort*; 6 - Fronteiras Internacionais em 1870; 7 - Fronteiras dos Departamentos Franceses; e, 8 - Limites dos *Arrondissements* (distritos).

**Fonte:** HARTSHORNE, 1950 a, p. 212.

Embora Hartshorne estivesse preocupado com um conjunto de negociações de fronteira que ocuparam apenas um curto período, o autor concluiu que esta técnica poderia ser usada para mostrar como os fatores que influenciaram a evolução das fronteiras coloniais

anglo-francesas na África mudaram ao longo de um grande período, envolvendo diversos conjuntos de negociações.

Em suma, na determinação da localização da fronteira franco-alemã de 1871, a preocupação pelo ferro de Lorraine teve importância igual à preocupação dos cemitérios militares. A Alemanha garantiu uma grande parte da área do ferro, principalmente por causa das considerações estratégicas que ditaram a inclusão da cuesta com vista para Moselle, que continha uma parte considerável dos recursos de ferro; teve apenas essa parte e não todo o campo, porque a área restante foi puramente em caráter da França. (HARTSHORNE, 1950 a, p. 250, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar que Hartshorne (1936) através do estabelecimento de uma terminologia própria para os limites políticos acabou realizando uma “classificação genética das fronteiras”, propôs uma subdivisão em quatro tipos, a saber: a) *fronteiras antecedentes* (quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones); b) *fronteiras subsequentes* (posteriores ou consequências de um desenvolvimento econômico prévio); c) *fronteiras superípostas* (quando cortam áreas em que há unidade cultural); e, d) *fronteiras consequentes* (estabelecidas em regiões escassamente povoadas, até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito de barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas).

### 6.3 A PROPOSIÇÃO HARTSHORNIANA PARA ANÁLISE DO ESTADO

O Estado pode ser considerado uma criação recente, termo esse que só ganha sentido e conteúdo durante o Renascimento. A Europa pós-medieval inventou o Estado, sob a forma das monarquias absolutas. Esse novo poder político emergiu baseado em fronteiras geográficas definidas e capitais permanentes, materializadas em cidades, as quais se tornaram sede dos órgãos do Estado. Com as monarquias absolutas, aparecia o Estado territorial. Assim, o surgimento desse tipo de Estado possibilitou a criação das teorias políticas sobre o Estado.

O Estado nacional surgiu da decadência do absolutismo e de sua substituição pelo liberalismo. Essa forma contemporânea do Estado gerou a *soberania nacional*, expressa na eleição de governantes e na limitação do poder executivo por representantes também eleitos. A soberania deslizou do monarca para a nação. O poder despersonificou-se, identificando-se com o povo. O poder divino deu lugar ao consenso popular. O liberalismo surgiu como doutrina política do Estado-Nação. (MAGNOLI, 2004, p. 19).

O mapa político do mundo revela um padrão distributivo de Estados de várias espécies que têm pouca ou nenhuma semelhança com as “regiões naturais” do geógrafo. Um traço característico de todos esses Estados é que, superficialmente, pouco possuem em comum, embora cada um represente os esforços organizados dos seus habitantes para adaptar

suas atividades, políticas e outras, às suas condições ambientais, com o resultado de que o leitor de mapas se defronta com um mosaico um tanto confuso. Além disso, a taxa e incidência de modificação variam, no tempo e no espaço. Os Estados têm a qualidade de mutabilidade em grau acentuado.

Conforme as reflexões tecidas por Moodie (1965), o campo do estudo da Geografia Política interessa-se por duas considerações básicas. Em primeiro lugar, e de importância fundamental, é a análise das relações entre a comunidade e o ambiente físico. Como todos os Estados, pela sua natureza como elementos constitutivos da estrutura política mundial, se acham mais ou menos intimamente ligados a outros Estados, essas relações enquadram-se em dois grupos ou aspectos, cuja integração frequentemente põe à prova a capacidade dos responsáveis pela formulação de política.

Toda a superfície da Terra, com sua grande riqueza de ambientes geográficos, é agora partilhada por grande número de Estados, que não obedecem a qualquer tipo claramente definido, mas cada um deles possui três elementos essenciais: território, povo e organizações, que podem ser analisados, descritos e cartografados com exatidão considerável. Mas onde quer que vivam pessoas num território e qualquer que seja o sistema político que possam adotar, suas atividades representam, pelo menos em parte, uma reação às suas condições ambientes que, por sua vez, fixam limites e afetam aquelas atividades humanas que ocorrem dentro do arcabouço territorial. (MOODIE, 1965, p. 10).

Nesse sentido, todo Estado moderno, portanto, representa um amálgama de três elementos — território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica e única, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

O Estado consiste em uma criação artificial até o ponto em que representa os esforços dos seus habitantes para desenvolver uma estrutura em cujo âmbito suas atividades, tanto internas como externas, podem ser organizadas e regulamentadas a fim de acarretar o máximo de benefícios para a comunidade. É uma entidade política, nitidamente definida, mesmo que arbitrariamente, e coincidente com um território.

A segunda consideração básica estabelecida por Moodie (1965) em relação à Geografia Política é a de que os Estados estão sujeitos à mutação. Essa suscetibilidade de mudar, de forma alguma, se acha restrita às condições internas do Estado, mas se estende às suas relações externas, e embora o conceito de mudança não seja descoberta recente, não pode

haver dúvida de que o ritmo das atividades dos dias atuais acelerou-se muito no tocante a eras pretéritas.

Esse fundo de “fermento e mudança” não pode ser desprezado pelo geógrafo político porque constitui parte do ambiente em que vivem as pessoas e, como tal, exercerá influência diretiva sobre as formas de Estados e sobre o caráter das relações interestatais. O conhecimento crescente necessariamente não coincide com a sabedoria crescente, mas o maior acesso ao conhecimento pode levar a desenvolvimento de desejos e exigências que, acelerando a taxa de mudança, poderão modificar as formas e funções dos Estados a um grau além da nossa atual compreensão. (MOODIE, 1965, p. 14).

Todos os Estados, apesar da diversidade existente, são iguais sob um aspecto: fundamentam-se na necessidade de organização política de um tipo ou de outro. Em consequência, o Estado representa os esforços do seu povo para organizar suas atividades, sendo a expressão dessas tentativas no sentido da organização à vista na formulação e aplicação de regulamentos ou leis codificados sob alguma forma constitucional.

Segue-se, portanto, que o Estado não consiste apenas no território, nem no povo que nele vive, sendo uma organização muito mais complexa em que o território, o povo e suas inter-relações estão indissociavelmente fundidos para formar uma entidade que possui uma individualidade, um caráter, distinguindo-se de todos os outros Estados.

Portanto, a unidade de área do geógrafo político é o Estado, que é mais ou menos artificial até o ponto em que é o produto dos esforços conscientes dos seus habitantes para criarem uma entidade política que possa ser inteiramente diversa da região geográfica. Para Moodie (1965, p. 15), “o geógrafo político preocupa-se com a observação, registro e análise das mudanças que já ocorreram, bem como com as que se acham em curso no momento atual”.

Durante a primeira metade do século XX, o *funcionalismo* — vertente teórica que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para a sociedade como um todo — foi extremamente importante em uma série de disciplinas científicas. Segundo Taylor e Wusten (2004, p. 86), o mesmo se aplica a Geografia Política. Em 1950, Richard Hartshorne, figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob o prisma da Geografia Política, a qual foi colocada, inteiramente, frente a termos funcionalistas.

O impacto do pensamento hartshorniano perante a Geografia Política data desde o período da Segunda Guerra Mundial, quando ao lado de teóricos como Whittlesey, Gottmann, Sprout e Jones, Hartshorne foi capaz de atribuir um conteúdo mais sistemático e rigoroso a esse campo do conhecimento geográfico. Estes autores tiveram o mérito de alterar o curso da

Geografia Política em direção as nações mais científicas e, assim, retirá-la dos caminhos do determinismo e das ambiguidades empreendidos pela *Geopolitik* alemã.

De acordo com a abordagem de Costa (2008, p.141):

A evolução da geografia política desde Ratzel, até meados da década de 1950, demonstra que o período entre as guerras mundiais e os primeiros anos pós-Segunda Guerra foi um dos mais interessantes do ponto de vista do debate teórico no interior desse campo de estudo. Isso porque os conflitos envolveram países que dispunham de tradição em pesquisa geográfica em geral e mesmo em geografia política — casos da Alemanha, França e Estados Unidos. Neles, o aumento da produção nessa área, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, resultou certamente das emulações causadas por esses conflitos. Na Alemanha, com o engajamento explícito de parte de seus geógrafos e da totalidade dos que atuavam em geografia política. Nos Estados Unidos, de menor tradição no setor, geógrafos proeminentes em vários campos dessa ciência envolveram-se com vigor em estudos dos mais variados tipos e qualidades, em sua grande maioria com o estímulo direto ou indireto do governo.

Pode-se dizer que, sobretudo após 1945, surgiram verdadeiramente a conceitualização e a metodologia em Geografia Política, cuja trajetória, até então, como disciplina acadêmica, havia sido essencialmente dominada por grandiosas visões de mundo. Este tipo de abordagem absorveu, durante um grande espaço de tempo, a atenção dos geógrafos, enquanto que as bases sistemáticas essenciais de ramo do saber geográfico permaneciam ignoradas.

Através de seus trabalhos, Hartshorne mostra a determinação de firmar a Geografia Política como disciplina científica, dando-lhe um caráter sistemático. Em inúmeros artigos, publicados antes, durante e pós-Segunda Guerra Mundial, o autor trará para o debate contribuições de caráter teórico-metodológico.

Sanguin (1977) demonstra a importância de Hartshorne a este movimento de renovação da Geografia Política, afirmando que

[...] a partir de ideias sobre os conceitos e métodos da geografia política esboçados em 1935, Hartshorne elabora em 1950 a abordagem funcional em geografia política, cujo tema central é o funcionalismo do Estado. Cada Estado tem diferenças e similitudes regionais; as diferenças tendem a fragmentar o Estado, enquanto que as semelhanças tendem a fortalecê-lo. Há, portanto, dentro de um Estado, uma contínua oposição entre as forças centrífugas e as forças centrípetas. Se o Estado pode sobreviver a esta oposição é porque ele possui uma razão de ser (“state idea”), um sentido nacional e um núcleo central (“core area”) suficientemente fortes para superar esta posição estrutural e manter sua coesão. Assim, a abordagem funcional permite avaliar a viabilidade do Estado. (SANGUIN, 1977, p. 10-11).

Nesse sentido, pode-se dizer que a abordagem funcional, concebida por Hartshorne, consiste, basicamente, em analisar o funcionamento de um espaço como área política, com sua combinação de agentes de fortalecimento e de enfraquecimento. Segundo Dahlman (2009, p. 95): “No lugar das metáforas orgânicas, Hartshorne adota ideias

elaboradas a partir da Física, tais como as forças centrípetas e centrífugas para descrever as forças que unem ou afastam Estados”.

Em uma abordagem funcional para a análise da Geografia Política do Estado, a primeira metade deve se preocupar com os problemas internos do Estado-área (união nacional, diferenças regionais). A segunda parte deve se preocupar com as relações externas do Estado-área de outras porções do mundo, se aquelas são também organizadas como Estados, controlada por Estados de fora, ou desorganizada. Por conveniência, podemos agrupar essas relações como territorial, econômica, política e estratégica. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 118-119, tradução nossa).

A síntese do avanço teórico da Geografia Política será feita nos primeiros anos do período pós-guerra, mais precisamente entre os anos de 1950 e 1960, por Hartshorne, cujas ideias representam um ponto de inflexão na evolução teórica e metodológica dessa disciplina nos EUA, bem como em outros países. Suas contribuições abrem novas perspectivas de análise, como assinala Sanguin (1977), menos ligadas à tensão entre os Estados e mais voltadas à compreensão de suas “relações de estabilidade” recíprocas e com os seus respectivos territórios. No caso de Hartshorne (1950 b e 1960), o que o motivou a escrever esses ensaios foi justamente o que considerava preocupante para a geografia norte-americana, isto é, “o grande crescimento do interesse dos estudantes universitários pela Geografia Política, ao lado da péssima qualidade das publicações disponíveis”, segundo a sua avaliação.

É preciso abandonar de vez a abordagem morfológica do Estado adotada pela escola alemã desde Ratzel, que reduziu o Estado-área à sua dimensão, forma, localização, fronteiras, regiões naturais, culturais etc., o que redundava em uma visão puramente morfológica e estática dele. Em vez disso, é necessário conhecer antes de tudo o funcionamento do Estado-área, que determina todos os seus demais níveis, até o da sua própria morfologia. (HARTSHORNE, 1950 b, p. 100, tradução nossa).

De acordo com Costa (2008), para Hartshorne interessa, sobretudo, o estudo das áreas politicamente organizadas dos Estados soberanos, isto é, aquelas estruturadas internamente — províncias, departamentos, condados, cidades. A partir daí, seguindo o *método dedutivo* que ele identifica em Ritter e Humboldt, propõe a determinação de sucessivos “tópicos específicos” de cada Estado individualizado, que “examinados sistematicamente para todos os Estados”, permitirão o estabelecimento de princípios gerais *a posteriori*. Trata-se de inverter o procedimento metodológico do passado, diz ele, em que a dedução *a priori* de princípios acarretou tantos equívocos. Partindo da ideia político-geográfica de Estado enquanto “Estado-área unitário”, Hartshorne concebe-o como organização política que necessariamente interage com as partes do território (as regiões e as unidades político-administrativas) mediante interações de toda ordem, nas quais a participação dos cidadãos e o seu nível de aceitação da instituição estatal são essenciais. É

evidente, argumenta, que o Estado central tende a unificar o mais possível o “Estado-área”, levando as instituições intermediárias e locais a adotarem seus princípios, conceitos e leis como “princípios gerais”, havendo casos, como em situações de ameaça externa, em que essa tendência pode chegar a extremos. Haveria também barreiras internas (físicas, étnicas, culturais etc.) que poderiam favorecer movimentos centrífugos em algumas partes ou, em uma situação oposta, uma morfologia territorial que favoreça movimentos centrípetos e a integração. Nesse sentido, o todo — Estado-área — é um excelente campo de investigações para os geógrafos treinados no estudo das diferenciações inter-regionais.

Essa é a ideia básica de Hartshorne sobre a unidade estatal: o seu objeto de estudo, o “Estado-área”, é um fenômeno político-geográfico que se expressa nas interações entre as políticas centrais e a diversidade de suas partes constitutivas. A partir desse conceito-chave, trata-se, em sua visão, de investigar o modo pelo qual funciona esse conjunto, obtendo-se assim tipos de associações, diferenciações e, em última instância, tendências gerais. (COSTA, 2008, p. 158).

Consequentemente, pode-se concluir que o racional, cientificamente confiável e realista nessa abordagem de estudo dos Estados-área é começar com os fenômenos que estão mais preocupados — as funções do Estado-área — em determinar como esses são afetados pelo caráter da própria área, sua estrutura e conteúdo, e utilizar fatos históricos da gênese, na medida em que auxilia a compreensão das características estruturais, previamente determinadas como sendo significativas (HARTSHORNE, 1950 b).

Por fim, a Geografia Política que ressurgiu com vigor nos anos de 1950 é quase toda anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Liderados por Hartshorne, Bowman e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970. A influência hartshorniana é notória em praticamente todos os autores desse período, como se estivessem respondendo aos apelos do mais prestigiado geógrafo do país, para que se firmasse ali uma Geografia Política verdadeiramente científica e independente da política dos Estados.

## CAPÍTULO VII

### **Richard Hartshorne vs. Fred Schaefer: Discussões Epistemológicas acerca da Natureza da Geografia**

#### 7.1 SCHAEFER E O “EXCEPCIONALISMO” EM GEOGRAFIA

A produção acadêmica e as ideias defendidas por Richard Hartshorne não passaram incólumes a críticas, dentre as mais severas estavam às expressas pelo economista alemão Fred Kurt Schaefer (1904-1953), através de seu polêmico/icônico artigo — publicado postumamente —, *Exceptionalism in Geography: a methodological examination* (1953), ao qual sempre se referem os que procuram as origens da “revolução quantitativa e teórica” na Geografia.

[...] Nascido em Berlim em 1904 e aluno daquela universidade entre 1928 e 1932, onde adquiriu uma boa formação em Estatística, Ciência Política e Filosofia, Schaefer era uma personalidade de profundas convicções e militância socialista. Por isso, teve que exilar-se com a chegada dos nazistas ao poder. Dirigiu-se primeiro à Inglaterra e, mais tarde, aos Estados Unidos onde, depois de ter alguns problemas por suas simpatias políticas, acabou dedicando-se à Geografia como docente na Universidade de Iowa. Ali, coincidentemente, juntou-se a um dos membros mais proeminentes do Círculo de Viena, o filósofo Gustav Bergmann, com quem estabeleceu grande amizade, tendo a oportunidade de discutir os aspectos teóricos de suas investigações geográficas. Desta forma, através de Schaefer a concepção científica do Círculo de Viena foi transmitida pela primeira vez à geografia norte-americana e, embora em um primeiro momento fosse mal interpretada, ao coincidir com outros estímulos na mesma direção, contribuiu ao gerar a poderosa corrente neopositivista da “Nova Geografia”. (CAPEL, 1981, p. 380-381, tradução nossa).

Schaefer (1953) salientou que seu artigo era o primeiro a desafiar a apresentação e a interpretação dos trabalhos de Hettner e de outros, tecidas por Hartshorne, e foi publicado catorze anos após a monografia deste. Sua intenção era criticar as alegações “excepcionalistas” feitas pela Geografia Regional, e apresentar a argumentação de que a Geografia deveria adotar a filosofia e os métodos da escola positivista da ciência. Sua primeira tarefa, então, era delinear a natureza de uma ciência e definir as características peculiares da Geografia como uma ciência social. Ele argumentou que as alegações segundo as quais a Geografia era uma ciência de integração, que agrupava as contribuições das ciências sistemáticas individuais, eram arrogantes e que, em qualquer caso, seus produtos eram “algo que carecia [...] de novas e profundas intuições”. Uma ciência é caracterizada por suas explicações, e as explicações requerem leis: “Explicar os fenômenos descritos significa sempre reconhecê-los como instâncias de leis” (p. 07).

O artigo de Schaefer publicado em 1953 se opôs corajosamente a partir de uma perspectiva positivista à concepção que denominou excepcionalista da geografia, que é, em definitivo, a concepção idiográfica-regional mantida por Hettner e, nos Estados Unidos, por Hartshorne. Para Schaefer a consideração da matéria como uma disciplina idiográfica que centra seu esforço na descrição regional supõe eliminar o conteúdo científico da geografia. Desde o século XIX com o avanço das ciências naturais, “a mera descrição era insuficiente”. Do que se trata é de alcançar a explicação: “explicar os fenômenos que se tem descrito significa sempre reconhecê-los como exemplos de leis”. Dito de outra maneira: “a ciência não está tão interessada nos fatos individuais como nos padrões que apresentam”. (CAPEL, 1983, p. 381, tradução nossa).

No caso da Geografia, Schaefer (1953) propunha que esta fosse concebida “como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra”. Lentamente esta concepção de Geografia como uma ciência explicativa foi ganhando espaço no meio acadêmico, dando lugar a tomadas de posição de caráter neopositivista, sendo que dentre estas se destacam os livros *Theoretical Geography* (1962) de William Bunge e *Explanation in Geography* (1969) de David Harvey.

Na Geografia, de acordo com Schaefer (1953), as maiores regularidades descritas referem-se a padrões espaciais: “Daí a Geografia ter de ser concebida como a ciência voltada para a formulação das leis que governam a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra” (p. 07). E, é sobre esses arranjos de fenômenos espaciais, e não sobre os fenômenos propriamente, que os geógrafos deveriam procurar estabelecer esquemas explicativos assemelhados às leis. Os procedimentos geográficos não deveriam diferir daqueles empregados em outras ciências, tanto naturais quanto sociais: a observação deveria conduzir a uma hipótese — sobre a inter-relação entre dois padrões espaciais, por exemplo — e esta deveria ser testada frente a um grande número de estudos de caso, de modo a fornecer material para uma lei, se a hipótese fosse, por esse meio, verificada.

À argumentação contrária a esta definição da Geografia como a ciência das distribuições espaciais, argumentação implícita no trabalho de Hartshorne, Schaefer denominou excepcionalista. Essa corrente (chamada excepcionalista, por Schaefer) argumenta que a Geografia não compartilha a metodologia de outras ciências por causa da natureza peculiar de sua matéria de estudo — o estudo de lugares únicos, ou regiões. Usando analogias da Física e da Economia, Schaefer argumentava que a Geografia não tem nada de especial em seu enfoque sobre fenômenos únicos, que somente podem ser explicados por uma integração de leis extraídas de várias ciências sistemáticas, mas isto não impede — embora indubitavelmente torne mais difícil — o desenvolvimento dessas leis. (JOHNSTON, 1986, p. 75).

Para Schaefer (1953) era, portanto, absurdo sustentar-se que os geógrafos distinguiam-se entre os cientistas pela integração que conseguiam de fenômenos heterogêneos. A este respeito, nada havia de extraordinário na Geografia. Poder-se-ia supor que essa ideia era um remanescente dos tempos em que não existiam ciências sociais e havia

pouca ciência natural, ocupando o lugar dessas, tentativas originais e enciclopédicas como a história natural e a cosmologia. Observou-se que existe um grupo inteiro de ideias que são variantes de um tema comum: a Geografia difere completamente das demais ciências, sendo metodologicamente única, por assim dizer. A argumentação contrária à definição da Geografia como a ciência das distribuições espaciais, a qual se encontra implícita no trabalho de Hartshorne, Schaefer (1953) denominou de “excepcionalismo”.

Conforme as considerações de Claval (1981), o trabalho de Schaefer acabou se convertendo no ponto de partida de uma das polêmicas mais apaixonadas, que jamais havia se dado no âmbito geográfico.

Fred K. Schaefer propunha demonstrar que é injusto limitar-se a considerar a Geografia como uma ciência do único, como uma disciplina idiográfica ou um estudo de casos excepcionais. E, reclamava o desenvolvimento de estudos gerais, se empenhava em mostrar que a impotência da Geografia tinha sua principal origem na preocupação demasiado exclusiva de refletir o real em sua totalidade; empregava para isso certas conclusões da doutrina clássica e proclamava: “Não existe nenhuma lei para aquilo que é único, por isso é de escasso interesse a busca de leis ou a elaboração de previsões históricas e geográficas”. (CLAVAL, 1981, p. 223).

Schaefer (1953) argumenta que a recuperação do pensamento kantiano realizada por Hettner e, defendida por Hartshorne, se deu de maneira equivocada. Ao discutir os enfoques historicistas na Geografia, Schaefer assevera que se torna difícil ver esse tipo de compreensão ganhar simplesmente da contemplação das fases sucessivas de um processo em desenvolvimento. Afirma também que as leis estritamente geográficas não contêm referências ao tempo e às mudanças.

Outro problema-chave essencial da geografia, o corológico, se vê também afetado pelas crises do historicismo. A crítica de Schaefer à concepção singular ou excepcionalista da geografia contribuiu já desde o princípio da revolução quantitativa para desvalorizar o estudo regional. Schaefer se opõe a consideração da região como um todo único, um todo que seria mais que a simples soma de suas partes e que poderia ser explicado aplicando os métodos científicos normais, mas só apreendido em sua totalidade. Os métodos historicistas da compreensão empática são, assim, firmemente questionados. (CAPEL, 1983, p. 390, tradução nossa).

Na concepção schaeferiana, a metodologia de qualquer campo da ciência não é um repositório de técnicas especiais escolhidas a esmo. Na Geografia, técnicas, tais como elaboração de mapas, métodos de ensino, ou explicações históricas do desenvolvimento do campo, ainda são, muitas vezes, erroneamente interpretadas como metodologia. Um dos propósitos de seu artigo (1953) era o de ajudar a dissipar esta confusão. Para o autor, metodologia, propriamente dita, tratava da posição e escopo do campo de uma ciência dentro do sistema total das ciências, e do caráter e natureza de seus conceitos.

A metodologia prospera com as alterações e a evolução. Num campo ativo, certos conceitos são constantemente aperfeiçoados ou então abandonados de vez; leis e hipóteses são, conforme o caso, confirmadas ou invalidadas, ou, talvez, reduzidas à condição de não mais oferecerem aproximações aceitáveis. A metodologia é a lógica deste processo. Eis porque, especialmente em disciplinas jovens, o debate metodológico é saudável. Observada deste ângulo, a Metodologia da Geografia é demasiadamente complacente. Certas noções fundamentais têm permanecido incontestadas há décadas, embora existam razões suficientes para duvidar de sua autoridade. Outras, meio esquecidas, acham-se dispersas e, como os *tells* na planície do Iraque, expostas à erosão lenta. Spethmann (*Dynamische Länderkunde*) valeu-se deste argumento quando, em 1928, lamentou que, em uma época na qual praticamente todas as outras ciências passavam por alterações e progressos violentos, a metodologia que Hettner (*Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden*) acabara de publicar era, em sua maior parte, uma coleção de artigos de vinte ou trinta anos atrás. No tocante à América, pode-se acrescentar que Hartshorne (*The Nature of Geography*), em 1939, reiterou muitas das opiniões de Hettner com poucas alterações ou críticas. Ainda pior, o trabalho do próprio Hartshorne, sem dúvida um marco importante na história do pensamento geográfico norte-americano, não sofreu contestação durante os anos passados desde a sua publicação. (SCHAEFER, 1953, p. 05-06).

Em sua época, Schaefer (1953) já critica a escassez de uma literatura metodológica em Geografia. Para este, Humboldt, denominado com justiça o pai da geografia científica, foi também o primeiro autor relativamente moderno a dedicar atenção à lógica de seus conceitos. Passaram-se duas gerações, antes que fosse feita, por Hettner (1927), outra contribuição de vulto. Mas, apenas dois anos após o aparecimento do livro de Hettner, um filósofo da ciência, o austríaco Victor Kraft (1880-1975), publicou um ensaio sobre o campo da Geografia, denominado *Die Geographie als Wissenschaft* (1929), que até então não havia sido superado em clareza e concisão. O trabalho de Hartshorne nos Estados Unidos era, até o período, a única outra tentativa de relevo.

Em uma das partes de seu famoso artigo, Schaefer (1953) reconstitui o ponto de vista excepcionalista na Geografia até o momento em que Kant executa a analogia entre a Geografia e a História, a qual é repetida por Hettner e Hartshorne. Kant em sua *Physische Geographie* (1757) demonstra que

A História e a Geografia poderiam ser denominadas, por assim dizer, como uma descrição, com a diferença de que a primeira é uma descrição segundo o tempo e a segunda uma descrição segundo o espaço. Deste modo, a História e a Geografia aumentam o nosso conhecimento com respeito ao tempo e ao espaço [...]. A História, por conseguinte, difere da Geografia somente com respeito ao tempo e ao espaço. A primeira é, como se assinalou, uma relação de acontecimentos que se sucedem no tempo, a outra uma relação de fatos que se dão uns juntamente com outros no espaço. A História é uma narração, a Geografia uma descrição [...]. Geografia é o nome para a descrição da natureza e do conjunto do mundo. A Geografia e a História preenchem a área inteira da nossa percepção: a Geografia, a do espaço; a História, a do tempo. (KANT, 1757 *apud* FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 116).

Entretanto, Schaefer (1953, p. 17) alega que, quando Kant fazia seu trabalho, a História e a Geografia eram cosmologias, não ciências, e a cosmologia “não é ciência racional, mas na melhor das hipóteses uma contemplação refletida do universo”. Hettner, todavia, seguiu os pontos de vista de Kant e desenvolveu a Geografia como uma cosmologia, argumentando que tanto a História quanto a Geografia tratam do único e, assim, não aplicam os métodos da ciência.

Schaefer (1953, p. 18) argumenta que a posição defendida por Hettner é falsa, pois, ao explicar o que aconteceu em determinada época, os historiadores precisam integrar as leis das ciências sociais. Períodos de tempo, do mesmo modo que os lugares são, indubitavelmente, associações únicas de fenômenos, mas isso não exclui o uso de leis para desemaranhá-los e explicá-los. Para o autor, a História e a Geografia podem ser ciências, pois os cientistas “[...] aplicam a cada situação concreta, conjuntamente, todas as leis que envolvem as variáveis que acreditam serem relevantes”.

Hartshorne argumentou que a procura de leis não é uma parte da Geografia. Entretanto, de acordo com Schaefer, Hartshorne desconsiderou um aspecto do escrito de Hettner, que era nomotético em sua orientação e, ao fazer isto, de algum modo iludiu os geógrafos americanos. (JOHNSTON, 1986, p. 76).

Na parte final de seu artigo, Schaefer (1953) reflete sobre alguns dos problemas da aplicação da filosofia nomotética (produtora de leis) à Geografia como uma ciência social, espacial. Ele reconhece os problemas da experimentação e da quantificação e sugere uma metodologia baseada em correlações cartográficas. Um ponto importante diz respeito à diferença entre as leis produzidas na Geografia e as de outras ciências sociais, mais maduras. As primeiras são *morfológicas*, as últimas são de *processos*: entretanto, para se compreender inteiramente as associações de fenômenos descritos nas leis morfológicas dos geógrafos, é necessário derivar leis processuais de outras ciências sociais, um procedimento que requer trabalho de equipe. A Geografia, então, de acordo com Schaefer, é a fonte das leis sobre a localização, que podem ser usadas para diferenciar as regiões da superfície da terra.

De acordo com as reflexões schaeferianas, os geógrafos não podiam e nem precisavam determinar o futuro da ciência, a sua época. Mas deveriam desejar saber o que podia ser dito, racionalmente, sobre o futuro da Geografia como disciplina, uma unidade organizada, dentro da divisão intrincada do trabalho intelectual. Esta não era, estritamente uma questão metodológica, e dependia de muitos fatores extrínsecos. Todavia, tinha um âmago teórico que não era estranho à metodologia.

A ciência, para repetirmos novamente, procura leis. Poder-se-ia indagar, então, quais são as peculiaridades das leis que procuramos, e o que é que torna aconselhável conservá-las juntas numa só disciplina? Acreditamos que, deste ponto de vista, as leis da Geografia dividem-se em três categorias. (SCHAEFER, 1953, p. 35).

Típicas da primeira categoria, segundo Schaefer (1953), é a maioria das leis da Geografia Física. Estas não são rigorosamente geográficas. Muitas são especializações de leis estabelecidas independentemente nas ciências físicas. Estas são adotadas na forma em que são encontradas, os geógrafos as aplicam sistematicamente às diversas condições que prevalecem na superfície da terra, analisando-as com atenção particular às variáveis espaciais que contenham.

Já as da segunda categoria, são muitas das leis de Geografia Econômica, por exemplo, a teoria geral de localização — pois, com efeito, esta atingiu o estágio no qual se pode falar de uma teoria no sentido estrito de um grupo inteiro de generalizações interligadas por dedução. Como é de conhecimento, esta teoria investiga as relações espaciais existentes entre lugares onde possam ser encontrados, em qualquer região, os vários fatores econômicos, tais como: matéria-prima, unidades de produção, meios de comunicação, consumidores etc. Na medida em que sejam morfológicas, essas leis são verdadeiramente geográficas. Segundo Schaefer (1953), o trabalho pioneiro nesta área foi desempenhado por economistas, com única exceção do geógrafo Walter Christaller (*Os Lugares Centrais no Sul da Alemanha*). Mas, à medida que a teoria for sendo aperfeiçoada, a habilidade do geógrafo se tornará cada vez mais independente. Pois ele está mais habituado a lidar com fatores espaciais e reconhece com que outros fatores eles tipicamente interagem, graças a seu rico acervo de experiência. Na medida em que essas leis não sejam morfológicas, pertencem à terceira categoria.

Para Schaefer (1953), este era um ponto crítico. Isso porque, a ciência social amadurecida procura leis que se referem a processos. Com conhecimento dessas leis, poder-se-ia prever conceitualmente o curso inteiro da história de determinada região, desde que também conhecesse as influências externas que a afetam, sejam conhecidos os seus fatores físicos e as características da população que a ocupava em determinada época. Naturalmente, tais leis não são leis geográficas, nem pertencem em sua íntegra a qualquer outra das divisões da época, como a Antropologia ou Economia. As variáveis que deveriam se supor ocorrerem nas mesmas, estendem-se por toda a gama das ciências sociais sistemáticas. As variáveis espaciais estão, essencialmente e inevitavelmente, entre elas, mas não são em nada mais autossuficientes do que as da Economia ou da Sociologia tradicional. Constituíam, para o autor, tarefa dos geógrafos tornar explícito o papel que essas variáveis geográficas desempenham

processo social. Em outras palavras, devia-se tentar investigar o que mais seria diferente no futuro se, todos os outros elementos sendo iguais, os arranjos espaciais do presente fossem diferentes dos do período. Insistir nisso, não representaria determinismo geográfico. O perigo real, neste caso, seria o isolacionismo geográfico; porquanto também já se viu que a procura destas leis somente poderia prosseguir em cooperação com as demais ciências sociais.

Por conseguinte, ao refletir sobre o futuro da ciência geográfica, Schaefer (1953) demonstrava que enquanto os geógrafos cultivassem os seus aspectos sistemáticos, as perspectivas da Geografia como uma disciplina independente seriam excelentes. As leis de todas as três categorias por ele distinguidas eram, sem dúvida, tanto interessantes quanto importantes. E, todas encerravam fatores espaciais em um grau que requeria habilidades especiais, tornando muito proveitoso o cultivo profissional dessas habilidades. Para o autor, os geógrafos, seriam esses profissionais. Entretanto, perderia seu otimismo, caso a Geografia rejeitasse a procura de leis, e exaltasse os aspectos regionais apenas por si mesmos, assim limitando-se progressivamente à mera descrição. Neste caso, o geógrafo sistemático teria que se aproximar e, eventualmente, se juntar às ciências sistemáticas.

Cabe destacar ainda, segundo Johnston (1986), que é possível reconciliar os pontos de vista de Schaefer e Hartshorne, bem como sugerir que eles não eram tão antagônicos em suas visões como os próprios pensavam. Isso porque, em termos gerais, Hartshorne era bastante favorável ao método científico, tal como definido pelos positivistas, mas criou seus próprios problemas quanto à aplicação deste método em Geografia por causa de seu enfoque no único. Schaefer, por outro lado, aceitou a posição positivista em sua totalidade e mostrou que o estudo do único era um problema geral da ciência, e não uma característica peculiar da Geografia.

Ao estender a ideia do único a tudo, Schaefer efetivamente removeu uma objeção lógica maior à possibilidade de uma Geografia baseada na procura de leis e demonstrou que a visão de Hartshorne do único como um problema especial era insustentável para qualquer um que aceitasse o modelo científico de explicação e que a distinção entre a abordagem idiográfica e nomotética era enganosa. (GUELKE, 1977 *apud* JOHNSTON, 1986, p. 82).

Ambos, Hartshorne e Schaefer, ignoraram, entretanto, a possibilidade de os geógrafos serem importantes consumidores de leis; para Hartshorne, as alternativas eram ou a elaboração de leis ou a descrições de lugares únicos, enquanto, para Schaefer, os geógrafos tinham de desenvolver leis morfológicas e ignorar o interesse em leis de processo, que caracterizavam as ciências sistemáticas.

Ainda de acordo com Guelke (1977) *apud* Johnston (1986), quando Schaefer insistiu na necessidade dos geógrafos desenvolverem leis, “ele criou uma importante crise no interior da disciplina” (p. 83). Se o próprio Schaefer foi responsável pela crise é questionável. Entretanto, não há dúvida de que, durante cerca de uma década após a publicação de seu artigo, muitos geógrafos, e certamente aqueles da geração mais jovem então na profissão, adotaram pelo menos uma parte de seu manifesto, com a crescente preocupação em relação à quantificação e à elaboração de leis científicas. A eles se pedia uma opção entre tal atividade e uma espécie de contemplação do único, noção essa impingida à Hartshorne, “[...] não surpreendentemente, muitos geógrafos optaram pela Geografia como uma ciência à procura de leis” (p. 83). Isso em razão de que naquela época:

Esperava-se que as universidades produzissem solucionadores de problemas ou tecnólogos sociais, para dirigir economias crescentemente complexas, e os geógrafos não esperaram para adotar novas posições, apropriadas às novas condições. A Estatística e os modelos eram ideais para monitorar e planejar em sociedades industriais complexas. O trabalho dos novos geógrafos, entretanto, careceu, frequentemente, de uma dimensão verdadeiramente intelectual. Muitos geógrafos questionavam: “Os nossos métodos são rigorosos?”, “Quais são as implicações previstas deste modelo?”; e, não: “Que nível de explicação este estudo nos dá?”, “O meu entendimento deste fenômeno foi aumentado?”, “Este estudo contribui para o progresso da Geografia?”. A última das questões mencionadas era considerada de pequena importância. Todavia, ela deveria ter sido feita, pois uma das fraquezas da Nova Geografia era a falta de coerência. (GUELKE, 1978 *apud* JOHNSTON, 1986, p. 83).

## 7.2 NOVAS REFLEXÕES DE HARTSHORNE PÓS CRÍTICA

A concepção de Geografia defendida por Schaefer (1953) demonstrava que esta ciência deveria romper com os particularismos e se voltar para a formulação de leis gerais sobre a distribuição de determinados fenômenos/características ao longo da superfície terrestre. Entretanto, essa visão de Geografia, bem como as críticas sofridas, foram veementemente rechaçadas por Hartshorne.

O artigo de Schaefer não produziu muita reação direta na literatura impressa, apesar de alegações posteriores de que ele foi um grande estímulo para o trabalho no gênero que o autor propôs (Bunge, 1962). Entretanto, ele provocou uma resposta considerável de Hartshorne, primeiro sob a forma de uma carta ao editor dos *Annals of the Association American geographers* (Hartshorne, 1954) e, posteriormente, de três peças substantivas (Hartshorne, 1955, 1958 e 1959): a última destas foi outro grande livro, que, embora provavelmente com uma influência não tão grande quanto a do volume de 1939, mostrou a importância continuada de Hartshorne para os geógrafos americanos, como um intérprete da metodologia e da filosofia de seu objeto de estudo. (JOHNSTON, 1986, p. 77).

O propósito do primeiro artigo de Hartshorne (1955), intitulado “*Exceptionalism in Geograpy*” *re-examined*, que inclui a carta do editor dos *Annals* (*Comment on*

“*Exceptionalism in Geograpy*”, 1954) era o de indicar as diversas falhas que ele identificou nas formulações de Schaefer. Ele começa com uma extensa discussão sobre as regras do debate metodológico: a maior parte do artigo foi organizada para ilustrar a afirmação de que Schaefer era limitado em suas referências, tirava conclusões insustentáveis e modificava os pontos de vista de outros, de modo que “em cada parágrafo, em quase cada frase desta terceira parte, há um sério falseamento, seja por compromisso, seja por omissão, dos pontos de vista do escritor em discussão” (p. 236) — deve-se notar que essa afirmação refere-se à terceira parte do artigo de Schaefer, que tratava do trabalho de Hettner.

Em termos mais gerais, Hartshorne (1955) alegava que o artigo de Schaefer “ignora os padrões normais da cultura crítica e, de fato, não oferece nada mais que a opinião pessoal, levemente disfarçada como análise histórica e literária” (p. 244). Uma vez que o próprio Hartshorne tinha uma forte crença de que “a Geografia é o que os geógrafos dela fizeram”, para ele todas as afirmações metodológicas e filosóficas deveriam basear-se em uma análise íntima e cuidadosa dos trabalhos publicados pelos outros.

Embora boa parte desse artigo esteja voltada para o exame da natureza do “depoimento” de Schaefer, na seção final Hartshorne volta-se para o exame da argumentação antiexcepcionalista. Ele salienta que, ao chegar à conclusão de que a Geografia deveria tomar as leis de processos das ciências sistemáticas e utilizá-las para produzir leis morfológicas, Schaefer chega quase, de fato, a pregar o tipo de alegação excepcionalista que ele pretende destruir. Poder-se-ia, conseqüentemente, questionar se a crítica de Schaefer não seria uma “fraude total” (p. 237). A posição de Schaefer é entendida da seguinte maneira: “A Geografia precisa ser uma ciência, a ciência é a procura de leis, e todos os fenômenos da natureza e da vida humana estão sujeitos a tais leis e são completamente determináveis por elas” (p. 242). Para Johnston (1986), tal determinismo científico é contraposto à síntese daquilo que os geógrafos fazem, tal como se estabelece em *The Nature of Geography* que, em todo o caso, foi tratado de um modo mais cavalheiresco por Schaefer.

Em seu segundo artigo, denominado *The Concept of Geography as a Science of Space from Kant and Humboldt to Hettner*, Hartshorne (1958) volta-se para a alegação schaeferiana de que Kant era a fonte da visão excepcionalista. Uma análise da literatura sugere que ambos, Humboldt e Hettner, chegaram ao mesmo ponto de vista independentemente, não tendo consciência dos pontos de vista de Kant, quando estavam escrevendo.

Segundo o que sabemos, Kant foi o primeiro que estabeleceu o conceito que estamos considerando (Geografia como Ciência do Espaço). Mas sua formulação não teve influência “direta” no pensamento geográfico moderno, a não ser como elemento de confirmação. Pode ter havido uma influência indireta através de conexões parciais e incertas: através de Ritter em menor grau, possivelmente com maior efeito através do pensamento de Humboldt e através deste, como possibilidade única, no pensamento de Richthofen e de Hettner. Em cada caso, porém, é bastante possível que não existiu, na verdade, nenhuma conexão.

[...]

O conceito estabelecido por Kant e Humboldt, e amplamente exposto por Hettner, proporciona uma explicação razoável destes fatos empíricos acerca do campo da Geografia. Por isso, é apropriado sugerir, com Hettner, que este conceito (Geografia como Ciência do Espaço) não pode ser considerado como invento de um homem nem de um pequeno núcleo de estudiosos, mas sim, como o reconhecimento mais ou menos consciente de inúmeros geógrafos em busca de um marco referencial comum para seu trabalho. (HARTSHORNE, 1958, p. 52-54).

May (1970) *apud* Johnston (1986) sugere, entretanto, que tanto Hartshorne quanto Schaefer podem ter interpretado mal a concepção kantiana de ciência e o papel da Geografia como uma ciência, embora ele corrobore a rejeição que Hartshorne faz da interpretação da fonte das ideias de Kant.

A terceira e mais substancial peça de refutação que Hartshorne fez da argumentação de Schaefer foi uma monografia intitulada *Perspective on The Nature of Geography* (1959), cuja produção fora estimulada por Schaefer — e pelas solicitações de colegas no sentido de que ele respondesse, em detalhe, à argumentação schaeferiana —, mas que foi, também, usada como um veículo para a discussão de um amplo leque de outras questões, colocadas durante as duas décadas que se seguiram ao seu trabalho original de 1939. Objetivando esclarecer, atualizar e dirimir equívocos da primeira obra, Hartshorne acaba por escrever este novo livro, mais claro e simples, o qual obteve maior influência nos desdobramentos que o original, seja nos rumos da Geografia norte-americana, seja em nível internacional.

Ele organizou a discussão em um esquema de dez questões-tópicos separadas: o objetivo era fornecer uma metodologia, através da qual a Geografia pudesse responder às suas necessidades de “novas abordagens conceituais e meios mais efetivos de medir as inter-relações dos fenômenos”, que só poderia se desenvolver a partir de um entendimento e da aceitação do “caráter essencial” da disciplina. (JOHNSTON, 1986, p. 79).

O primeiro conjunto de questões se voltava para o significado da diferenciação de área, com a definição da superfície terrestre, com a discussão do interesse geográfico peculiar na integração dos fenômenos na “realidade total que está aí para ser estudada, sendo Geografia o nome da parte do conhecimento empírico que tem sido sempre chamado a estudar aquela realidade” (p. 36), e com a determinação do que tem significado para o estudo

geográfico; isto conduziu Hartshorne à definição de que “Geografia é aquela disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável de lugar para lugar da terra como o mundo do homem” (p. 50). O autor considerava que os fatores humanos e naturais não têm que ser identificados separadamente — qualquer insistência anterior nessa direção tinha sido função dos argumentos dos deterministas ambientais — e que, divisão entre Geografia Humana e Geografia Física é infeliz, porque ela limita a esfera de integrações possíveis no estudo da realidade.

A organização tradicional da Geografia em duas metades — “física” e “humana” — e a divisão de cada uma em setores baseados na similaridade dos fenômenos dominantes em cada setor, é de origem relativamente recente e provou ser prejudicial aos propósitos da Geografia, ou seja, a compreensão das interações dos fenômenos de diversas características, que ocorrem nas áreas, de maneira variável, através da superfície da terra. Não decorreu de uma necessidade interna da Geografia, mas de uma abstração filosófica que procurou separar o homem do resto da natureza, e da preocupação das Ciências Sistemáticas no sentido de estudar categorias de fenômenos o mais isoladamente possível. [...] As desastrosas consequências disso para o *status* da Geografia nas escolas secundárias são bem conhecidas. (HARTSHORNE, 1978, p. 84-85).

Voltando-se para o estudo dos processos temporais, Hartshorne argumentava que os geógrafos precisam estudar apenas a gênese mais próxima dos fenômenos desde que a classificação através da forma da aparência, mais do que a proveniência, é que era importante para a investigação geográfica da diferenciação de área. Considerando que muitas formas de relevo são estáveis, ou virtualmente estáveis, do ponto de vista do homem, por exemplo, o estudo de sua transformação é irrelevante para os objetivos da Geografia. De acordo com este argumento, a Geomorfologia, enquanto estudo da gênese das formas do relevo, não é parte da Geografia; o estudo dessas formas do relevo o é. Com relação às feições culturais da paisagem, Hartshorne (1978, p. 106) fez uma distinção importante entre descrição expositiva e explicativa: “A Geografia preocupa-se, principalmente, em descrever [...] o caráter variável das áreas, tal como formadas pelas características existentes em inter-relação (...) a descrição explicativa das feições do passado precisa subordinar-se àquele propósito primordial”.

Desse modo, a Geografia Histórica deveria ser a descrição expositiva do presente histórico e “o propósito desses mergulhos no passado não é traçar toda a evolução ou procurar as origens, mas facilitar a compreensão do presente” (p. 111); os estudos da evolução causal e da gênese são prerrogativa das ciências sistemáticas.

Ao tentar responder à questão “Divide-se a Geografia em Sistemática e Regional?” Hartshorne (1978) assumiu uma posição diferente da enunciada em 1939. Assim, passou a aceitar que os estudos de inter-relações pudessem ser organizados ao longo de uma

continuidade, “desde os que analisam os complexos mais elementares da variação de área no mundo, até aqueles que analisam as integrações mais complexas na variação de área dentro das pequenas áreas” (p. 128).

Os primeiros são chamados de estudos tópicos e os últimos, estudos regionais, mas enquanto qualquer estudo verdadeiramente geográfico envolve o uso de ambas as abordagens, tópica e regional, não há nenhuma prova de que um seja superior ao outro, constituindo-se naquilo a que todos os geógrafos poderiam aspirar. Nesta apresentação, todavia, Hartshorne, de certa forma, diminui a importância da síntese regional, em relação à sua anterior posição central na atividade geográfica.

Com relação à importante questão levantada pelo artigo de Schaefer — “Procura a Geografia formular leis científicas ou descrever os casos individuais?” —, Hartshorne (1978) argumenta em favor da última hipótese, salientando as dificuldades de se estabelecerem tais leis através de investigações geográficas. As leis científicas precisam basear-se em grande número de casos, mas os geógrafos estudam integrações complexas em lugares únicos; as leis científicas podem ser estabelecidas melhor em experimentos de laboratórios, que possibilitam o acompanhamento da variação de apenas algumas variáveis independentes, mas tal trabalho é impossível na Geografia. A interpretação exige habilidades nas ciências sistemáticas que estão além da capacidade dos geógrafos; as leis científicas sugerem algum tipo de determinismo, mas isto é inapropriado às motivações humanas que são, em parte, as causas das variações da paisagem. Por essas razões, a procura das leis é irrelevante para a Geografia. Mas as leis não são os únicos meios de se atingir o fim científico de compreender a realidade em todos os casos.

De todos os problemas que constituem preocupação geral dos geógrafos, tudo indica que o mais perturbador é o que indaga se a Geografia, à semelhança das outras ciências, consegue atingir “o conhecimento de princípios, leis e verdades gerais” e, desse modo, reivindicar o nome de ciência, ou se a sua função consiste apenas em descrever um sem-número de áreas, cada uma delas de caráter único. (HARTSHORNE, 1978, p. 155).

Para Hartshorne (1978), era um fato empírico, claramente observável em sua literatura, que a Geografia sempre revelou grande preocupação com os casos individuais. Essa literatura também mostra, desde os primeiros tempos, a preocupação dos geógrafos em estabelecer conceitos e princípios gerais. Desde o século XVIII vêm eles obtendo crescente êxito, em grau variável conforme os diferentes setores de sua disciplina, no desenvolvimento desses conceitos e princípios.

Ritter, por exemplo, em seus ensaios teóricos, afirmou que se preocupava em explicar casos particulares, *die Besondere*, a fim de que uma grande acumulação de tais casos particulares possibilitasse a elaboração de princípios sistemáticos. Mas o fato de haver devotado a maior parte de sua vida ao estudo de áreas individuais e, com essa finalidade, ter realizado muitos estudos tópicos de natureza genérica, constituiu uma inversão de sua teoria (HARTSHORNE, 1978).

Humboldt parece haver considerado os estudos genéricos — a indagação de princípios gerais que conduziriam à compreensão da unidade de toda a realidade — como um nível de estudos científicos mais elevado que a análise e a interpretação de áreas individuais. Entretanto, seus estudos genéricos, embora importantes ao tempo em que foram realizados, possuíam à época, reduzido valor. O trabalho global de Geografia Geral (como parte integrante da Cosmografia), com o qual pretendia coroar sua carreira, o *Kosmos*, representa uma contribuição relativamente restrita, até mesmo nos dias em que viveu; ao passo que os estudos que empreendeu acerca de áreas particulares, nas quais realizou trabalhos de campo, permanecem dotados de valor duradouro (HARTSHORNE, 1978).

Igualmente, segundo Hartshorne (1978), no estudo de categorias particulares de fenômenos os geógrafos têm se preocupado não só em observar tipos diferentes, mas também em apresentar descrições completas e o máximo de interpretações de casos individuais. Nos estudos regionais, sua preocupação não consiste apenas em descobrir maior volume de matéria-prima para a elaboração de conceitos genéricos, ou uma base para a verificação de princípios ou leis, mas em analisar os complexos globais dos fenômenos de cada área.

Em suma, o que o mundo evidentemente espera da Geografia, e o que os geógrafos se esforçam por oferecer, é uma descrição explanatória de fenômenos e do complexo total de fenômenos que constituem as áreas, tanto das regiões, cada uma delas considerada segundo o seu interesse intrínseco, quanto do mundo em sua expressão de conjunto. (HARTSHORNE, 1978, p. 156).

Na concepção de Hartshorne (1978), ao considerar a Filosofia das Ciências de modo geral, Windelband e Rickert distinguiram o estudo de situações que se repetem essencialmente da mesma forma em grande número de casos, denominado *nomotético*, e o estudo do caráter específico dos casos individuais, chamado *idiográfico*. De maneira mais simples, pode-se referir a estudos genéricos, em contraste com os estudos de casos individuais, o que tende a facilitar a compreensão. É também necessário evitar uma confusão que os criadores desses termos introduziram ao procurar classificar os diversos campos da ciência em função de tais conceitos. Embora seja verdade que existem acentuadas diferenças

entre as ciências quanto à importância relativa dos estudos genéricos face aos estudos específicos, as duas formas são importantes em quase todos os domínios da ciência.

O fato de a Geografia constituir um dos campos do conhecimento em que uma soma relativamente grande de esforços é empregada no estudo de casos individuais, e não na tentativa de elaborar leis científicas, tem preocupado os críticos, em nosso meio, há mais de meio século. Antes de concluir que se impõem mudanças drásticas, valerá a pena considerar em que grau será isso uma consequência necessária da natureza de nossa disciplina. Seria útil considerar que condições, no campo da Ciência em geral, facilitam ou dificultam o estabelecimento de conceitos e princípios genéricos e, por outro lado, que condições tornam positivamente desejáveis procurar obter o máximo de conhecimentos a respeito de casos individuais. Comparando tais condições gerais com as condições peculiares à Geografia, estaríamos melhor capacitados a entender o que é possível e desejável em nosso campo de estudos. (HARTSHORNE, 1978, p. 158).

Hartshorne (1978) demonstra, face ao problema do determinismo, que quando se busca elaborar leis científicas por meio das quais seja possível explicar os fenômenos estudados pelas ciências sociais, incluindo-se todos os aspectos da Geografia em que o homem constitui um fator, defronta-se com uma dificuldade teórica fundamental, que é controversa, e uma dificuldade prática a respeito da qual pouco poderá ser arguido. Podem as ações dos seres humanos, como indivíduos, serem consideradas como teoricamente determináveis por leis científicas inexoráveis e invariáveis, e, se assim for, pode-se acaso esperar conhecer de maneira suficiente essas leis e os fatores condicionantes a ponto de ser capaz de deduzir qual seja a sua ação, em casos específicos.

A conclusão prática a que devemos chegar é a seguinte: quer pelo fato de que certo grau de livre arbítrio é uma realidade, ou quer pela circunstância de que jamais poderemos esperar conhecer de maneira completa os fatores e processos que determinam as decisões humanas individuais, sempre há de permanecer uma área oculta em qualquer estudo no campo das ciências sociais, que não poderá ser explicada por leis científicas. A explanação de qualquer problema em Geografia Humana, com o emprego de princípios científicos, deixará de completar-se no ponto em que for necessário interpretar as motivações e as resultantes decisões de pessoas individualmente. Um grande número de fenômenos que são importantes para o homem nunca serão cabalmente explicados em termos de causas, antecedentes, porque certos fatores essenciais inevitavelmente escapam ao nosso conhecimento. Até mesmo no campo da Geografia Física, essa conclusão é pertinente quanto aos fenômenos em parte produzidos pela ação do homem. (HARTSHORNE, 1978, p. 165).

Ao refletir sobre a necessidade de estudos genéricos e estudos específicos em Geografia, Hartshorne (1978) enuncia o fato de que a ciência geográfica é um campo do conhecimento que se preocupa em conhecer e compreender casos individuais, o que decorre diretamente de sua função como o estudo dos lugares. O conceito de lugar, como o de pessoa ou de evento, consiste, em essência, em um conceito do que é específico. O interesse pela individualidade dos lugares é fundamental para as finalidades da Geografia, mas não se pode

saber, e não se poderia compreender se o soubesse, a infinita variedade de todos os possíveis lugares do mundo. Para conhecer e compreender não só muitos lugares, mas também o mundo como um todo, deve-se realizar tanto estudos genéricos quanto estudos específicos.

O próprio fato de que a Geografia se preocupa em compreender as variações e inter-relações de um número ilimitado de lugares, cada qual constituído de um complexo de um número quase ilimitado de elementos inter-relacionados, impõe-nos a necessidade de elaborar conceitos e princípios genéricos. A vantagem primordial consiste numa imensa economia de tempo e esforço resultante da redução de um vasto número de aspectos individuais a um sistema organizado de tipos. Empregando uma única palavra, ou frase, que designe um tipo definido, somos capazes de dar uma descrição parcial de qualquer ou de muitos espécimes individuais. (HARTSHORNE, 1978, p. 167).

Assim, para Hartshorne (1978), a aplicação de qualquer princípio geral a um caso particular depende somente, de maneira aproximada, dos conceitos genéricos que se ajustem ao caso particular. A obtenção do máximo grau de precisão impõe que seja determinado o grau em que as condições particulares se afastam da “norma” representada pelos conceitos genéricos que forem aplicados, bem como as consequências, nas relações de processos, dessas diferenças de menor importância.

O teste final, em Geografia, é sem dúvida o estudo da complexidade máxima das variações de áreas sobre a terra. Se considerarmos apenas lugares muito pequenos, escolhidos ao acaso ou mediante determinado critério de amostragem, a complexidade de cada um deles será tão multiforme e envolverá tantos elementos semi-independentes, que não poderemos esperar encontrar, e de fato não encontraremos graus suficientes de similaridade global que permitam a elaboração de tipos genéricos. Aplicando essa conclusão em sentido inverso, cumpre-nos reconhecer que, não importando qual seja o nosso método de “amostragem”, na maioria dos casos os nossos lugares de proporções reduzidas não podem ser tratados como verdadeiras amostras de áreas maiores. (HARTSHORNE, 1978, p. 168-169).

Em suas explanações sobre o emprego de conceitos e princípios genéricos em Geografia, Hartshorne (1978) preconiza que quer a finalidade de qualquer estudo geográfico seja a busca da compreensão de um máximo de integração em áreas individuais restritas, quer seja a da integração parcial sobre áreas através do mundo, consideradas de maneira genérica, a capacidade do geógrafo de analisar e interpretar as inter-relações dos fenômenos exige o emprego de conceitos genéricos. Consequentemente, como afirmou Hettner, o progresso científico, em Geografia, depende da elaboração de conceitos genéricos e do estabelecimento e aplicação de princípios de relações genéricas.

É característico que a introdução de novos e valiosos métodos de estudo, em qualquer campo, tende a levar alguns entusiastas a proclamar que todos os trabalhos nesse campo deverão, doravante, ser realizados com o emprego de tais métodos, e que tudo quanto não se preste à análise através deles não será digno de estudo. Exigências semelhantes, em outros campos como no caso da Sociologia, resultaram em controvérsia incessante e, muitas vezes, áspera, que se afigura em grande parte desnecessária para o observador. Num campo em que os fenômenos a estudar possuem uma larga amplitude que vai desde os repolhos até os reis, e das chuvas às religiões, parece absurdo afirmar que tudo quanto é merecedor de estudo possa ser descrito de maneira cabal e correta em termos quantitativos, ou, inversamente, que quaisquer fenômenos ou variações espaciais, que possam ser descritos em termos quantitativos, são dignos de estudo, em Geografia. (HARTSHORNE, 1978, p. 171).

Nas palavras de Hartshorne (1978), a Geografia deveria procurar, sempre que fosse possível, desenvolver e utilizar princípios genéricos. Quando esse método falhasse, em virtude da complexidade do aspecto que estivesse sendo estudado, talvez fosse possível determinar os segmentos componentes desse aspecto, mediante o estudo do desenvolvimento do mesmo através do tempo — o que era uma forma de estudo genético — e, então, seria possível verificar que a composição de pelo menos alguns dos segmentos isolados era suscetível de interpretação em termos de princípios genéricos estabelecidos. Em outros casos, poder-se-ia atingir certo grau de compreensão, comparando a situação em várias áreas que revelassem ser similares em certos aspectos específicos, e diferentes em outros — o método da Geografia Regional Comparada.

Até mesmo o estudo de uma única área poderá sugerir certas hipóteses aplicáveis à outras situações. Revela-se útil a esse propósito, de modo especial, uma área que apresenta considerável homogeneidade na maioria dos seus aspectos principais, mas que possua acentuadas variações quanto a outros aspectos determinados. Nesse caso, a realidade terá proporcionado um controle de muitas variáveis, permitindo uma espécie de estudo de laboratório acerca das relações entre os reduzidos aspectos que variam intensamente nessa área. (HARTSHORNE, 1978, p. 172).

Através do emprego dessas técnicas, os pesquisadores experimentados e dotados de imaginação adquiririam uma visão penetrante das relações em causa, a qual diferiria quanto à categoria, mas não quanto à natureza dos graus de probabilidade que são dignificados pelo nome de “leis científicas”.

É evidente, face à discussão anterior, que há maiores oportunidades para serem desenvolvidos conceitos e princípios genéricos nos estudos de segmentos restritos da integração, “estudos tópicos”, que na investigação de integrações quase completas de áreas, “estudos regionais”. Esse fato poderá levar o investigador a identificar, erroneamente, os estudos genéricos com os estudos tópicos e os estudos idiográficos com os estudos regionais. Uma vez que a distinção entre o tópico e o regional é uma questão de grau, conclusões dessa natureza são positivamente falsas. Em qualquer fase da pesquisa, ao longo do *continuum* que vai da integração mais elementar até a mais complexa, o estudioso poderá estar interessado, em maior ou menor grau, tanto em resultados genéricos, quanto em individuais. (HARTSHORNE, 1978, p. 173).

Segundo Hartshorne (1978), ao procurar atingir a maior aproximação da verdade, que for possível a mentes finitas, a Geografia deve se preocupar em elaborar hipóteses de inter-relações em integrações parciais, as quais, quando testadas mediante estudos das relações de processos, podem levar ao estabelecimento de princípios genéricos. Esses princípios podem então ser empregados como meio para se analisar as integrações espaciais mais complexas. Todavia, à medida que o pesquisador se aproxima da complexidade máxima de integração incluída na totalidade de uma área, defrontar-se-á com um grande número de princípios incomensuráveis de inter-relações. Através do estudo genético da evolução do complexo particular, ou mediante o estudo comparativo das poucas áreas dotadas de caráter similar, pode-se estar em condições de sugerir hipóteses possíveis. Mas a descrição do que estiver abrangido na complexidade do caso individual poderá apenas ser objeto de estudo individual, para o qual além de certo ponto, jamais se poderá contar com princípios gerais.

Qualquer que seja o grau de integração que for estudado — desde o tópico até o regional — cabe ao investigador ter em mente, desde o início, se o seu propósito consiste primordialmente em desenvolver conclusões genéricas ou em examinar um caso individual.

Uma vez que a Geografia tanto precisa de estudos genéricos, quanto de estudos de casos individuais — é em parte nomotética e em parte idiográfica — parece haver pouca significação em procurar avaliar a importância relativa desses dois tipos de estudos. Podemos dar ênfase à necessidade de um crescente desenvolvimento dos estudos genéricos, tão necessários para estudos genéricos mais avançados quanto para estudos de áreas individuais, sem reduzir, com isso, a importância desses últimos, que representam um meio essencial para alcançar-se a derradeira finalidade da Geografia, a saber, o conhecimento e a compreensão do mundo em que vivemos. Cada estudioso poderá dar o seu próprio realce ao tipo de estudo em que estiver mais interessado, sem imaginar-se em conflito com o ponto de vista aqui apresentado. (HARTSHORNE, 1978, p. 174).

Finalmente, ao discutir a posição da Geografia na classificação das ciências, Hartshorne (1978) retorna à analogia hettneriana da Geografia, como uma ciência corológica, com a História, como uma ciência cronológica. Isto é válido, argumenta ele, porque descreve a maneira pela qual os geógrafos têm trabalhado tanto nos temas tópicos quanto regionais, com referência às inter-relações e integrações dentro das áreas.

Cabe ressaltar que a forma de conceber a natureza da Geografia por parte dos dois autores analisados até esta seção é dispare. Isso porque, Hartshorne (1978) preconiza que a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares (HARTSHORNE, 1939, p. 462).

Já para Schaefer (1953), descrever e classificar os fenômenos são procedimentos muito distantes de uma explicação de como esses fenômenos se distribuem no mundo. Dessa maneira, a Geografia deve se colocar como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da terra, além de ser capaz de formular leis válidas universalmente.

Hartshorne tinha uma visão clara da Geografia: a Geografia é o que os geógrafos fizeram dela. A visão de Schaefer, por outro lado, era normativa, daquilo que a Geografia deveria ser independentemente do que ela fora. Durante a década que se seguiu à publicação da *Perspective* de Hartshorne, foi a visão de Schaefer que, de modo muito geral, prevaleceu em ambos os lados do Atlântico [...]. Assim, não é surpreendente a relativa pouca atenção que foi dada alhures, na literatura geográfica, ao debate Schaefer/Hartshorne. (JOHNSTON, 1986, p. 81-82).

Esta preocupação com a formulação de leis gerais na Geografia resultou no desenvolvimento de um aporte teórico-metodológico totalmente novo, ocasionando o desenvolvimento de uma corrente de pensamento geográfico denominada de Nova Geografia (*New Geography*), também conhecida como Geografia Quantitativa ou Teorética, a qual abriu novos horizontes às pesquisas geográficas.

### 7.3 DESDOBRAMENTO DO DEBATE: *NEW GEOGRAPHY*

Embora se considere o final do século XIX dominado pelas correntes historicistas, o positivismo continuava a influenciar algumas áreas científicas através das atitudes naturalista e evolucionista. Assim, no início do século XX, alguns círculos filosóficos alemães vão aprofundar a linha positivista, recusando a metafísica e o idealismo e desenvolvendo uma nova corrente de filosofia, designada por *positivismo lógico* ou *neopositivismo*.

Segundo Ferreira e Simões (1992), os principais colaboradores para uma clara definição dos objetivos e características do movimento advêm do Círculo de Viena, fundado em 1920, e do Grupo de Berlim e podem ser assim resumidos:

Conseguir uma ciência unificada, ultrapassando, portanto, a divisão entre ciências naturais e ciências humanas;  
 Procurar uma linguagem objetiva, constituída por um sistema neutro de fórmulas, com um simbolismo livre da linguagem histórica; e,  
 Considerar que a base do conhecimento assenta na evidência dos sentidos, opondo-se a todos os fenômenos não verificáveis, que consideram metafísicos. Nenhum conhecimento que utilize juízos de valor é válido. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 81).

Contudo, não foi na Alemanha que o neopositivismo evoluiu. Os cientistas do Círculo de Viena foram perseguidos pelo regime nazista, ao qual se opunham, dado que este se apoiava em um conjunto de juízos de valor, o que forçou a migração de seus membros para a Inglaterra e, sobretudo, para os Estados Unidos, tendo aí influenciado diretamente o curso do pensamento filosófico e científico. Dentre os pensadores do Círculo de Viena que migraram pode-se citar: Rudolf Carnap (1891-1970), Karl Popper (1902-1994), Otto Neurath (1882-1945) e Gustav Bergmann (1906-1987).

É, pois, no mundo anglo-saxão que o neopositivismo vai se desenvolver tomando-se particularmente ativo a partir de 1950 e definindo as suas características:

Todo o conhecimento assenta na experiência;  
 O neopositivismo é profundamente anti-idealista e exclui todos os problemas metafísicos;  
 Deve existir uma linguagem comum a todas as ciências;  
 A investigação científica e os seus resultados devem ser expressos de uma forma clara, o que exige o uso da linguagem matemática e da lógica; e,  
 Recusa de um dualismo científico entre as ciências naturais e as ciências sociais.  
 (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 81-82).

Na concepção de Capel (1983), a partir da década de 1950, houve uma profunda mudança no mundo anglo-saxão, a qual deu origem à chamada revolução quantitativa, de onde surgiu a *New Geography* (Nova Geografia). Na década seguinte, outros países também conheceram semelhante revolução, a qual ocasionou uma onda de divisão no seio da comunidade científica dos geógrafos. Geógrafos “quantitativos” e “qualitativos” rivalizaram em um embate que opunha teorias, métodos e técnicas de investigação; e, além disso, tinham concepções diferentes em relação ao trabalho científico.

A denominação Nova Geografia foi inicialmente proposta pelo geógrafo e climatologista inglês Gordon Valentine Manley (1902-1980), no artigo intitulado *New Geography* (*The Guardian*, 17 de março de 1966), considerando o conjunto de idéias e abordagens que começaram a se difundir e desenvolver durante a década de 1950. Segundo Christofletti (1982), o surgimento de novas perspectivas de abordagem estava integrado à profunda transformação provocada pela Segunda Guerra Mundial nos setores científico, tecnológico, social e econômico. Esta transformação, abrangendo o aspecto filosófico e metodológico, foi denominada de “revolução quantitativa e teórica da Geografia” por Ian Burton (*The Quantitative Revolution and Theoretical Geography*, 1963).

A Geografia Regional, em todas as suas expressões, foi à base da maior parte do ensino e investigação geográficos vigentes no período compreendido entre o declínio do determinismo ambiental e o final da década de 1940. Porém, a partir de 1950, uma inquietude crescente surge dentro do campo geográfico, devido a pobre reputação da Geografia como ciência, o que ocasionou uma série de críticas importantes dirigidas ao conceito regional. Estas críticas se concentraram principalmente em equilíbrio entre os estudiosos regionais e sistemáticos, em decidir se a Geografia se ocupava do exclusivo ou do geral, e nas diferenças entre descrição e explicação. Destes debates nasceu uma disciplina nova e revitalizada, que encontrou sua unidade em um tipo concreto de metodologia e não em uma temática específica. A denominada “revolução quantitativa” aspirava substituir a descrição tradicional da Geografia Regional por uma ciência explicativa que girasse em torno do conceito de processo e estivesse baseada na verificação de teorias e na elaboração de leis. Este processo de adoção de muitos dos princípios do positivismo lógico foi, em grande medida, um esforço não deliberado. Foi a ideia de fazer da Geografia uma ciência de verdade o que fez avançar aos geógrafos e muito poucos reconheceram que a ciência se construía sobre as fundações do positivismo lógico. (UNWIN, 1995, p. 151-152, tradução nossa).

A aparição da Nova Geografia coincide, com certo atraso, com o surgimento de tendências semelhantes em outras disciplinas, e compõe uma transformação que afetou de maneira geral o conjunto das ciências sociais. Fatores diversos incidiram na crise generalizada destas ciências e, provocaram a aparição de novas tendências, que encontraram base sólida no auge das correntes neopositivistas.

Esta nova geografia, nascida da influência do neopositivismo na análise geográfica nos Estados Unidos e que cedo se expandiu à Grã-Bretanha, países nórdicos (Suécia) e só mais tarde às restantes escolas geográficas europeias, pôs em questão a maior parte dos conceitos aceites pelas comunidades de geógrafos, tendo desencadeado uma autêntica guerra com a chamada “revolução quantitativa”. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 84).

Os antecedentes históricos da Nova Geografia podem ser localizados na década de 1940, intensificados na década de 1950, sobretudo a partir de 1955 com os grupos de geógrafos sediados nas universidades de Washington, Iowa, Wisconsin e Chicago. Todavia a publicação do artigo de Fred Schaefer em 1953, sobre o “Excepcionalismo em Geografia” — que atacava diretamente o núcleo da concepção regional-historicista —, marca cronologicamente a tomada de consciência dessa tendência renovadora.

A corologia entrou em colapso durante a década de 1950, com o positivismo surgindo para ocupar seu lugar, começando pelo famoso ataque a Hartshorne por Fred Schaefer em 1953. Schaefer afirmou que a visão de Hartshorne da Geografia como uma ciência integrativa, preocupada apenas com o único, era simplista. Ao recusar-se a procurar por leis explicativas, a Geografia condenou-se ao que Schaefer chamou de ciência imatura. Em vez das regiões idiográficas, os geógrafos deveriam procurar regularidades nomotéticas em todas as regiões. Essa crítica ajudou a abrir a porta para o surgimento do positivismo e da revolução quantitativa. (WARF, 2006, p. 38).

Três obras englobaram, inicialmente, os principais conceitos adquiridos e serviram como elemento propulsor para os debates e desenvolvimento posterior. Em 1962, William Bunge publicou *Theoretical Geography*, reeditada e ampliada em 1966, que se tornou obra clássica e fundamental para a compreensão moderna da Geografia como ciência espacial. Posteriormente, em 1965, Peter Haggett redigiu a *Locational Analysis in Human Geography*, especificando as técnicas e os métodos aplicados na análise locacional, de maneira didática e coerente. E, em 1969, surgiu *Explanation In Geography* de David Harvey, cuja preocupação maior era tratar do aspecto metodológico da Geografia, sendo uma das obras que melhor aborda o problema epistemológico dessa ciência, tanto em profundidade quanto em suas exigências científicas.

Houve a redescoberta e a difusão de trabalhos antigos, mormente a obra de Walter Christaller, publicada em 1933 e traduzida em 1966, com o título de *Central Places in Southern Germany*. Embora seja artificioso escolher uma data para assinalar o início de uma renovação científica, o ano de 1950 vem sendo considerado como o marco cronológico desta fase contemporânea da Geografia. Ian Burton (1963) assinala que as novas ideias ganharam realce e que o movimento intelectual culminou entre 1957 e 1960 e, a partir de então pode ser considerado como terminado e de caráter irreversível. O período compreendido entre 1960-1970 é caracterizado por grande fermentação intelectual, talvez a mais intensa de toda a história da Geografia, salientando-se a inquirição dos procedimentos antigos, o tratamento de velhos problemas sob novos ângulos e, em tudo isso, o envolvimento metodológico da análise quantitativa de problemas anteriormente tratados de maneira puramente descritiva e verbal (Gould, 1969). Embora relacionada com a quantificação, à aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas não constitui o essencial da Nova Geografia, que repousa na “transformação filosófica que a quantificação implicava” (Harvey, 1969). (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 73-74).

Efetivamente, a difusão da Nova Geografia colocou em questão o conjunto das ideias comumente admitidas pela comunidade científica dos geógrafos e, provou um autêntico confronto no bojo da Geografia.

Os geógrafos formados na tradição historicista se encontraram, inicialmente, em uma posição insegura, em uma situação que Peter J. Taylor apropriadamente qualificou de esquizofrênica, duvidando entre abandonar a antiga ortodoxia e dedicar-se aos novos métodos, situação que lhes deixavam em desvantagem frente aos mais jovens; ou então, manter a concepção tradicional, cenário este em que corriam perigo de passarem por retrógrados ante alguns jovens que pregavam as novas ideias como o verdadeiro método científico e que, também, atacavam aspectos essenciais da velha concepção regional. Esta esquizofrenia, que está ligada a uma luta pelo poder no âmago da comunidade, ajuda a explicar o tom violento de algumas reações de rejeição, não somente por parte daqueles que se sentiam vulneráveis por serem conscientes do enfraquecimento de seus pensamentos, mas também por parte de prestigiosos e respeitados geógrafos que podiam ter mantido galantemente suas ideias sem a necessidade de opor-se aos que desejavam explorar caminhos alternativos. (CAPEL, 1983, p. 380, tradução nossa).

Do ponto de vista teórico a Nova Geografia apresentou-se desde o princípio com uma vontade explícita de ciência positivista que tratava de chegar à explicação científica e a

formulação de leis gerais, procurando incentivar e buscar um enquadramento maior da Geografia no contexto científico global. De acordo com Christofolletti (1982, p. 16-20), suas características podem resumir-se da seguinte forma:

1) *Maior rigor na aplicação da metodologia científica*: baseada na filosofia do positivismo lógico a metodologia científica representa o conjunto de procedimentos aplicáveis à execução da pesquisa científica. Pressupondo que haja a unidade da ciência, todos os seus ramos devem-se pautar conforme os mesmos procedimentos. Não há metodologia específica para uma ciência, mas para o conjunto das ciências. Há métodos científicos para a pesquisa geográfica, mas não métodos geográficos de pesquisa.

Em cada ciência, o que a diferencia das demais é o seu objeto. Cada ciência contribui para a compreensão da ordem e da estrutura existentes, e o setor da Geografia é o das organizações espaciais. A abordagem da geografia científica está baseada na observação empírica, na verificação de seus enunciados e na importância de isolar os fatos de seus valores. Ao separar os valores atribuídos aos fatos dos próprios fatos, a ciência procura ser objetiva e imparcial.

A Nova Geografia salienta a necessidade de maior rigor no enunciado e na verificação de hipóteses, assim como na formulação das explicações para os fenômenos geográficos. E, não se deve só explicar o existente e o acontecido, mas com base nas teorias e nas leis, ser capaz também de propor previsões. Desta maneira cria-se a simetria entre o passado e o futuro. Por outro lado, no discurso explicativo há preferência pelas normas relacionadas com o procedimento hipotético-dedutivo. E, por essa razão, considerando-se certas hipóteses e determinadas condições, o resultado do trabalho geográfico deve ser capaz de prever o estado futuro dos sistemas de organização espacial e contribuir de modo efetivo para alcançar o estado mais condizente e apto para as necessidades humanas. (CHRISTOFOLLETTI, 1982, p. 16-17).

2) *Desenvolvimento de teorias*: a falta de teorias explicitamente expostas na Geografia Tradicional foi veementemente criticada por inúmeros geógrafos. Por essa razão, sob o paradigma da metodologia científica a Nova Geografia também procurou estimular o desenvolvimento de teorias relacionadas com as características da distribuição e arranjo espaciais dos fenômenos. Deve-se ressaltar a grande facilidade com que os geógrafos passaram a usar e a trabalhar com as teorias disponíveis em outras ciências, como as teorias econômicas, mormente as relacionadas com a distribuição, localização e hierarquia de eventos.

Tendo em vista verificar a aplicabilidade de tais teorias, muitos geógrafos passaram a estudar os padrões de distribuição espacial dos fenômenos (estudo de distribuições pontuais, de redes ou de áreas), mas sem fazer estudo crítico e propor modificações ou substituições àquelas teorias. Não se encontra contribuição realmente significativa para a teoria geográfica das organizações espaciais. Se havia deficiência em teorias, essa lacuna ainda continuou a existir. Por outro lado, com o estudo dos padrões espaciais aceitava-se implicitamente o *espaço* como a dimensão característica da análise geográfica e a *superfície terrestre* como o seu objeto de estudo. Basicamente, não havia nada de diferenciação fundamental com as definições propostas por Hettner e Hartshorne. Ao deslocar o foco de análise para o das organizações espaciais, estava-se propondo modificação substancial; mas a inércia da formação geográfica manteve-se e a transformação continuou a ser almejada. (CHRISTOFOLLETTI, 1982, p. 17).

3) *Uso de técnicas estatísticas e matemáticas*: a utilização de técnicas matemáticas e estatísticas para analisar os dados coletados e as distribuições espaciais dos fenômenos foi uma das primeiras características que se salientou na Nova Geografia. E o seu destaque foi tão grande que refletiu na adjetivação empregada em muitos trabalhos, sob a denominação de *Geografia Quantitativa*.

O conhecimento das diversas técnicas de análise (as simples, as multivariadas e as relacionadas com a análise seriada e espacial) é básico para o geógrafo. Entretanto, usar técnicas estatísticas, por mais sofisticadas que sejam, não é fazer Geografia. Se o geógrafo coleta inúmeros dados e informações e os analisa através do computador (por exemplo, usando a análise fatorial ou a discriminante), sem ter noção clara do problema a pesquisar e se não dispuser de arsenal teórico e conceitual que lhe permita adequadamente interpretar os resultados obtidos, estará apenas fazendo trabalho de mecanização, mas nunca um trabalho geográfico.

Infelizmente muitos trabalhos podem ser mencionados para exemplificar o mau uso das técnicas ou a sua escolha inadequada. Mas não se deve, por isso, confundir a deficiência do geógrafo com a incapacidade da Nova Geografia. Todas as técnicas, adequadas aos mais variados tipos de problemas, estão disponíveis. [...] Há muita celeuma em torno da quantificação em Geografia — consequência da confusão que se faz entre a escolha e o uso das técnicas, com a própria ciência. (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 18-19).

4) *Abordagem sistêmica*: a abordagem sistêmica serve ao geógrafo como instrumento conceitual que lhe facilita tratar dos conjuntos complexos, como os da organização espacial. A preocupação em focalizar as questões geográficas sob a perspectiva sistêmica representou característica que favoreceu e dinamizou o desenvolvimento da Nova Geografia.

A aplicação da teoria dos sistemas aos estudos geográficos serviu para melhor focalizar as pesquisas e para delinear com maior exatidão o setor de estudo desta ciência, além de propiciar oportunidade para considerações críticas de muitos dos seus conceitos. A bibliografia específica avolumou-se continuamente, abordando temas ligados às geociências ou às ciências humanas. No âmbito da Geografia, todos os seus setores foram revitalizados pela utilização da abordagem sistêmica. (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 19).

5) *Uso de modelos*: intimamente relacionada com a verificação das teorias, com a quantificação e com a abordagem sistêmica, desenvolveu-se o uso e a construção de modelos. A construção de modelos pode ser considerada como estruturação sequencial de ideias relacionadas com o funcionamento do sistema. O modelo permite estruturar o funcionamento do sistema, a fim de torná-lo compreensível e expressar as relações entre os seus diversos componentes. Esses modelos podem ter várias características: ou serem representações da realidade, ou fórmulas matemáticas, ou descrições que assemelham os processos geográficos a outros processos.

Para o geógrafo, o modelo é um instrumento de trabalho que deve ser utilizado na análise dos sistemas das organizações espaciais. Como na quantificação, não se deve prender à construção e ao uso de modelos pelo simples objetivo em si mesmo. Mas é um meio para melhor atingir a compreensão da realidade. (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 20).

6) *Criação da noção de espaço relativo*: a dimensão espacial sempre foi considerada como aspecto básico da perspectiva geográfica, sendo que as definições desta ciência costumam salientar essa conotação. Assim, ao responder à pergunta “Onde?”, os geógrafos verificam que os fenômenos espaciais se distribuem irregularmente à superfície terrestre.

Considerando a preocupação em precisar onde os fenômenos estavam situados, foram-se aperfeiçoando instrumentos, técnicas cartográficas e redes de coordenadas para representarem tais distribuições. Qualquer lugar da superfície terrestre pode ser localizado de acordo com um sistema convencional de coordenadas, representando a sua *localização absoluta*. O critério comum é utilizar as latitudes e as longitudes para descrever a localização absoluta dos lugares.

Oliveira (1972, p. 12) lembra que a concepção de espaço não implica somente o aspecto geométrico, mas também o cinemático e dinâmico. “A geometria corresponde à métrica do espaço; a cinemática ao movimento em condições não determinadas; e, a dinâmica ao movimento em condições determinadas. A noção de espaço está intimamente ligada à de tempo, assim como à de movimento e, conseqüentemente, ao conceito de processo”. Essa observação nos leva ao conceito de espaço relativo. A *localização relativa* é a posição que um lugar ocupa em relação às outras localidades podendo ser expressa das mais diversas maneiras. Enquanto a posição absoluta dos lugares permanece constante e fixa, a posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo, em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e comunicação fazendo com que haja aproximação e intensificação dos contatos. (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 84).

Segundo Unwin (1995), através de um influente estudo sobre a posição da Geografia, como o que denominava disciplina de investigação fundamental, Ackerman (1958) capturou a essência da disciplina tal como era praticada durante a Nova Geografia. Além de deprender sete conclusões subjacentes a prática dessa corrente geográfica:

(1) a característica quase universal dos modelos espaço-relacionais é a mudança contínua; (2) vários processos físicos, bióticos e culturais formam parte desta mudança; (3) a quantificação é um problema fundamental na descrição do efeito espaço-relacional destes processos; (4) as técnicas de observação necessitam desenvolver-se para satisfazer as necessidades da quantificação; (5) acha-se em falta uma teoria das distribuições abstratas; (6) o estudo da covariância nos processos significativos está no começo; e, (7) existe uma compreensão imperfeita dos efeitos na distribuição que distinguem os diferentes processos culturais importantes nas relações espaciais. (ACKERMAN, 1958 *apud* UNWIN, 1995, p. 173, tradução nossa).

Essas observações traçam um quadro da investigação em curso nos países anglo-saxões, sobretudo nos Estados Unidos, além de estabelecerem um panorama aos estudos que

se desenvolveram após a década de 1950. Os interesses centrais giravam em torno do espaço, da quantificação e da elaboração de teorias.

Claval (2006) demonstra que durante esse período os geógrafos esperavam encontrar uma ordem no mundo real. Para a descobrirem prontificaram-se a confiar nas matemáticas: estas evoluíram e estavam mais preparadas do que no início do século para evidenciar as sutilezas das realidades sociais. A melhoria dos procedimentos de cálculo tornou mais fácil o emprego de algoritmos até então considerados demasiadamente complexos. Esta transformação foi importante para os geógrafos. As séries corológicas que lhes interessavam eram tão difíceis de tratar que a única maneira de tirar partido delas era através da cartografia. Os meios de cálculo tornaram possível a decomposição das séries em suas componentes principais: em vez de acumular mapas redundantes, retinha-se apenas a informação significativa.

O progresso das técnicas de modelação e de cálculo encontra um eco tanto mais favorável quanto maiores às modificações sobre a epistemologia da ciência. O positivismo puro e duro do fim do século XIX aplicava-se mal às ciências sociais, o que explica a sua viragem para a cultura e para as abordagens regionais. O Circulo de Viena cria, ao longo da década de 1920, as bases de uma nova concepção do conhecimento — fala-se de neopositivismo ou positivismo lógico. A ideia de que a ciência se contenta em seguir a realidade é abandonada e é valorizado o papel das hipóteses e da imaginação na construção dos objetos científicos. O cientista aperfeiçoa o raciocínio para interpretar a realidade: esta construção teórica é tida como verdade enquanto não for contradita pela experiência. Uma hipótese científica só é aceitável se puder ser submetida à experimentação e, através desta, não identificada como falsa, lembra Karl Popper. (CLAVAL, 2006, p. 107).

Com relação à forma de uso do método científico por essa corrente geográfica emergente, ao contrário da Geografia Regional, em que cada caso, ou cada região, era tido como único e o seu estudo se dava através de uma análise minuciosa, da qual se tiravam conclusões por método indutivo, a Nova Geografia vale-se do método hipotético-dedutivo.

Assim, para explicar a realidade, e através da percepção de alguns factos, o geógrafo apercebe-se de certa imagem do mundo. A partir dessa imagem constrói um modelo, para a verificação do qual levanta uma hipótese. Para testar a sua hipótese recolhe dados que selecciona, descreve, classifica, isto é, divide em classes. Como, em geral, se trata de dados muito numerosos, é frequentemente necessário fazer um tratamento por computador.

A classificação dos dados leva à descoberta da relação entre fatos, a qual é muitas vezes imperceptível só através da análise.

A partir da classificação dos dados verifica-se se a hipótese formulada tem consistência ou não. Se tiver consistência, passa-se à fase da experimentação. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 86).

Nessa Nova Geografia, a experimentação faz-se através do tratamento de numerosos casos, de modo a obter-se a confirmação ou negação da hipótese. A confirmação não é determinista, isto é, a hipótese não tem de ser verificada em todos os casos, mas é

probabilista, isto é, a hipótese deve ser verificada em um número significativo de casos. A partir desse ponto pode-se formular leis probabilistas e construir a teoria ou modelo.

Por conseguinte, cabe destacar as ideias tecidas por Guelke (1982), para quem em uma extensão que não é amplamente reconhecida, o movimento para a quantificação se realizou dentro da estrutura básica da Geografia delineada por Hartshorne em sua obra *The Nature of Geography*.

Para a vasta maioria de geógrafos norte-americanos que teve como retaguarda o trabalho de Hartshorne, a substituição das técnicas de correlação pelo recobrimento de mapas (*overlay*) com procedimentos estatísticos e matemáticos mais sofisticados não envolveu mudança na filosofia básica. De fato, provavelmente, seria mais preciso dizer que o sucesso do movimento quantitativo na Geografia deveu muito a Hartshorne, que extensivamente difundiu ideias que essencialmente favoreceram a adoção dos novos métodos. A extensão na qual a nova, a geografia quantitativa, era um rebento da “velha” está claramente ilustrada pela facilidade com que Bryan Berry se tornou apto a produzir uma síntese das abordagens antiga e nova. Em seu artigo, *Approaches to Regional Analysis: a synthesis* (1964), Berry propõe um procedimento sistemático para o estudo das inter-relações areais que está solidamente assentado sobre o conceito de Geografia exposto por Hartshorne. (GUELKE, 1982, p. 217).

Pode-se dizer, de acordo com o autor, que se a Geografia Regional foi validamente criticada por ser predominantemente descritiva, a mesma crítica também pode ser aplicada à Nova Geografia. Isso porque, o uso de procedimentos mais precisos não alterou o fato de que os geógrafos estavam principalmente preocupados com as relações funcionais, que ofereciam pequeno esclarecimento para as conexões causais. O fracasso desta abordagem procuradora de leis — ou, mas precisamente, o método empírico-estatístico — para esclarecer as relações causais impediu uma nova emergência da Geografia Teorética. De maneira diferente dos ambientalistas, os novos geógrafos teóricos concentraram seus esforços sobre os fenômenos espaciais. Os problemas que os novos geógrafos tinham em confrontar suas teorias com a realidade eram, entretanto, tão difíceis e graves como aqueles que os ambientalistas enfrentaram há uma geração passadas.

Embora a Nova Geografia fosse construída sobre os alicerces da antiga, havia algumas diferenças importantes entre elas. Os novos geógrafos colocaram a ênfase sobre o espaço e sobre as relações espaciais como os conceitos geográficos mais requintados. Hartshorne e outros, por sua vez também enfatizaram o caráter espacial da Geografia, mas argumentaram contra a ideia de que a Geografia poderia ser definida como um estudo das distribuições espaciais e insistiram que os geógrafos estavam principalmente interessados nas inter-relações entre fenômenos na superfície terrestre, concebida como o mundo do homem (Hartshorne, 1959, p. 47). Como o foco da geografia moderna derivou dos estudos empírico-estatísticos para abordagens mais teóricas, o termo geográfico tornou-se um sinônimo para distribuição (espacial) ou padrão. Ao transladar a palavra “geográfico” como sendo “espacial”, sem qualificação, os novos geógrafos despojaram a palavra de uma de suas conotações mais básicas e antigas, que era a de conectar Geografia com a Terra ou com sua superfície como um objeto concreto. Até o adjetivo “geográfico” implicou um conhecimento de fenômenos em seus contextos sobre a superfície terrestre. Derivando para uma perspectiva completamente espacial, os novos geógrafos abandonaram a ideia da significância geográfica em seu significado tradicional e ao mesmo tempo eliminaram a necessidade da Geografia Regional como o *core* central da disciplina. A Geografia Regional não tem mais sido considerada como o objetivo último do trabalho sistemático exceto, talvez, de um modo filosófico vago. (ACKERMAN, 1963 *apud* GUELKE, 1982, p. 218).

Por fim, os acontecimentos delineados nessa seção marcaram o começo de importantes mudanças no campo da Geografia, que foram rapidamente aceitas por outros geógrafos, no interior e além dos Estados Unidos. Embora o foco estivesse colocado na teoria, na mensuração e no desenvolvimento de *leis geográficas* na linha do espírito acadêmico das décadas do imediato pós-guerra, de algum modo o panorama não se desviou muito da definição ampliada de Hartshorne sobre a natureza da Geografia. A principal diferença entre o novo trabalho, com seu foco sobre os estudos sistemáticos, e o paradigma regional estava em uma crença maior dos geógrafos em sua capacidade de produzir leis, de trabalhar dentro dos cânones do método científico geralmente aceito, e de libertar-se do isolamento acadêmico que havia se imposto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos assuntos abordados no transcorrer da pesquisa torna-se possível inferir que todo grupo tem a tendência de dotar-se de uma história: ela prova sua existência, lhe confere uma identidade e dá um sentido à ação que ele conduz. Esta história toma a forma de um discurso, de um grande relato, de uma narração. Os coletivos de pesquisadores são semelhantes aos outros: eles têm a necessidade de ressaltar o significado dos trabalhos que levam a cabo.

Ao desenvolver o presente trabalho sobre sob a ótica da História da Ciência buscou-se compreender a concepção científica hatshorniana em seu contexto, procurando deixar de lado aquilo que hoje é aceito como Geografia, sem julgar as ideias do autor como antigas, simplesmente por divergirem das noções contemporâneas.

Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* de pensadores responsáveis por significativas mudanças teórico-metodológicas na Geografia. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, ou seja, desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos autores “clássicos” desse ramo do saber científico.

Sob a influência direta do pensamento de Immanuel Kant e Alfred Hettner, Hartshorne desenvolve seus estudos, os quais tiveram grande impacto sobre a Geografia produzida em âmbito internacional durante grande parte do século XX. Além, de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico.

Entretanto, o pensamento e obras de Hartshorne tiveram pouca difusão perante a comunidade geográfica brasileira. Uma das hipóteses que ajuda a explicar essa escassa propagação consiste no fato de que apenas uma das obras do teórico (*Propósitos e Natureza da Geografia*) tem tradução para língua portuguesa, sendo que todo o restante de seu vasto conjunto literário (livros e artigos) encontra-se publicado em língua inglesa, o que acabou impondo uma barreira linguística.

Outro fato que corroborou para essa situação é representado pela própria trajetória da Geografia Científica Brasileira, que pode ser caracterizada por uma crescente complexidade de paradigmas, na qual matrizes distintas, antagônicas ou complementares, foram sendo incorporadas. O surgimento dessa ciência no país ocorreu devido à necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em consequência da inquietação que atingiu todos os setores do conhecimento, após a Revolução de 1930. Essa década foi

marcada pela fundação da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Brasil (1937) — hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando a Geografia começou a ser ministrada em curso próprio, de nível superior.

A essas universidades seguiu-se a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934), em São Paulo, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936), no Rio de Janeiro, o qual recrutou geógrafos formados por essas instituições de ensino superior, bem como especialistas diplomados em outras áreas e que vinham trabalhando nas áreas de Geografia, Estatística e Cartografia. Nesse cenário, o papel mais importante coube, inegavelmente, à Universidade de São Paulo uma vez que, situada no centro urbano mais rico e dinâmico do país, contratou numerosos professores europeus que se conscientizaram de que estavam fundando uma universidade e preparando uma elite cultural.

Sob a influência da Geografia Francesa a Geografia Brasileira nasceu com o propósito de ser lablachiana. Esse monismo vidaliano, apreendido sem a densidade da proposta regional de Vidal La Blache, foi largamente dominante até a metade da década de 1950. A realização do Congresso da UGI (União Geográfica Internacional), em 1956, na cidade do Rio de Janeiro, colocou os geógrafos brasileiros em contato com outros modos de ver a Geografia, ainda que predominantemente francesa.

A partir de 1970, aproximadamente, houve um progressivo movimento de complexificação paradigmática na Geografia Brasileira, já em processo de diversificação desde 1956. Com cerca de quinze anos de atraso a denominada revolução teórico-quantitativa atingiu o país, tendo como foco de origem os Estados Unidos. Essa inovação tardia possibilitou uma crítica à perspectiva vigente, marcada por uma visão excepcionalista, bem como pela adoção de métodos matemáticos e estatísticos. O uso de modelos formais e a preocupação com leis, princípios e conceitos constituíram-se em avanços e em pontos de discordância.

No Brasil, os primeiros sinais ligados à Nova Geografia apareceram através de dois comentários bibliográficos elaborados por Antônio Christofolletti, divulgado no jornal *O Estado de São Paulo* e, por Pedro Pinchas Geiger, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, assinalando para Rio Claro e Rio de Janeiro o caráter de pontos pioneiros. No Rio de Janeiro, os trabalhos científicos foram desenvolvidos no IBGE, destacando-se a utilização das técnicas quantitativas nas análises espaciais das diversas regiões brasileiras e nos tópicos da Geografia Humana. No findar de 1970, a *Revista Brasileira de Geografia* apresentou número especial mostrando resultados obtidos através da aplicação dessas técnicas, em

trabalhos abordando assuntos variados e redigidos por pesquisadores brasileiros e visitantes. Em Rio Claro, como consequência da tomada de consciência, a 04 de março de 1971 foi fundada a Associação de Geografia Teorética que patrocinou a realização de cursos, conferências e a publicação do Boletim de Geografia Teorética. Tais trabalhos e atividades foram desenvolvidos no âmbito do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – *Campus* de Rio Claro.

Nesse sentido, é possível inferir que não houve espaço para que o pensamento de Hartshorne ingressasse no país, uma vez que a Geografia Brasileira surgiu com bases exclusivamente francesas, já a produção do autor estava alicerçada na Geografia Alemã. No momento de difusão da Geografia Norte-Americana no país, principalmente através da Nova Geografia, os pressupostos do referido geógrafo encontravam-se em oposição aos pressupostos teórico-metodológicos dessa corrente geográfica. Dessa forma, mais uma vez, a propagação das concepções hartshornianas na comunidade geográfica brasileira foi tolhida.

Hartshorne vem da tradição geográfica norte-americana, que recebe influência direta tanto da Escola Francesa quanto da Escola Alemã de Geografia. Em um país onde a Escola de Berkeley (Califórnia) e a Escola do Meio-Oeste (Chicago) influenciaram desde o começo essa tradição, o autor foi capaz de trilhar caminhos próprios, aparecendo, por vezes, como figura solitária na busca da elucidação dos rumos da Geografia nos Estados Unidos.

Ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia como ciência, Hartshorne torna-se o teorizador mais importante da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia, sendo que sua produção acadêmica encontrou repercussão, dado o seu caráter amplo e explicitamente metodológico. Este foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário.

A publicação de *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959) transformaram o debate teórico-metodológico até então desenvolvido no âmbito da Geografia. Esses trabalhos seminais nasceram da frustração de Hartshorne diante do que considerava uma falta de compreensão, acordo ou harmonia entre os geógrafos americanos em relação à natureza da Geografia, tendo se transformado em clássicos da literatura geográfica — manifestação definitiva do paradigma regional.

Para o teórico a Geografia, em particular, deveria examinar os fenômenos dentro da complexidade real em que se encontra, sendo impossível separar, na prática, os fenômenos naturais dos humanos. O autor resistia fortemente a ver a Geografia como uma “ponte” entre

as ciências naturais e as sociais, defendendo que esta devia ser contemplada “como um campo contínuo com pontos de intersecção com todas as ciências sistemáticas que estudavam o mundo”.

Entretanto, cabe lembrar que a busca pela unidade físico-humana, objetivo máximo da proposta corológica hartshorniana, parece bastante distante do panorama contemporâneo da ciência geográfica. Entretanto, sua obra pode ser bastante relevante aos estudos/pesquisas desenvolvidos nesse novo século.

Por meio de seus estudos, Hartshorne acentuava o caráter corológico da Geografia, isto é, ciência que se dedicava ao estudo da diferenciação espacial da superfície da terra, das suas diferenças regionais e da associação de fenômenos diversos em um espaço concreto.

A Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Hartshorne afirmava que a Geografia devia procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

A exploração histórica empreendida por Hartshorne demonstrou que, para a maioria dos geógrafos até então deterministas, e também para muito dos estudiosos posteriores, a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consistia, sobretudo, em uma ciência-método. Foi na obra de Hettner que Hartshorne encontrou as mais enérgicas formulações desta ideia para a sua época.

Hartshorne preconizava que a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica devia incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

Porém, de acordo com o pensamento hartshorniano, no estudo das regiões não é possível analisar todos os fenômenos que nelas surgem inter-relacionados, sendo, assim, necessário ao geógrafo proceder à seleção daqueles que dão caráter a essa região. Além disso, é preciso definir unidades mínimas de estudo e delimitar áreas da superfície terrestre, as quais formariam o mosaico de uma região. As regiões relacionar-se-iam entre si, formando áreas maiores, até constituírem “a única área unitária: o mundo”.

Para o geógrafo norte-americano, todo o saber geográfico devia dirigir-se em direção a “um conhecimento completo da diferenciação de áreas da Terra” de forma que a

perspectiva corológica fosse a responsável por delimitar específica e exclusivamente o horizonte epistemológico desse saber. A Geografia Sistemática deveria limitar-se, na opinião do teórico, a estudar cada elemento ou complexo de elementos em função de sua relação com a diferenciação total de áreas: por isso não deveria abordar o estudo completo dos fenômenos particulares — trabalho reservado à ciência sistemática correspondente —, mas sim, estudá-los atendendo unicamente a sua significação geográfica — que remete a certa expressão territorial que não se manifesta necessariamente em termos de extensão física sobre o espaço — ou, dito em outros termos, a suas próprias conexões regionais e nas relações de suas variações com outros recursos que determinam o caráter das áreas ou regiões.

No âmbito do conhecimento geográfico, a Geografia Regional — que deveria utilizar continuamente, consumando-se assim a dupla relação entre Geografia Geral e Geografia Regional proposta por Hartshorne os conceitos e princípios gerais que procedem da Geografia Sistemática — permitia integrar todo o conhecimento das inter-relações de todas as configurações em determinados lugares, conduzindo assim a uma verdadeira “geografia total desses lugares”. Por tanto, na concepção hartshorniana, era na Geografia Regional onde se expressava mais claramente o objetivo último da Geografia, e a Geografia Geral ou Sistemática só poderia alcançar o objetivo da Geografia e não desaparecer, absorvida pelas outras ciências, na medida em que mantivesse constantemente sua relação com a Geografia Regional.

Na visão do autor, a Geografia consistia na análise e a síntese dos fenômenos no espaço. A tarefa dessa ciência era estudar o mundo, tratando de descrever e interpretar as diferenças existentes entre as suas partes, contempladas globalmente em um momento determinado, em geral no presente.

Pode-se afirmar que Hartshorne pretende buscar as justificativas de uma Geografia Moderna nas origens dessa disciplina. O melhor caminho à Geografia atual seria ditado pelo reconhecimento crítico de sua evolução. Dessa forma, a natureza da Geografia se exprime, sobretudo, a partir de sua história. O ponto de partida da análise de Hartshorne é a valorização das tradições que formam a Geografia Clássica. Ao mesmo tempo trata-se de uma análise crítica do passado, a luz de um método moderno, capaz, segundo ele, de afastar as preocupações secundárias do objeto fundamental da pesquisa geográfica: a diferenciação regional. Por esta via, Hartshorne almejava produzir a transição entre um saber clássico e uma Geografia Moderna, mas sem realizar uma ruptura epistemológica de base kuhniana.

Essa posição adotada por Hartshorne encontra-se pode ser vinculada às categorias fleckianas de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento*, que ajudaram a consolidar o pensamento kuhniano de *revolução científica*. O *coletivo de pensamento* aparece como uma comunidade de indivíduos que compartilha práticas, concepções, tradições e normas, possuindo assim uma maneira bem particular de ver e lidar com o objeto do conhecimento a partir do que é determinado pelo seu *estilo de pensamento* que, por sua vez, é o que determina a maneira de pensar de um coletivo em um dado momento histórico. Mais que uma simples descoberta, o estabelecimento de um fato é fruto de construções e condições diversas, muitas vezes antagônicas, levam a sua elaboração e aceitação. Assim, é possível perceber que a noção hartshorniana de diferenciação de área teve influência direta sobre o coletivo/estilo de pensamento da comunidade geográfica de sua época, onde ocupou posição de destaque.

Cabe destacar que a produção acadêmica do teórico norte-americano não se limitou apenas a realizar análises em torno dos problemas epistemológicos e metodológicos da Geografia. Esta também abarcou diversas outras áreas do conhecimento geográfico, principalmente através de publicações em periódicos científicos norte-americanos, onde teve a oportunidade de desenvolver estudos voltados à Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia da População, Geografia Agrícola, entre outras.

No campo da Geografia Política, Hartshorne foi responsável por realizar uma recuperação científica, superando o “obscuro passado” — legado da *Geopolitik* alemã — dessa área de forma inequívoca, incorporando somente o que de mais científico havia sido produzido até então. Além da contribuição no plano do método, há também outro grande mérito nos estudos hartshornianos: o de reconhecer a natureza social e política do Estado.

Suas análises e teorias sobre as fronteiras e o Estado, bem como sua defesa do estabelecimento de um método, objetivavam recuperar e introduzir parâmetros de investigação universalmente aceitos, o que poderia livrar a Geografia Política das muitas “armadilhas” do passado. Assim, por meio de uma proposta explicitamente teórico-metodológica, Hartshorne renovou consideravelmente o pensamento em Geografia Política vigente até então.

A produção desse teórico inaugura uma segunda fase no desenvolvimento da Geografia Política, pois executa uma mudança do foco acadêmico, superando a aplicação simplista de leis e teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais para fenômenos sociais e políticos. Gradualmente, os temas voltados ao Estado passaram a ser o centro das atenções.

Na opinião de Hartshorne era necessário que houvesse uma separação entre a Geografia e a Política, para que dessa forma se estabelecesse uma ciência geográfica neutra e pragmática, sem contaminações político-ideológicas. Cabia à Geografia proceder à análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

Entretanto, a obra de Hartshorne não ficou incólume às críticas, principalmente advindas do “excepcionalismo” de Fred Schaefer, para quem a Geografia deveria romper com os particularismos e se voltar para a formulação de leis gerais sobre a distribuição de determinados fenômenos/características ao longo da superfície terrestre. Esta preocupação com a formulação de leis gerais na Geografia resultou no desenvolvimento de um aporte teórico-metodológico totalmente novo, ocasionando o desenvolvimento de uma corrente do pensamento geográfico denominada de *New Geography* (Nova Geografia), também conhecida como Geografia Quantitativa ou Teorética, a qual emergiu durante a década de 1950, abrindo novos horizontes às pesquisas geográficas. A primeira expressa à aplicação intensiva das técnicas estatísticas e matemáticas nas análises geográficas e o procedimento quantitativo pode ser considerado entre as características básicas da Nova Geografia. A segunda salienta o aspecto teórico-metodológico, subentendendo como imprescindível toda a análise quantitativa e englobando os processos de abstração necessários às etapas da metodologia científica e da explicação.

O embate epistemológico travado entre Hartshorne e Schaefer teve significativa repercussão na história do pensamento geográfico, já que pode ser considerado como o movimento que desencadeou o processo de quantificação na ciência geográfica. Ao se adotar uma caracterização da história da Geografia como uma sucessão de sobreposições paradigmáticas, consagrada em uma série de textos-chave, a diferenciação de áreas de Hartshorne e o excepcionalismo de Schaefer são candidatos típicos ao *status* de paradigma.

De acordo com a concepção kuhniana, o paradigma científico consiste nas realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares a uma comunidade de praticantes de determinada ciência. Pode-se dizer que um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica, e só eles, partilham. Reciprocamente, é a posse de um paradigma comum que constitui uma comunidade científica, formada, por sua vez, por um grupo de homens diferentes em outros aspectos.

Apesar das críticas sofridas, a produção acadêmica hartshorniana forneceu a visão padrão e geralmente aceita na Geografia até a década de 1950. Isso se deve em parte ao fato

de que foi capaz de unificar muito do que já era aceito como prática geográfica corrente nas universidades norte-americanas; e, em parte, simplesmente pela sua amplitude, pois poucos geógrafos foram capazes de captar toda a complexidade de seus argumentos. Para o autor, inúmeras incompreensões poderiam ser evitadas caso se enunciasse simplesmente que a Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra.

O que a Geografia mais necessitava na acepção hartshorniana era elaborar novos critérios conceituais e meios mais eficientes para medir as relações que existiam entre os fenômenos. Isso não seria conseguido através de uma reformulação da maneira como se desenvolveu a Geografia, e também não resultaria de qualquer tentativa no sentido de transformar o caráter essencial da disciplina.

Por conseguinte, ao se alvitrar o presente estudo buscou-se uma maior análise e difusão das concepções preconizadas por Hartshorne, o qual representa o mais importante geógrafo norte-americano do século XX. Suas discussões acerca da definição do objeto da Geografia consistem em uma das mais elaboradas práticas epistemológicas nesse campo de estudo. Os problemas de indefinição e ambiguidades em torno das dicotomias Geografia Física/Geografia Humana e Geografia Geral/Sistemática e Geografia Regional/Singular também consistem em aspectos nevrálgicos do pensamento hartshorniano.

Apesar de sua obra constituir uma das mais amplas e natas exposições da concepção historicista da Geografia — onde reconhece que a ciência geográfica era um sujeito em evolução, que estava continuamente em um processo do devir —, ainda demanda, em partes, um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à história do pensamento geográfico. Sua contribuição à Geografia não ficou restrita a seu período histórico, pois foi capaz de influenciar as correntes posteriores da ciência geográfica, sendo o mesmo ainda muito digno de discussões e controvérsias. Este trabalho, porém, não objetiva esgotar o tema, mas sim propiciar novos debates.

Enquanto o trabalho do geógrafo atual tende a ser mais sofisticado do que as contribuições anteriores, muitos aportes de geógrafos passados foram seminais. O trabalho geográfico tradicional não foi caracterizado por múltiplas formas de compreensão; no entanto, normalmente forneceu descobertas cuidadosas e detalhadas, obtidas/conquistadas muitas vezes a partir de duras observações de campo e de experiências até então desconhecidas. Dessa forma, a leitura de autores como Hartshorne inspira tanto o respeito por suas

contribuições, quanto uma compreensão de como novas complexidades e perspectivas alternativas podem complementar suas abordagens.

A afirmação de Martin (1994, p. 490-491) sintetiza claramente Richard Hartshorne, “uma figura calma e despretensiosa, que ocupou um lugar dominante na geografia americana por mais de meio século. Ele era pensativo, introspectivo, e não precipitava julgamento”. Primando sempre pela excelência do conhecimento, a contribuição de Hartshorne é parte indispensável da Geografia no século XX.

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Edward Augustus. Onde se Encontra a Fronteira da Pesquisa? **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro: AGETEO, n. 13, 1977. p. 39-62.
- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O Que é História da Ciência?** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Construção da Geografia Brasileira. **Ra'eGa**. Curitiba: UFPR, v. 1, n. 3, 1999. p. 19-34.
- \_\_\_\_\_. **Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Uma Geografia para o Século XXI**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARANTES, Leonardo. Nossos Clássicos: Immanuel Kant (1724-1804). **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 17, 2007. p. 117-119.
- AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 21, 1955. p. 42-68.
- BARNES, Trevor J. From Region to Space (part I). In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.
- \_\_\_\_\_. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- BLACKSELL, Mark. **Political Geography**. Londres/Nova York: Routledge, 2006.
- BROEX, Jan Otto Marius. **Iniciação ao Estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CALVINO, Italo. **Por que Ler os Clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea: una introducion a la Geografía**. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Contemporânea: ciência e filosofia**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n. 13, 1997. p. 42-60.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As Características da Nova Geografia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CLAVAL, Paul. Como Construir a História da Geografia? **Revista Terra Brasilis** (Nova Série), São Paulo, v. 2, p. 02-18, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

\_\_\_\_\_. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Trajetória da Geografia Brasileira: uma breve interpretação. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, ano 26, v. 1, n. 34, 2010. p. 63-68.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de Filosofia: história e grandes temas**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DAHLMAN, Carl T. Geopolitics. In: GALLAHER, Carolyn [et. al]. **Key Concepts in Political Geography**. London: SAGE, 2009. p. 87-98.

DIAS, Elizabeth Hofstetter. **A Natureza da Geografia e seus Métodos em Alfred Hettner**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DICKEN, Samuel N.; HARTSHORNE, Richard. A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 25, n. 2, 1935. p. 99-120.

DUTRA-GOMES, Rodrigo. **A Matriz Espacial Moderna: das diferenciações de áreas de Hartshorne à teoria da complexidade**. 633 f. Relatório (Pós-Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Complexidade: das diferenciações de áreas à nova cognição do sistema Terra-Mundo**. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

EAST, William Gordon; WOOLDRIDGE, Sidney William. **Espírito e Propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ETGES, Virginia Elisabeta. A Contribuição de Alfred Hettner à Geografia. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Luiza; Silva, Márcia da. **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

FERREIRA, Conceição Coelho. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.

FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo; MARTINS, André Ferrer Pinto Martins. **História da Ciência – o que é?** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort J. **Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1972.

GLASSNER, Martin Ira; FAHRER, Chuck. **Political Geography**. 3. ed. Nova Jersey: Wiley, 2004.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; \_\_\_\_\_ (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOULD, Peter. On Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 81, n. 2, 1991. p. 328-334.

GREGORY, Derek [et al.] (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GUELKE, Leonard. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

HARTSHORNE, Richard. The Significance of Lake Transportation to the Grain Traffic of Chicago. **Economic Geography**, v. 2, n. 2, 1926. p. 274-291.

\_\_\_\_\_. Location as a Factor in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 17, n. 2, 1927. p. 92-99.

\_\_\_\_\_. Location Factors in the Iron and Steel Industry. **Economic Geography**, v. 4, n. 3, 1928. p. 241-252.

\_\_\_\_\_. The Twin City District: A Unique Form of Urban Landscape. **Geographical Review**, v. 22, n. 3, 1932. p. 431-442.

\_\_\_\_\_. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.

\_\_\_\_\_. The Upper Silesian Industrial District. **Geographical Review**, v. 24, n. 3, 1934. p. 423-438.

\_\_\_\_\_. A New Map of the Dairy Areas of the United States. **Economic Geography**, v. 11, n. 4, 1935 a. p. 347-355

\_\_\_\_\_. Recent Developments in Political Geography I and II. **The American Political Science Review**, v. 29, n. 5 e 6, 1935 b. p. 785-966.

\_\_\_\_\_. A New Map of the Manufacturing Belt of North America. **Economic Geography**, v. 12, n. 1, 1936 a. p. 45-53.

\_\_\_\_\_. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 26, n. 1, 1936 b. p. 56-57.

\_\_\_\_\_. Racial Maps of the United States. **Geographical Review**, v. 28, n. 2, 1938 a. p.276-288.

\_\_\_\_\_. Six Standard Seasons of the Year. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 28, n. 3, 1938 b. p. 165-178.

\_\_\_\_\_. Agricultural Land in Proportion to Agricultural Population in the United States. **Geographical Review**, v. 29, n. 3, 1939 a. p. 488-492.

\_\_\_\_\_. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939 b. p. 173-658.

\_\_\_\_\_. The Politico-Geographic Pattern of the World. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 218, 1941. p. 45-57.

\_\_\_\_\_. On the Mores of Methodological Discussion in American Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 38, n. 2, 1948. p. 113-125.

\_\_\_\_\_. The Franco-German Boundary of 1871. **World Politics**, v. 2, n. 2, 1950 a. p. 209-250.

\_\_\_\_\_. The Functional Approach in Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, n. 2, 1950 b. p. 95-130.

\_\_\_\_\_. Comment on "Exceptionalism in Geography". **Annals of the Association of American Geographers**, v. 44, n. 1, 1954. p. 108-109.

\_\_\_\_\_. "Exceptionalism in Geography" Re-Examined. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 45, n. 3, 1955. p. 205-244.

\_\_\_\_\_. The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 48, n. 2, 1958. p. 97-108.

\_\_\_\_\_. On the Concept of Areal Differentiation. **Professional Geographer**, v. 14, 1962. p. 339-342.

\_\_\_\_\_. Political Geography in the Modern World. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 4, n. 1, 1960. p. 52-66.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que la géographie? **The Geographical Journal**, v. 135, n. 2, 1969 a. p. 323-324.

\_\_\_\_\_. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969 b.

\_\_\_\_\_. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

HARVEY, Francis; WARDENGA, Ute. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process reception and transformation of a geographic concept. **Finisterra**. Lisboa: Universidade de Lisboa, v. 35, n. 65, 1998. p. 131-140.

HETTNER, Alfred. A Essência e as Tarefas da Geografia. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 26, 2011. p. 136-149.

\_\_\_\_\_. A Geografia como Ciência Corológica da Superfície Terrestre. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 25, 2011. p. 136-152.

\_\_\_\_\_. La Naturaleza de Geografía y sus Métodos. In: MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Ramos da Geografia e sua Relação com as Ciências da Natureza. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 28, 2012. p. 138-160.

JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.

JOHNSTON, Ronald John. **Geografia e Geógrafos**: a geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986.

\_\_\_\_\_. **On Human Geography**. Oxford/New York: Basil Blackwell, 1986.

JUILLARD, Étienne. A Região: tentativa de definição. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 185, 1965. p. 224-230.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. Physische Geographie. In: UNWIN, T. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto: Porto Editora, 2003.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Tensão Essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. A Geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **História da Filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v. 7.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LAUDAN, Larry. **O Progresso e seus Problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2011.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. **Revista Ciência e Educação**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 305-317, jan./abr. 2005.

MARTINS, Roberto de Andrade. Abordagens, Métodos e Historiografia da História da Ciência. In: MARTINS, Ângela Maria (Ed.). **O Tempo e o Cotidiano na História**. São Paulo: FDE, 1993. p. 73-78.

\_\_\_\_\_. História e História da Ciência: encontros e desencontros. In: **Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica**. Évora: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, 2001. p. 11-46.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. **IGEOG-USP/Série Textos e Monografias**. São Paulo: USP, n. 37, 1980. p. 05-33.

MOODIE, Arthur E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A Gênese da Geografia Moderna**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. Nossos Clássicos: Alfred Hettner (1859-1941). **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 03, 2000. p. 141-142.

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O Que é Geografia?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAASI, Anssi. From Region to Space (part II). In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 161-175.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 11. ed. São Paulo: Cutrix, 2004.

PRESCOTT, John Robert Victor. **The Geography of Frontiers and Boundaries**. London: Hutchinson University Library, 1967.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

REIS JUNIOR, Dante Flávio da Costa. Quinze Bons Argumentos Contra a Geografia Teorética; Catorze Contra-Argumentos Melhores Ainda (ou quando o quantitativo nada quer dizer). In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

RIBAS, Alexandre Domingues; VITTE, Antonio Carlos. O Curso de Geografia Física de Immanuel Kant (1724-1804): entre a cosmologia e a estética. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. 14, 2009. p. 05-13.

ROHDEN, Valério. O Criticismo Kantiano. In: REZENDE, Antonio (Org.). **Curso de Filosofia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p. 05-35.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHAEFER, Fred. K. Exceptionalism in Geography: a methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 43, n. 3, 1953. p. 226-249.

\_\_\_\_\_. O Excepcionalismo na Geografia. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro: AGETEO, n. 13, 1977. p. 06-38.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TATHAM, George. A Geografia no Século XIX. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 150, 1959. p. 198-226.

TAYLOR, Peter J.; WUSTEN, Herman van der. Political Geography: spaces between war and peace. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf. **Human Geography**. London: Hodder, 2004. p. 83-104.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

VALKENBURG, Samuel Van. Escola Germânica de Geografia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 159, 1960. p. 973-990.

VESENTINI, José William. Repensando a Geografia Política: um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**: Universidade de São Paulo, número 20, 2010.

VITTE, Antonio Carlos. **Contribuições à História e a Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WARF, Barney. **Encyclopedia of Human Geography**. London: SAGE, 2006.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEIGERT, Hans W [et al.]. **Principles of Political Geography**. Nova York: Appleton Century Crofts, 1957.

WHITTLESEY, Derwent; COLBY, Charles C.; HARTSHORNE, Richard. **German Strategy of World Conquest**. Nova York/Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.

WHITTLESEY, Derwent. O Conceito Regional e o Método Regional. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 154, 1960. p. 05-36.